

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Yassen Fideles Ubl

“UM NEGRO DE OUTRO MUNDO”:
cidadania e identidade no “retorno” a África de Raymundo Souza Dantas (1961—1974)

Belo Horizonte
2024

Yassen Fideles Ubl

**“UM NEGRO DE OUTRO MUNDO”:
cidadania e identidade no “retorno” a África de Raymundo Souza Dantas (1961—1974)**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Minas Gerais, como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em História.

Orientador: Alexandre Almeida Marcussi

Belo Horizonte
2024

907.2	Ubl, Yassen Fideles.
U15n	"Um negro de outro mundo" [manuscrito] : cidadania e
2024	identidade no "retorno" a África de Raymundo Souza Dantas (1961—1974) / Yassen Gabriel Fideles Ubl. - 2024.
	158 f.
	Orientador: Alexandre Almeida Marcussi.
	 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia
	 1.História – Teses. 2. Dantas, Raymundo Souza, 1923- 2002. 3.História intelectual - Teses. 4. Negros – Teses. I. Marcussi, Alexandre Almeida. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Um negro de outro mundo: cidadania e identidade no retorno a África de Raymundo Souza Dantas (19611974)"

Yassen Gabriel Fideles Ubl

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Alexandre Almeida Marcussi - Orientador
UFMG

Prof. Dr. Jerry Dávila
University of Illinois

Profa. Dra. Mariana de Moraes Silveira
UFMG

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Walter Jerome Jose Dávila, Usuário Externo**, em 27/02/2024, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana de Moraes Silveira, Professora do Magistério Superior**, em 27/02/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Almeida Marcussi, Usuário Externo**, em 28/02/2024, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3031253** e o código CRC **811DD959**.

Referência: Processo nº 23072.208359/2024-61

SEI nº 3031253

*Dedico essa dissertação ao Ravi, por de
imediato ter transformado
nossas vidas.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao tempo, por ter me feito.

Não poderia começar estes agradecimentos sem reconhecer que as dificuldades que se desenrolaram ao longo do processo marcaram irreversivelmente minha trajetória. Não ironicamente, muitas partes de mim deixaram de existir conforme esse processo avançava e recuava, conforme a angústia, o medo e uma ansiedade paralisante tomaram conta de mim nesses anos de pesquisa, escrita e reescrita. Meus agradecimentos não poderiam começar de outra forma senão direcionados aos pedaços de mim que precisaram perecer para que outras formas de me entender e me relacionar com o mundo pudessem florescer. Agradeço aos impulsos de desistir, ao desespero de não conseguir terminar, à paranoia constante da insuficiência. Foi graças a esses impedimentos e frustrações, que me descrevem tanto quanto as qualidades e trunfos que me permitiram avançar, que a imagem do que era verdadeiro, necessário e importante pôde ser desenhada no meu horizonte.

Agradeço a todos que fizeram parte desse processo, pessoas que atuaram ativamente na construção das condições de execução deste trabalho, escutando minhas ladainhas, questionando meus pressupostos, complexificando meus raciocínios, complementando minhas conclusões, vivendo ao meu lado. Agradeço à minha família, a minha mãe e maior inspiração Maria Lúcia, meu padrasto Antônio, e minhas irmãs Antônia e Marina, o alicerce sobre o qual me construo todos os dias. Agradeço aos meus amigos presentes, meus interlocutores diários, meus pares de vida, Ana, Roberta, Ignez, Martin, Silvia e Gabriela. Sem a escuta e o acolhimento que me concederam nada do que hoje posso oferecer teria sentido.

Agradeço aos que cruzaram suas trajetórias com a minha. Aos professores, intelectuais em itinerância, com os quais tive o prazer e o privilégio de estar em contato durante esse processo. Agradeço aos mentores e amigos de Viçosa, Thiago Mota e Raquel Lima, pelos conselhos, pelos direcionamentos, pelo apoio, e pela amizade, sem vocês eu não teria chegado muito longe. Agradeço à UFMG por ter me acolhido, aos professores, servidores, e colegas com quem compartilhei os espaços e os momentos de troca e aprendizado. Também agradeço à universidade pública pela estrutura que me foi disponibilizada, pelas condições de trabalho possíveis, que perpassam, mas não se encerram, no acesso a uma bolsa de estudos, fornecida pela Capes por meio de Programa de Excelência Acadêmica, um dos recursos que me permitiram concretizar esta pesquisa.

Agradeço à banca do exame de qualificação, à professora Mariana Silveira e ao professor Jerry Dávila, que além de serem minhas inspirações de uma prática intelectual e

docente, forneceram importantíssimos insights para aprimorar não só essa, mas todas as minhas incursões pela academia. Reservo um agradecimento especial ao meu orientador, professor Alexandre Marcussi, pelo tempo, pelo compromisso, pela dedicação e pelo conhecimento que me foram cedidos nesses anos de trabalho, qualidades que desafiam as definições humanas de excelência. Um profissional e uma pessoa excepcional, sensível, sincero e sempre solícito com minhas, nem sempre lineares e oportunas, reflexões (e surtos). Obrigado pela paciência e pelo incentivo nesses anos de pesquisa, obrigado por ter me orientado ao longo de um caminho em que muitas vezes me perdi.

Por fim, meu último agradecimento vai para Rosali e Roberto Dantas, por terem me acolhido em sua casa e compartilhado comigo suas memórias. Em última instância esse trabalho é sobre um pai e um filho. Sobre Souza Dantas e sobre Dantas, já que foi a memória de um, preservada e guardada pelo outro, que me permitiram escrever o que aqui está escrito. Essa pesquisa fala sobre Raymundo, mas também fala sobre Roberto, fala sobre lembranças sobre nomes rasurados, sobre vidas compartilhadas. Essa pesquisa é sobre nós, e para nós.

Agradeço às encruzilhadas. Aos encontros, desencontros, percalços e avanços. Agradeço aos fins e aos começos, aos que se foram, e aos que virão. Agradeço a quem lê, a quem escuta, a quem enuncia, e a quem transforma os sentidos das palavras e das coisas. Agradeço ao tempo, por se refazer.

RESUMO

O foco deste trabalho foi entender as intervenções de Raymundo Souza Dantas, escritor, jornalista e primeiro embaixador negro brasileiro, no cenário político e intelectual do Brasil entre 1960 e 1974. Neste sentido, percebo as formulações de Souza Dantas atravessadas por tradições do pensamento africano e afrodiaspórico construídas em diálogos atlânticos. Esses diálogos se manifestam a partir da mobilização dentro da obra do autor da *tradição do retorno*, um dos discursos evocados para compreender a relação entre os povos da diáspora e o continente africano, ecoado a partir de sua missão como embaixador do Brasil em Gana entre 1961 e 1963. Essa mobilização se desdobra nos itinerários intelectuais de Souza Dantas visando elaborar respostas para um contexto brasileiro de profundas modificações políticas e sociais. A partir do corpo documental reunido, composto por textos, obras e entrevistas publicadas, bem como um acervo inédito de seu arquivo pessoal, foi possível traçar um perfil intelectual de Souza Dantas, analisando como o processo de construção identitária elaborado pelo autor, se conecta à sua experiência no continente africano como embaixador. Diante dessa conjunção, percebo como a instrumentalização do *retorno* na construção de seus argumentos se desenvolve de forma ambivalente na argumentação do autor, servindo como base das críticas e do apoio a uma retórica estatal marcada pela utilização da democracia racial como uma chave de leitura para compreender a configuração racial brasileira. Dessa conexão nascem as formulações que orientam as reflexões deste estudo: o “negro de outro mundo” e “o brasileiro negro”, ideias criadas para compreender e se posicionar diante dos discursos que estabeleciam relações de proximidade entre cultura/identidade e política/cidadania no contexto de gestação da política africana do Brasil. A partir desta análise, foi possível identificar e evidenciar as particularidades do pensamento de Raymundo Souza Dantas, destacando-o como um intelectual negro cujas intervenções nos fornecem perspectivas para entender as relações estabelecidas entre cidadania e identidade no Brasil da segunda metade do século XX.

Palavras-chave: raymundo souza dantas; política externa brasileira; pensamento social negro; democracia racial

ABSTRACT

This thesis aims to understanding the interventions of Raymundo Souza Dantas, a writer, journalist, and the first black Brazilian ambassador, in the political and intellectual scenario of Brazil between 1960 and 1974. In this regard, I regard Souza Dantas's formulations as influenced by traditions of African and black diasporic thought, constructed through Atlantic dialogues. I emphasize the way he mobilizes the *tradition of return*, one of the discourses invoked to comprehend the relationship between the black peoples of the diaspora and the African continent, aiming to provide responses to a Brazilian context undergoing profound political and social changes. In the face of this conjunction, I underscore the ambivalences in the way of the author manages the concept of *return*, for it is simultaneously used to offer critique and support to a state rhetoric marked by the use of racial democracy as a key to interpreting the Brazilian racial configuration. Drawing from a documentary corpus consisting of texts, works, and published interviews, as well as an unpublished collection from his personal archive, it was possible to draw an intellectual profile of Souza Dantas. The analysis explores how the author's process of identity construction is connects to his experience on the African continent as an ambassador. From this connection arise the formulations that guide the reflections of this study: the "black man from another world" and the "black Brazilian," ideas created to comprehend and position oneself in response to discourses establishing proximity between culture/identity and politics/citizenship in the context of the gestation of Brazil's foreign policy for Africa. Through this analysis, it became possible to identify and highlight the particularities of Raymundo Souza Dantas's thought, positioning him as a black intellectual whose interventions provide perspectives to understand the relationships established between citizenship and identity in Brazil in the second half of the 20th century.

Keywords: raymundo souza dantas; brazilian foreign policy; black social thought; racial democracy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Reencontro.....	19
Retorno	36
Trajetória.....	42
1. IDENTIDADES RETORNADAS.....	48
1.1 Diálogos transatlânticos.....	50
1.2 Comunidades transoceânicas	57
1.3 Retorno e lusotropicalismo	73
1.4 A chaga do degredo	79
2. UMA POLÍTICA DE COMPLEXOS	94
2.1 Contradição e identidade nas relações Brasil-África.....	96
2.2 O legado de uma missão condenada.....	110
3. O BRASILEIRO NEGRO	116
3.1 Depois de <i>África Difícil</i>	117
3.2 Democracia racial e realização	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	150
Fontes.....	150
Bibliografia:.....	152

INTRODUÇÃO

“De qualquer forma, deve sentir-se em casa, não? — indagou com uma gargalhada”. Foi o que Raymundo Souza Dantas, romancista, jornalista e naquele momento embaixador plenipotenciário do Brasil em Gana, Togo e Daomé, ouviu na tarde do dia 13 de fevereiro de 1963 em Acra, capital de Gana, enquanto atendia à sua primeira recepção diplomática desde que reassumira o posto após as férias de três meses no Brasil.¹ Raymundo, sergipano, marido de Idoline, pai de Roberto, Isa e Miguel. De origem pobre e semianalfabeto até os vinte e poucos anos. Negro. Desta vez, sozinho, do outro lado do Atlântico, a milhares de quilômetros de Estância, sua cidade natal, e do Rio de Janeiro, onde residira nas últimas décadas. Como poderia ele sentir-se em casa?

Refletindo sobre a frase de Martin Appiah Danquah² chego à conclusão de que, por motivos vários, todos relevantes, eu não poderia sentir-me em casa. Nem mesmo por ser negro, considerado descendente de africano. *O meu mundo é outro*, como também a minha civilização, apesar de todos os pontos de contato e familiaridades existentes entre os dois universos. Tudo, porém, que se passa aqui, interessa-me fundo, pois sou daqueles que têm a preocupação *do seu Continente e da África*.³

Para argumentar que Acra não era sua casa, Souza Dantas aumenta o escopo da sua argumentação: nem Acra, nem Gana, nem a África poderiam ser seu lar, aquele lugar não era nem mesmo o seu mundo. A ideia de um mundo separado surge em diversos momentos da narrativa de sua mais famosa obra, *África Difícil: Missão condenada, diário*, publicada em 1965, dois anos depois do término de sua missão como embaixador no continente africano. Os termos variam em cada passagem, mas a ideia permanece. “Sou criatura de outro mundo”, “homem de outro mundo”, “de outra civilização”, “negro de outra civilização”, “negro de outras latitudes”, “negro de outro mundo”.⁴ A repetição enfatiza o seu desconforto. A ênfase dá forma à sua argumentação: seu corpo negro não era a imagem simbólica de uma ponte sobre o oceano que separava o Brasil da África, sua experiência viva representava, na prática, a distância que apartava as duas margens.

¹ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada, diário*. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 35.

² Martin Appiah Danquah foi um dos idealizadores da política cacauceira do governo de Kwame Nkrumah, liderando também a *United Ghana Farmers Cooperative Council* (UGFCC). A UGFCC foi formada para organizar e prestar assistência a agricultores, pescadores e trabalhadores de cooperativas ainda durante a dominação britânica, estando associada a interesses políticos do *Convention People's Party*, (Partido da Convenção do Povo), o CPP.

³ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada, diário*. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 35 (grifo meu).

⁴ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada, diário*. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 14; 35; 34; 36; 30-31; 37.

O movimento de afirmar a distensão, observado nestes excertos, mas também perceptível em outras passagens do livro, surgiu da necessidade de validar a própria experiência:

Na tentativa de estabelecer intimidade maior, na minha convivência de dois anos com o ganense, não precisei fazer-me negro entre negros, conforme pretendia alguém, para melhor compreender a alma do africano. Por motivos óbvios, não me seria difícil passar por um nativo, mas havia outros, sem qualquer relação com a cor e sim com o meu modo de ser e de ver as coisas, sendo como sou homem de outro mundo, que obstacularam-me a intimidade na medida do desejado.⁵

Na reflexão que abre *África Difícil*, antes de iniciar a narrativa em forma de diário que ocupa grande parte da obra, o autor salienta:

Já se afirmou, com acerto, [nós brasileiros] termos mais condutos com o mundo africano do que com qualquer um outro, apontando-se as sobrevivências, familiaridades, problemas e reivindicações comuns. Foi valendo-me desses fatos, que busquei intimidade maior, alcançando apenas comunicabilidade em que prevaleceu, como elemento aproximativo, não a minha cor nem a minha procedência, repito, mas o meu empenho em melhor compreender e julgar fenômenos da nova África, em cujo panorama, Gana desponta como o de mais amplas perspectivas desenvolvimentistas.⁶

A preocupação de Souza Dantas em afirmar que os resultados do seu trabalho, tanto os sucessos, quanto os fracassos, não eram consequências de uma ligação racial apriorística é parte central da retórica a respeito de seu tempo como embaixador. Apesar da escrita elusiva, e em alguns momentos críptica, é possível encontrar pistas daquilo que o assombrava, como no trecho acima, em que o autor diz “não precisei fazer-me negro entre negros, conforme pretendia alguém”, ou na passagem: “muitos afirmam que devo ao fato de ser negro os poucos sucessos alcançados, como Embaixador do Brasil num país cuja tônica é a afirmação do negro em todas as frentes e oportunidades”.⁷

Estes são vestígios das perguntas que Souza Dantas responde constantemente nas páginas de seu “diário”. Perguntas sobre as quais a historiografia concentrou-se mais para entender a Política Externa Independente do presidente Jânio Quadros do que para compreender as inquietações do intelectual negro Raymundo Souza Dantas. Nestas inquietações residem meu interesse. Busco compreender, em um exercício de exegese dos textos produzidos e compartilhados por Souza Dantas, como esse autor permite o vislumbre de conexões entre a intelectualidade negra brasileira e o cenário africano e afrodiaspórico mais amplo que vivia, na década de 1960, um momento sem precedentes, causado pelas independências das antigas

⁵ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil*: missão condenada, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 14.

⁶ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil*: missão condenada, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 14.

⁷ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil*: missão condenada, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 14.

possessões europeias no continente africano e pela eclosão dos debates sobre a questão racial em amplas latitudes nas Américas. Proponho um exercício que mobilize Raymundo Souza Dantas e suas ideias rumo a um mergulho nas rotas e encruzilhadas de um Atlântico que define e transforma a modernidade ocidental observado a partir do Brasil, considerando as especificidades de um contexto em que o binômio raça e nação ocupam lugar central na esfera pública.

É relevante compreender as relações que Souza Dantas estabeleceu com as questões, políticas e discursos raciais brasileiros da época e como esses elementos se relacionavam com o continente africano. Essa iniciativa visa conhecer e reconhecer seu pensamento a partir de um encontro com sua figura no lugar de intelectual afrodiaspórico. Um movimento que requer que suas formulações sejam compreendidas de forma interconectada com as tradições do pensamento negro do século XX, que se constituem no que Paul Gilroy denomina de Atlântico negro.⁸ Essas conexões permitem compreender sua trajetória, bem como a trajetória de suas ideias, nos diálogos e correntes que marcam a produção intelectual contemporânea e transcendem as fronteiras nacionais, interligando pessoas, lugares, políticas e culturas geográfica e historicamente diversas.

Buscando uma abordagem que explore o Atlântico negro a partir do contexto brasileiro, este trabalho se concentra em uma tradição⁹ específica, que reconheço como “tradição do retorno”, para compreender a produção e a atuação de Raymundo Souza Dantas. O conceito de *retorno* abrange um conjunto de práticas culturais, formulações conceituais, propostas políticas e posicionamentos intelectuais que consideram o continente africano como o local de origem dos povos negros da diáspora, para o qual eles estariam retornando ou seriam destinados a retornar. A África é entendida como um passado tangível e um futuro acessível, um lugar que,

⁸ GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2012. Ao trabalhar as potencialidades metodológicas da obra de Gilroy, Mariana Abreu sintetiza o conceito de Atlântico negro, diluindo na obra homônima do sociólogo britânico. Nas palavras de Abreu: “Gilroy conceitua o Atlântico negro como uma unidade de análise e como um paradigma analítico, referindo-se, por um lado, às pessoas de ascendência africana que tiveram a migração como ponto de inflexão em suas práticas político-culturais, e, por outro, à importância do movimento, da viagem e da estética para a compreensão de fenômenos envolvendo esse grupo”. ABREU, Mariana. Dimensões metodológicas do Atlântico Negro: revisitando a obra de Paul Gilroy. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, n. 109, p. 1-15, 2022. p. 2.

⁹ O termo *tradição* tem um lugar complexo neste trabalho. Mobilizo este conceito para pensar o Atlântico negro de Gilroy como um repositório de tradições “modernas” que moldaram as políticas e as culturas negras na diáspora. Encaro essas tradições a partir da definição que Hans-Georg Gadamer constrói para pensar as continuidades presentes na experiência histórica humana. Trabalharei a fundo essa conceituação logo à frente, mas acredito que seja válido pontuar que não me refiro aqui a uma definição que contrapõe moderno e tradicional em uma dicotomia simplista, ou mobilize a ideia de tradição para fazer referência a práticas “ancestrais” de organização de uma população ou grupo em um passado engessado a serviço de uma retórica de tempo linear e progressivo. GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

física e metafisicamente, poderia ser reivindicado por estas comunidades unidas, entre si e ao continente, por uma identificação racial.

No Atlântico Norte destaca-se o movimento *back to Africa*, que visava à migração de negros norte-americanos livres para o continente africano desde o início do século XIX. Esse movimento, iniciado pela atuação da *American Colonization Society* (ACS), fundada em 1817, esteve ligado à criação da Libéria como uma colônia estadunidense em 1822. O *back to Africa* é reconhecido pela participação de célebres intelectuais negros norte-americanos e caribenhos como Marcus Garvey, Alexander Crummel e Edward Blyden. Na porção sul do Atlântico¹⁰ essa tradição se manifesta no processo de migração de negros libertos e seus descendentes do Brasil para a costa ocidental da África, empreendida desde finais do século XVIII. Esses brasileiros repatriados estabeleceram comunidades no Togo, Nigéria, Gana e Benin, e ficaram conhecidos como agudás, “brasileiros” ou taboms (no caso da comunidade de retornados de Acra).

Além disso, este trabalho reconhece as formas pelas quais o *retorno* se vincula aos projetos nacionais do Brasil ao longo dos séculos XIX e XX e está presente nos discursos da política externa brasileira, especialmente a partir da década de 1960. Durante esse período, tanto os governos de Jânio Quadros e João Goulart, como os da primeira década da ditadura militar, adotaram o lusotropicalismo e a democracia racial, conceitos baseados nas teses de Gilberto Freyre, para nortear sua política externa que se voltava às nações africanas recém independentes. Foi concedido um lugar central ao continente africano e, conseqüentemente, às comunidades de descendentes de brasileiros na África, na retórica diplomática da época, ressaltando as supostas afinidades históricas e, em alguma medida, raciais entre o Brasil e a África.

Entrecruzando-se com o discurso culturalista desenvolvido pela diplomacia brasileira a partir da década de 1960, destaca-se o florescimento de discussões que aproximam as discussões dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro, do multiculturalismo¹¹ como forma de inserção das reivindicações políticas de minorias nas

¹⁰ Luís Felipe de Alencastro distingue as particularidades, geográficas, políticas e históricas do Atlântico Sul, destacando três períodos distintos para compreender sua construção enquanto espaço geopolítico relevante nas dinâmicas históricas da modernidade ocidental. O primeiro período pode ser delimitado entre 1500 com a chegada de Portugal na costa brasileira até 1850 com o fim do tráfico atlântico de africanos escravizados, o segundo se estende até as independências africanas que inauguram um terceiro momento que dura até os dias de hoje. Para este trabalho são particularmente interesses os momentos de transição entre estes períodos, em meados do século XIX com o fim do tráfico de escravos, e meados do século XX com a descolonização e criação de novas relações atlânticas entre o Brasil e o continente africano. Cf: ALENCASTRO, Luís Felipe de. As três eras do Atlântico Sul. *Revista USP*, n. 123, p. 13-28, 2019.

¹¹ A definição de multiculturalismo utilizada neste trabalho conversa diretamente com as reflexões de Stuart Hall em seu ensaio “A questão multicultural” no qual o autor se debruça sobre as diferentes acepções de

agendas dos Estados nacionais. Esses movimentos fazem parte de um contexto mais amplo de disputa pelos significados de raça e nação no pós guerra, e se conectam diretamente com as formas de inserção e intervenção de Souza Dantas como um intelectual negro.

Diante disso, este trabalho analisa a obra e a atuação institucional de Raymundo Souza Dantas entre 1961 e 1974. Esse recorte nos fala sobre o período em que se concentram as reflexões do autor sobre o continente africano e a questão racial brasileira, assim como corresponde ao intervalo em que Souza Dantas esteve ativamente envolvido com a política externa brasileira, atuando como embaixador de 1961 a 1963, realizando viagens ao continente africano financiadas pelo governo brasileiro em 1966 e 1967, e coordenando o setor de relações públicas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) entre 1968 e 1974. A partir de 1974 percebo um arrefecimento em sua produção intelectual sobre a África,¹² dedicando-se Souza Dantas às atividades ligadas a sua vocação jornalística, visto que a publicação de resenhas em jornais foi algo que executou até o fim da vida, e aos debates sobre a política brasileira e a redemocratização, questões centrais na virada da década de 1980.

Para além desses fatores, que podemos considerar internos em sua trajetória, a delimitação que vê a primeira metade da década de 1970 como marco final deste recorte se faz

multiculturalismo demonstrando a pluralidade de visões, e críticas, que incidem sobre o termo. Essa multiplicidade de perspectivas demonstra o intenso debate em torno da questão e sugere sua pertinência na busca por incorporar às sociedades da modernidade tardia as visões e contribuições de grupos marginalizados historicamente. Desta forma a ideia de multiculturalismo é substantiva, se refere a um conjunto de políticas e práticas desenvolvidas pelos governos para administrar ou governar problemas de diversidade gerados por sociedades multiculturais, uma forma de articular demandas de minorias, definidas em torno de diferenças culturais, de raça e gênero, no seio da política dos Estados Nacionais modernos no último quartel do século XX. Cf: HALL, Stuart. A questão multicultural. In: SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

¹² Souza Dantas publicou, entre artigos, livros e ensaios, 24 trabalhos no período de 1962 a 1974 a respeito do continente africano. Foram 13 publicações exclusivamente dedicadas à temática dos retornados; 3 publicações que trataram das produções culturais africanas (arte material, teatro e romance), e as demais tratando de problemas políticos na África e sua missão como embaixador, dentre elas *Miragem Africana* (1964); *África Difícil* (1965a) e *Sentimento Africano* (1966), obras com maior fôlego que trataram em alguma medida de todos estes tópicos. Percebo a revitalização do interesse de Souza Dantas pelo continente africano entre 1981 e 1983, quando o autor participou do 1.º e 2.º Seminário Internacional Brasil-África em 1981, do Encontro Nacional Afro-brasileiro em 1982 e publicou o artigo “Dimensão política do romance africano” na revista *África* da USP, no entanto essas reflexões se constroem em grande parte em torno de sua preocupação na virada da década de 1980 com a redemocratização, tema que merece atenção exclusiva em outra oportunidade. Cf.: SOUZA DANTAS, Raymundo. Alocução. (3ª Sessão do 1º Seminário Internacional Brasil-África no período de 4 a 7 de agosto de 1981- Rio de Janeiro. Sessão: A Cooperação Cultural América Latina - África). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, v. 6-7, p. 85, 1982b; SOUZA DANTAS, Raymundo. Notas sobre as relações Brasil-África no início dos anos 1960. (5ª Sessão do 2º Seminário Internacional Brasil-África no período de 4 a 7 de agosto de 1981- Rio de Janeiro. Sessão: Relações Brasil-África: análise e perspectivas). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, v. 6-7, p. 163-166, 1982c; SOUZA DANTAS, Raymundo. Comunicação. (Encontro Nacional Afro-brasileiro no período de 29 de julho a 1º de agosto de 1982-Rio de Janeiro. Sessão: O negro nas relações Brasil-África). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos. v. 8-9, p. 179-181, 1983a; DANTAS SOUZA, Raymundo. Dimensão política do romance africano, *África*, n. 6, p. 59-69, 1983b.

produtiva por fatores externos ao autor. O ano de 1974 marca o fim da guerra colonial entre Portugal e suas possessões no continente africano. A Revolução dos Cravos e a independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau podem ser entendidas como o encerramento de um modelo de execução das relações internacionais brasileiras com Portugal e suas ex-colônias, algo que impactou a relação do Brasil com todo o continente africano. O processo de descolonização alcançava uma nova fase que exigia que o Brasil, com seu posicionamento diplomático historicamente ambíguo, buscasse novas formas de se aproximar do continente africano sem se pautar pelos interesses portugueses ou ceder à sua constante pressão diplomática.¹³ Esse movimento desencadeou uma mudança significativa na política externa do Brasil em relação à África, criando, a partir de 1974, uma política africana de fato assertiva, sem os constrangimentos do colonialismo português, marcada pelo envio de diversas missões comerciais e pelo estabelecimento de acordos econômicos bilaterais com as nações africanas independentes.¹⁴ Essas mudanças diminuíram o papel dos intelectuais mobilizados desde o início da PEI de Jânio Quadros, dentre eles Raymundo Souza Dantas.

Ao longo deste trabalho evidencio o lugar preponderante que as imagens sobre o continente africano tiveram na construção dos debates sobre identidade, raça e nação no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, partindo das contribuições de um intelectual negro, cuja produção se interliga de formas complexas e não lineares com as trajetórias de sujeitos afrodiaspóricos e políticas nacionais que marcam a formação das identidades negras na diáspora e no continente africano. Essa incursão pelo Atlântico negro tem a hermenêutica como veículo de compreensão, uma chave de leitura que permite evidenciar não só as distâncias temporais e espaciais presentes no mundo construído sobre, e nas margens, do Atlântico pelas quais as experiências da diáspora negra se desenrolam, mas também suas conexões, encruzilhadas e contradições. Um exercício que vê nas itinerâncias, tanto das ideias quanto dos sujeitos, formas de compreender as relações entre nação, raça, identidade e cidadania no Brasil da segunda metade do século XX.

Neste sentido, reconheço como a proposta intelectual e política de Raymundo Souza Dantas articula as relações entre Brasil e África e a pauta antirracista para elaborar uma identidade nacional em que a raça não fosse um caractere definidor do acesso à cidadania. A sublimação da dupla consciência de Souza Dantas,¹⁵ apartada entre ser negro, e portanto, ser

¹³ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 139-142.

¹⁴ SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996, p. 123.

¹⁵ As confluências do pensamento de Souza Dantas com o intelectual norte-americano W.E.B. Du Bois são um tema interessante para incursões futuras nas tradições intelectuais no Atlântico negro. A ideia de dupla consciência

alvo constante da discriminação racial, e ser brasileiro, recurso necessário para usufruir de uma cidadania plena fornecida por um Estado moderno antirracista, acontece na caracterização do embaixador de “um negro de outro mundo”, um “brasileiro negro”, que em última instância é o negro ocidental, moldado pela experiência nacional brasileira arraigada na democracia racial de Gilberto Freyre.

Souza Dantas é entendido neste trabalho como um dos pontos de convergência das questões que povoam não apenas as contracorrentes do Atlântico negro, mas se avultam em todo o globo em meados do século XX. Sua experiência enquanto embaixador e intelectual negro o insere nos espaços de sociabilidade e discussão nos quais se transformam e se reconfiguram os signos e os significados que marcaram o pensamento social e político africano e afrodiaspórico de sua época redefinindo também as formas de luta política e mobilização social. A necessidade de se fazer “negro de outro mundo” é apenas uma das formas pelas quais o primeiro embaixador negro brasileiro visita, se apropria, e se distancia do léxico do *retornar*, enquanto formula suas próprias repostas para entender o cenário brasileiro e suas maneiras particulares de articular cidadania e identidade a partir da construção de discursos que nublam as fronteiras entre raça e nação. Neste sentido, uma análise de sua obra e vida oferece caminhos para compreender os trânsitos e as itinerâncias empreendidos pelos sujeitos e pelas teorias gestadas nas margens do Atlântico negro observado a partir do Brasil.

No primeiro capítulo, intitulado “Identidades retornadas”, abordarei os aspectos de uma tradição do *retorno* que se manifesta por meio de práticas de contato e diálogos atlânticos, baseando-me nas trajetórias dos brasileiros que, ao “retornar”, se estabeleceram na costa ocidental da África na primeira metade do século XIX, formando comunidades “brasileiras” que existem até os dias de hoje. Destacarei o interesse e o trabalho intelectual realizado por Souza Dantas, iniciado a partir de sua viagem ao continente africano como embaixador no início da década de 1960, com o objetivo de compreender como ele entende e utiliza os elementos dessas identidades retornadas para dar sentido à sua própria experiência atlântica. Neste capítulo, analisarei a produção intelectual de Souza Dantas evidenciando como ele mobiliza elementos das identidades retornadas, elaboradas em um processo dialógico e transoceânico, em conjunção com a retórica do lusotropicalismo e da democracia racial, elementos presentes no discurso culturalista da política externa brasileira, para dar sentido à sua experiência como

desenvolvida no início do século XX em *As almas da gente negra*, tem inúmeros paralelos com as formulações nacionalistas de Souza Dantas na década de 1960. Foram estas conexões que me impulsionaram a analisar Souza Dantas a partir do paradigma do Atlântico negro de Gilroy. DU BOIS, William Edward Burghardt. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999. p. 54.

“negro de outro mundo”. A partir dessa análise proponho uma chave de leitura que enxergue as continuidades e contradições nas políticas executadas pelo Estado brasileiro que pensaram o lugar das populações negras no pós-abolição tendo o continente africano como horizonte de ação e teorização. Destacando o desenvolvimento das políticas externas voltadas ao continente africano na década de 1960, baseadas na promoção internacional da democracia racial e do discurso lusotropicalista, demonstrarei como essas políticas dialogam com uma tradição que, manifestada no campo da política externa, tem na experiência atlântica de Raymundo Souza Dantas um momento de evidente ambivalência e contradição. Um exercício propositivo que almeja compreender como a política que buscava aproximar o Brasil da democracia racial das nações africanas recém-independentes foi tensionada pela figura de um de seus principais porta-vozes. Uma tensão que expôs a fragilidade não apenas dessa política internacional, mas também da mobilização do *retorno* como forma de contato e compreensão da África e de seus contextos históricos.

No segundo capítulo, “Uma política de complexos” investigarei as formas como Souza Dantas se conectou com a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, localizando-o em uma encruzilhada atravessada pelas ambiguidades criadas pelo discurso culturalista que embalou os contatos do Brasil com as nações recém-independentes da África na década de 1960. Também demonstrarei como as contradições e os problemas existentes na diplomacia brasileira foram lidas pelo embaixador, discutindo como essas leituras foram materializadas em suas obras, e mobilizadas na construção de sua identidade enquanto sujeito negro, e “negro de outro mundo”.

O terceiro capítulo, “O brasileiro negro”, discute as formas de intervenção política voltadas para o contexto interno brasileiro, executadas por Souza Dantas após sua experiência como embaixador, demonstrando a plasticidade de seus argumentos e sua vinculação com um projeto nacional de cidadania pautado pela efetivação da democracia racial. Analisarei as proposições do autor, relacionando suas intervenções sobre a questão racial e política brasileira, com as políticas de realização¹⁶ das populações negras nos Estados modernos. Ao longo desse capítulo também investigo as formas de intervenção construídas por Souza Dantas, construindo

¹⁶ A ideia de políticas da realização (*politics of fulfillment*) é um conceito empregado por Paul Gilroy para discutir os discursos e práticas desenvolvidos pelos descendentes dos escravos ao reivindicar que a sociedade civil burguesa cumpra suas próprias promessas. Essa “política” almeja, e se volta para a construção de uma sociedade futura capaz de realizar a promessa social e política que o presente se mostra incapaz de cumprir. Neste sentido, a luta pela cidadania, a conquista dos direitos e a incorporação do negro nas sociedades pós-escravidão se configuram como formas de lutar pela realização plena da modernidade tomando como base suas aspirações humanistas e universalistas. Trata-se, para Gilroy, de uma política realizada de dentro da modernidade, utilizando seu próprio léxico conceitual. Cf: GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2012.

a partir do léxico e da gramática conceitual dos quais o autor se vale, uma leitura que enxergue as particularidades¹⁷ da trajetória intelectual do ex-embaixador. Este exercício reconhece a primazia do debate sobre cultura e política dentro da obra de Souza Dantas, ressaltando as formas como esses conceitos são articulados, contrapostos e associados em seus argumentos.

Por fim, reservo as considerações finais deste trabalho para retomar o percurso argumentativo tomado, demonstrando os diálogos e tensões que a figura, a obra e a trajetória de Raymundo Souza Dantas estabelecem com as formas de entender e fazer política do nosso tempo presente.

Reencontro

Até o momento da escrita deste trabalho, o Brasil teve apenas duas pessoas negras ocupando o cargo de embaixador, um dado que espero em breve precisar corrigir.¹⁸ Nos dois séculos que se passaram desde a independência apenas *duas* pessoas negras representaram o Brasil,¹⁹ em terras internacionais. O mesmo Brasil construído sobre o trabalho, o suor e o sangue de milhões de mulheres e homens negros, livres, libertos ou escravos.

Em 2011, os portais on-line de informações ligados ao movimento negro e à discussão racial no Brasil noticiavam sob manchetes otimistas a nomeação do “primeiro embaixador

¹⁷ Dentre as definições que o próprio autor se concede se destaca a ideia de ser um sujeito “permeável” e “sensível” às condições da realidade política e intelectual do Brasil. Esses adjetivos caracterizam sua autoimagem como um intelectual “individualista”, percebendo sua trajetória e intervenção localizadas no campo da realização pessoal em detrimento da militância política organizada. A ideia de atuar “individualmente” está profundamente ligada às formas como Souza Dantas interveio nos debates políticos de sua época: sua desilusão com o Partido Comunista, suas críticas ao movimento negro organizado e sua recusa de uma identidade racial estática como forma de acesso à cidadania são elementos dessa posição, que tangencia toda a argumentação deste trabalho. Cf: COSTA, Haroldo. Raymundo Souza Dantas: ex-embaixador brasileiro em Gana. In: COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro: Record. 1982a.

¹⁸ Embaixador é a nomenclatura utilizada para designar uma das mais importantes funções na carreira diplomática de um país. Um diplomata de carreira, designação dada aos que seguem carreira dentro do Ministério das Relações Exteriores, tem uma longa e complexa trajetória antes de tornar-se elegível para ocupar este cargo, um caminho que requer, no mínimo, quinze anos de experiência na área, a nomeação pelo chefe do Executivo e a clivagem do Senado. O presidente da República pode também nomear um membro da sociedade civil que, cumprindo os critérios legais da designação, ainda precisa passar pela aprovação do Senado para ser efetivamente empossado. O embaixador é o chefe de uma missão permanente no exterior e representa no país em que se estabelece os interesses de sua nação de origem. É um cargo com função eminentemente política e sua atuação está intimamente ligada aos interesses nacionais que representa. Neste trabalho, apresentarei outros cargos diplomáticos ocupados por pessoas negras, como o de cônsul, secretário, adido cultural ou diplomata. Contudo, essas funções não contam com o prestígio, nem remetem ao poder político e diplomático que a função de embaixador prevê. Essa distinção é importante neste estudo para sinalizar a relevância que o cargo de embaixador ocupa na política externa de um país, além dos desdobramentos que a presença ou a ausência de determinados estratos da população nesta função têm quando pensadas em um Estado democrático moderno.

¹⁹ A existência do Ministério das Relações Exteriores (MRE) remonta o ano de 1823, com a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, ainda que, somente em 1889, com a Proclamação da República, a pasta recebeu o nome que carrega até hoje.

negro brasileiro”.²⁰ Benedicto Fonseca Filho trabalhou nas embaixadas de Washington, Buenos Aires, Acra, Tel Aviv e Praia. Também participou de missões junto às Nações Unidas em Nova York, entre 2004 e 2007.²¹ Em 2011, quando foi nomeado embaixador, atuou como diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, assumindo posteriormente o cargo de Cônsul-Geral do Brasil em Boston. Fonseca Filho voltou a ter destaque na mídia recentemente em razão de sua nomeação como embaixador na África do Sul pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.²²

Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*²³ na época de sua primeira nomeação, Fonseca Filho mobilizou memórias que marcaram sua trajetória na carreira diplomática. Dentre elas o fato de seu pai ter sido contínuo no prédio do Ministério, um acontecimento que atesta sua origem humilde e o trabalho hercúleo empreendido no processo de se tornar um diplomata. O embaixador também relembra o momento do seu ingresso na carreira diplomática, em 1985. “Quando saiu a lista dos aprovados, um jornal de Brasília fez uma matéria que dizia: ‘Mulher e negro passam em primeiro lugar no Rio Branco’. A mulher foi o primeiro lugar e eu, o segundo”.²⁴ A questão racial também aparece quando relembra sua primeira visita à Organização das Nações Unidas, marcada pelo espanto de outros diplomatas com a presença de um negro na delegação brasileira.²⁵ Esses elementos, relacionados às condições de desigualdades vivenciadas no Brasil, revestem a memória do embaixador e se interligam com a história de discriminação racial do Ministério das Relações Exteriores que já vem há muito tempo sendo apontada e questionada pelo movimento negro.²⁶

²⁰ BENEDICTO FONSECA FILHO: Enfim um embaixador negro brasileiro! In: *Portal Geledés*, 6 jan. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/benedicto-fonseca-filho-enfim-um-embaixador-negro-brasileiro/>. Acesso em: 5 abr. 2023; PINTO, Taina Regina. Benedicto Fonseca Filho, primeiro embaixador negro. In: *Primeiros Negros*, 2011. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/benedicto-fonseca-filho-primeiro-embaixador-negro/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

²¹ BENEDICTO DA FONSECA vai deixar consulado do Brasil em Boston para chefiar embaixada na África do Sul. In: *Brazilian Times*, 7 dez. 2022. Disponível em: <https://www.braziliantimes.com/comunidade-brasileira/2022/12/07/benedicto-da-fonseca-vai-deixar-consulado-do-brasil-em-boston-para-chefiar-embaixada-na-africa-do-sul.html>. Acesso em: 5 abr. 2023.

²² DIPLOMATA Benedicto Fonseca Filho vai chefiar embaixada na África do Sul. In: *Senado Notícias; Agência Senado*, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/23/diplomata-benedicto-fonseca-filho-vai-chefiar-embaixada-na-africa-do-sul>. Acesso em: 5 abr. 2023.

²³ ROCHA, Juliana. Minha história Benedicto Fonseca Filho, 47. In: *Folha de S. Paulo*, 6 jan. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0601201107.htm>. Acesso em: 5 abr. 2023. É válido pontuar que a maioria das fontes que citam a trajetória de Benedicto Fonseca Filho se baseiam, ou mesmo copiam, esta matéria da *Folha de S. Paulo*.

²⁴ ROCHA, Juliana. Minha história Benedicto Fonseca Filho, 47. In: *Folha de S. Paulo*, 6 jan. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0601201107.htm>. Acesso em: 5 abr. 2023. Ibid.

²⁵ ROCHA, Juliana. Minha História Benedicto Fonseca Filho, 47. In: *Folha de S. Paulo*, 6 jan. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0601201107.htm>. Acesso em: 5 abr. 2023.

²⁶ KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Sagga, 2021. p. 97-117.

Em 2022, com a nomeação de Fonseca Filho para a embaixada do Brasil em Pretoria, na África do Sul, pelo então presidente Jair Bolsonaro, o nome do embaixador voltou à mídia. A ideia de que esse movimento representava um avanço na diplomacia brasileira, e um ponto positivo do governo Bolsonaro, fez parte da retórica das veiculações que envolveram o nome de Fonseca Filho. A convicção de que Fonseca Filho seria o primeiro embaixador negro brasileiro continuou presente,²⁷ sendo até mesmo utilizada pelo discurso pró-Bolsonaro como um alibi²⁸ diante das acusações de racismo recebidas durante todo o governo do ex-presidente brasileiro.

A recepção da mídia em relação à trajetória diplomática de Fonseca Filho ilustra a ausência taciturna de um personagem cujo nome foi sendo rasurado de uma memória coletiva que categoriza os grandes nomes do passado e suas eventuais conquistas “precursoras”. De alguma forma, o nome do primeiro embaixador negro do Brasil havia sido esquecido. Raymundo Souza Dantas, o personagem que abre as discussões desse trabalho, sujeito midiático, protagonista de polêmicas e profundamente inserido nos círculos de intelectualidade negras da segunda metade do século XX, havia sido de alguma forma obscurecido nos corredores labirínticos da história. Em um artigo sobre a ausência de pessoas negras e mulheres na história da diplomacia brasileira publicado em 2018, um trabalho acadêmico e formalmente estruturado, Benedicto Fonseca Filho é retratado novamente como o primeiro embaixador negro brasileiro, mais uma vez o nome de Souza Dantas esteve ausente.²⁹

É válido questionar a utilidade das classificações que atribuem primazia ou caráter de precursor a sujeitos históricos, em especial quando consideramos que a presença pioneira de minorias³⁰ em lugares historicamente negados serve como discurso de apagamento de um

²⁷ FABRICIUS, Peter. Brazil to send its first black ambassador, Benedicto Fonseca Filho, to Pretoria. In: *Daily Maverick*, 1 ago. 2022. Disponível em: <https://www.dailymaverick.co.za/article/2022-08-01-brazil-to-send-its-first-black-ambassador-benedicto-fonseca-filho-to-pretoria/>. Acesso em: 5 abr. 2023; BENEDICTO FONSECA FILHO SERÁ o novo embaixador do Brasil na África do Sul. In: *Diplomacia business*, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://www.diplomaciabusiness.com/benedicto-fonseca-filho-sera-o-novo-embaixador-do-brasil-na-africa-do-sul/>. Acesso em: 5 abr. 2023; BOLSONARO desiste de Crivella e indica outro nome para embaixada na África do Sul. In: *O Antagonista*, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://oantagonista.uol.com.br/brasil/bolsonaro-desiste-de-crivella-e-indica-outro-nome-para-embaixada-na-africa-do-sul/>. Acesso em: 5 abr. 2023; HUMBERTO, Cláudio. Diplomacia: já são 34 mulheres representando o Brasil no exterior. In: *Diário do Poder*, 10 dez. 2022. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/coluna-claudio-humberto/diplomacia-ja-sao-34-mulheres-representando-o-brasil-no-exterior>. Acesso em: 5 abr. 2023.

²⁸ HUMBERTO, Cláudio. Diplomacia: já são 34 mulheres representando o Brasil no exterior. *Diário do Poder*. 10 dez. 2022. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/coluna-claudio-humberto/diplomacia-ja-sao-34-mulheres-representando-o-brasil-no-exterior>. Acesso em: 5 abr. 2023.

²⁹ GOBO, Karla. Da exclusão à inclusão consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 38, p. 440-464, 2018. p. 455.

³⁰ Pensar a população negra brasileira como uma minoria significa trabalhar com uma noção sociológica do que este termo pretende indicar. Diferente dos Estados Unidos, onde a população negra representa uma minoria

processo anterior de marginalização, assim como alimenta uma retórica meritocrática que falseia a dificuldade de mobilidade social enfrentada por esses grupos. O que confere relevância à presença de um embaixador que se reconheça e seja reconhecido enquanto negro no Brasil, seja em 2011 ou 1961, senão a negativa do Estado brasileiro em criar oportunidades para que essa parcela da população tenha acesso a carreiras historicamente segregadas? Neste sentido, a presença de Benedicto Fonseca Filho como “segundo” no curtíssimo rol dos embaixadores negros não deixa de acentuar o hiato de 50 anos entre sua nomeação e a daquele que, ao que tudo indica, alcançou primeiro uma função até aquele momento não acessada. Este episódio também serve como exemplo de um movimento conhecido, mas ainda pouco analisado, que tende a celebrar o pioneirismo de determinados sujeitos negros às custas do apagamento da trajetória de outros. É imprescindível questionar e desconfiar dessas alcunhas, observando os processos de reconfiguração da memória que mediam lembrança e esquecimento enquanto disputam o poder sobre o passado. Pensando nessa problemática, deixo um espaço aberto para a desconfiança em torno do “primeiro” que precede o título de “embaixador” de Raymundo Souza Dantas na intenção de ventilar um debate, e até mesmo outras pesquisas, que produtivamente questionem e se oponham a essa tendência de um “pioneirismo acrítico” cujo saldo é a rasura de nomes de sujeitos negros ao longo da história brasileira em prol da construção de uma falsa sensação de avanço social e político.

Mais do que uma denúncia da atuação institucional e estrutural do racismo brasileiro,³¹ ou uma investigação do processo e das possíveis causas do apagamento de Raymundo Souza Dantas dos anais das personalidades (negras) brasileiras, torna-se interessante compreender as camadas que marcam a construção desse sujeito como um personagem histórico, de modo a entender as maneiras pelas quais sua história foi visitada e como a historiografia trabalhou sua figura e trajetória ao longo dos anos. Há de se estabelecer um reencontro com Raymundo Souza Dantas, atravessando os ruídos e silêncios que acompanham o que foi produzido sobre sua figura para entender que lugar a análise proposta neste trabalho ocupa dentro da historiografia.

Quando pensamos os *ruídos* que a nomeação de Souza Dantas como embaixador provocou, nos deparamos com uma série de episódios repetidos pela historiografia que refletem posicionamentos políticos e opiniões de atores da época, principalmente aqueles contrários à

demográfica da população, os negros no Brasil são uma maioria quantitativa do povo brasileiro. Entender essa parcela como uma minoria envolve discutir de forma aprofundada a maneira como as hierarquias raciais marginalizaram, excluíram e afastaram a população negra de determinados espaços, transformando o racismo em um dos elementos definidores de uma sociedade marcada por formas de preconceito que individual e estruturalmente influenciam na experiência de todos os brasileiros de forma desigual.

³¹ ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019. p. 28-34.

nomeação.³² Seja por causa da oposição ao governo de Quadros, ou pelo racismo manifesto na insatisfação em ver negros ocupando cargos de tamanho prestígio, diversos discursos, veiculados em jornais, revistas e preservados na memória dos principais atores políticos e intelectuais da época,³³ incutiram tom negativo à figura de Raymundo Souza Dantas. Trabalhos com intuito de entender a política internacional brasileira e/ou os circuitos de intelectualidade negra da época foram influenciados por essa “armadilha” histórica, reproduzindo posições marcadas por interesses políticos e preconceitos de ordem racial e de classe como se fossem verdades históricas verificáveis. Esses discursos encerram Souza Dantas como um episódio esdrúxulo da política pantomímica de Jânio Quadros, relegando o embaixador ao lugar de vítima irreparável do racismo institucional brasileiro.

Neste sentido, a ambivalência da figura de Raymundo Souza Dantas se expressa até mesmo no conhecimento produzido sobre ele. É interessante como os silêncios que permeiam sua trajetória dividem espaço com os ruídos que reverberam desde sua inserção nos círculos intelectuais e políticos de sua época. Os mesmos discursos que questionaram sua aptidão e capacidade em executar os cargos para os quais foi nomeado na década de 1960 se tornaram produtores das imagens históricas difundidas sobre sua figura. Um processo que *rasura* o nome de Souza Dantas nos momentos históricos que marcaram sua trajetória. Onde ele aparece, quando aparece, sua imagem carrega os estigmas dos argumentos que enfrentou, a maioria deles de cunho racista. O resultado é um processo de dupla rasura que retira desse sujeito histórico sua capacidade de se comunicar com o presente.

No entanto, o nome duplamente rasurado de Souza Dantas, apagado pelos silêncios de uma memória carregada da ação corrosiva do racismo, e distorcido nas grafias de uma história pouco sensível às armadilhas do passado, tem sido reconstituído, relido, e reescrito sobre novas linhas.

Ao longo dos últimos anos um número expressivo de trabalhos acadêmicos analisou aspectos da vida e da obra de Souza Dantas, em especial sua atuação como embaixador. Trata-se de trabalhos marcados pelo interesse em evidenciar seu lugar enquanto sujeito negro na história recente do Brasil. Esse interesse é resultado de um esforço orientado por abordagens

³² Voltarei a estes episódios ao discutir as contribuições de Fábio Koifman para a compreensão dos discursos midiáticos produzidos sobre Souza Dantas no contexto político do Brasil no início dos anos 1960.

³³ Jerry Dávila realizou como parte de suas pesquisas uma série de entrevistas com intelectuais e membros da política externa brasileira na segunda metade do século XX. Nos testemunhos colhidos verifica-se a reprodução de boatos disseminados na mídia da época que questionavam a legitimidade da nomeação de Souza Dantas, recorrendo a uma retórica muito comum que acusava Jânio Quadros, assim como outros atores políticos de cometer “racismo às avessas” ao discriminar positivamente sujeitos negros, contrariando os termos estabelecidos pela pretendida democracia racial brasileira. DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 63.

que, no final do século XX, buscaram valorizar histórias contadas a partir de sujeitos negligenciados por correntes historiográficas anteriores. Esse cenário também foi palco de uma “renovação do político” que permitiu a gradual reabilitação de temas e campos históricos associados à “velha história política”, como as biografias e a história dos intelectuais, temáticas caras à historiografia contemporânea e particularmente relevantes na construção deste trabalho.³⁴

Neste sentido, o reencontro com a figura de Souza Dantas é também um reencontro do fazer histórico com as potencialidades de campos e temas por muito tempo negligenciados. Algo que, acrescido das discussões que se inserem dentro do que se convencionou chamar de “pós-colonial”,³⁵ propõe caminhos frutíferos para pensar sujeitos e processos históricos que permitem compreender a histórica complexa dos eventos do século XX e a ligação destes com a experiência colonial em suas antíteses e contradições.

Em 2011, ano que coincide com a nomeação de Fonseca Filho como embaixador, foi publicado no Brasil o livro de Jerry Dávila (2011), *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*, uma das obras-chave para se pensar a política externa brasileira para a África depois das independências no continente. Neste livro, Dávila discute a política brasileira em relação ao continente africano durante a segunda metade do século XX e investiga suas contradições a partir das histórias de pessoas ligadas à diplomacia do país, dentre as quais ministros, embaixadores, diplomatas, adidos culturais, secretários e intelectuais que contribuíram no processo de aproximação do Brasil com as recém-independentes nações africanas. No capítulo “A África e a Política Externa Independente” Dávila analisa a trajetória de Raymundo Souza Dantas como embaixador brasileiro em Gana, utilizando-se de documentação oficial do Ministério das Relações Exteriores, bem como da obra do próprio embaixador sobre sua missão diplomática.

³⁴ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 234.

³⁵ O termo pós-colonial é uma categoria em construção. Sua definitiva conceituação passa por uma série de debates e não expressa um consenso sobre seus significados, aplicações e recortes. Essa discussão foi sistematizada e analisada pelo teórico cultural e sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall em seu trabalho, “Quando foi o pós-colonial?”. Neste ensaio Hall demonstra a existência de duas definições principais de pós-colonial, uma que se refere aos marcos temporais da experiência colonial, se referindo ao período após o fim do colonialismo europeu, e outra que fala de um posicionamento epistêmico que engloba discussões sobre as relações entre modernidade e experiência colonial, discussões estas que se encontram no cerne das preocupações das ciências humanas na virada do século XXI. Este trabalho em alguma medida trabalha com essas duas definições, mas reservarei o termo pós-colonial para me referir à corrente teórica que engloba os estudos com os quais dialogarei ao longo do texto. Cf.: HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? pensando no limite. In: SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. p. 110-140.

O autor localiza a experiência de Souza Dantas na nascente política externa de Jânio Quadros, a Política Externa Independente (PEI), e percebe, através dos relatos contidos em *África Difícil* e em documentos oficiais, as dificuldades de afirmação do embaixador na política internacional brasileira que, naquele momento, reivindicava novos horizontes para além das experiências diplomáticas anteriores. Dávila discute os limites impostos ao então embaixador pelo discurso internacional brasileiro de afirmação da democracia racial e encontra nas humilhações empreendidas pelo Itamaraty e na dificuldade de identificação com os africanos as questões norteadoras das reflexões de Souza Dantas.³⁶

Essas questões são ilustrativas do processo de desenvolvimento e eventual encerramento da PEI. O autor aponta um idealismo romântico mobilizado por grande parte dos intelectuais brasileiros em relação à África, manifestado na construção de uma retórica que reivindicava uma identificação dos brasileiros, independentemente da cor, com uma cultura africana, simultaneamente *ancestral* e tangível, na realidade da África contemporânea. O encontro efetivo com os cenários africanos por meio da presença diplomática fez com que os envolvidos nessa política idealista se deparassem com as contradições que demonstravam o desconhecimento mútuo e os limites no estabelecimento de conexões diretas. Dávila demonstra como este idealismo, e suas intenções positivas, tiveram seu auge antes do Golpe de 1964, mas não conseguiram mudar as relações Brasil — África, frágeis e controversas.³⁷

A questão da identificação dos brasileiros com os africanos como parte de um discurso comum na diplomacia brasileira foi discutida anteriormente pelo autor em “Pele branca, máscaras negras: diplomatas brasileiros na Nigéria e concepções identitárias (1962 – 1966)”, artigo publicado na *Revista de Antropologia* da USP em 2008.³⁸ Nele o autor analisa as concepções sobre raça e identidade defendidas pelos agentes diplomáticos brasileiros na Nigéria nos anos 1960. Tratando das experiências de Antonio Olinto, Zora Seljan e Adhemar Ferreira da Silva, Dávila analisa as contradições do discurso internacional defendido pelos representantes brasileiros sobre a questão racial no país e sua relação com o continente africano. As colocações de Olinto e Seljan, intelectuais e romancistas brancos, divergiam radicalmente das apresentadas por Ferreira da Silva, medalhista olímpico e conhecido atleta brasileiro negro. Seljan e Olinto, nomeados como adidos culturais na embaixada da Nigéria por João Goulart,

³⁶ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 61.

³⁷ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 81-82.

³⁸ DÁVILA, Jerry. Pele branca, máscaras negras: diplomatas brasileiros na Nigéria e concepções identitárias (1962-1966). *Revista de Antropologia*, v. 51, n. 2, p. 473-518, 2008.

reivindicavam, assim como outros intelectuais da época, negritude e africanidade autênticas, percebendo no âmago de todo brasileiro uma raiz africana comum. Para Dávila, “por acreditar que o Brasil era africano, na África encontraram o Brasil”,³⁹ e assim construíam em seu discurso, exemplificado nas obras que escreveram sobre a experiência no continente africano,⁴⁰ um Brasil africano, aliado a uma África brasileira, frutos daquilo que buscaram em suas viagens à costa ocidental do continente.

As impressões de Ferreira da Silva, sucessor de Antonio Olinto no cargo de adido cultural na embaixada de Dacar, se aproximam daquelas deixadas por Souza Dantas quando refletia sobre sua função e seu lugar na encruzilhada atlântica que conectava Brasil e África. Apesar de figurarem como símbolos da expressividade da relação supostamente harmônica entre as raças no Brasil, os dois, assim como outros negros que estiveram presentes nos contornos desta política em posições de prestígio, deveriam limitar a envergadura de seus posicionamentos e opiniões de modo a não rasurar o contorno cuidadosamente difundido do discurso da democracia racial.⁴¹

Os dois textos de Dávila se encaminham para a caracterização da ambiguidade presente nas relações raciais brasileiras e nos discursos nelas engendrados, exacerbada pela retórica da política internacional da época amplamente enraizada na democracia racial e na aproximação ambígua com Portugal e suas práticas colonialistas. Souza Dantas pode ser percebido como um dos caminhos para entender as contradições da retórica racial brasileira, baseada naquele momento na valorização da cultura e das práticas entendidas como negras, ou “afro”, enquanto os sujeitos que representam em corpo e pele os elementos que dão cor ao discurso, interno e externo do país, são sistematicamente excluídos dos espaços de decisão política e prestígio social.

Os trabalhos de Mariana Schlickmann, pesquisadora dos estudos africanos no Brasil, bem como das dinâmicas das relações internacionais brasileiras em relação à África, buscaram compreender as características das políticas que permitiram que um sujeito como Souza Dantas pudesse se fazer presente nos circuitos de grande prestígio da diplomacia e da burocracia brasileira. O primeiro de seus trabalhos sobre a temática teve *África Difícil* como principal fonte. Uma obra que, para a autora, teria inicial cunho informativo, mas que ao longo de sua

³⁹ DÁVILA, Jerry. Pele branca, máscaras negras: diplomatas brasileiros na Nigéria e concepções identitárias (1962-1966). *Revista de Antropologia*, v. 51, n. 2, p. 473-518, 2008. p. 478.

⁴⁰ OLINTO, Antonio. *Brasileiros na África*. Rio de Janeiro: GRD, 1964; SELJAN, Zora. *No Brasil ainda tem gente da minha cor?* Salvador: Prefeitura da Cidade de Salvador, 1978.

⁴¹ DÁVILA, Jerry. Pele branca, máscaras negras: diplomatas brasileiros na Nigéria e concepções identitárias (1962-1966). *Revista de Antropologia*, v. 51, n. 2, p. 473-518, 2008. p. 512.

escrita permitiu que as angústias e inquietações do autor transbordassem em suas páginas. Schlickmann reconhece na confecção do diário de Souza Dantas um ato de arquivamento do eu e de escrita de si, componentes de um processo que garante ao texto aspecto de denúncia do racismo presente na sociedade brasileira.⁴²

Em um trabalho posterior, sua tese de doutorado, *Argonautas do Atlântico Sul: Raymundo de Souza Dantas e o nascimento da Política Externa Independente nas décadas de 1950 e 1960*, Schlickmann desenvolve suas perspectivas sobre a trajetória de Souza Dantas, pensando seu lugar de “argonauta”, fazendo uma referência ao clássico de Bronislaw Malinowski, no Atlântico e as reverberações de sua atuação nos círculos políticos e intelectuais da época. Os encontros e desencontros com Abdias Nascimento e as dificuldades de identificação com o “africano” demarcam o teor da reflexão acerca do contexto e da própria “missão condenada” de Raymundo Souza Dantas.⁴³

A autora também avança em uma reflexão sobre as características da Política Externa Independente e seus significados em um panorama ampliado da atuação diplomática do Brasil ao longo do final do século XX, em comparação principalmente a política exterior da ditadura militar. A questão da raça aparece como uma característica que passou a ocupar, a partir de meados do século XX, um lugar central e ambíguo na imagem do Brasil na comunidade internacional. Os encontros iniciais com o continente africano independente, Gana, Nigéria e Senegal,⁴⁴ demonstraram em alguma instância os limites e as contradições de um país visto internamente como racista, mas reconhecido internacionalmente como um “paraíso racial”.⁴⁵

Um dos trabalhos mais recentes e com dedicação mais volumosa à trajetória de Souza Dantas é o livro de Fábio Koifman (2021), *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador brasileiro negro*. Koifman apresenta uma rica análise do período de Souza Dantas como embaixador brasileiro entre 1961 e 1963, reunindo um número expressivo de fontes da imprensa da época e da correspondência oficial trocada no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

⁴² SCHLICKMANN, Mariana. África difícil: a primeira missão diplomática brasileira ao sul do continente africano através do diário de Raymundo de Souza Dantas. *Revista África e Africanidades*, a. XII, n. 32, p. 1-16, nov. 2019. p. 12.

⁴³ SCHLICKMANN, Mariana. *Os argonautas do Atlântico Sul: Raymundo de Souza Dantas e o nascimento da Política Externa Independente nas décadas de 1950 e 1960*. 2020. 176 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. p. 97.

⁴⁴ Schlickmann discute as relações entre Brasil e os países da África ocidental durante o governo militar em outro artigo. Cf.: SCHLICKMANN, Mariana. Divisão África: as diretrizes da política externa brasileira para o continente africano durante a ditadura militar no Brasil (1964–1985). *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 23, p. 203-216, 2017.

⁴⁵ SCHLICKMANN, Mariana. *Os argonautas do Atlântico Sul: Raymundo de Souza Dantas e o nascimento da Política Externa Independente nas décadas de 1950 e 1960*. 2020. 176 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. p. 157.

Koifman também acrescenta ao seu recorte temporal o período anterior à nomeação do embaixador, estratégia adotada pelo autor para não somente contextualizar o leitor a respeito da figura de Souza Dantas, como também das discussões que permeavam o cenário político brasileiro, sobretudo no que diz respeito à diplomacia e à questão racial no país.

Ao analisar as contribuições da obra para o debate, o trabalho de Koifman se sobressai ao desconstruir noções adotadas pela historiografia que, como o autor demonstra, não têm fundamento em fatos históricos concretos. Dentre elas o boato de que o presidente ganês Kwame Nkrumah havia acusado o governo brasileiro de “racismo às avessas” por enviar à África um embaixador negro. Koifman não só argumenta contra esse suposto fato como realiza um mapeamento de sua construção pela mídia e por intelectuais que eram na época contrários à nomeação de Souza Dantas.⁴⁶ Neste sentido, a obra, que se propõe revisionista em relação à historiografia anterior, de fato contesta noções repetidas sem o devido cuidado por aqueles que se debruçaram sobre o tema, enquanto sugere novas interpretações sobre as questões que permeiam a trajetória do primeiro embaixador negro do Brasil.

Outros dois pontos nesse estudo enriquecem o debate sobre Souza Dantas, uma vez que questionam discursos há muito repetidos por aqueles que trabalharam a trajetória do embaixador. O primeiro tópico diz respeito à atribuição da nomeação de Souza Dantas a um cenário mais complexo dentro do governo de Jânio Quadros, que envolve a pressão do movimento negro sobre o Itamaraty, ao invés do discurso que relegava a decisão às “impulsividades” de Jânio.⁴⁷ Em segundo lugar destaca-se a análise feita das dificuldades enfrentadas na missão de Souza Dantas e sua relação com o Itamaraty e seu antecessor, o diplomata Sérgio Corrêa do Lago, apontando para problemas na infraestrutura da diplomacia brasileira, incapaz de dar suporte às missões, diferindo da interpretação predominante que associa as dificuldades ao racismo contra o embaixador.⁴⁸ Me alio ao caminho proposto por Koifman ao tentar entender a história de Souza Dantas de forma relacional e profundamente imbricada no contexto político e intelectual na qual estava inserida. Direciono meu olhar para além da rasura, a fim de compreender Souza Dantas como um sujeito inter cruzado por tradições, políticas e discursos que moldaram e transformaram sua experiência enquanto embaixador e também como intelectual.

⁴⁶ KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Sagga, 2021. p. 367-374.

⁴⁷ KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Sagga, 2021. p. 189-198.

⁴⁸ KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Sagga, 2021. p. 351-359.

Além deste esforço de verticalização dentro da temática, me interessa também perceber os valores simbólicos que a experiência de Souza Dantas sugere. Entendo Souza Dantas como uma encruzilhada, um ponto de contato vivo que conecta trajetórias, lugares, políticas e culturas sobre e pelo Atlântico. Entendê-lo significa ampliar o olhar em busca de um horizonte que englobe mais do que o cenário inicial propõe conter. Entendê-lo como intelectual afrodiaspórico implica compreender o lugar que seu pensamento e sua obra ocupam no interior de uma tradição ampliada.

O trabalho que melhor aborda este olhar possível sobre a obra de Souza Dantas e visa entender sua produção enquanto um autor inserido em uma corrente literária é a dissertação de Marina Luiza Horta, *A imagem improvável do escritor: Raymundo Souza Dantas — apontamentos sobre a vida e obra*. Dentre os objetivos da autora se destaca seu esforço em assinalar o lugar de Souza Dantas no rol da literatura afro-brasileira, uma corrente que preenche as lacunas deixadas pelo silenciamento e apagamento de produções e sujeitos ao longo da história. Identificar e reconhecer estes autores a partir da chave da afro-brasilidade se torna uma tarefa de retomada de memórias e narrativas que evocam outras perspectivas sobre a história canônica, marcada no Brasil, pela proeminência de atores privilegiados pelo padrão racista, como também sobre a história dos grupos por ela marginalizados.

Neste sentido a autora propõe identificar na obra de Souza Dantas um processo de arquivamento e escrita de si, um movimento realizado na produção do autor que, segundo Horta, conferem aspecto transgressor às suas obras. A proposta da autora envolve, portanto, reconhecer o caráter autobiográfico dos textos de Raymundo Souza Dantas, evidenciando seus escritos como uma prática intencional de arquivamento, que monta e remonta imagens que relacionam as narrativas ficcionais com a realidade do autor em relações complexas que vão além de simples transposição direta, e atuam com caráter alegórico.⁴⁹ Nas palavras da autora:

Ademais, tento inserir o autor numa tradição de escritores que se dedicaram à escrita de si, mas também da literatura afro-brasileira, pois os “eus” performados nos textos, tanto autobiográficos quanto ficcionais, se assumem, a partir da narrativa que tecem, sujeitos marcados pela negritude.⁵⁰

⁴⁹ HORTA, Marina Luiza. *A imagem improvável do escritor: Raymundo de Souza Dantas - apontamentos sobre a vida e obra*. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. p. 17-19.

⁵⁰ HORTA, Marina Luiza. *A imagem improvável do escritor: Raymundo de Souza Dantas - apontamentos sobre a vida e obra*. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. p. 19.

Horta analisa as publicações literárias de Souza Dantas e dedica especial atenção à narrativa presente em *África Difícil*, reconhecendo o livro como a versão mais explícita da visão do escritor sobre o preconceito racial sofrido, e o entendendo como um enunciador negro, capaz de falar sobre si enquanto aborda temas caros à população afro-brasileira.⁵¹

O esforço de encarar Souza Dantas como um escritor e suas obras como produtos pensados para serem lidos e interpretados é crucial para a construção de um conhecimento crítico sobre sua figura. Esta tarefa implica reconhecer a dimensão biográfica de seus escritos e as armadilhas que uma leitura ingênua de suas obras pode revelar.

Esta questão faz parte de um amplo debate estabelecido no final do século XX, sendo sinalizada por Pierre Bourdieu a partir do conceito de “ilusão biográfica”. O autor aponta para a impossibilidade de reconhecer nas biografias material útil ao fazer histórico, principalmente devido à operação intrínseca de ordenar os fatos no ato de narrar sua própria trajetória. Essa orientação implicaria na aproximação do relato biográfico do gênero literário, impossibilitando o trabalho do historiador de reconhecer a artificialidade que a ideia de trajetória termina por esconder.⁵² Outros historiadores e intelectuais na área das ciências humanas entraram no debate com a proposta de enxergar nas biografias possibilidades de construção de conhecimento científico, dentre eles, Giovanni Levi, que nos oferece de forma preliminar uma série de possibilidades de abordagens do gênero biográfico como fonte.⁵³ Nas possibilidades apresentadas, a importância do olhar atento do historiador aos limites impostos pelo gênero, junto de bibliografia que permita entender os contextos que permeiam tais relatos como cenários não estáticos e capazes de se relacionar com as trajetórias narradas, constituem abordagens possíveis do gênero biográfico dentro do campo científico.⁵⁴

Sabina Loriga elucida inúmeras questões sobre esse debate e contesta a produtividade de limites rígidos entre biografia e história.⁵⁵ Isso requer uma atenção constante sobre as ideias que o autor conscientemente busca transmitir e aquelas que são deixadas de forma não intencional em suas obras, reconhecendo os limites que os gêneros literários que utiliza impõem

⁵¹ HORTA, Marina Luiza. *A imagem improvável do escritor: Raymundo de Souza Dantas - apontamentos sobre a vida e obra*. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. p. 77.

⁵² BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 183-193.

⁵³ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 167-182.

⁵⁴ DE SOUZA, Adriana Barreto; LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. *História da Historiografia*, v. 5, n. 9, p. 26-37, 2012. p. 31.

⁵⁵ LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011; DE SOUZA, Adriana Barreto; LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. *História da Historiografia*, v. 5, n. 9, p. 26-37, 2012.

na interpretação histórica de seus textos. As postulações de Loriga são fundamentais para construir caminhos de interpretação dos textos de Souza Dantas. A dimensão autobiográfica presente em suas obras (dentre elas *África Difícil*), observada também em um grande número de relatos, falas e entrevistas concedidas ao longo de sua vida, precisa ser tratada com devido cuidado e minúcia. Sabendo disso, ressalto minha intenção em realizar uma análise que, de certa forma, usa de metodologias da escrita biográfica e se debruça sobre fontes que se encaixam neste gênero, mas não tem por objetivo executar um trabalho realmente biográfico. Minha abordagem reconhece essa dimensão na escrita de Souza Dantas, mas busca, a partir da exegese de seus textos em um exercício hermenêutico de aproximação e distanciamento, construir uma topografia das questões, debates e tensões visíveis em sua escrita, elementos que permitem observar o diálogo permanente de sua produção com as formulações intelectuais do Atlântico negro.

Um estudo recente abraça esta preocupação e analisa *África Difícil* de forma verticalizada no que tange à construção das intenções presentes nas páginas do livro. Geraldo Godoy de Campos e Petrônio Domingues (2021) propõem em “A crisálida africana de Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro” uma análise que contribua para o campo da história contemporânea do Brasil e sua política externa, bem como uma incursão aprofundada nos aspectos estilístico-formais da obra. Os autores, valendo-se das contribuições de Theodor Adorno e Edward Said, propõem analisar o texto de *África Difícil* sob a lógica de jogo, drible e mapa.⁵⁶

De acordo com os autores, a narrativa de Souza Dantas expressa um jogo, uma vez que propõe um “território” e expõe seus “riscos”. O território é apresentado na narrativa sobre um cenário, a Gana de Kwame Nkrumah, que, ao ser descrito, modifica até mesmo o ritmo de narração empregado. Já os riscos se expressam interligados à vida institucional do embaixador e às dificuldades enfrentadas em seu trabalho diplomático. Para os autores, o texto apresenta um “drible” que pode ser percebido no movimento de abordar de forma sutil, e nas entrelinhas, temáticas que fogem da proposta inicial do texto, neste caso, as reflexões de Souza Dantas sobre o racismo e a questão racial brasileira. A partir disso desenha-se uma dimensão de “mapa”,

⁵⁶ CAMPOS, Geraldo Adriano Godoy de; DOMINGUES, Petrônio. A crisálida africana de Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro. In: DOMINGUES, Petrônio; BARBOSA, Francisco José (org.). *África e Brasil: fluxos e refluxos*. Aracaju: Criação, 2021. p. 282.

articulada por meio de pistas dispersas e elusivas, que iluminam a crise racial vivida pelo autor, veementemente mascarada pelas instituições que o conectaram à sua experiência africana.⁵⁷

Os autores ressaltam o caráter fragmentado e labiríntico do livro, que, em movimentos elípticos, retoma e faz emergirem ideias que de antemão se encontram ocultas na narrativa proposta. A natureza dessas ideias, contudo, está diretamente ligada ao “dilaceramento identitário” fruto da contradição institucional marcada pela defesa da democracia racial e pelo flagelo do racismo.⁵⁸ Campos e Domingues investigam a atuação de Souza Dantas diante deste dilema e buscam entender como a compreensão do embaixador sobre a realidade africana e sua relação com o Brasil transmuta seu pensamento em um produto atlântico. A conclusão dos autores é a de que:

Souza Dantas ventila a ideia de que não é possível compreendermos o contexto africano fora da lógica atlântica, da rede de conexões giratórias e multilaterais diaspóricas. Ou seja, é o reconhecimento do papel ativo da circulação de pessoas, ideias e artefatos (materiais e simbólicos) entre África e Brasil, com suas dinâmicas experiências de diálogos, trocas e reconfigurações, que descerra o **jogo**, o **drible** e o **mapa** [presentes na obra de Souza Dantas]. Ao ressaltar o dinamismo das comunidades afro-brasileiras, Souza Dantas aponta para uma chave interpretativa da história africana na qual a presença brasileira é parte dos processos de transformação social no continente, demonstrando, assim, que as relações entre os dois lados do Atlântico ultrapassam os limitados esforços oficiais da diplomacia brasileira, constituída historicamente por pessoas brancas.⁵⁹

Outros trabalhos sobre Raymundo Souza Dantas complementam esse movimento que chamo de reencontro, sedimentando seu lugar enquanto intelectual negro atuante e relevante para se entender a literatura e política negra brasileira do século XX. Destacam-se os verbetes que discorrem sobre a figura do embaixador presentes nas obras *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* e *Enciclopédia Negra*, textos mais curtos, mas que trabalham a figura do ex-embaixador a partir de outras faces de sua vida e obra.⁶⁰

⁵⁷ CAMPOS, Geraldo Adriano Godoy de; DOMINGUES, Petrônio. A crisálida africana de Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro. In: DOMINGUES, Petrônio; BARBOSA, Francisco José (org.). *África e Brasil: fluxos e refluxos*. Aracaju: Criação, 2021. p. 283-286.

⁵⁸ CAMPOS, Geraldo Adriano Godoy de; DOMINGUES, Petrônio. A crisálida africana de Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro. In: DOMINGUES, Petrônio; BARBOSA, Francisco José (org.). *África e Brasil: fluxos e refluxos*. Aracaju: Criação, 2021. p. 285; 293.

⁵⁹ CAMPOS, Geraldo Adriano Godoy de; DOMINGUES, Petrônio. A crisálida africana de Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro. In: DOMINGUES, Petrônio; BARBOSA, Francisco José (org.). *África e Brasil: fluxos e refluxos*. Aracaju: Criação, 2021. p. 320. Grifo dos autores.

⁶⁰ SANTOS, Gilfrancisco. Raimundo Souza Dantas. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares; DE GODOY, Maria Carolina (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 515-531; OLIVEIRA, Eduardo et al. Raimundo de Souza Dantas. In: GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 500.

Outra produção que merece atenção é a entrevista concedida em 2014 por Roberto Souza Dantas, filho mais velho e hoje principal guardião do acervo de seu pai, à revista *O Menelick 2º Ato*.⁶¹ A entrevista se costurou pelas memórias de Roberto Dantas, assim como divulgou seu interesse em democratizar o acesso ao arquivo montado por seu pai ainda em vida. A matéria intitulada “Em nome do pai: arquivos desconhecidos de uma história não revelada” tornou-se uma referência obrigatória nos escritos recentes sobre Souza Dantas e teve papel particularmente importante nesta pesquisa, pois foi através dela que surgiu a possibilidade de estabelecer um contato mais aprofundado com a vida e a obra do ex-embaixador.

Tendo isso em vista, posso dizer que me localizo neste reencontro: minha monografia de conclusão de curso concentrou-se em compreender a construção conceitual da “missão condenada” de Souza Dantas a partir da análise do *África Difícil* e da documentação que encontrei no arquivo pessoal do embaixador. *Do trabalho profícuo à missão condenada: uma análise da trajetória de Raymundo Souza Dantas como embaixador, 1961 – 1963*, revela o meu interesse ainda incipiente na trajetória intelectual e na construção conceitual do pensamento de Souza Dantas.⁶²

Reconheço-me em um panorama histórico mais amplo, um procedimento que demarca o interesse crescente e frutífero em compreender a história de um sujeito cuja trajetória acredito ser relevante não só para academia, mas para toda a sociedade brasileira. Em um movimento de reconciliação de um país com seu passado brutalizado, como descreve Alain Pascal Kaly ao pensar o ensino de História africana e afro-brasileira nas escolas, a empreitada de reencontrar os sujeitos negros que marcaram a história do Brasil é um ato de valor prático e resultado imediato.⁶³ Progredir na luta antirracista exige aprimorar nossa capacidade de compreender e nos engajar ativamente com as produções intelectuais negras, e inevitavelmente confrontar nossas formas de atuação política com perspectivas que as questionaram nos momentos em que elas estavam se formando. Reconhecer as tradições intelectuais e intervenções negras presentes na história do Brasil como partes fundamentais da história brasileira contemporânea é emancipar nossos olhares e pressupostos epistemológicos de uma herança colonial ainda viva.

⁶¹ NARBOR JR. Em nome do pai: arquivos desconhecidos de uma história não revelada. In: *O Menelick 2º Ato*, jun. 2014. Disponível em: http://www.omenelick2ato.com/historia-e-memoria/em-nome-do-pai_. Acesso em: 5 abr. 2023.

⁶² UBL, Yassen Fideles. *Do trabalho profícuo à missão condenada: uma análise da trajetória de Raymundo Souza Dantas como embaixador (1961-1963)*. 2021. 70 f. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021.

⁶³ KALY, Alain Pascal. O ensino da história da África no Brasil: o início do processo de um processo reconciliação psicológica de uma nação? In: PEREIRA, Amílcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (ed.). *Ensino de história e culturas Afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Lepeh, 2013. p. 212.

Herança nefasta, que desmerece, desautoriza, descredibiliza, apaga e esquece sujeitos negros e suas vozes.⁶⁴

Logo, no exercício da compreensão das obras que analiso, me aproximo dos textos e dos sujeitos que os confeccionaram. Por acreditar na existência de conduítes que interligam Raymundo Souza Dantas às tradições intelectuais constituintes da experiência afrodiaspórica, posso entendê-lo. Mais do que analisar sua experiência, posso compreendê-la, e em alguma medida, compartilhá-la. Posso fazer isso porque me enxergo nela. Me reconheço, no pleito de constituir-me plenamente como um intelectual negro, em um processo quase que catártico. Sou um efeito⁶⁵ do passado erigido pelas (contra)correntes que estudo. Essa forma de perceber o passado e o trabalho historiográfico como um ambiente habitado por indivíduos, seus desejos, particularidades e motivações, está ligada não só as propostas da hermenêutica, mas também às ideias defendidas por Sabina Loriga que apontam para um processo de desertificação do passado e despersonalização da história.⁶⁶ Segundo a autora, citando um trecho de Isaiah Berlin, “a língua da história começou, então, a ocultar os indivíduos atrás de categorias impessoais: ‘A história é exibida sem sujeito, as pessoas de que ela é a história aparecem somente como tela de fundo’”.⁶⁷ Essa perspectiva, pensada a partir de uma leitura contemporânea do lugar da biografia nas ciências humanas, habilita um conhecimento sobre o passado e um fazer histórico que reconhece as potencialidades de uma dimensão *repovoada*, e por que não, *personalizada*, da história.

Acredito, enfim, que o interesse em figuras como a de Souza Dantas sinaliza um procedimento de transformação do conhecimento do passado através do presente, um projeto hermenêutico que reconhece a alteridade do outro, que o investiga à medida que dele se

⁶⁴ Essa “herança” passa por processos mais amplos de construção de uma epistemologia que se centraliza na figura de um sujeito universal, despidido dos caracteres subjetivos, o que aprimoraria sua capacidade de racionalização. Um lugar historicamente atribuído a homens brancos europeus. Ângela Figueiredo e Ramón Grosfoguel trabalham essa questão utilizando do conceito de “ponto zero”, um ponto de vista supostamente despersonalizado, que almeja a universalidade, enquanto esconde suas próprias perspectivas e posicionamentos. FIGUEIREDO, Ângela; GROSFOGUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 2, p. 223-233, 2009. p. 28. Stuart Hall ao pensar a formação das identidades na modernidade, discute o papel dos movimentos sociais, sobretudo do feminismo, no descentramento do “sujeito cartesiano”, um dos marcadores modernos das ciências a partir do Iluminismo e de uma história que privilegia narrativas e sujeitos hegemônicos. Cf.: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 45.

⁶⁵ Me refiro ao conceito de *História Efetual*, parte fundamental da hermenêutica de Gadamer. Essa ideia trata da influência da história sobre o presente, evidenciando sua capacidade de definir, não só as partes do passado que possuímos acesso, mas também a influência deste passado sobre os interesses que nos impelem a conhecê-lo. GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 449.

⁶⁶ LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011; DE SOUZA, Adriana Barreto; LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. *História da Historiografia*, v. 5, n. 9, p. 26-37, 2012.

⁶⁷ LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 13.

aproxima em um ato de unir horizontes históricos.⁶⁸ Neste processo reconhecemo-nos como efeitos dos processos históricos nos quais intelectuais como Souza Dantas participaram ativamente, e assim somos capazes de tensionar nossos pré-conceitos diante da alteridade que a tarefa de conhecer o passado nos proporciona. Reconhecer os limites dos direcionamentos intelectuais e políticos que regem nossas intervenções sobre o presente desvela um procedimento que produtivamente questiona e consolida novas gerações de intelectuais e sujeitos de uma história compartilhada.

Dessa forma, proponho a hipótese que localiza a produção e a atuação de Souza Dantas como um intelectual nas tradições do Atlântico negro observadas a partir do Brasil, e, partindo dela, delimito o alicerce teórico que sustenta este trabalho, na conjunção de duas teorias principais: o Atlântico negro de Paul Gilroy e a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. A articulação das concepções destes dois autores foi a forma que encontrei de avançar no entendimento não só da trajetória e do pensamento de Raymundo Souza Dantas, mas também na compreensão de suas conexões com as tradições intelectuais afrodiaspóricas formadas no Atlântico negro e suas reverberações nas culturas políticas e na intelectualidade brasileira entre as décadas de 1960 e 1970.

⁶⁸ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 455.

Retorno

O Atlântico negro não se limita a um cenário pelo qual se desenrolam os movimentos contraculturais da diáspora africana. Ele também representa um posicionamento, e um comprometimento teórico-metodológico diante das narrativas sobre as populações negras, suas culturas políticas e seu papel na construção das sociedades modernas.

O Atlântico negro de Gilroy enquanto paradigma de uma leitura da modernidade ressalta suas potências como teoria pós-colonial na medida em que relega poder criativo e transformador para as experiências contraculturais dos povos negros, tanto africanos quanto da diáspora.⁶⁹ O conceito sugere uma chave de leitura das realidades modernas para além dos parâmetros eurocêntricos do pensamento iluminista, e em um cenário contemporâneo, em oposição à dominação política, econômica e cultural dos Estados Unidos. Os argumentos centrais do autor evocam a potência dos trânsitos e dos deslocamentos, questionam a hegemonia dos focos de análise voltados para as fronteiras nacionais, evidenciam o papel das políticas e culturas negras na formação da modernidade ocidental e sugerem outras formas de apreensão das contracorrentes culturais afrodiaspóricas para além do texto e da narrativa.⁷⁰ Dessa forma, o trabalho do sociólogo britânico não somente habilita formas diferentes de se olhar para a história às margens do Atlântico, mas também deixa espaço para a articulação com outras teorias e perspectivas capazes de complementar sua análise.

Ao pensar sobre a formação das identidades negras na modernidade, Gilroy ressalta o papel que as práticas dos sujeitos afrodiaspóricos têm neste processo:

Essas práticas constituíram o Atlântico negro como uma tradição não tradicional, um conjunto cultural irredutivelmente moderno, excêntrico, instável e assimétrico, que não pode ser apreendido mediante a lógica maniqueísta da codificação binária.⁷¹

⁶⁹ ABREU, Mariana. Dimensões metodológicas do Atlântico Negro: revisitando a obra de Paul Gilroy. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, n. 109, p. 1-15, 2022. p. 5.

⁷⁰ Para além das potencialidades teórico-metodológicas que o Atlântico negro abriga e oferece para análises contemporâneas, Abreu salienta e aglutina em seu texto as críticas direcionadas ao trabalho do sociólogo britânico. A autora aponta problemas, levantados pela historiografia ao longo dos anos, entre os quais se destacam: a ausência de trajetórias femininas em sua análise; a pouca relevância dada a África e suas contribuições para as contraculturas que o autor propõe; a negligência para com as produções das diásporas lusófonas e caribenhas. Essas críticas, no entanto, não anulam as contribuições e as possibilidades que a teoria enseja, mas não podem passar despercebidas em uma análise que a utilize como base, com o risco de recair nos mesmos problemas. ABREU, Mariana. Dimensões metodológicas do Atlântico Negro: revisitando a obra de Paul Gilroy. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, n. 109, p. 1-15, 2022. p. 3.

⁷¹ GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2012. p. 370.

A ideia de uma tradição que se forma não a partir do resgate direto do passado, mas da sua reconfiguração ativa no presente sugere uma chave de entendimento que rejeita as contraposições simplistas entre tradicional e moderno. Neste sentido, os significados do que seria “tradição” se confundem na ambivalência que a palavra toma ao nos enveredarmos pelo caminho teórico sugerido pelo autor. O próprio Paul Gilroy nos ajuda a entender de que tradição ele fala, e não fala, em suas formulações:

O termo “tradição” não está agora sendo usado nem para identificar um passado perdido nem para nomear uma cultura de compensação que restabeleceria acesso a ele. Ele não se encontra em oposição à modernidade, nem deve conjurar imagens íntegras da África que possam ser contrastadas com o poder corrosivo, afásico, da história pós-escravidão das Américas e do Caribe ampliado.⁷²

Esse argumento reitera o compromisso em rejeitar as propostas que buscam pureza ou absolutismos raciais e culturais, tanto na África quanto nos territórios da diáspora. A tradição que o autor prontamente rejeita é aquela que enxerga ligações diretas e lineares entre a experiência da diáspora com imagens de um passado africano idílico, que nada mais são do que vestígios do projeto supremacista branco moldando as percepções sobre raça e identidade no Ocidente.⁷³ Este é um tema caro à teoria pós-colonial e aparece registrado a partir de diferentes olhares nas obras de autores associados a esta corrente. Kwame Appiah argumenta que os dois grandes movimentos construídos para buscar formas de solidariedade negra no século XX, o pan-africanismo e a *Négritude*, bem como os projetos políticos da descolonização e da luta anticolonial pós-Segunda Guerra Mundial, são herdeiros das concepções racialistas do século XIX.⁷⁴ Analisando o pensamento de alguns dos “patriarcas” desses movimentos, como Alexander Crummel e W.E.B Dubois, o autor encontra vestígios da sobrevivência de noções sobre raça, cuja base se alicerça nos discursos de dominação europeus. Como mencionado, esse debate envolve diversos autores⁷⁵ e perspectivas, e será retomado ao longo do texto quando oportuno. O que nos interessa neste momento é perceber como uma análise do pensamento de Souza Dantas, à luz de propostas como o Atlântico negro, nos permite olhar de forma crítica

⁷² GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2012. p. 371.

⁷³ GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2012. p. 352; 356.

⁷⁴ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016. p. 44.

⁷⁵ Posso citar os célebres trabalhos: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020; MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. São Paulo: Vozes, 2019; MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014. Cada um deles evidencia os problemas existentes quando encaramos os dilemas das populações negras e dos antigos territórios coloniais partindo da ideia de raça como a base de uma coletividade.

para os projetos idílicos de tradição racial gestados no interior dos discursos que marcaram o pensamento africano e afrodiaspórico nos séculos XIX e XX.

Uma das características da escrita de Gilroy é o foco concedido às trajetórias intelectuais de sujeitos afrodiaspóricos. As obras de W.E.B. Dubois, Frederick Douglass, Marcus Delany e Richard Wright são analisadas pelo autor à luz de uma teoria que demonstra a capacidade destes intelectuais de questionar os limites da modernidade a partir da experiência negra e imaginar outras realidades e configurações possíveis para além daquelas dadas em seus contextos históricos. No prefácio à edição brasileira, Gilroy sugere a relevância das contribuições do Brasil nesse debate, contribuições cuja singularidade se constitui na maneira pelas quais as relações raciais em solo brasileiro foram construídas e percebidas durante e após a escravidão.⁷⁶ Pensando nisso, este trabalho percebe Raymundo Souza Dantas como um dos intelectuais cuja trajetória esteve profundamente atravessada pelas contracorrentes do Atlântico negro, ao mesmo tempo que marcada pelas dinâmicas raciais particulares do contexto brasileiro. Desta forma, Souza Dantas, visto como embaixador e intelectual negro, se torna o ponto de junção entre o cenário transnacional, palco das dinâmicas tradições do Atlântico negro, e as definições particulares de raça e identidade desenvolvidas em âmbito nacional no Brasil das décadas de 1960 e 1970.

Na encruzilhada entre as particularidades do cenário político e intelectual brasileiro e as contracorrentes transnacionais das culturas e políticas negras da modernidade, encontro outra definição útil para o termo “tradição”. Me refiro ao conceito de tradição proposto pelo filósofo alemão Hans-Georg Gadamer, que em sua principal obra, *Verdade e Método*, nos convida a pensar sua hermenêutica filosófica como um modo de compreensão das realidades históricas. Para o autor, o ato de compreender o passado realizado pelo presente só poderia ser possível porque ambas as partes possuiriam algo em comum, um espaço de mediação realizado no *entremeio*: a tradição. A tradição para Gadamer é, como a fundamentação racional, um meio de garantir autoridade e inteligibilidade ao conhecimento histórico.⁷⁷ Todas as experiências humanas estariam imersas em uma tradição que conectaria e tornaria inteligíveis realidades temporalmente apartadas.

Sua argumentação pensa a produção do conhecimento como marcada por uma dualidade essencial que afasta e une, em um mesmo procedimento, o sujeito cognoscente daquilo que ele busca entender. O autor reconhece o exercício da compreensão histórica dotado de variáveis

⁷⁶ GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2012. p. 10.

⁷⁷ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 372.

que fogem do controle do sujeito que se debruça sobre o passado. Essas variáveis são chamadas pelo autor de pré-conceitos (*Vorurteil*).⁷⁸ São elementos criados pelas tradições, estando presentes nas formas de perceber e estar no mundo de todos os indivíduos e, ao mesmo tempo, se tornam vestígios da atuação destas mesmas tradições nas realidades históricas em que se estabelecem. Os pré-conceitos são mediadores da tradição em nossa experiência histórica e são parte inerente de nossa forma de ser no mundo. A proposta da hermenêutica passa pelo reconhecimento deles como parte constitutiva da experiência humana, de modo a entendê-los como componente fundamental do processo de produção do conhecimento.⁷⁹

Outra ideia importante para entender a tradição na filosofia gadameriana é o conceito de *horizonte*. Um horizonte é o conjunto amplo de elementos que constituem uma realidade histórica observados a partir de uma perspectiva temporalmente delimitada. Ao pensarmos sobre nosso presente, visualizando não só os elementos que se encontram próximos ao nosso olhar, mas sobretudo aqueles que compõem a situação ampliada em que nos encontramos, estamos diante de um horizonte. Ao ler um texto nos deparamos com uma imagem do horizonte do autor que o escreveu transmitida a nós pelas formas que este autor utiliza para tornar sua realidade histórica inteligível. Para conseguir compreender estes horizontes, objetos de nosso fazer histórico científico, realizamos um processo ambivalente de afastamento e aproximação. Nos afastamos quando deixamos que o texto se expresse em sua alteridade, permitindo que nossos pré-conceitos sejam confrontados, e eventualmente transformados, pelos novos conceitos que o objeto a ser conhecido nos apresenta. Ao mesmo tempo nos aproximamos ao perceber que só podemos entender estes horizontes tão distantes temporal e espacialmente de nós, porque eles compartilham algo conosco: uma tradição que engloba ambos e que serve como mediadora de nossas experiências.⁸⁰

⁷⁸ Na obra de Gadamer a ideia de pré-conceito remete a noção de juízo (*Urteil*). O autor trabalha essa ideia como o juízo estabelecido antes do conhecimento efetivo de um texto. O exercício da compreensão partiria desse conceito pré-estabelecido sobre o objeto que se almeja conhecer, modificado conforme este processo avança e se aproxima dos sentidos imanentes próprios ao objeto em questão. A negatividade carregada por este termo é sinalizada pelo autor como uma herança do Iluminismo, que ao afirmar o lugar da razão e da fundamentação racional como a única forma de produção de conhecimento e autoridade, percebeu os juízos e a tradição, fonte de onde eles retiram sua relevância e utilidade, como algo a ser extirpado do léxico científico e moderno. Como este significado negativo da palavra foi transportado também para nossa gramática e prática linguística, optei por grafar o conceito de Gadamer como pré-conceito, com o hífen concedendo ênfase ao sentido do termo. Quando me referir a ideia de preconceito como um estigma social, ou seja, a noção corriqueira da palavra, escreverei o termo sem separação, como por exemplo em “preconceito de cor”, termo bastante utilizado na década de 1960 para se referir ao racismo. GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 320.

⁷⁹ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 415.

⁸⁰ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 442. Grifo do autor.

Nossas experiências, sejam elas individuais ou coletivas, são partes do mesmo processo histórico, mediado e interligado pelas tradições. Gadamer oferece uma perspectiva capaz de enxergar temporalidades distintas como efeitos de um mesmo processo, mais amplo e contingente, que incorpora a consciência individual em um fluxo histórico complexo e profundamente imbricado. Segundo o autor, “não é a história que pertence a nós, mas nós é que a ela pertencemos”,⁸¹ assim, família, sociedade e Estado são exemplos de instituições marcadas pelos processos históricos e amplamente conectadas com a tradição na lógica gadameriana. Estes elementos, componentes tangíveis das perspectivas e das realidades históricas dos sujeitos, ou seja, seus horizontes, são também efeitos da história que os constrói, herdados de processos históricos desencadeados no passado que reverberam no presente, acessíveis e preserváveis pela presença da tradição.⁸²

A ideia de tradição de Gadamer se torna interessante quando nos permite entender os pré-conceitos como características inerentes da forma humana de estar no mundo e parte essencial do esforço de compreensão e os horizontes como realidades históricas compartilhadas e compartilháveis. Uma tradição que molda experiências humanas em consonância com os processos históricos mais amplos nos quais elas se inserem. A habilitação desta concepção nos direciona para sua aplicação como forma de pensar o tempo e sua dimensão relacional. A maneira como interpretamos os processos históricos estaria ligada à maneira como entendemos as consciências históricas ao longo do tempo e como elas perceberam e conectaram horizontes pela mediação de tradições compartilhadas.

O Atlântico negro, “tradição não tradicional” de Paul Gilroy, pode ser entendido como uma destas “tradições horizontes” de Gadamer. Um conjunto de processos, cenários e interações que articulam experiências atlânticas ao longo das temporalidades e geografias da modernidade. Esse Atlântico intercruza, tangencia, desafia e perenemente transforma a experiência da modernidade inaugurada pelo movimento iniciado na diáspora africana. O que Paul Gilroy considera como parte intrínseca das experiências afrodiaspóricas seria, no léxico que proponho, tradições deste “Atlântico Horizonte”, que de forma alguma é uno, sempre se estabelecendo na mediação entre passado, presente e futuro, por meio de geopolíticas e culturas historicamente localizadas. Um Atlântico Horizonte que se forma enquanto um conjunto de

⁸¹ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 416.

⁸² GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 458.

teorias, conhecimentos, práticas e pré-conceitos que incidiriam sobre as experiências de sujeitos afrodiaspóricos, conectando-os histórica e geograficamente.

As tradições deste Atlântico (Horizonte) negro se formam no seio da modernidade, ambíguas, contraditórias e ambivalentes. A natureza deste espaço, marcado pelos lugares que conecta, nos permite um olhar que reconhece os sujeitos e os efeitos de uma história compartilhada e criada por suas experiências coletivas. Torna-se possível olhar para este horizonte a partir dos atores que nele e por ele são formados, observando nas tradições que compartilham não só aquilo que os une, mas também o que os separa. Reconhecer tradições compartilhadas não implica de maneira nenhuma homogeneizar as experiências desses sujeitos. Reconhecer as tradições que compartilham é um caminho para perceber o que os torna diferentes e interessantes, o quanto são ambivalentes, incertos e por vezes contraditórios. Enfim, reconhecendo-os em um horizonte compartilhado, podemos entender o quanto esses sujeitos são de fato atlânticos.⁸³

Raymundo Souza Dantas realiza de forma explícita, material e simbólica o contato da diáspora com o continente africano. Sua viagem à África evoca nos círculos intelectuais e políticos brasileiros as mais diferentes imagens sobre as relações entre raça, nação e identidade em um mundo conectado historicamente pela experiência do trânsito. Souza Dantas se move pelas margens e através do Atlântico negro. Sua trajetória traça rotas, sua obra arquiteta pontes. Enquanto realiza um projeto político que não o representa, visto que a democracia racial não era apenas uma característica da nação brasileira naquela época, mas seu principal trunfo retórico, o primeiro embaixador negro brasileiro se realiza enquanto sujeito atlântico. Atlântico na medida em que se conecta com um mundo separado pela diáspora forçada dos africanos, uma chaga ainda consideravelmente recente (e aberta) na sociedade brasileira da época, mas também atlântico quando aparta estes mundos supostamente conectados, evidenciando a distância, política e cultural, que os separa.

Como o título deste trabalho referencia, a ideia de “um negro de outro mundo” faz parte do léxico conceitual mobilizado por Souza Dantas, um léxico que desafia os pressupostos de um absolutismo racial ingênuo que tenta remontar conexões lineares entre negros das Américas

⁸³ Trabalho com a terminologia “atlântica” dentro do léxico de Gilroy, mas também busco em Beatriz Nascimento outros sentidos para a experiência tangencial proposta pelo contato simbólico e material entre as populações negras da diáspora com o continente africano e com a *Middle Passage* (para retornar ao léxico de Gilroy). Nascimento mobiliza olhares profícuos que direcionam, a partir do Brasil, rotas possíveis para interpretar a diáspora e a modernidade, evidenciando espaços de sociabilidade negras construídos a partir de trânsitos e rotas atlânticas. NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021; ÔRÍ. Direção: Raquel Gerber. Roteiro: Maria Beatriz Nascimento. Brasil, 1989. 93 min; RATTs, Alex; GOMES, Bethania (org.). *Todas (as) distâncias*: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Salvador: Ogum Toques Negros, 2015.

com antepassados vívidos, e vivos, na África. Além disso, o ex-embaixador se insere em um cenário intelectual mais amplo através de suas reflexões sobre o contato com a África. Suas ideias a respeito da distância e do movimento que afastam e aproximam o Brasil do continente africano estão ligadas a uma tradição mais ampla do pensamento afrodiaspórico, uma tradição sobre o *retorno*.

Essa tradição, percebida a partir da conjunção das teorias discutidas, se torna um objeto de estudo cujo acesso se dá pela trajetória de Raymundo Souza Dantas e seu contato com a África nas décadas de 1960 e 1970. O *retorno* é mobilizado pelo embaixador em um diálogo multilateral e ambivalente com a cena política brasileira durante o período analisado. Os escritos de Souza Dantas que versam sobre as relações do Brasil com a África debatem as relações estabelecidas entre raça e nação nos discursos de sua época, produzidos tanto pelo Estado brasileiro, a partir de sua utilização da retórica freyriana na formulação de um discurso culturalista de afinidade com o continente africano, quanto pelo movimento negro que, na virada da década de 1980, construía suas pautas tomando como base a articulação das ideias de identidade e cidadania em um projeto questionador do discurso estatal que apregoava a harmonia racial e a miscigenação cultural como caminhos válidos para a realização política.

Neste sentido o *retorno* é o caminho pelo qual este trabalho adentra nas reflexões de Raymundo Souza Dantas, observando como suas formulações tensionam acepções de raça, nação, cultura, política, identidade e cidadania a partir de suas apropriações de uma longa tradição do pensamento africano e afrodiaspórico mobilizadas para compreender e se posicionar no contexto político e cultural do Brasil nas décadas de 1960 e 1970.

Trajetória

Entender o *retorno* partindo deste sujeito pressupõe compreender as viagens que as teorias são capazes de fazer e que transformações elas sofrem neste processo. Dessa forma, busco em Edward Said e na sua concepção de teoria itinerante o substrato para entender como a produção intelectual de sujeitos temporal e geograficamente apartados se conecta através dos caminhos que as ideias tomam conforme são visitadas e apropriadas em diferentes contextos e por diferentes sujeitos.⁸⁴ Ao analisar as transformações que as produções teóricas podem sofrer conforme são apropriadas por diferentes atores e contextos a fim de alcançar objetivos distintos daqueles presentes em sua elaboração inicial, Said sugere um caminho profícuo para pensar as

⁸⁴ SAID, Edward. Reconsiderando a teoria itinerante. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Deslocalizar a "Europa"*: antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade. Lisboa: Cotovia, 2005. p. 42.

possíveis transfigurações dos elementos definidores de uma tradição ao longo dos trânsitos e itinerâncias de seus enunciadores. Souza Dantas não só se insere na tradição do *retorno*, ele a transforma conforme movimenta seus elementos ao longo de sua trajetória como intelectual e ator político no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970.

Entender essas transformações, engendradas nas conexões transnacionais construídas pelos intelectuais e suas ideias, envolve questionar acepções que fixam os contextos históricos aos “lugares” restritos nos quais os processos se desenrolaram, privilegiando a fixidez das ideias em seus locais particulares, o que também reforça o espaço da nação como um observatório privilegiado da gestação das ideias. Ao propor a noção de um contexto “arquivo”, contraposta à ideia de um contexto “lugar”, Edward Baring sugere a importância de considerar a força interpretativa e transformadora que reside nos trânsitos efetuados pelas ideias conforme são apropriadas por diferentes segmentos intelectuais, e oferece caminhos para a confecção de uma história intelectual transnacional. Essa proposição permite observar o potencial produtivo que os arquivos têm de movimentar as ideias, em vez de fixá-las em lugares definidos por fronteiras geográficas, culturais e temporais. O contexto-arquivo de Baring nos convida a olhar para o passado como um território acessível, transformador e útil, um território que se faz presente no contexto linguístico compartilhado pelos textos e sua vocação de transpor fronteiras geográficas e temporais.⁸⁵ Neste sentido as formas como Souza Dantas interpola as tradições intelectuais do Atlântico negro permitem observar não apenas as transformações que seu pensamento sofreu a partir dos contatos, mas também as novas formas adquiridas pelas correntes que o atravessaram.

A outra face do esforço de construir uma história intelectual da diáspora a partir do Atlântico negro envolve considerar a materialidade desses percursos, historicizando as trajetórias dos sujeitos que transportam e transformam essas tradições. Para isso utilizarei das propostas metodológicas de Jean-François Sirinelli para pensar como os intelectuais sobre os quais me debruço construíram as relações e o ambiente no qual suas ideias foram desenvolvidas e transformadas. Os conceitos de itinerário, redes de sociabilidade e geração são úteis porque nos permitem olhar para os intelectuais enquanto uma categoria delimitada, mas que preserve a contingência e os elementos que fogem à racionalização estratégica.⁸⁶

⁸⁵ BARING, Edward. Ideas on the move: Context in Transnational Intellectual History. *Journal of the History of Ideas*, v. 77, n. 4, p. 585, oct. 2016.

⁸⁶ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 250.

Os itinerários são pensados pelo autor de modo que seja possível traçar o caminho percorrido na formação dos intelectuais, considerando os percalços, as tensões, os recuos e as inflexões que os permeiam. As ideias de geração e sociabilidade permitem que essa análise seja estendida para o contexto histórico e social nos quais estes itinerários são construídos. As filiações geracionais, definidas menos a partir das respostas que os intelectuais formulam em seus escritos e mais pelas perguntas que buscam responder, são categorias de análise úteis quando pensamos em contextos históricos compartilhados e experienciados coletivamente. Quanto a ideia de sociabilidade,⁸⁷ Sirinelli ressalta:

Mas a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpretam o afetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular.⁸⁸

Tanto a ideia de redes quanto a de microclima são produtivos recursos para a construção de uma história intelectual que interligue os sujeitos aos seus contextos históricos. Investigar em que redes Souza Dantas se inseriu, quais aversões, afetos, cismas e simpatias moldaram o microclima no qual ele formulou suas ideias, faz parte da estratégia para entendê-lo como um intelectual afrodiaspórico localizado nos circuitos de uma tradição em movimento.

Logo, conceituar o que seria um intelectual se torna uma tarefa de grande importância. Mais uma vez as contribuições de Sirinelli fornecem caminhos férteis pelos quais seguir. O autor propõe duas definições do que seria um intelectual: a primeira delas considera-o como um “mediador” cultural e a segunda o interliga à ideia de engajamento. Enquanto a primeira definição incluiria professores, jornalistas e até mesmo estudantes como “mediadores” em potencial, a segunda, mais estreita, classificaria estes agentes de acordo com sua proximidade com causas sociais e políticas. As duas definições, como bem aponta o autor, não apresentam em sua relação uma contradição, são, na verdade complementares.⁸⁹ Ambas são úteis por evidenciar os contornos voláteis da categoria intelectual, rejeitando restrições da aplicação do

⁸⁷ Maurice Agulhon realiza um extenso debate sobre as origens e os sentidos da ideia de sociabilidade. O autor faz um panorama das transformações do conceito do século XVIII à contemporaneidade, ressaltando os caracteres que o definem, e sobretudo as disputas que marcam sua história. AGULHON, Maurice. *Política, imagens, sociabilidades: 1789 a 1989*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2016.

⁸⁸ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 252.

⁸⁹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 242-243.

termo relacionadas à projeção e filiação política dos indivíduos nelas inseridos.⁹⁰ Acredito que Souza Dantas se encaixa nas duas definições desenvolvidas pelo autor: enquanto sua atuação como escritor e jornalista nas décadas de 1940 e 1950 permitem observar sua inserção como “mediador” nos circuitos intelectuais e políticos de sua época, seu tempo como embaixador e as obras publicadas, a partir da década de 1960, a respeito de sua experiência no continente africano, constroem o “Embaixador Raymundo Souza Dantas” como um personagem evidentemente político, tanto por sua proximidade com o Estado e seus discursos, quanto pelos debates desenvolvidos junto do movimento negro.

A proposta metodológica de Sirinelli também aponta para maneiras de análise e tratamento das fontes, formando uma metodologia que combina a exegese dos textos e o mapeamento das conexões empreendidas pelos intelectuais em suas redes de sociabilidade e itinerários. Trata-se de uma análise coletiva das ideias e das interações entre grupos de intelectuais construída a partir dos diálogos que suas obras, e suas formas de atuação institucional, estabelecem.

A relação com as fontes produzidas por intelectuais, textos que, muitas vezes, são criados para ser publicizados, lidos, interpretados e, em alguns casos, contestados, é complexa e tortuosa. As contribuições metodológicas de Sirinelli junto das propostas teóricas ensejadas por Said e Baring iluminam caminhos possíveis para pensar o tratamento das fontes neste trabalho, pensando, principalmente, nos contornos de uma história intelectual capaz de enxergar trajetórias, nem sempre lineares ou paralelas, efetuadas pelos intelectuais e por suas ideias. Partindo destas reflexões foi possível delimitar os caminhos pelos quais a figura de Souza Dantas pôde ser apreendida e compreendida nesta pesquisa. Neste sentido, construir a partir da documentação sua trajetória intelectual exigiu necessariamente lidar com os contextos e com os arquivos que abrigam não só o relato de suas experiências, mas também as marcas dos processos que permitiram que elas chegassem até nós. Esse esforço elabora uma proposta metodológica que considera as formas como essas fontes foram produzidas e preservadas, além de reconhecer de que maneiras elas se inserem na confecção multifacetada de um personagem ao longo do tempo, executada por seus interlocutores, leitores, críticos e, como observado, pelo próprio Souza Dantas.

⁹⁰ Sirinelli é categórico ao afirmar a existência de intelectuais vinculados a ideias conservadoras e de direita. O autor levanta o problema que envolve reconhecer a influência dos intelectuais, uma tarefa que é histórica e não ética, não sendo uma atribuição do historiador produzir os juízos de valor que definiriam os intelectuais que estuda. Portanto, não seria tarefa do historiador dos intelectuais “construir um Panteão, nem cavar uma fossa comum”. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 261.

No presente trabalho, as fontes que mobilizo para pensar a trajetória de Raymundo Souza Dantas podem ser divididas em dois grupos.

O primeiro grupo de fontes se refere aos textos publicados e publicizados, os quais podem ser acessados pelos seus respectivos suportes de divulgação: refiro-me aos livros, jornais, revistas, periódicos e seus eventuais arquivos. Nesse grupo estão os artigos e ensaios publicados em revistas e jornais, os livros, as conferências em eventos acadêmicos, as resenhas publicadas e as entrevistas concedidas. Esse material nos fala sobre a construção pública de um intelectual, guardando marcas das questões e debates de sua época, contrastando entre sua autopercepção e as imagens criadas por aqueles que compartilhavam do mesmo contexto histórico.

O segundo grupo é composto de documentos que fazem parte do acervo pessoal do autor e que passaram por um processo ativo de arquivamento de sua parte. As fontes em questão fazem parte do acervo pessoal de Raymundo Souza Dantas, com o qual tive contato através do filho e “guardião” de sua memória, Roberto Souza Dantas. Toda a documentação herdada de seu pai é mantida e preservada em sua residência em Santo André, SP. Desde 2019 tenho estabelecido contato com Dantas, obtendo acesso para consulta e digitalização de grande parte desses documentos, um acesso mediado pela sua diligência e cuidado com os pertences e as memórias de seu pai.

A utilização dessa documentação é parte preponderante do andamento e da natureza desta pesquisa. O arquivo pessoal do primeiro embaixador negro brasileiro se encontra ainda relativamente inexplorado pela historiografia e seu acesso, apesar do interesse de Roberto Dantas na sua democratização, é ainda incipiente. Parte do *corpus* documental deste trabalho provém da documentação produzida e preservada pelo próprio Raymundo Souza Dantas em um movimento de arquivamento e construção autobiográfica que reitera as características de sua escrita, como sinalizou Horta.⁹¹ A própria organização da documentação feita pelo ex-embaixador, característica que aspiro explorar mais adiante, sinaliza para um movimento de produção de autoimagens e significados para sua trajetória enquanto intelectual. A documentação que utilizo sobre a figura de Souza Dantas me permite olhar a partir de diferentes ângulos para aquilo que ele produziu, contrastando, através de uma análise comparada, o que foi publicizado e o que não foi. Fazem parte deste grupo de fontes: escritos não publicados e primeiras versões de textos publicados, roteiros de apresentações e palestras, anotações,

⁹¹ HORTA, Marina Luiza. *A imagem improvável do escritor: Raymundo de Souza Dantas - apontamentos sobre a vida e obra*. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. p. 17-19.

cartas,⁹² documentos oficiais, fotografias, além dos recortes de jornais e revistas de grande parte daquilo que foi publicado por Souza Dantas a partir da década de 1960, trechos selecionados e catalogados pelo próprio autor.

Enfim, este trabalho investiga a trajetória de Raymundo Souza Dantas como intelectual afrodiaspórico a partir das conexões entre sua obra e as tradições intelectuais do Atlântico negro de Gilroy observadas a partir do Brasil, sobretudo aquela que chamo de tradição do *retorno*. Para isso, utilizarei das contribuições da história intelectual como metodologia de análise, tendo em vista a compreensão dos textos aliada ao mapeamento dos trânsitos tanto das ideias, quanto dos intelectuais que as produziram. Analisarei as ideias de Souza Dantas através de um exercício de exegese de seus textos dentro do contexto-arquivo que definiu os debates, as questões e as inquietações no Atlântico Sul ao longo das décadas de 1960 e 1970. Com este estudo, pretendo contribuir para o reencontro da historiografia com a figura de Souza Dantas, bem como deslocar o debate que trata da tradição intelectual do *retorno* para o eixo Brasil-África, evidenciando as contribuições que a historiografia brasileira tem a oferecer para uma história intelectual da diáspora.

⁹² As pesquisas que desenvolvi sobre este tema estiveram muito centradas nas correspondências pessoais e nas obras publicadas de Souza Dantas. O presente trabalho se configura em uma conjunção entre a expansão dos horizontes teóricos da análise e o ampliamiento da documentação trabalhada desde as primeiras etapas da pesquisa. Cf.: UBL, Yassen Fideles. *Do trabalho profícuo à missão condenada: uma análise da trajetória de Raymundo Souza Dantas como embaixador (1961-1963)*. 2021. 70 f. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021; UBL, Yassen Fideles. *África Transatlântica: o continente africano no pensamento negro brasileiro (1960-1980)*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-MG, “Brasil, 200 anos depois: entre a Independência e os desafios da contemporaneidade”, XXIII, 2022, Diamantina. *Anais...* Diamantina, 2022. Disponível em: https://www.encontro2022.mg.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-mg-eeh2022/1660241067_ARQUIVO_5be8956bf12d77d8d193629ca51ac8b6.pdf. Acesso em: 5 abr. 2023.

1. IDENTIDADES RETORNADAS

Assim que voltou de Gana para o Brasil pela primeira vez, nas férias de seu primeiro ano de missão, Raymundo Souza Dantas, embaixador plenipotenciário em Gana, Togo e Daomé (atual Benin) passou a escrever sobre os chamados “retornados”. Entre outubro e dezembro de 1962, publicou no *Jornal do Brasil* uma série de artigos intitulados “Brasileiros de África”, em que narrou seus primeiros contatos com as comunidades de descendentes de ex-escravos brasileiros estabelecidos na costa ocidental africana desde o século XIX.⁹³ O interesse na história e nas dinâmicas culturais dessas comunidades foi central na produção de Souza Dantas nas décadas de 1960 e 1970. O tema dos retornados aparece em *África Difícil*, ocupando os dois capítulos finais da obra, e também esteve presente no ensaio publicado nos *Cadernos Brasileiros* em 1967, intitulado “Sentimento Africano”.⁹⁴ Entre 1968 e 1969 foi o tema de uma série de pequenos ensaios na revista *Brasil Açucareiro* sob o título de “A África e Nós”.⁹⁵ A principal característica dessa produção foi a exaltação da herança brasileira nas práticas destes grupos:

Acredito que um dos aspectos mais importantes, senão o mais importante, da missão africana que desempenhei, tenha sido o estreito contato mantido com muitas das chamadas famílias brasileiras. [...] Esse contato, que se prolongou por toda a minha permanência permitiu-me verificar, também, não simplesmente a preservação de costumes e tradições, levados do Brasil pelos seus antepassados, mas exatamente a feliz combinação daqueles elementos com os mais genuínos valores de suas civilizações de origem, do que resultou um equilíbrio que sempre os distinguiu, sem no entanto diferenciá-los.⁹⁶

⁹³ DANTAS, Raymundo Souza. Brasileiros de África I: Descendentes do Xaxá. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXII, n. 292, 19 dez. 1962. Primeiro Caderno, p. 13; DANTAS, Raymundo Souza. Brasileiros de África II: Baianos erguem igreja em Agoué. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXII, n. 293, 20 dez. 1962, Caderno B, p. 1; DANTAS, Raymundo Souza. Brasileiros de África III: A família Sousa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXII, n. 293, 20 dez. 1962. Primeiro Caderno, p. 13; DANTAS, Raymundo Souza. Brasileiros de África V: Brasil, Terra-mãe. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXII, n. 296, 19 dez. 1962. Primeiro Caderno, p. 12. Até o momento não consegui encontrar o texto número IV de os “Brasileiros de África”, mas diante da leitura dos outros três textos penso que as reflexões faltantes fazem parte da seção sobre os retornados presente no *África Difícil*.

⁹⁴ SOUZA DANTAS, Raymundo. Sentimento Africano. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a.

⁹⁵ SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (I). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVI, v. 72, n. 3, p. 61-64, set. 1968; SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (II). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVII, v. 73, n. 1, p. 44-45, jan. 1969a; SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (III). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVII, v. 73, n. 1, p. 49-50, fev. 1969b; SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (IV). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVII, v. 73, n. 4, p. 12-13, abr. 1969c.

⁹⁶ SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (I). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVI, v. 72, n. 3, p. 61-64, set. 1968. p. 61.

Os traços das famílias de retornados ressaltados por Souza Dantas valorizam uma retórica civilizatória que frequentemente aparece nas narrativas sobre os retornos, seja quando o autor ressalta a capacidade de organização e articulação política dos repatriados em comparação com as realidades africanas,⁹⁷ seja quando destaca a capacidade destas comunidades de engendrar avanços “civilizatórios” nos lugares em que se estabeleceram. Ao ecoar esses discursos o embaixador também retoma os argumentos utilizados nos movimentos *back to África* nos Estados Unidos no XIX, reproduz características dos discursos coloniais que moldaram as experiências das comunidades de retornados brasileiros na virada do século XX, e faz uso de elementos das teorias de Gilberto Freyre para a compreensão do “modo português de estar no mundo”, como por exemplo a vocação cristianizadora e a introdução de práticas alimentares, vestimentas e ofícios, que caracterizariam uma civilização luso-tropical.⁹⁸

Entender como essas ideias se movem junto dos argumentos de Souza Dantas, assim como compreender o lugar que as identidades dos retornados ocupam em suas formulações, é essencial para entender sua inserção na tradição do *retorno* e sua intervenção na política externa nas décadas de 1960 e 1970. Não é coincidência que os elementos que Souza Dantas utiliza para definir essas comunidades ecoem traços da retórica dos discursos dos impérios coloniais e do lusotropicalismo. Também não é por acaso que o primeiro embaixador negro brasileiro busca nas trajetórias de descendentes de escravos libertos brasileiros traços definidores de uma cultura brasileira genuína, e encontre em suas experiências caminhos para formulação de uma identidade nacional.

Desta forma, compreendo que a representação que Souza Dantas cria das comunidades de brasileiros repatriados os desenha como o resultado de um processo que, para o autor, é característico da cultura brasileira,⁹⁹ embora o seu desenvolvimento tenha como palco o trânsito

⁹⁷ Aparecendo amplamente na série de artigos publicados no *Jornal do Brasil* em 1962 e em: SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 48; 115-116; 120-122; SOUZA DANTAS, Raymundo. Dinastia dos Xaxás. *Leitura*, n. 94-95, p. 46-47, mai./jun. 1965b; SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. (1966). Versão não publicada. Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP. p. 30-32; SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (I). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVI, v. 72, n. 3, p. 61-64, set. 1968. p. 61; SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (II). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVII, v. 73, n. 1, p. 44-45, jan. 1969a. p. 44; SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (IV). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVII, v. 73, n. 4, p. 12-13, abr. 1969c; SOUZA DANTAS, Raymundo Souza. A “Burrinha” Africana. *Revista Brasileira de Folclore*, a. X, n. 28, p. 259-263, set./dez. 1970.

⁹⁸ CASTELO, Cláudia. “O modo português de estar no mundo”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998. p. 38.

⁹⁹ A ideia da cultura brasileira como uma “síntese de todas as contribuições” dos povos aqui estabelecidos desde a colonização, formulação que apresenta um diálogo evidente com a tese de Von Martius sobre a convergência das três raças, branco, negro e índio na formação da nação brasileira, é utilizada por Souza Dantas para se contrapor à ideia, desenvolvida na ocasião por Abdias Nascimento, de uma “identificação” compartilhada por todos os negros

entre o Brasil e o continente africano. A África de Souza Dantas comporta o estranho africano, marcado pelas diferenças dos costumes, pelos ritmos distintos de ação política e pelo desconhecimento mútuo,¹⁰⁰ mas também abriga o retornado, cujas tradições, os hábitos e os costumes são familiares aos brasileiros, marcas da preservação de sua identidade nacional, presente e reconhecível apesar do trânsito atlântico. Na percepção de Raymundo, os retornados, mesmo que estabelecidos há mais de um século em outro continente, seguem sendo brasileiros.

1.1 Diálogos transatlânticos

Na conclusão do livro *África Difícil: missão condenada*, Raymundo Souza Dantas, após o encerramento de sua missão diplomática em Gana, afirma:

O meu objetivo, com estas páginas de fim de livro, é destacar o traço mais característico, no comportamento daquelas chamadas famílias brasileiras da África: o seu dinamismo. Atribui-se a essas famílias, iniciativas que levaram desenvolvimento e progressão às regiões em que se radicaram, sendo muitas delas apontadas como promotoras de obra civilizadora sem precedentes. [...] A história dessas famílias, pois, pelo que as mesmas empreenderam, através de uma ação realmente dinâmica, se confunde com a história de amplas regiões da costa, em situações e etapas as mais diferenciadas, alcançando assim frentes e setores de atividades as mais amplas, contribuindo de forma positiva para o desenvolvimento econômico, social e político das áreas em que se estabeleceram.¹⁰¹

O interesse em reconhecer as comunidades de brasileiros residentes na África Ocidental, mais especificamente aquelas que descendiam de escravizados e/ou tinham relação com a escravidão, é consciente e se manifesta no detalhamento e na atenção que o autor dedica a descrever esse encontro.

Em 1966, em viagem para o Senegal para o I Festival Mundial das Artes Negras (FESMAN), realizado em Dacar, no Senegal, Souza Dantas não deixou de pesquisar, e documentar seus resultados, sobre a vida e a história dessas comunidades. Em um encontro com

e estabelecida à margem da nacionalidade. CARNEIRO, Edison *et al.* *80 anos de Abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. p. 66. Ao definir a arte e a cultura negra no Brasil, o embaixador usa a ideia de “sincretismo” para caracterizar um produto desprovido de determinações raciais. Na reportagem de Eloí Calage de 1973 lemos que “Raymundo de Souza Dantas prefere falar em sincretismo cultural e [diz que:] ‘olhando para mim mesmo, para minha atividade literária, acredito que, se o livro não estiver assinado ou se o nome não for logo identificado como o de um escritor negro ninguém é capaz de dizer se o autor do livro é preto ou branco’”. CALAGE, Eloí. Arte Negra (?) no Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano LIII, n. 15806, 12 abr. 1973. Caderno Especial, p. 2.

¹⁰⁰ UBL, Yassen Fideles. *Do trabalho profícuo à missão condenada: uma análise da trajetória de Raymundo Souza Dantas como embaixador (1961-1963)*. 2021. 70 f. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021. p. 17.

¹⁰¹ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 115-116.

um descendente de retornados brasileiros, cuja família estava estabelecida no Daomé desde o final do século XIX, o ex-embaixador encontrou uma oportunidade de continuar seus esforços de compreender as trajetórias destas populações:

Solicitei-lhe o nome de todos, como também suas ocupações e situação no mundo africano. Deu-me por escrito, em português, demonstrando assim conhecer o idioma de seus antepassados. [...] Procurei, nessas ocasiões, não apenas confirmar pontos das pesquisas que fiz, no Togo e no Daomé, como também colher novos elementos.¹⁰²

Quinze anos depois, no 1.º Seminário Internacional Brasil-África, realizado entre 4 e 7 de agosto de 1981, no Rio de Janeiro, o ex-embaixador comentou sua missão e o seu esforço durante sua estadia no continente africano, elencando como principal contribuição o estudo sobre essas famílias:

Do Brasil, foram para o Togo e se espalharam pela costa. Seus filhos, também brasileiros [...] levaram, enfim, elementos de uma civilização nova que não chegaram a alterar os costumes e os hábitos africanos desta área, mas que lhes deram conotação nova, dinâmica diferente. Daí se constituírem, esses brasileiros, em elite. Se a minha missão africana teve importância maior, foi exatamente a importância cultural através do contato com essas comunidades. A história é longa e ela é mais expressiva quando se aborda a influência política dos descendentes de brasileiros que retornaram para a África como escravos libertos.¹⁰³

Para entender as intervenções de Souza Dantas sobre a história das comunidades de retornados brasileiros precisamos reconhecer as conexões que suas propostas estabelecem com os discursos que permeavam o cenário político e intelectual, nacional e internacional, de sua época. Alguns dos elementos que subjazem em suas formulações sobre os retornados, como as mudanças “estruturais” que essas comunidades promoveram na ordem social e política do continente africano ainda no século XIX, ecoam narrativas que celebram a influência “ocidentalizante” promovida pela presença destas comunidades no continente africano.¹⁰⁴ Essa perspectiva retoma tanto os interesses das metrópoles coloniais europeias na segunda metade do século XIX, quanto elementos do lusotropicalismo freyriano, que entre as décadas de 1950 e 1970 foi amplamente mobilizado pelos discursos das políticas internacionais brasileiras e portuguesas. Compreender a trajetória de Souza Dantas a partir do *retorno* como uma tradição

¹⁰² SOUZA DANTAS, Raymundo. Sentimento Africano. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a. p. 30-32.

¹⁰³ SOUZA DANTAS, Raymundo. Alocução. (3ª Sessão do 1º Seminário Internacional Brasil-África no período de 4 a 7 de agosto de 1981 - Rio de Janeiro. Sessão: A Cooperação Cultural América Latina - África). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, v. 6-7, p. 85, 1982b.

¹⁰⁴ MATORY, James Lorand. Yorubá: as rotas e as raízes da nação transatlântica, 1830-1950. *Horizontes antropológicos*, v. 4, p. 263-292, 1998. p. 271.

atlântica envolve apontar as vozes que ecoam e dissonam em seus discursos, destrinchando as formas como o autor representa as comunidades retornadas e suas histórias e de que forma essas percepções são elaboradas e transformadas em conjunção com seu próprio *retorno* africano.

Diante disso, cabe observar que o interesse por comunidades de retornados brasileiros não é um tema recente na pesquisa brasileira. Historiadores, sociólogos, linguistas e antropólogos, desde o início do século XX, pesquisam com afinco as conexões entre o Brasil e o continente africano a partir dos retornos de libertos e descendentes de escravos à costa ocidental da África. Uma ampla produção acadêmica se estende nessa área, tratando desde as mudanças demográficas dessas populações até os processos de formação de suas identidades ao longo das suas trajetórias no continente africano.¹⁰⁵

As metáforas elaboradas para perceber essas conexões, parte preponderante do trabalho acadêmico de codificar e decodificar seus objetos de estudo, foram trabalhadas por James Lorand Matory, com o objetivo de perceber sua importância na construção do conhecimento sobre a diáspora e o Atlântico negro. O autor trabalha os grandes tropos visitados pela historiografia para dar sentido a esses processos, demonstrando aquilo que escondem sob suas generalizações:

As metáforas de “sobrevivência”, “memória” e “crioulização” são insuficientes para dar conta dos elementos mais importantes dessa história – as auto-invenções quiméricas, estratégicas, seletivas, transfronteiriças e dialéticas, que produzem identidades étnicas não apenas no mundo do Atlântico negro, mas em toda parte.¹⁰⁶

A proposta teórica de Matory enxerga tradições que rejeitam determinações lineares que classificam qualitativa e temporalmente o continente africano como um tempo passado e primitivo em relação às realidades da diáspora percebidas dentro da modernidade. A metáfora do *rizoma*, desenvolvida por Deleuze e Guattari, e o cronótopo do *navio*, de Paul Gilroy, são apontadas pelo autor como chaves profícuas de análise, ainda que carreguem consigo algumas limitações teóricas. Enquanto o *rizoma* compartilha das limitações presentes no que o autor classifica como “metáforas arborescentes”, ao entender a cultura como um organismo, omitindo

¹⁰⁵ Trata-se de realmente uma ampla bibliografia cuja listagem nestas páginas seria improdutiva. Dentre os pesquisadores que se debruçaram sobre a temática dos retornos de libertos para a região da África Ocidental destaque, considerando as bibliografias utilizadas nesta pesquisa, o trabalho de: Pierre Verger, Gilberto Freyre, José Honório Rodrigues, Marianno e Manuela Carneiro da Cunha, Jerry Michael Turner, Milton Guran, Alberto da Costa e Silva, Mônica Lima e Souza, Alcione Amós, Ebenezer Ayesu, Kwame Esseien e Angela Fileno da Silva, que apresenta, na introdução de sua tese de doutoramento, um panorama mais completo dos estudos sobre este tema. Cf.: SILVA, Angela Fileno da. *Vozes de Lagos: brasileiros em tempos do império britânico*. 2016. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

¹⁰⁶ MATORY, James Lorand. O navio de volta para casa: tropos analíticos como mapas da e para a história cultural da diáspora africana. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, p. 969-993, 2020. p. 984.

a capacidade dos “enxertos” e realocações dos grupos e suas práticas, o *navio*, e sua vocação intrinsecamente transnacional sugere a supressão do poder que atores e instituições políticas e sociais têm sobre os sujeitos e seus trânsitos.¹⁰⁷

J. Matory pensa como alternativa às chaves de leitura que critica uma metáfora do *diálogo*:

A metáfora do diálogo afro-atlântico coloca as tradições –, ou genealogias de reprodução cultural, estrategicamente construídas – em um contexto transoceânico mais amplo que ultrapassa nação e religião. Culturas locais não meramente resultam de heranças ou da inércia local de sistemas que se formam rapidamente e se alteram lentamente. Em vez disso, os atores produzem suas culturas em diálogo.¹⁰⁸

Para o autor esse diálogo é a marca da formação cultural do Atlântico negro. Uma chave que permite compreender as tradições formadas em seu seio a partir de processos que evidenciam os trânsitos e as conexões transnacionais, mas que não pressupõem um contato direto e desinteressado.

Ainda assim, esse diálogo não é uma conversa entre iguais. Ele congrega atores mais poderosos e atores menos poderosos. Riqueza relativa, proficiência linguística, nacionalidade e acesso desigual aos meios de comunicação e recompensa, distinguem uma classe de atores da outra. Por outro lado, a metáfora do “diálogo” postula um tipo de igualdade: a igualdade temporal. Essa metáfora postula a coetaneidade radical (cf. Fabian, 1983) entre África, América Latina e Estados Unidos, em um diálogo que, mesmo com o fim do tráfico de escravizados, têm ininterruptamente remodelado todas essas regiões. Em outras palavras, a África não está para sua diáspora como o passado está para o presente. Antes, a África é um interlocutor contínuo da história cultural que nos forma a todos – na América do Norte tanto quanto na América Latina e no Caribe. Igualmente evidente é o fato de que as metáforas com as quais pensamos nossa conexão afro-americana com a África molda como vivemos nossas vidas.¹⁰⁹

O principal exemplo mobilizado pelo autor para identificar a teoria que propõe é a formação do candomblé no Brasil e a construção da proeminência e do prestígio do tronco yorubá nas narrativas sobre as culturas africanas. A análise do autor reconhece a dimensão dialógica que permeia a construção das tradições e das percepções sobre a tradição yorubá, evidenciando sua ligação com o Renascimento Cultural de Lagos no final do século XIX.¹¹⁰ A

¹⁰⁷ MATORY, James Lorand. O navio de volta para casa: tropos analíticos como mapas da e para a história cultural da diáspora africana. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, p. 969-993, 2020. p. 987.

¹⁰⁸ MATORY, James Lorand. O navio de volta para casa: tropos analíticos como mapas da e para a história cultural da diáspora africana. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, p. 969-993, 2020. p. 988.

¹⁰⁹ MATORY, James Lorand. O navio de volta para casa: tropos analíticos como mapas da e para a história cultural da diáspora africana. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, p. 969-993, 2020. p. 988-989.

¹¹⁰ O Renascimento Cultural Lagosiano foi um movimento intelectual e literário desenvolvido na Nigéria a fim de afirmar as culturas locais africanas aglutinadas sob a terminologia yorubá, celebrando suas raízes culturais e sua relevância na região. Essa iniciativa se deu em resposta às imposições criadas pelo colonialismo europeu no final

análise de Matory lança luz sobre o longo debate que analisa a fundo os processos de construção do que entendemos como cultura afro-brasileira,¹¹¹ tocando em um ponto caro a esta pesquisa: a atuação de sujeitos e grupos de retornados e viajantes nas conexões entre o Brasil e a África.

Os trânsitos transatlânticos que permearam a construção do Candomblé na Bahia também podem ser entendidos dentro da tradição do *retorno* do Atlântico Sul. A afirmação e a construção das identidades yorubá-nagô em solo brasileiro se interligam intimamente com as viagens estabelecidas na virada do século XX por notórios pais de santo e babalaôs como Martiniano do Bonfim e Felisberto Sowzer.¹¹² Essas viagens foram definidoras na construção da ideia de uma pureza nagô desenvolvida por algumas das casas mais tradicionais de culto aos orixás baianas, como Ilê Axé Opô Afonjá. Este processo é lido por Beatriz Góis Dantas¹¹³ como uma forma de adequação destes grupos às exigências de um projeto nacional romântico que mitificava uma cultura negra pura, da qual o candomblé baiano se torna o mais proeminente exemplo, como parte da afirmação de uma democracia racial-cultural que mascarava o racismo cometido contra a população negra no geral. Esse fenômeno cria um mercado religioso que aceita as manifestações tidas como mais africanas, e portanto representativas do gênio do negro dentro da lógica da contribuição das raças para a harmonia do projeto nacional, enquanto rejeita as práticas negras tidas como degeneradas ou impuras (neste caso podemos citar os candomblés de caboclo e a umbanda). Segundo a autora:

Haveria, assim, no segmento dos cultos populares, um clima propício à exaltação do africano, e o retorno à África surgirá no horizonte de uma parte dos negros como um sinal distintivo na luta pelo mercado religioso, e, na medida em que os cultos são discriminados segundo os graus de pureza, a exaltação da fidelidade à África poderá ser vista como acirrada de rivalidades dentro do segmento popular.¹¹⁴

do XIX e foi amplamente influenciada pela atuação de retornados, com destaque aos estabelecidos em Serra Leoa, incorporados nessa nova configuração identitária na qual Lagos despontou como principal centro de referência. As bases deste movimento foram transportadas para as Américas e incorporadas por grupos no Brasil (nagôs) e em Cuba (lucúmi) em um processo dialógico de construção identitária que interligou as duas margens do Atlântico no final do XIX, e construiu ao longo do século XX, a proeminência yorubá dentre as culturas da África ocidental. MATORY, James Lorand. O navio de volta para casa: tropos analíticos como mapas da e para a história cultural da diáspora africana. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, p. 969-993, 2020. p. 981-983.

¹¹¹ Essa discussão remonta ao início do século XX com Nina Rodrigues com *Os africanos no Brasil*, publicado postumamente em 1932, mas escrito entre 1890 e 1905, se desenvolve por trabalhos como: BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia*. São Paulo: Editora Nacional, 1961; FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986; DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

¹¹² MATORY, James Lorand. Yorubá: as rotas e as raízes da nação transatlântica, 1830-1950. *Horizontes antropológicos*, v. 4, p. 263-292, 1998. p. 271.

¹¹³ DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 201-202; 204-207.

¹¹⁴ DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 205.

O retorno ao continente africano torna-se um fenômeno produtor e transformador de identidades em contexto nacional. A valorização da pureza racial, presente em determinadas práticas e manifestações culturais, se torna uma maneira de acessar uma forma de cidadania dentro de uma sociedade marcada pela negação da diferenciação racial.

Argumenta-se ainda que a consequência extra desta fictícia “africanização” do Candomblé foi o esvaziamento para os afro-brasileiros do exercício de sua cidadania plena na hierarquia política brasileira, o que os levou a reivindicar uma cidadania paliativa e o seu pertencimento a algum imaginário e distante outro-mundo, a “África”.¹¹⁵

Souza Dantas, ao estudar os descendentes de brasileiros repatriados em Gana, no Togo e no Daomé (atual Benim),¹¹⁶ se insere ativamente nesse histórico transatlântico dos diálogos. No entanto, a forma como o embaixador apresenta suas reflexões se volta para afirmação de uma identidade que retorna não à África como fonte de pertencimento e identificação, mas sim ao Brasil, visto pelas comunidades com as quais Souza Dantas estabelece contato como a pátria-mãe. Os retornados brasileiros seriam a prova de uma identidade brasileira transposta e preservada em solo africano. A partir desse discurso, o embaixador propõe uma outra maneira de integrar os negros em um projeto de nacionalidade. Seu retorno ao continente africano não demonstrava sua filiação a uma pátria-mãe pré-escavidão; pelo contrário, reafirmava a capacidade da experiência brasileira de produzir identidades que sobreviviam ao trânsito e ao tempo.

Seu estudo das famílias de descendentes de retornados brasileiros nos permite observar exatamente a dimensão dialógica e transcultural que as identidades formadas no Atlântico negro possuem:

Não representam, pois, em qualquer das regiões em que se radicaram, esses brasileiros da África, comunidades apáticas e sem história, mas sim dinâmicas, pela sua atuação em frentes as mais heterogêneas.

¹¹⁵ MATORY, James Lorand. Yorubá: as rotas e as raízes da nação transatlântica, 1830-1950. *Horizontes antropológicos*, v. 4, p. 263-292, 1998. p. 267.

¹¹⁶ O fato de Souza Dantas não ter trabalhado com as comunidades nigerianas, tema caro à historiografia sobre retornados, fala sobre os itinerários do autor em suas viagens à África. Quando serviu como embaixador entre 1961 e 1963, sua área de atuação envolvia Gana, Togo e Daomé, países que conheceu e desenvolveu atividades diplomáticas. Em 1966, em função do I Festival das Artes Negras no Senegal, Souza Dantas estabeleceu contato com retornados originários dos mencionados países, sendo até mesmo reconhecido enquanto passava pela cidade devido ao seu período como embaixador. SOUZA DANTAS, Raymundo. Sentimento Africano. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a. p. 10.

Como disse, a história dessas famílias, para os pesquisadores da história africana, é de grande importância, tendo em vista principalmente a participação das mesmas em modificações estruturais da vida nas regiões em que se fixaram.¹¹⁷

As formulações de Souza Dantas sugerem a inversão da narrativa da “origem africana” que incide sobre os sujeitos afrodiaspóricos desenvolvida a partir do léxico da tradição do *retorno*. Ao destacar a agência dos retornados evidenciando elementos construídos a partir da experiência brasileira, o embaixador sugere que os retornados na verdade são “brasileiros” desde sempre e para sempre, ou seja, são definidos pela “origem” numa acepção culturalista. Suas identidades permanecem fechadas na narrativa da cisão temporal linear passado-presente, mas o Brasil toma o lugar do “passado”, representando a tradição que se perpetua em suas práticas e formas de estar no mundo, e a África se torna o presente, narrada a partir de suas intervenções “modernas” e “modernizantes” sobre uma realidade que se aproxima da própria experiência de Souza Dantas no continente, o Estado nacional africano independente. Apesar da clara subversão do tropo que reconhece a África como aprisionada em um passado permanente, o argumento de Souza Dantas se constrói com evidente ambivalência na medida em que o Brasil é investido de uma função “ocidentalizante”, e consequentemente moderna, nas realidades africanas, tradicionais, modificadas pelos repatriados brasileiros.

Diante disso, é perceptível como suas formulações invertem diametralmente uma lógica que reproduz lugares estáticos para os contextos e os sujeitos africanos e afrodiaspóricos, sem no entanto abandoná-la. À primeira vista, isso contesta uma perspectiva como a de Matory que pretenda buscar em sua experiência atlântica traços dialógicos. No entanto, é sua própria trajetória enquanto um mediador atlântico que nos revela um intelectual que carrega e transforma as ideias em um movimento não linear, ecoando e construindo novos significados para os discursos e identidades gestados no Atlântico negro. Em uma comparação ilustrativa desta leitura recorro à forma como os diálogos atlânticos de Martiniano do Bonfim,¹¹⁸ executados de forma coetânea, interligando os contextos africano e brasileiro na virada do século XX, recorreram a uma retórica que reivindicava elementos que remetiam à “origem” e à “pureza” de tradições para dar legitimidade e autoridade ao seu discurso e às suas intervenções nas práticas religiosas brasileiras. Souza Dantas faz um movimento parecido ao recorrer à narrativa da origem brasileira dos retornados para construir formulações que ressaltam a potência transformadora, evidentemente “moderna”, de experiências orquestradas e

¹¹⁷ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 122.

¹¹⁸ MATORY, James Lorand. Yorubá: as rotas e as raízes da nação transatlântica, 1830-1950. *Horizontes antropológicos*, v. 4, p. 263-292, 1998. p. 271.

protagonizadas por sujeitos afro-brasileiros. Esse esforço, como argumentado, pavimenta suas formas pessoais de realização¹¹⁹ e alicerça seus posicionamentos diante da configuração social e racial do país, produzindo uma retórica positivada sobre a relação entre raça e nação, produtiva e reivindicável no Brasil da década de 1960.

Diante disso, entendo que as formas pelas quais Raymundo Souza Dantas interveio no debate racial brasileiro estiveram intimamente relacionadas com sua experiência de *retorno*, aqui interpretada como uma experiência atlântico-dialógica. Observando como essas intervenções foram construídas em diálogo com as narrativas dos retornados e, ao mesmo tempo, foram marcadas pelos discursos coloniais e anticoloniais subjacentes nas formas de narrar e interpretar a história do continente africano, precisamos nos debruçar sobre a relação que as experiências dos *retornos*, e as identidades gestadas a partir delas, tiveram com o colonialismo, e consequentemente, com a descolonização, a fim de compreender as nuances da relação entre o Brasil e a África na obra e na trajetória de Souza Dantas.

1.2 Comunidades transoceânicas

Pensar os retornados brasileiros passa por encontrar as variáveis que o ato material de viajar ao continente africano implica. Essa viagem presume um ponto de partida, um viajante, um itinerário e um destino. Em alguma medida, todos estes elementos são abordados pela historiografia que se dedicou a pensar tais trajetórias transatlânticas e se tornam relevantes para entender como a transposição de distâncias geográficas pode ser pensada em conjunto com o trânsito de ideias e teorias pelos espaços de construção de significados no contexto da diáspora.

Esses refluxos¹²⁰ da diáspora africana se constituíram nas Américas a partir de diversos centros. Estados Unidos, Cuba, Jamaica e Brasil se inserem neste círculo atlântico de “pontos de partida” do ato de retornar. Mônica Lima¹²¹ analisa como Salvador e o Rio de Janeiro foram, em algum momento do século XIX, importantes lugares de partida de ex-escravos e de seus descendentes para o continente africano. A autora argumenta como estes movimentos em terras brasileiras entre as décadas de 1830–1870 fazem parte de um cenário ampliado de retornos que

¹¹⁹ GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2012. p. 95.

¹²⁰ A metáfora aqui empregada faz referência a obra clássica de Pierre Verger (1987), *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*, um texto seminal dos estudos que pensam os trânsitos atlânticos entre Brasil e África. Cf.: VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

¹²¹ LIMA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

insere o Brasil nas dinâmicas de circulação de ideias e pessoas, nas quais estavam imersas a América do Norte e o Caribe. O movimento conhecido como *back to Africa*, suas postulações teóricas e as práticas engendradas durante sua existência permitiram não só o contato de negros norte-americanos e caribenhos com imagens sobre África, mas transitaram rumo ao Atlântico Sul, formando, nos principais centros brasileiros, elaborações possíveis do que poderia ser o retorno ao continente africano. Segundo a autora:

Num momento da história atlântica em que a agitação social e ideias de liberdade cruzavam os oceanos, a inserção de uma proposta de resgate das sociedades africanas para que essas passassem a integrar um outro lugar no conjunto de relações transoceânicas parece ter se tornado um fator a mais no estímulo aos retornos. E esse novo lugar a ser criado e ocupado poderia ter como seus dirigentes aquelas pessoas e grupos que dominavam os códigos da travessia. As bases das ideias que fomentavam o movimento *back to Africa* parecem ter chegado aos portos brasileiros em meados do século XIX, segundo discursos e orientações de percurso presentes em fontes pesquisadas. E é difícil imaginar que não acontecesse, tendo em vista a maneira como se encontravam vinculadas as margens do oceano.¹²²

Lima argumenta que os contornos iniciais do movimento *back to África* estiveram ligados aos projetos de supremacia branca dos Estados Unidos após sua independência, empreendidos principalmente pela *American Colonization Society* (ACS).¹²³ No entanto, a adesão de grupos negros à causa possibilitou o surgimento de novos significados e objetivos dentro da retórica e da prática apregoada pelo movimento:

Ao longo das duas primeiras décadas do século XIX religiosos norte-americanos associados a figuras proeminentes da política buscaram caminhos para viabilizar a fundação de uma colônia onde enviar os libertos dos EUA. Assim foi criada a American Colonization Society (ACS), que se preocupava em repatriar os libertos, mas de uma forma que não fossem abaladas as estruturas da escravidão. [...] Mesmo sob essas acusações, o movimento *back to África* foi encontrando ressonância entre a população negra vinculada aos projetos missionários na Libéria, que funcionaram como uma força de ocupação de peso, promovendo a formação de uma elite negra ocidentalizada a partir dos grupos repatriados, reforçados pelos que chegavam capturados no tráfico ilegal após 1830.¹²⁴

A mobilização de grupos negros ligados à fé protestante, cujos principais objetivos se direcionavam para a cristianização dos povos africanos, foi fundamental no estabelecimento das políticas de *retorno* nos Estados Unidos. Argumentos que atestavam a capacidade

¹²² LIMA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 21.

¹²³ LIMA, Mônica. Histórias entre margens: retornos de libertos para a África partindo do Rio de Janeiro no século XIX. *Revista de História Comparada*, v. 7, n. 1, p. 67-114, 2013. p. 70-71.

¹²⁴ LIMA, Mônica. Histórias entre margens: retornos de libertos para a África partindo do Rio de Janeiro no século XIX. *Revista de História Comparada*, v. 7, n. 1, p. 67-114, 2013. p. 71.

civilizatória dos negros da diáspora em relação àqueles da África foram muito utilizados na época para justificar o retorno ao continente e a eventual fixação destas populações em solo africano. Argumentos que aproximavam os retornados das aspirações coloniais de aculturação e civilização das populações africanas foram mobilizados não só no contexto norte americano, mas também se fizeram presentes nos discursos de retornados que, partindo do Brasil, se direcionaram ao continente africano.¹²⁵

Essa confluência de elementos nas experiências dos retornados nos abre espaço para enxergar os diálogos transnacionais existentes nos discursos e nas práticas engendradas pelos movimentos que partiam das Américas em direção a África em busca de novos horizontes. Mônica Lima aponta que:

A história em comum da vivência da travessia e do cativo também articulava a geração de libertos que nos anos entre 1830 e 1870 migrava para a África, desde o Brasil ou de diferentes pontos das Américas negras, reforçando a perspectiva de que os retornos faziam também parte de um movimento geral. E, uma vez na África, as realidades locais, também vinculadas ao mundo atlântico e, portanto, ao mesmo processo, contribuiriam para a forma como os diferentes grupos se constituíram enquanto comunidades nascidas das relações transoceânicas.¹²⁶

Ao argumentar em favor de uma dimensão transoceânica das identidades dos “brasileiros” em África, Lima se alia ao argumento de Guran,¹²⁷ que percebe a construção das identidades dos agudás do Benim, uma das maiores comunidades de retornados brasileiros estabelecida na costa ocidental africana, como produto dos diálogos entre realidades locais, marcadas pelas dinâmicas do colonialismo, e transnacionais, evidenciadas pela mobilização da identidade nacional brasileira em contexto atlântico.

Milton Guran analisa como em um primeiro momento a identidade agudá no Benim foi constituída em consonância com a apropriação de elementos já presentes naquele contexto, caracterizado pela presença de traficantes de escravos brasileiros que reproduziam hábitos e signos da cultura europeia, buscando a constituição de uma comunidade coesa a fim de se integrar nas dinâmicas do cenário africano

A língua portuguesa e a religião católica são utilizadas para compor a nova identidade coletiva, que é na verdade a identidade dos brasileiros já estabelecidos na região. A

¹²⁵ GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002; LIMA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 27-29.

¹²⁶ LIMA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 28.

¹²⁷ GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002. p. 53.

inserção dos ex-escravos na sociedade global enquanto cidadãos se dá, então, por meio da identificação deles com os membros da colônia brasileira, fato esse reconhecido por todos os atores sociais envolvidos, que chamam indistintamente tanto uns quanto outros de agudás.¹²⁸

Os ex-escravos, reconhecidos na costa ocidental da África como agudás, buscaram na experiência da escravidão e na reivindicação de pertencimento brasileiro os elementos para a construção de uma identidade coletiva que permitisse sua reinserção nas sociedades africanas. Em alguns casos, devido à proximidade temporal entre a partida para as Américas como escravo e a volta para a África como retornado, a viagem ao continente africano configurava-se efetivamente como um retorno ao local de origem. Todavia, esse processo não garantia a reinserção plena dessas pessoas nas sociedades locais sob as mesmas condições da partida.

Na verdade, todos os seus laços familiares e sociais tinham sido cortados pela escravatura, o que faz dele, uma vez de retorno, uma espécie de *africano genérico* – para utilizar o conceito de Darci Ribeiro a propósito dos índios destribilizados no Brasil. Outro aspecto importante a ser considerado é que ele volta, normalmente, ao porto onde foi embarcado para o Brasil e acaba ficando por ali mesmo, já que a sua aldeia ou seu meio social de origem está completamente mudado se é que não desapareceu de todo.¹²⁹

A reconstrução dos laços familiares e afetivos, e, conseqüentemente, dos lugares sociais e políticos por eles engendrados, passava pela elaboração de novas identidades e signos de distinção, visto que os antigos marcadores sociais e culturais, que antes da travessia estabeleciam as redes de contato e sobrevivência, não podiam mais ser reivindicados por aqueles que retornavam pelo Atlântico. Tal movimento se coaduna com as definições que Manuela Carneiro da Cunha, uma das maiores referências na pesquisa sobre as comunidades de retornados, pensa para a formação das identidades e culturas. A autora salienta o caráter contrastante das identidades étnicas e sua função comunicativa nos contextos em que se inserem.

A cultura original de um grupo étnico na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna *cultura de contraste*: este novo princípio que a subtende, a do contraste, determina vários processos. A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos.¹³⁰

¹²⁸ GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002. p. 52.

¹²⁹ GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002. p. 47. Grifo do autor.

¹³⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. *Revista de Cultura e Política*, v. 1, n. 1, p. 35-39, 1979. p. 36. Grifo da autora.

Assim, os elementos que se “enrijecem” nestes contextos servem como signos de afirmação e retificação identitária e cultural. Frederik Barth¹³¹ ainda destaca que esses elementos diacríticos podem ser reforçados no processo de inserção de grupos externos em contextos com culturas majoritárias já estabelecidas, como é o caso do retorno dos ex-escravos para o continente africano. Esses grupos acabam se estabelecendo como minorias, ou párias, sendo distinguidas pelos caracteres que não compartilham com os demais. A língua se torna um dos elementos preponderantes para se entender os sentidos de diferenciação e afirmação pelo contraste nos contextos de produção identitária dos retornados no Atlântico negro.

Elementos que remontam à cultura brasileira e afirmam a identidade dos retornados são ressaltados por Souza Dantas em seus escritos sobre as famílias de repatriados brasileiros. A construção da África como terra mãe, mobilizada amplamente no movimento *back to Africa*¹³² é um quadro pintado nas mesmas cores que conceberam a imagem do Brasil como uma pátria mãe e um lugar de identidade, representação tão presente nos discursos dos tabom, bem como de outros retornados brasileiros.

Esse é um dos discursos ecoados pela obra de Souza Dantas. Quando o autor descreve as dinâmicas e as características dos retornados, tanto dos tabom de Gana, quanto os retornados do Togo e do Benim, ele ressalta a conexão destas pessoas com o Brasil e com a cultura brasileira. Esse esforço, percebido em seu contato com Ange Sacramento em Dacar, com os Nelson em Acra, e em sua viagem ao Togo quando se encontra com descendentes de Francisco Félix de Souza, o Xaxá,¹³³ faz eco ao movimento de formação dessas identidades, se coadunando aos discursos que construíram identidades diaspóricas multifacetadas, mas que reivindicam uma unicidade anterior que atribui a um outro “mundo” ou um outro universo social e cultural suas origens. Desta forma os retornados para Souza Dantas são como ele, negros de outro mundo.

Em seu discurso, Fortunato Antonio Nelson, o Nii Azumah III, líder da comunidade tabom na ocasião da visita de Souza Dantas a Gana, proclama: “É bem verdade que nenhum de

¹³¹ BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Phillipe; STREIFF-FENART, Jocelyne (org.). *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. p. 217-218.

¹³² LIMA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 21; LIMA, Mônica. Histórias entre margens: retornos de libertos para a África partindo do Rio de Janeiro no século XIX. *Revista de História Comparada*, v. 7, n. 1, p. 67-114, 2013. p. 72.

¹³³ Francisco Félix de Souza foi um dos maiores traficantes de escravos brasileiros estabelecido no continente africano. Sua trajetória e seus inúmeros feitos foram bastante estudados pela historiografia, dentre os principais escritos, cito: SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; EdUERJ, 2004.

nós aqui presentes já visitou o Brasil, mas isso não importa: continuamos a considerar o Brasil a nossa terra-mãe”.¹³⁴ Podemos entender esta fala próxima do processo que Milton Guran descreve quando pensa a formação das identidades retornadas estabelecidas no momento de sua chegada ao continente africano. Os grupos que chegavam na África no início do século XIX, formados por indivíduos de diferentes origens étnicas, se reuniam em torno de um novo vínculo, que, impossibilitado de se dar pelo pertencimento aos grupos africanos, recorria à memória da experiência atlântica como alicerce, “como se a escravidão fosse tomada como o ponto de partida para uma nova vida, como se ela fosse escolhida como a nova origem mítica comum”.¹³⁵

Essa construção se dá mais uma vez relacionada às dinâmicas de um contexto atlântico. Os primeiros grupos de ex-escravos que se estabelecem na costa ocidental africana no final do século XVIII e início do XIX, encontraram em sua chegada com outro grupo de brasileiros já estabelecidos e inseridos nas dinâmicas locais: os negreiros, como em alguns lugares ficaram conhecidos os traficantes de escravos brasileiros. Diversos estudos¹³⁶ demonstram como a identidade “brasileira”, sobretudo no final do século XVIII e início do XIX, reivindicada pelos libertos e seus descendentes vindos do Brasil, se fundamentou no contato e na aproximação destes grupos com o tráfico de escravos, atividade definidora das formas como os primeiros brasileiros se inseriram nas sociedades locais e nos circuitos atlânticos, esta seria uma primeira fase da “bricolagem da memória” efetuada por essas comunidades.¹³⁷ Estes trabalhos reconhecem também uma segunda fase na bricolagem da memória dos retornados, uma mudança ligada à proibição do tráfico de escravos em meados do século XIX e ao estabelecimento do domínio colonial das nações europeias sobre o continente africano no fim deste século.

A urdidura de discursos pautados na valorização de determinados grupos, em detrimento de outros, pode encerrar os indivíduos dentro de categorias arranjadas por meio de critérios de superioridade e de inferioridade étnicas. Estas clivagens elaboradas, via de regra, pelo colonizador se apresentam na estrutura de discursos que, muitas vezes, reproduzem rótulos étnicos que perpetuam a assimetria e obliteram as

¹³⁴ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 48.

¹³⁵ GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002. p. 52.

¹³⁶ GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002. p. 52-53; AMOS, Alcione Meira; AYESU, Ebenezer. Sou brasileiro: história dos tabom, afro-brasileiros em Acra, Gana. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 35-65, 2005. p. 54; LIMA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 19-20; LIMA, Mônica. Histórias entre margens: retornos de libertos para a África partindo do Rio de Janeiro no século XIX. *Revista de História Comparada*, v. 7, n. 1, p. 67-114, 2013. p. 99-101; SILVA, Angela Fileno da. *Vozes de Lagos: brasileiros em tempos do império britânico*. 2016. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 83-84.

¹³⁷ GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002. p. 65.

vozes daqueles circunscritos por estas construções. Neste sentido, os indivíduos mencionados nos relatos aqui apresentados não são brasileiros até o momento em que um conjunto de circunstâncias e interesses britânicos os nomeia como tais.¹³⁸

A intensificação das ações colonialistas marca o interesse dos impérios europeus, com destaque ao Império Britânico e Francês, em buscar mediadores entre a administração e os nativos. Os “brasileiros” se tornam interessantes, e assim “nomeáveis”, para a administração uma vez que possuem hábitos considerados mais ou menos “civilizados”, fruto de seu contato com a escravidão e com a cultura europeizada transladada para as Américas desde o início da ocupação deste continente no século XVI.

Lima argumenta que a presença de africanos e libertos nas Américas não era bem-vista pelas autoridades escravistas americanas durante as décadas iniciais do século XIX. No sul dos Estados Unidos, em Cuba, ou na Salvador pós-Revolta dos Malês, a deportação destes grupos para terras longínquas, predominantemente a África, se tornou uma estratégia comum. Neste interim, retirar das áreas ainda escravistas os “elementos de inquietude”, como foram caracterizados os libertos pela administração espanhola em Cuba,¹³⁹ se tornou uma oportunidade de integrá-los aos territórios ocupados em solo africano, onde eram entendidos pela administração colonial como “semi-civilizados”, “ocidentalizados” pela experiência da escravidão. Em uma carta escrita pelo cônsul britânico em Lagos, em 1854, lê-se:

A adição desses africanos auto-emancipados do Brasil e de Cuba à população de Lagos é muito desejada, já que por seus hábitos industriais e seus costumes e condições semi-civilizadas, formam um bom contraponto ao grupo ligado ao tráfico de escravos deste lugar, pois permanecem separados destes e não se envolvem nas velhas contradições e animosidades.¹⁴⁰

Ao trabalhar com as percepções sobre os repatriados brasileiros a partir de documentos do oficialato britânico no século XIX, Angela Fileno da Silva argumenta que:

O governador de Lagos, Alfred Moloney, equiparava os “repatriados dos Estados Unidos” aos do Brasil. De acordo com Moloney, estes ex-escravos coincidiam essencialmente em dois aspectos. Primeiro, embora de maneiras diferentes, os dois grupos passaram pela travessia atlântica e pela escravidão no continente americano. Segundo, a experiência do trabalho compulsório havia conferido a estes indivíduos habilidades técnicas que, se associadas a um estímulo ao “repatriamento” e à tutela

¹³⁸ SILVA, Angela Fileno da. *Vozes de Lagos: brasileiros em tempos do império britânico*. 2016. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 75.

¹³⁹ LIMA, Mônica. Histórias entre margens: retornos de libertos para a África partindo do Rio de Janeiro no século XIX. *Revista de História Comparada*, v. 7, n. 1, p. 67-114, 2013. p. 74.

¹⁴⁰ SARRACIANO apud LIMA, Mônica. Histórias entre margens: retornos de libertos para a África partindo do Rio de Janeiro no século XIX. *Revista de História Comparada*, v. 7, n. 1, p. 67-114, 2013. p. 75.

britânica, poderiam solucionar a questão do déficit de mão de obra nas lavouras de algodão na colônia de Lagos.¹⁴¹

Assim, é possível constatar que os novos grupos de libertos das Américas que rumavam ao continente africano se encaixavam nos objetivos tanto dos Estados Escravistas americanos quanto dos impérios coloniais estabelecidos na África: extirpar as sementes de revolta e insubordinação dos territórios americanos; ajudar na “civilização” dos povos africanos sob o jugo colonial; e semear uma cultura antiescravista no continente africano em prol de um regime de um modelo de trabalho e comércio “lícito” diante dos sequenciais interditos britânicos ao tráfico de escravos.¹⁴²

No contexto do Império Francês, a identidade agudá foi se transformando à medida que a inserção dos ex-escravos brasileiros, *africanos genéricos*, introduzia caracteres da vida escrava no bojo daquilo que representava sua cultura brasileira de origem, que de início era composta pela reprodução dos modos de vida dos traficantes de escravos brasileiros e seus costumes senhoris europeizados:

Eles tornam-se agudás, mas não exatamente como os outros [traficantes de escravos que já residiam na região]. É verdade que eles tinham seus senhores como modelos e tinham assimilado grosseiramente a cultura deles, que era aproximadamente a dos primeiros agudás, mas eles tinham também trazido para a África uma certa cultura desenvolvida no Brasil pelas pessoas do povo e pelos próprios escravos. [...] A cultura agudá, primeiramente uma cultura à europeia, foi então se enriquecendo de aspectos de uma verdadeira cultura brasileira, tal como ela ia se construindo no próprio Brasil. A presença colonial francesa, ao impor “maneiras de branco” a todo o país, sustentou de certa maneira a opção cultural desta massa de *africanos genéricos* retornados do Brasil. Aqueles que tinham partido como escravos voltaram como senhores, ou seja, portadores da cultura que se impunha no país. É neste momento que a oposição entre as noções de “civilização / modernidade” e de “primitivismo / selvageria” adquire novos contornos no jogo de inserção dos antigos escravos na sociedade local.¹⁴³

Na região da Costa do Ouro, atual Gana, os tabom se munem de um arcabouço muito parecido diante da possibilidade de ganho de prestígio e poder político, cultivando distintivos de orgulho ocidental, como a utilização de ternos europeus e cartolas, apesar de sua vinculação com as comunidades gã.¹⁴⁴ A virada para o século XX marcou a inserção dos tabom nos postos

¹⁴¹ SILVA, Angela Fileno da. *Vozes de Lagos: brasileiros em tempos do império britânico*. 2016. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 77.

¹⁴² LIMA, Mônica. Histórias entre margens: retornos de libertos para a África partindo do Rio de Janeiro no século XIX. *Revista de História Comparada*, v. 7, n. 1, p. 67-114, 2013. p. 74-75; SILVA, Angela Fileno da. *Vozes de Lagos: brasileiros em tempos do império britânico*. 2016. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 74-78.

¹⁴³ GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002. p. 69. Grifo do autor.

¹⁴⁴ AMOS, Alcione Meira; AYESU, Ebenezer. Sou brasileiro: história dos tabom, afro-brasileiros em Acra, Gana. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 35-65, 2005. p. 54.

do aparato administrativo britânico na Costa do Ouro.¹⁴⁵ Esses elementos encaminham para o entendimento de um terceiro momento que se mostra comum nas experiências atlânticas dos retornados. A inserção bem-sucedida desses grupos no aparato colonial proporcionou vantagens políticas e sociais que ratificaram os caracteres que inicialmente permitiram essa entrada. O binômio civilizado/selvagem, aplicado como chave de leitura pelos impérios coloniais às suas possessões no continente africano, é apropriado pelos grupos munidos dos signos europeus de “civilização”, adquiridos menos da experiência escravista e mais da lapidação de uma identidade atlântica diante do contexto de retorno ao continente africano. A ideia de uma participação civilizatória na formação das sociedades africanas se torna o discurso preponderante dos grupos retornados no século XX. O pleito pelo reconhecimento de uma participação ativa na formação social, política e civilizatória dos territórios nos quais se estabeleceram, inicialmente, como estrangeiros e expatriados, demonstra a plasticidade de uma memória construída nas rotas do Atlântico negro.

Afirmações como “nós fizemos tudo neste país” e “nos orgulhamos muito dos nossos ancestrais” aparecem invariavelmente nos discursos quando se trata da questão étnica. Eles destacam desse modo o fato de que têm um passado importante de realizações para honrar, o que constitui para eles um fator de diferenciação e lhes permite estabelecer uma fronteira étnica diante de outros grupos sociais. Esse passado é comum tanto aos descendentes de negreiros quanto aos antigos escravos retornados e seus antigos escravos no país.¹⁴⁶

Esse discurso é parte preponderante das imagens narradas por Souza Dantas sobre os tabom em *África Difícil*. Nas seções finais do livro, intituladas “III – Presença brasileira: ontem e hoje” e “IV – Participação política”, o embaixador destaca a participação destes grupos nos cenários africanos ao longo de sua história. O autor realiza um panorama das relações estabelecidas por estas famílias e reitera o discurso que caracteriza a identidade dos retornados no século XX: o orgulho das contribuições concedidas para a formação das sociedades africanas locais. A presença dos repatriados brasileiros em solo africano é apresentada inicialmente a

¹⁴⁵ Amos e Ayesu, a partir de documentação oficial e jurídica da administração da Costa do Ouro, acompanham as trajetórias de algumas das famílias que chegaram à Acra ainda no início do século XIX e sua eventual inserção em instituições, administrativas, militares e educacionais ligadas ao domínio britânico na região. Ainda assim, é possível encontrar casos de resistência direta de membros das famílias tabom ao colonialismo na região, como analisa Kwame Esseini no capítulo “Fugindo da escravidão para o colonialismo e suas querelas: como os projetos coloniais e disputas internas ameaçaram o território brasileiro (as terras) e a liberdade”. Cf.: AMOS, Alcione Meira; AYESU, Ebenezer. Sou brasileiro: história dos tabom, afro-brasileiros em Acra, Gana. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 35-65, 2005. p. 54-61; ESSEINI, Kwame. *Brazilian-African Diaspora in Ghana: The Tabom, Slavery, Dissonance of Memory, Identity, and Locating Home*. Michigan: MSU Press, 2016.

¹⁴⁶ GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002. p. 70.

partir das modificações que suas culturas causaram nos cotidianos africanos, como é demonstrado no excerto:

A presença brasileira, porém, se destaca, principalmente, na vida cotidiana, prevalecendo hábitos, tradições e costumes assimilados pelos africanos, principalmente na Bahia. A ação desses repatriados logo se fez sentir, desenvolvendo-se ela na base de inspirações e ambições nascidas dos ambientes para os quais foram brutalmente transplantados. Reorganizados segundo um novo estilo de vida, multiplicaram-se e prosperaram, enriquecendo, por outro lado, com os hábitos que implantaram, vasta área cultural.¹⁴⁷

No capítulo seguinte, essa influência se expande para representar “modificações estruturais da vida nas regiões em que se fixaram”.¹⁴⁸ A capacidade de realizar mudanças estruturais e obras civilizatórias dos retornados é constantemente evocada por Souza Dantas, aparecendo em praticamente todos os seus escritos sobre os retornados. Como demonstrado, esse discurso se constrói dentro das comunidades de retornados em conjunção com os interesses dos governos coloniais em África na virada do século XX, permitindo que essas famílias alcancem prestígio social e ocupem cargos dentro da administração local. No entanto, essa retórica que percebe em estratos brasileiros capacidade civilizatória e, de certa forma, integração harmoniosa em diferentes localidades, é parte central do lusotropicalismo de Gilberto Freyre.¹⁴⁹ Essa teoria, apropriada como ideologia do Estado Novo Português desde a década de 1950, integrou em ampla medida os debates internacionais nos quais o Brasil estava inserido nas décadas de 1960 e 1970, período de maior produção de Raymundo Souza Dantas sobre as relações entre Brasil e África.¹⁵⁰

Em *Sentimento Africano*,¹⁵¹ Raymundo Souza Dantas relata seu encontro com um descendente de brasileiros na capital senegalesa, Dacar. Ange Sacramento, cujo primeiro encontro com Souza Dantas se deu em um bar quando o ex-embaixador conhecia a cidade na companhia de Heitor dos Prazeres, era um agudá cuja linhagem remonta aos contatos entre Bahia, Nigéria, Togo e Daomé.

Tratava-se de um descendente de brasileiro. Apressou-se a dizer que me conhecia de Gana, em cuja capital trabalhara como jornalista. Nunca tivera, porém, oportunidade

¹⁴⁷ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil*: missão condenada, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 116.

¹⁴⁸ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil*: missão condenada, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 122.

¹⁴⁹ CASTELO, Cláudia. “*O modo português de estar no mundo*”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998. p. 36.

¹⁵⁰ Dávila discute a centralidade que a relação do Brasil com Portugal teve durante esse período, com início ainda no governo João Goulart e se estendendo pelos governos da Ditadura Militar brasileira até Revolução dos Cravos em 1974 e a independência das colônias portuguesas em 1974. DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico*: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 154-157.

¹⁵¹ SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a.

de avistar-se comigo, embora fosse grande o seu desejo, por tratar-se de alguém procedente do país de seus antepassados.¹⁵²

O autor faz questão de transcrever a breve genealogia feita por Ange nas páginas do ensaio, e o fato de ele ter recebido as informações em português de seu interlocutor é ressaltado como um símbolo da preservação das influências dos “antepassados” brasileiros na experiência contemporânea.¹⁵³ O relato de Ange é transcrito no ensaio, ressaltando signos que demarcavam a identidade dos agudás da costa do Benin:

Miguel Sacramento, meu avô, nasceu no bairro da Penha, na Bahia, no dia 29/09/1848, foi para a Nigéria em 1870, onde se casou com Heliadora de Souza, em 1882, mudando-se para o Daomé em 1885. Tiveram cinco filhos, dois homens e três mulheres. Luiz e Milio, os homens, Mariquinhas, Senhorinha e Maximiana, as mulheres. Meu avô era pedreiro, tendo construído as primeiras casas de tijolo, de Porto Novo. Exerceu, também, o ofício de carpinteiro. Morreu em 1896.¹⁵⁴

Outros signos do “contraste” se estabelecem na conversa com Ange Sacramento. Os costumes brasileiros também são evocados nos hábitos alimentares, como a farinha de mandioca, nas festividades, citando como exemplo a burrinha, uma festa presente nas comunidades *agudá*, frequentemente abordada em paralelo com o bumba-meu-boi,¹⁵⁵ e no catolicismo, ao afirmar que “todos os afro-brasileiros são católicos, apontando como raras as famílias da comunidade que não possuem, em seu oratório, a imagem de Nossa Senhora da Conceição”.¹⁵⁶ Esses elementos são apresentados com o intuito de demonstrar a presença da identidade brasileira e suas especificidades em relação às culturas africanas locais.

Relembrando a homenagem recebida pela comunidade tabom durante seu primeiro ano na missão em Acra, Souza Dantas também enfatiza elementos que afirmam a identidade dos retornados brasileiros em Gana. O encontro com os representantes da casa Azumah, uma das mais importantes famílias de retornados em Gana, cuja linhagem se estabeleceu a partir do

¹⁵² SOUZA DANTAS, Raymundo. Sentimento Africano. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a. p. 30.

¹⁵³ SOUZA DANTAS, Raymundo. Sentimento Africano. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a. p. 30-32.

¹⁵⁴ SOUZA DANTAS, Raymundo. Sentimento Africano. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a. p. 31. É interessante pontuar que a profissão de pedreiro era uma das ocupações distintivas dos agudás, devido ao seu domínio da construção em alvenaria, muito demandado nos portos coloniais da costa ocidental.

¹⁵⁵ GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002. p. 71; PEREIRA, Edimilson de Almeida; PEREIRA, Édimo de Almeida. A narrativa de percursos de agudás na prosa de Antonio Olinto. *Verbo de Minas: letras*, v. 12, n. 20, p. 37-53, ago./dez. 2011. p. 45.

¹⁵⁶ SOUZA DANTAS, Raymundo. Sentimento Africano. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a. p. 32.

contato bem-sucedido com as lideranças gã em 1829¹⁵⁷ ocorreu em 13 de abril de 1961.¹⁵⁸ A recepção ao embaixador e à embaixatriz foi acompanhada de uma série heterogênea de elementos que nos permitem observar as marcas dos diálogos transatlânticos presentes na identidade dos tabom. Tronos, guarda-chuvas suntuosos, tecidos e vestimentas verde-amarelas marcaram as indumentárias cerimoniais de um evento que reuniu, segundo o então embaixador, cerca de trezentas pessoas.¹⁵⁹ A língua portuguesa, elemento já pouco presente nas comunidades brasileiras em Acra há algumas gerações,¹⁶⁰ fez parte do encontro por meio de cantigas baianas entoadas pelas mulheres mais velhas do grupo enquanto dançavam com Idoline, esposa de Souza Dantas, e embaixatriz brasileira em Gana. O autor descreve o encontro com detalhes:

Para finalizar a homenagem, que teve caráter eminentemente africano, prevalecendo porém a sobrevivência de costumes e coisas trazidas da Bahia, os chefes pediram a Idoline que fosse ao terreiro dançar, atendendo ela sem qualquer constrangimento sob aplausos e ao som de uma velha cantiga baiana, com o refrão ‘Viva Iáíá, Viva Iáíá’. Minha mulher, teve honras de Rainha, foi acompanhada de dois pajens que conduziam os emblemas da comunidade. As mulheres mais idosas jogaram sobre os seus ombros lenços de seda e batas multicores caprichosamente trabalhadas em ouro.¹⁶¹

A cerimônia conduzida na língua gã e traduzida por outro tabom, Nuno Peregrino,¹⁶² para o português, demonstra, ou performativamente almeja reforçar, a existência, naquele momento, de elementos da cultura brasileira presentes na identidade dos retornados, mesclados a tradições locais das culturas africanas, especialmente aquelas da comunidade gã, principal grupo nativo da capital ganense, cuja presença na área de Acra remonta ao século XVI.¹⁶³ No entanto, tais elementos não puderam ser percebidos por pesquisadores que estudaram as comunidades tabom no século XX:

¹⁵⁷ Alcione Amos e Ebenezer Ayesu fazem um interessante estudo sobre as principais famílias de retornados brasileiros estabelecidas na região de Acra, conhecidas como tabom. Os autores sistematizam o conhecimento destas famílias ao longo da discussão, demonstrando as conexões realizadas por seus membros, sobretudo durante o período de dominação britânica na Costa do Ouro, atual Gana. Cf.: AMOS, Alcione Meira; AYESU, Ebenezer. Sou brasileiro: história dos tabom, afro-brasileiros em Acra, Gana. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 35-65, 2005.

¹⁵⁸ AMOS, Alcione Meira; AYESU, Ebenezer. Sou brasileiro: história dos tabom, afro-brasileiros em Acra, Gana. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 35-65, 2005. p. 51.

¹⁵⁹ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 45.

¹⁶⁰ AMOS, Alcione Meira; AYESU, Ebenezer. Sou brasileiro: história dos tabom, afro-brasileiros em Acra, Gana. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 35-65, 2005. p. 53.

¹⁶¹ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 45.

¹⁶² Os Peregrino são uma das famílias abordadas no referido estudo de Amos e Ayesu, sendo uma das famílias cuja origem remonta as viagens de retorno ao final do século XIX.

¹⁶³ AMOS, Alcione Meira; AYESU, Ebenezer. Sou brasileiro: história dos tabom, afro-brasileiros em Acra, Gana. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 35-65, 2005. p. 38.

Quinze anos depois, quando J. Michael Turner visitou o grupo, verificou que somente poucas palavras em português eram usadas pelos tabom em músicas que cantavam durante sua apresentação como parte do Festival Homowo, a principal celebração da cultura gã. Os cantores não sabiam o significado das palavras. Turner notou, entretanto, que tinham um estilo de dança e um toque de tambor distinto, remanescente do estilo e dos sons que tinham visto e ouvido no Brasil.¹⁶⁴

Amos e Ayesu atribuem a diluição dos elementos brasileiros nas comunidades tabom ao fato de que alguns dos imigrantes, muçulmanos de etnia hauçá que compunham o contingente dos retornados que deixaram a Bahia nas décadas iniciais do século XIX com destino a Acra, ficaram pouco tempo em solo brasileiro.¹⁶⁵ Dessa forma, a pouca exposição à cultura brasileira seria um fator relevante para compreender não somente os poucos elementos brasileiros nas comunidades tabom, uma diferença expressiva em relação às comunidades agudá da Nigéria, mas também a recusa de alguns dos retornados em admitir sua vinculação ao Brasil. Esse argumento não explica no entanto a rápida dissolução destes elementos nas décadas que se seguiram à independência. Tendo a pensar esse processo muito mais ligado às políticas de dissolução do “tribalismo” empreendidas no pós-descolonização. A busca por uma identidade nacional durante o governo de Kwame Nkrumah tomou a administração colonial e seus resquícios como os principais inimigos durante o processo de afirmação de Gana como um Estado Nacional independente. A perseguição às lideranças locais no início da década de 1960¹⁶⁶ se interliga ao projeto de extirpar as reminiscências coloniais da nova nação independente, como afirma, em sua obra de 1970, *Luta de classes na África*, o próprio Kwame Nkrumah, ao entender que “o tribalismo é um produto do colonialismo, que se serviu de sobrevivências feudais e tribais para lutar contra a pressão dos movimentos de libertação nacional”.¹⁶⁷ As comunidades de retornados podem ser lidas neste contexto tanto como produtos do tribalismo colonial, como podem ser observadas, em um olhar mais aprofundado como contribuintes diretos da administração colonial, como afirma Milton Guran ao analisar o caso de Benin:

A influência social e política dos “brasileiros” entra verdadeiramente em declínio a partir de 1946, quando a vida política e econômica do Benim muda radicalmente em função do novo sistema de representação política na Assembleia Territorial e na Assembleia Nacional francesa. É neste momento, como explica o historiador beninense Karl Emmanuel Augustt, que “os ‘brasileiros’ e os mestiços em geral,

¹⁶⁴ AMOS, Alcione Meira; AYESU, Ebenezer. Sou brasileiro: história dos tabom, afro-brasileiros em Acra, Gana. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 35-65, 2005. p. 53.

¹⁶⁵ AMOS, Alcione Meira; AYESU, Ebenezer. Sou brasileiro: história dos tabom, afro-brasileiros em Acra, Gana. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 35-65, 2005. p. 53-54.

¹⁶⁶ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016. p. 222.

¹⁶⁷ NKURMAH, Kwame. *A luta de classes em África*. [s.l.]: Edições Nova Cultura, 2018. p. 73.

considerados como assimilados à administração colonial, são desalojados do poder”. Essa tendência se acentuou ainda mais por ocasião da independência, quando os agudás, que já eram tradicionalmente considerados estrangeiros, foram então assimilados pelos beninenses aos colonizadores franceses. “Eles são acusados de terem ajudado o branco, eles se colocaram desde o começo do lado do branco”, resume outro historiador do Benin, o Prof. Adrien Djivo. Karin Urbain da Silva, o cônsul honorário do Brasil, por sua vez, precisa que naquele momento houve um grande “acerto de contas” contra os “brasileiros”, que durou até 1972.¹⁶⁸

Essa discussão merece mais atenção em outra oportunidade, no entanto o que nos interessa agora é investigar como a produção de Souza Dantas ressalta os elementos “brasileiros” nas práticas dos tabom em um contexto em que a constituição de identidades baseadas tanto nos elementos do “tribalismo” como nas propostas civilizatórias e assimilacionistas dos impérios coloniais estavam sendo contestadas. Em uma nota explicativa sobre as pesquisas que atestam a pouca presença de elementos da língua portuguesa e dos costumes brasileiros entre os tabom, Amos e Ayesu deixam um vestígio interessante para os propósitos deste trabalho. Na nota de número 42, referenciando as conclusões de J. Michael Turner, pesquisador norte-americano dos retornados brasileiros no reino do Daomé, sobre o esparso conhecimento dos tabom da língua portuguesa durante um festival gã, em 1977, eles escrevem:

Num processo envolvendo os tabom, Lamptey Quarcoopome, “linguista” do Mantse gã, deu a seguinte declaração: “Os brasileiros vieram para o país e eles tinham os mesmos costumes, eram como nós”. Perguntado se os brasileiros tinham sua própria língua, Quarcoopome respondeu: “Eu nunca ouvi isto. Todos falam gã”. NAG, Nassu v. Basel Mission, op. cit., p. 448. Dr. Samuel S. Quarcoopome, em 1970, pesquisando os tabom, não observou nenhum hábito original: Quarcoopome, “The Brazilian”, p. 13. O relato da celebração de 13 de abril de 1961 feito pelo embaixador Dantas foi à única fonte em que os autores encontraram menção de que o português sobreviveu como língua falada pela comunidade tabom no século XX. As outras fontes indicam que o uso do português cedo desapareceu. O pesquisador Charlie Bell confirmou em recente entrevista que não há traços de conhecimento da língua portuguesa pelos tabom contemporâneos em Acra: Entrevista com Charlie Bell, Washington, DC, 11/2002. Turner, “Cultura Afro-Brasileira”, p. 23.¹⁶⁹

Ainda que não tenha sido a intenção dos autores, o conhecimento dessa particularidade na narrativa de Souza Dantas sobre os tabom desperta profundo interesse e certa curiosidade. Como trabalhar esse episódio a partir de seu caráter atípico? Este trabalho, pensado partindo da produção de Raymundo Souza Dantas como um autor e intelectual, tende a buscar nele, nos contextos em que vivia e nas questões que o permeavam, os caracteres que influenciavam seu

¹⁶⁸ GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002. p. 72.

¹⁶⁹ AMOS, Alcione Meira; AYESU, Ebenezer. Sou brasileiro: história dos tabom, afro-brasileiros em Acra, Gana. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 35-65, 2005. p. 53.

modo de interpretar e narrar o mundo. Nesse sentido, percebo esse modo de narrar o ambiente africano e, nesse caso, as realidades dos retornados brasileiros, como efeitos de processos vividos pelo autor em sua própria experiência de *retorno*. A ideia de “negro de outro mundo” surge para afirmar a identidade nacional brasileira de um homem negro que tem sua posição e mérito constantemente contestados pelo racismo presente, em um primeiro olhar no Itamaraty e, de forma ampliada, em toda a sociedade. Ao mobilizar uma obra produtiva e civilizatória por parte dos retornados, o embaixador advoga pela capacidade dos descendentes de escravos brasileiros de preservar e recriar ideias de nação “ocidentais” em solo africano. Neste sentido a nacionalidade brasileira surge como uma constante na experiência negra que passa a ser positivada na narrativa que o autor cria sobre os retornados, mas também sobre si.

Assim podemos compreender como o individual, que o próprio autor argumenta como sendo sua trincheira na luta antirracista,¹⁷⁰ se interliga com o coletivo no exercício autobiográfico que Souza Dantas empreende. Seu interesse pela história dos retornados e sua sequencial aproximação com as famílias de seus descendentes em África é parte do processo de entendimento do seu próprio *retorno*, e diante das circunstâncias, da impossibilidade de sua concretização. Seu movimento de evidenciar a potencialidade das tradições destes grupos e inscrevê-las no rol das manifestações culturais brasileiras é uma maneira de afirmar sua própria capacidade de encontro e troca com o continente africano sem a necessidade de uma vinculação racial anterior, característica de outros processos ligados a tradições do pensamento afrodiaspórico como o caso do estabelecimento das vertentes “africanas puras” no Candomblé baiano¹⁷¹ e dos discursos da *Négritude* francófona e sua valorização de aspectos positivos de uma raça negra ontológica, mas empiricamente verificável.¹⁷² Souza Dantas negocia e reimagina seu lugar de negro e brasileiro ao mesmo tempo que revisita e estabelece conexões ativas com uma tradição afrodiaspórica marcada pela construção de identidades através do trânsito. Marina Luiza Horta infere com êxito os motivos pelos quais Souza Dantas estabelece contato com as famílias dos retornados. Para a autora:

a aproximação com as famílias contribuiu de forma significativa para a construção do “eu” diarista, principalmente porque, a meu ver, a iniciativa da pesquisa de Dantas

¹⁷⁰ COSTA, Haroldo. Raymundo Souza Dantas: ex-embaixador brasileiro em Gana. In: COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro: Record. 1982a. p. 229.

¹⁷¹ DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 145; MATORY, James Lorand. Yorubá: as rotas e as raízes da nação transatlântica, 1830-1950. *Horizontes antropológicos*, v. 4, p. 263-292, 1998. p. 265; MATORY, James Lorand. O navio de volta para casa: tropos analíticos como mapas da e para a história cultural da diáspora africana. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, p. 969-993, 2020. p. 984.

¹⁷² APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016. p. 23.

manifesta uma tentativa de reestabelecer também a sua própria identidade, relação que fica ainda mais sólida com a escrita do diário. Em certa medida, essa escrita guarda um movimento semelhante àquele realizado pelos escravizados repatriados quando chegaram em Gana, pois ela é justificada, sobretudo, pela vontade do escritor de documentar o impacto do encontro com o negro de outra realidade, mas que compartilha, segundo o próprio, pontos de contato e familiaridade.¹⁷³

Não é simplesmente o trânsito físico, o traslado geográfico, a viagem em si, que caracterizam a tradição do *retorno* que aqui destaco. Mas sim a capacidade que este movimento, executado em diferentes momentos da história da diáspora africana, tem de conectar contextos atlânticos marcados por dinâmicas que se entrelaçam e se confundem no local, no nacional e no transnacional, permitindo que identidades novas possam ser construídas, transformadas e habilitadas. Quando Raymundo Souza Dantas nega sua afinidade racial com o africano, membro da “difícil África” impossível de ser compreendida,¹⁷⁴ quando ele reivindica sua nacionalidade brasileira, mesmo que esta afirmação evidencie a fragilidade da sua cidadania, quando ele busca nos retornados, e em suas dinâmicas identitárias nos contextos africanos, formas de compreender e reafirmar sua própria identidade enquanto “brasileiro negro”, ele se insere na dinâmica do *retornar*. É se percebendo como “negro de outro mundo” que Raymundo Souza Dantas coloca em evidência sua identidade afrodiaspórica, em um mesmo movimento, aproximando e afastando-se da África e das imagens raciais que o conhecimento sobre esse continente engendrou nos discursos nacionais do século XX.

Souza Dantas *retorna* na medida em que responde, a partir da mediação de diferentes elementos constituintes das contraculturas no Atlântico negro, as questões impostas a ele pelos contextos políticos, sociais e raciais vividos no Brasil da democracia racial.

Neste sentido, o primeiro embaixador negro brasileiro se projeta em uma tradição empreendida por grupos afro-atlânticos em amplas latitudes das Américas, enquanto se insere de forma ambivalente nas políticas de contato do Estado brasileiro com o continente africano, baseadas na promoção da democracia racial e tangenciadas pela retórica do lusotropicalismo. Uma ambivalência que se verifica na medida em que ele denuncia o racismo institucional brasileiro, mas usa de suas bases teóricas e ideológicas para afirmar sua identidade e seu lugar enquanto sujeito negro no projeto nacional brasileiro que defende.

¹⁷³ HORTA, Marina Luiza. *A imagem improvável do escritor: Raymundo de Souza Dantas - apontamentos sobre a vida e obra*. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. p. 79.

¹⁷⁴ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada, diário*. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 52.

1.3 Retorno e lusotropicalismo

As décadas de 1960 e 1970 comportam a maioria dos escritos e intervenções de Souza Dantas na esfera pública nesse período o tema dos retornados integrava de maneira ativa sua produção. Em 1969 o ex-embaixador, e naquele momento relações públicas do Ministro da Educação e Cultura de Jarbas Passarinho,¹⁷⁵ publicou na revista *Brasil Açucareiro* uma série de quatro pequenos ensaios, que em grande medida reproduziam trechos anteriores do seu livro de 1965, *África Difícil* e do artigo de 1966, “Sentimento Africano”, sob o título de “A África e nós”. Em uma destas publicações é possível ler:

É inestimável, sem dúvida, a sua contribuição, no sentido da destribalização, tendo em vista a constituição de uma comunidade de novo tipo, sem prejuízo dos valores africanos. A marca brasileira, está, evidentemente, desde a organização da família, como também na religiosidade, estendendo-se a manifestações de caráter lúdico. Isso sem contar outros aspectos, que a tornaram mais do que considerável, estabelecendo verdadeiras condições de progresso, numa síntese feliz do que aprenderam no Brasil [...].¹⁷⁶

Em outro texto da mesma série, Souza Dantas afirma que a presença brasileira no continente africano havia dado um “novo colorido” às dinâmicas locais chegando a “mexer com as estruturas tribais e as hierarquias religiosas, transmitindo a organização patriarcal da família e a nossa catolicidade”.¹⁷⁷ A presença de um elemento civilizador nas comunidades brasileiras advindo da experiência destes grupos, formados majoritariamente por descendentes de ex-escravos, corrobora as teses freyrianas tanto de uma vocação lusa para a civilização, quanto para o reconhecimento de uma contribuição africana na formação da nacionalidade brasileira miscigenada.

A aproximação de Souza Dantas com as teses de Gilberto Freyre se torna ainda mais expressiva (e contraditória) quando o autor discute a presença portuguesa em Angola e Moçambique. Em uma matéria publicada em 1961 contendo excertos de seu discurso de posse como embaixador em Gana, o posicionamento de Souza Dantas é retratado da seguinte forma:

¹⁷⁵ Souza Dantas foi promovido a chefe do Setor de Relações Públicas do MEC em 1969, ainda na gestão de Tarso Dutra. As notícias de aproximação do ex-embaixador com o MEC foram publicadas no periódico *O Jornal*. SOUZA, Dantas nas Relações Públicas do MEC. *O Jornal*, ano. XLIX, n. 14324, 03 de jan. 1969. Primeiro caderno. p. 7; RELAÇÕES, Públicas do MEC. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano. XLIX, n. 14500, 12 de fev. 1969. Primeiro caderno. p. 7.

¹⁷⁶ SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (III). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Açúcar* (RJ), a. XXXVII, v. 73, n. 1, p. 49-50, fev. 1969b. p. 44.

¹⁷⁷ SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (IV). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Açúcar* (RJ), a. XXXVII, v. 73, n. 4, p. 12-13, abr. 1969c. p. 12.

“O Brasil não mantém ligações com o colonialismo”, afirmou em sua primeira declaração oficial o embaixador do Brasil em Gana, Raymundo Souza Dantas, ao tomar posse de seu cargo. “A amizade fraternal que existe entre Portugal e o Brasil - acrescentou Souza Dantas - criou alguns mal-entendidos a este respeito”. A seguir Souza Dantas definiu a política portuguesa em Angola de uma “típica expressão do colonialismo”.

“Brasília adotou em relação ao problema angolês a mesma posição de repulsa que tomou em relação a todos os atos de colonialismo da África e da Ásia”, disse. Souza Dantas terminou afirmando “que seu país já tinha dado suficientes provas de sua atitude na Assembleia das Nações Unidas, sobre a política do Brasil a este respeito”.¹⁷⁸

O colonialismo é percebido pelo embaixador como uma situação limite, digna da repulsa da diplomacia brasileira. As “provas” que o Brasil haveria dado na Assembleia das Nações Unidas se referem muito provavelmente ao voto do Brasil favorável à descolonização em dezembro de 1960. O voto positivo brasileiro à Resolução 1.514, uma das primeiras resoluções da ONU sobre a descolonização africana, reflete a pressão que as nações africanas realizaram em favor da independência de todos os territórios africanos ocupados por nações europeias, e de certa forma o compromisso da PEI de Jânio Quadros estabelecido em um dos quinze artigos da referida política que apregoava o “apoio decidido ao anticolonialismo”.¹⁷⁹ Jerry Dávila demonstrou como o posicionamento do Brasil na ONU pendeu para o lado de Portugal a partir de 1961, quando o governo brasileiro se absteve de votar na Resolução 1.603 condenando o colonialismo português em Angola. Em janeiro de 1962, o voto favorável à autodeterminação de Angola, discutida na Resolução 1.742, seria o último posicionamento anticolonial brasileiro na Assembleia das Nações Unidas até 1973, contando com sete negativas e sete abstenções sobre a presença de Portugal na África.¹⁸⁰

Se a PEI de Jânio Quadros pretendia firmar laços consubstanciais com o continente africano contornando o alinhamento diplomático histórico com os Estados Unidos e Portugal, a política internacional dos primeiros anos do regime militar abraçou prontamente o discurso português de afinidade com o Brasil, gestado na década de 1950 e presente em setores da

¹⁷⁸ O EMBAIXADOR, Raimundo Souza Dantas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXXI, n. 24240, 21 abr. 1972. Primeiro Caderno, p. 4. Notícias sobre a posse de Souza Dantas foram reproduzidas em vários jornais da época como documenta Koifman, além disso o autor também nos apresenta, em um dos telegramas enviados ao Ministério das Relações Exteriores, parte do discurso proferido por Souza Dantas durante a apresentação das credenciais a Kwame Nkrumah, no qual afirma que “raízes étnicas e culturais nos aproximam, enfrentamos problemas idênticos, constituímos, enfim, uma comunidade natural [...] Não será preciso reiterar a Vossa Excelência a nossa disposição e franco anticolonialismo e de combate à discriminação racial”. SOUZA DANTAS apud KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Sagga, 2021. p. 337.

¹⁷⁹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 335.

¹⁸⁰ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 120-121.

diplomacia e da política brasileira favoráveis à fraternidade com a antiga metrópole.¹⁸¹ A partir dos discursos da diplomacia do Estado Novo Português, floresceu a ideia de uma comunidade lusa, percebida no território ultramarino de Portugal, mas facilmente estendida ao Brasil sob os auspícios dos discursos freyrianos.

Assim, no discurso oficial para consumo externo, Portugal constitui uma comunidade multirracial, composta por parcelas territoriais geograficamente distantes, habitadas por populações de origens étnicas diversas, unidas pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura. Como se comprova pela leitura dos estudos (alegadamente) insuspeitos de Freyre, o poder exercido nas “províncias ultramarinas” portuguesas não é de natureza colonial, ao contrário do que sucede em territórios sob soberania de outros países.¹⁸²

A percepção de uma comunidade formada a partir da atuação portuguesa passa a integrar os argumentos do governo salazarista, que se aproveita do prestígio intelectual de Gilberto Freyre para firmar uma posição que justifique a manutenção das colônias africanas sob a justificativa de uma missão civilizadora, da qual o Brasil, e seu sucesso enquanto nação, era o maior exemplo. A década de 1950 consolida as discussões em torno de uma comunidade lusa, na qual o Brasil se inseriu de forma ambígua pelo Tratado de Amizade e Consulta, firmado em 1953 através da atuação de um dos maiores defensores da aproximação com Portugal, João Neves da Fontoura.¹⁸³ A ambiguidade advém das restrições impostas ao Brasil pelas “Notas Interpretativas”, um adendo secreto anexado ao tratado que impedia a aproximação brasileira das províncias ultramarinas portuguesas na África.¹⁸⁴ Na conclusão do último ensaio da série “A África e Nós”, publicado em 1969 na *Brasil Açucareiro*, Souza Dantas escreve:

Cumpre, ainda, considerarmos o nosso cabedal de sonhos, face à África, examinando também o que representa para nós - e vice-versa - a África portuguesa. Não podemos ignorá-la, nem ela a nós, sejam quais foram as circunstâncias. Laços muito mais fortes, muito mais profundos, exigem entre nós diálogo sincero e permanente. Estive, há tempos - cerca de dois anos - em Angola e Moçambique, não chegando, é verdade, a debruçar-me mais detidamente na realidade ambiente, ficando apenas com uma visão superficial da cena local. Mas, assim mesmo, o que vi, juntamente com os meus

¹⁸¹ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 155-156.

¹⁸² CASTELO, Cláudia. “*O modo português de estar no mundo*”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998. p. 97.

¹⁸³ Embaixador do Brasil em Portugal, chanceler entre janeiro e julho de 1946, e depois entre janeiro de 1951 e junho de 1953, Neves da Fontoura trabalhou em várias matérias diplomáticas que envolviam a dimensão portuguesa da política externa brasileira. Em artigo no jornal *O Globo*, em junho de 1957, ele professou sentença que pode ser considerada exemplar na construção do discurso lusofílico da política exterior brasileira no período: “Nossa política para Portugal não é uma ‘política’. É um assunto de família”. SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 54

¹⁸⁴ SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 55.

companheiros de viagem, aumenta essa necessidade de um diálogo franco e urgente. [...] Por enquanto, desejo apenas registrar que, no nosso interesse pela África, não podemos ignorar aqueles dois territórios, cuja realidade devemos melhor conhecer, em benefício do que se convencionou chamar comunidade afro-luso-brasileira.¹⁸⁵

Alguns elementos chamam atenção neste texto. A mobilização da ideia de uma comunidade afro-luso-brasileira encerra o parágrafo, mas o tom do texto guarda certo receio, velado por frases genéricas e ambíguas, um vestígio que pode ser atribuído ao desgaste da defesa do colonialismo português. A viagem a que o autor se refere foi sua ida, em julho de 1967, ao II Congresso de Comunidades de Cultura Portuguesa, realizado em Moçambique, mas passando na ida e volta por Luanda, em Angola.¹⁸⁶ A delegação brasileira, que contou com a presença de Gilberto Freyre, foi formada por intelectuais e personalidades políticas dos principais centros brasileiros. A participação do Brasil no congresso foi documentada em um artigo publicado na *Revista de História* em setembro do mesmo ano, cujo encerramento se dá da seguinte forma:

Julgamos desnecessário sintetizar tanto as emoções deste primeiro contato com as chamadas Províncias Portuguesas da África cujo parentesco é uma constante na nossa História e cuja vitalidade tanto nos impressionou nesta fase de transição que sacode todo o continente africano — como as aberturas facultadas pelos diálogos travados a bordo com Congressistas das mais longínquas procedências, mas irmanados pela mesma língua, envolvidos todos na hospitalidade que individualiza o autêntico Portugal dos nossos ancestrais.¹⁸⁷

As conclusões da delegação brasileira se coadunam com as propostas do governo de Castello Branco, uma posição defendida pelo próprio presidente que argumentava que “a confiança do Brasil na missão civilizatória de Portugal deriva da... história”.¹⁸⁸ A ideia de uma comunidade afro-luso-brasileira, em vez de uma comunidade luso-brasileira, termo empregado na década de 1950, vem das mudanças empreendidas pela diplomacia dos primeiros anos da ditadura. A partir dessas mudanças, foi incorporada à retórica da amizade com Portugal, resgatada após o golpe de 1964, processo no qual se destaca a atuação de Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), e um dos principais conselheiros do governo, a necessidade do Brasil firmar relações diretas com a África Portuguesa. A noção de

¹⁸⁵ SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (IV). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Açúcar* (RJ), a. XXXVII, v. 73, n. 4, p. 12-13, abr. 1969c. p. 13.

¹⁸⁶ SILVA, João. Fatos e rumores em primeira mão. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 5283, 5 jun. 1967. Primeiro Caderno, p. 3.

¹⁸⁷ PAULA, Eurípedes Simões de. II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa (Moçambique, 14-21 de julho de 1967). *Revista de História*, n. 35, v. 71, p. 203-214, set. 1967. p. 213-214.

¹⁸⁸ SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 118.

uma comunidade afro-luso-brasileira é utilizada nos discursos da diplomacia estatal para justificar a aproximação, e a afinidade natural, com as possessões portuguesas, mediada pela experiência histórica e cultural compartilhada, mas sem a necessidade da mediação direta de Portugal, nem impedida por suas restrições.

A participação de Souza Dantas no II Congresso de Comunidades de Cultura Portuguesa nos permite observar de que maneira Souza Dantas conheceu a “realidade ambiente” de Angola e Moçambique. Desta forma podemos entender o papel que o contato com os discursos estatais que aproximavam o Brasil do continente africano a partir do emprego de elementos do discurso lusotropicalista teve na construção dos posicionamentos e dos argumentos do embaixador a respeito das relações entre Brasil e África portuguesa. Em uma seção de notícias curtas publicadas em abril de 1972 no *Correio da Manhã* a posição de Souza Dantas sobre esse assunto reaparece:

O embaixador Raymundo Souza Dantas defende a tese da criação de uma comunidade afro-luso-brasileira. Argumenta com a nossa história, a formação da raça e os laços permanentes entre Portugal, África e o Brasil, com a autoridade de um estudioso no assunto e de ex-chefe da nossa missão diplomática em Gana.¹⁸⁹

Torna-se perceptível a presença do lusotropicalismo, em sua dimensão apropriada pelo discurso oficial do Estado brasileiro, nas imagens sobre África engendradas em suas formulações. Ainda que esse lusotropicalismo se conecte com as posições de Gilberto Freyre, caracterizadas pelo próprio Souza Dantas em 1973, como “francamente reacionárias”,¹⁹⁰ seus elementos parecem ser úteis nas caracterizações que o embaixador faz sobre o continente africano, sobre os retornados brasileiros, e como argumentado, sobre si. A posição abertamente anticolonial de seu primeiro discurso como embaixador, se atenua ao longo das décadas seguintes, na medida em que o autor se insere nas redes de sociabilidade, nos itinerários e nos debates da política externa brasileira.

A leitura que Raymundo Souza Dantas faz das experiências retornadas se constrói em paralelo com a presença dos elementos lusotropicalistas em suas formulações. Esse processo pode ser percebido quando o autor sinaliza as comunidades retornadas como exemplos da civilização brasileira em território africano. As famílias de brasileiros, que em Gana foram o

¹⁸⁹ O EMBAIXADOR, Raimundo Souza Dantas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXXI, n. 24240, 21 abr. 1972. Primeiro Caderno, p. 4.

¹⁹⁰ CALAGE, Eloí. Arte Negra (?) no Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano LIII, n. 15806, 12 abr. 1973. Caderno Especial, p. 2.

principal grupo a acolher o embaixador brasileiro como um parente do outro lado do oceano,¹⁹¹ se tornam nas construções de Souza Dantas, um dos elos que poderia interligar o Brasil das décadas de 1960 e 1970, com a nova África que despontava da descolonização. O papel dos retornados nessa aproximação seria mais uma vez o de mediadores entre as realidades locais e os interesses exógenos. Os caracteres que um dia favoreceram esses grupos diante dos olhos dos impérios eram mais uma vez bem vistos pelos discursos de afinidade cultural e histórica que emanavam da nascente política africana do Brasil, colorida pelas formulações freyrianas.

Torna-se possível compreender que produção de Souza Dantas sobre os retornados termina por ecoar os elementos que deram o tom das identidades retornadas na primeira metade do século XX, formados no centro das dinâmicas coloniais. A mobilização dessas identidades faz com que esses discursos transitem mais uma vez pelas rotas do Atlântico, encontrando um novo enunciador e uma nova configuração de significados, alinhada com interesses nacionais imersos nas teorias freyrianas. Componentes configurados e reconfigurados por sujeitos eminentemente atlânticos são alterados, mais uma vez, ao retornar ao Brasil, que toma o lugar de pátria-mãe em uma tradição do *retorno* que, apesar de ser enunciada a partir de um léxico que reclama mais uma vez “origens” definidas e reconstruíveis para os sujeitos sobre os quais se debruça, se constrói a partir dos diálogos atlânticos de um interlocutor em trânsito. O ímpeto de Souza Dantas de usar a história dos repatriados brasileiros em sua retórica dos mundos apartados, demonstra a itinerância das ideias sinalizada por Said,¹⁹² tornando-se evidente o trânsito de uma teoria gestada nas contracorrentes do Atlântico, reconfigurada conforme é re-enunciada em diferentes contextos e temporalidades.

Esse projeto, que, de forma alguma, é diminuto ou desprezioso dentro da trajetória intelectual de Souza Dantas, se constrói em paralelo ao seu interesse pelas dinâmicas políticas emergentes na década de 1960. Seu fervor pelo continente africano,¹⁹³ que aparece tanto nas obras que escreveu, quanto nas que lhe interessavam, ambas preservadas na forma e no

¹⁹¹ Os retornados são destacados pela hospitalidade e receptividade direcionadas a Souza Dantas e sua família durante sua estadia na África. Uma das anotações sobre as famílias de retornados presentes em *África Difícil* narra a chegada na embaixada de uma carta cujo remente seria um “primo” do embaixador. Tratava-se de Benedito de Souza, um dos descendentes do Xaxá, interessado em um contato com o presidente João Goulart, a ser intermediado pelo embaixador. Souza Dantas, volta a se referir a Benedito como seu “primo africano” que o acompanha em seus estudos sobre sua família. SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 76.

¹⁹² SAID, Edward. Reconsiderando a teoria itinerante. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Deslocalizar a “Europa”*: antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade. Lisboa: Cotovia, 2005. p. 25-47. p. 42.

¹⁹³ Ao pensar no interesse crescente pelo continente africano, o autor faz menção à jornalista francesa Eve Dessarre (1926-1990), ao dizer que um número crescente de pessoas no mundo passa a se preocupar com duas coisas: seu próprio continente e com a África. Raymundo Souza Dantas se enxerga como um desses intelectuais divididos SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 27.

conteúdo de seu acervo pessoal,¹⁹⁴ é uma das chaves que guiariam sua atuação intelectual entre 1961 e 1974, recorte que fala de um momento específico em sua trajetória, mas também de um cenário marcado pela descolonização africana. A relação que Souza Dantas estabelece com a África é mediada pelos elementos de debates nacionais e internacionais que o autor mobiliza para construir seu lugar no Brasil. Para se tornar um “brasileiro negro” e desfrutar de sua efetiva cidadania, Raymundo Souza Dantas retornou ao continente africano trazendo as provas de que não precisava se afirmar como um negro-africano “puro” para se sentir em casa, seu mundo sempre foi outro, e fica do lado de cá do Atlântico.

1.4 A chaga do degredo

Ao longo deste capítulo observamos as formas como Raymundo Souza Dantas se insere nos debates sobre as relações do Brasil com a África a partir de seu estudo sobre os retornados brasileiros. Essa inserção, como demonstrado, articula elementos das identidades dos repatriados brasileiros, notadamente transatlânticas, formadas na sobreposição de dinâmicas locais e transnacionais desde meados do século XIX, com os discursos e as políticas internacionais desenvolvidas pelo Brasil na década de 1960 que buscava uma aproximação com o continente africano a partir da evocação de um discurso culturalista de bases freyrianas.

Ainda que ocupe um lugar privilegiado nesta análise, Raymundo Souza Dantas não é o único elo entre esses dois assuntos. As comunidades retornadas e a política externa da década de 1960 tiveram outros pontos de contato. Um caso exemplar desta aproximação foi a passagem pelo Brasil de Romana da Silva, uma integrante das primeiras gerações de retornados brasileiros, que teve em agosto de 1963 sua visita ao país financiada e utilizada pelo governo como estratégia para aproximação com o continente africano, montando, o que Alberto

¹⁹⁴ Em algumas das pastas que hoje compõem seu acervo pessoal, Souza Dantas metodicamente recortou e arquivou todos os escritos sobre África que conseguiu encontrar nos jornais que lia. Livros sobre o continente africano povoam sua estante, e a maioria das anotações avulsas que deixou discorrem sobre temas de África, como o apartheid, a descolonização, a formação de Cabo-Verde e seu romance africano inacabado, um dos projetos que levou até o fim de sua vida. A organização dessa documentação, a forma de preservação e as informações nelas contidas são elementos caros a essa pesquisa. Revelando o desafio de entender decisões cujas intenções inicialmente nos escapam, como, por exemplo, o fato de que ele preservou as datas dos recortes que fez, assinalando muitas vezes a mão quando não era possível identificar o dia de publicação do jornal próximo à notícia, mas retirou o título de todas as publicações (apenas um recorte teve sua identificação completa preservada). Trabalhar com essa documentação implica desbravar os processos de arquivamento de Souza Dantas, reconhecer aquilo que o interessava e o que era trivial na constituição autobiográfica de seu arquivo. Um exercício que envolve metodologias da pesquisa em história intelectual, mas também contornos hermenêuticos de reconhecimento da alteridade dos sujeitos que visamos compreender.

conceitua como um “teatro para a africano ver”.¹⁹⁵ Essa iniciativa encarnou as tentativas brasileiras de se aproximar do continente africano se valendo de imagens da África, e da cultura afro-brasileira, presas ao passado.

O paradoxo dessas construções imaginárias e de seus componentes práticos era evidente. A relevância da contribuição africana à cultura brasileira só era conhecida pelo público por meio dos aspectos pitorescos e folclóricos dos africanos que haviam chegado ao Brasil. O interesse recaía sobre a curiosidade dos nomes, o sabor dos quitutes, a sinuosidade dos requebros das mulheres negras e os costumes bizarros da gente que atravessara o Atlântico tanto tempo atrás.

A visita da senhora Romana da Conceição foi bom exemplo das ambiguidades do discurso culturalista. As condições históricas da escravidão e suas sequelas para a formação social do Brasil e a violência racial eram tratadas como um mundo à parte da cultura dominante e do universo da política “maior”.¹⁹⁶

A maneira como Romana, e os retornados, foram mobilizados como elos culturais vivos entre as margens do Atlântico contribui na formação da retórica culturalista discutida anteriormente. As ilusões criadas pela forma como essas trajetórias e identidades foram mobilizadas demonstra a capacidade da política externa da década de 1960 de se apropriar do *retorno*, uma tradição atlântica construída às margens do discurso oficial do Estado, na confecção de um argumento interessado na reaproximação política e econômica com um continente que havia no último século sido afastado dos horizontes de ação e interesses nacionais.

Souza Dantas, mais uma vez, se estabelece na encruzilhada desse movimento. Sua atuação ambivalente reitera, e contesta, as aspirações do discurso da política externa brasileira de aproximação com o continente africano por via dos laços culturais semeados pelo retorno de brasileiros à África. De um lado, sua leitura dos retornados evidencia o potencial político da presença brasileira nas regiões onde se estabeleceram, uma leitura que ecoa os discursos dos próprios retornados, reproduzindo elementos utilizados em um processo complexo de bricolagem de uma memória construída em proximidade com os interesses dos impérios coloniais. Mas, em contrapartida, suas percepções sobre a política africana desenvolvida pelo Brasil reconhecem e acusam o abismo que separa as duas margens, uma distância que não poderia ser superada sem adentrar a fundo nas dinâmicas da descolonização e abandonar as visões românticas, alicerçadas sobre um discurso racial que valorizava as sobrevivências da África em uma sociedade miscigenada.

¹⁹⁵ ALBERTO, Paulina. Para africano ver: intercâmbios africano-baianos na reinvenção da democracia racial, 1961-63. *Afro-Ásia*, n. 44, p. 97-150, 2011.

¹⁹⁶ SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 96.

Contudo, a articulação entre esses dois tópicos nos apresenta outra contradição, subterrânea, na política externa da década de 1960, nos discursos identitários dos retornados brasileiros, e que, por conseguinte, subjaz nas percepções de Souza Dantas. Me refiro a uma chaga, um registro que é constantemente silenciado nos discursos que naquele momento pensaram as ligações brasileiras com o continente africano, mas que invariavelmente emerge nas falas plurais costuradas no arquivo. Me proponho a investigar este discurso, mais como um convite para um olhar atentos às ambiguidades das narrativas identitárias engendradas no Atlântico negro, do que uma conclusão capaz de explicar as relações entre essas identidades e os contextos nos quais elas emergem como formas de lidar com o binômio raça e nação. Chamo esse registro, esse “paradoxo”, definição de Saraiva,¹⁹⁷ proposta em sua breve incursão no assunto, de chaga do degredo. A contradição que nasce, e se perpetua subterrânea, pelo período de mais de um século de construção do continente africano como um território rejeitado. Uma lembrança do indizível, que esconde os terrores da escravidão e do tráfico atlântico, em prol dos estandartes da civilização, da nação e da modernidade.

Para tentar compreender essa chaga, torna-se necessário perceber o papel que a escravidão teve nos discursos civilizatórios que se expandiram pelo Atlântico durante o século XIX e sustentaram a retórica colonial de dominação. Neste sentido a memória da escravidão, como uma experiência capaz de imprimir hábitos e práticas desejáveis nas civilizações ocidentais, aparece não só nos discursos dos Estados coloniais, mas também na retórica utilizada pelos grupos de negros que retornaram e se estabeleceram no continente africano no século XIX. Esse uso da experiência escravista também foi feito pelas primeiras levas de retornados brasileiros e ecoa nas leituras de Souza Dantas sobre esses grupos e seus descendentes. Em um de seus textos sobre a presença dos retornados na África Ocidental, o embaixador escreveu:

Em quase todas as linhas de atividade, pois, fizeram-se presentes, dando colorido novo aos hábitos e costumes, chegando, inclusive, conforme ficou provado, a mexer com as estruturas tribais e as hierarquias religiosas, transmitindo a organização patriarcal da família e a nossa catolicidade. [...] As relações, afro-brasileiras, pois, desde quando se constituíam apenas do tráfico escravista, revestiram-se de aspectos culturais os mais relevantes pelos elementos que nos trouxeram os africanos e pelos valores que levaram de volta ao serem repatriados de filhos nascidos no Brasil.¹⁹⁸

¹⁹⁷ SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira*, de 1946 a nossos dias. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 96.

¹⁹⁸ SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (IV). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVII, v. 73, n. 4, p. 12-13, abr. 1969c. p. 12.

A presença dos repatriados brasileiros, libertos e descendentes de escravos no Brasil é associada aos valores da sociedade escravista que os manteve cativos. O tráfico de escravos, atividade que durante séculos ligou o Brasil aos portos do continente africano, é retomado no argumento, mas despidido do teor negativo desenvolvido ao longo do século XIX, pelas iniciativas abolicionistas, e durante o século XX, pela aderência ampla da condenação da escravidão e do racismo. É ainda interessante perceber como o discurso do autor aparta temporalmente processos históricos simultâneos. Ao separar o período do tráfico atlântico de escravizados, a viagem de ida, dos retornos executados pelas famílias de repatriados, a viagem de volta, Souza Dantas dá a entender que esses processos aconteceram em temporalidades diferentes, quando na verdade, os processos de retorno estiveram ligados ao período final do tráfico legal de escravos e sua existência enquanto prática ilícita, um dado importante para pensar o papel dos Estados nacionais nesse processo.

O envolvimento com a escravidão aparece como um tema importante para se entender as identidades destes grupos. Após serem levados como escravos para as Américas, retornar ao continente não significava que estas pessoas seriam reincorporadas como semelhantes nas comunidades africanas, sendo reconhecidos, mesmo após a liberdade, como “escravos” ou “gente importada”, o que dificultava sua inserção nas dinâmicas locais, um padrão repetido também no contexto da Libéria e dos tabom na Costa do Ouro.¹⁹⁹ Diante da recepção negativa nos lugares onde se estabeleceram na África:

Os antigos escravos retornados, ao contrário, foram obrigados a inventar um lugar para si nesta sociedade que não os aceitava. Para ela, eles eram ao mesmo tempo aqueles que já tinham sido expulsos – vendidos como escravos – e estrangeiros – já que, ainda por cima, voltaram completamente diferentes, com “maneiras de branco”. A construção de uma nova identidade social a partir da memória do tempo vivido no Brasil foi para eles o meio de se inserirem nesta sociedade, no mesmo lugar que já tinha sido estabelecido para os brancos.²⁰⁰

Andreas Hofbauer, em um estudo comparativo entre as experiências de retornados das Américas, percebe a ocupação dos brasileiros na Costa da Mina estando ligada ao estabelecimento de redes de sociabilidade no entorno de figuras poderosas ligadas ao tráfico, destacadas pelo sucesso econômico e político, sujeitos notórios pela habilidade de transitar e

¹⁹⁹ HOFBAUER, Andreas. Dos retornos à África Ocidental: semelhanças e diferenças. *Afro-Ásia*, n. 67, p. 174-246, 2023. p. 215.

²⁰⁰ GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002. p. 68.

estabelecer contatos com lideranças locais africanas e administradores coloniais europeus.²⁰¹ Como argumentou Guran, o tráfico de escravos se tornou, nesse contexto, uma das atividades desenvolvidas por estes grupos, que também se dedicaram a atividades comerciais e agrícolas, além de se destacar aos olhos da administração colonial pelas práticas e ofícios “civilizados” adquiridos pela experiência da escravidão.²⁰²

No caso dos tabom, principal grupo estudado por Souza Dantas, o estigma da escravidão tem papel preponderante na construção de seus discursos, visto que:

Desde o início do novo milênio, o governo ganês tem investido no turismo de rememoração, buscando atrair, sobretudo, negros norte-americanos. Focos dos programas de turismo são sítios históricos relacionados aos horrores da escravidão, tais como visitas aos castelos de Cape Coast e, acima de tudo, de Elmina, construído pelos portugueses em 1482, onde milhares de escravizados/as embarcaram para serem transportados ao Novo Mundo. Houve diversas solicitações da parte dos chefes tabom de incorporar às propagandas de turismo de rememoração internacional visitas a prédios históricos de sua comunidade, as quais não receberam, porém, muito apoio do governo. O papel que os ancestrais tiveram no tráfico de escravos tem dificultado a inserção e a participação dos tabom em roteiros turísticos e projetos de rememoração que buscam problematizar a história do tráfico negreiro. Diante desse contexto, a maioria dos tabom evita hoje falar sobre essa parte da história dos seus ancestrais, e muitos jovens descendentes dos retornados preferem identificar-se hoje, em primeiro lugar, como ganeses ou gãs.²⁰³

A ideia de que o processo de captura, venda e tráfico marcaria os retornados com um “estigma inapagável”²⁰⁴ nos ajuda a entender como os processos de construção da memória nestas comunidades tende a ocultar a escravidão como um elemento constitutivo de suas identidades. É interessante notar como esse movimento é construído de uma forma particular e ambígua, e de certa forma escapa do horizonte de reflexões de Gilroy quando o autor pensa os processos de rememoração que excluem a escravidão e o tráfico atlântico dos discursos negros no século XX.²⁰⁵ A inserção dos tabom nas comunidades africanas, mediada por sua identificação com os traficantes brasileiros de escravos,²⁰⁶ acompanha a reivindicação por uma pátria mãe deste lado do Atlântico. Este processo mobiliza o Brasil como lugar de

²⁰¹ HOFBAUER, Andreas. Dos retornos à África Ocidental: semelhanças e diferenças. *Afro-Ásia*, n. 67, p. 174-246, 2023. p. 215.

²⁰² HOFBAUER, Andreas. Dos retornos à África Ocidental: semelhanças e diferenças. *Afro-Ásia*, n. 67, p. 174-246, 2023. p. 214; 216.

²⁰³ HOFBAUER, Andreas. Dos retornos à África Ocidental: semelhanças e diferenças. *Afro-Ásia*, n. 67, p. 174-246, 2023. p. 233.

²⁰⁴ MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

²⁰⁵ GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2012.

²⁰⁶ O caso de Francisco Félix de Souza, o Xaxá, é mais que exemplar deste processo de aproximação dos retornados com o tráfico de escravos. O patrono lendário de uma das famílias de repatriados mais proeminentes, e no que diz respeito ao tema desta pesquisa, mais presentes nos discursos de Souza Dantas, foi um dos maiores traficantes de escravos brasileiros estabelecidos na costa da África.

pertencimento, transformando as relações sociais e raciais destes sujeitos com seu passado. A nacionalidade brasileira surge em contraposição à leitura dos africanos que os enxergavam como escravos. Ser brasileiro é uma forma de escapar do estigma inapagável de ter sido capturado e vendido para o outro lado do mundo.

Essa trama se torna ainda mais espessa quando percebemos que essa identificação com os ideais nacionais e civilizatórios do Brasil são acompanhadas de novos sentidos raciais. Hofbauer, em uma análise comparada das experiências dos retornados na Libéria, Serra Leoa, Costa da Mina e Costa Ouro, argumenta que as definições de “raça branca” e “raça negra” foram mobilizadas de formas diversas, e com propósitos identitários. Esse padrão foi percebido pelo autor em diversos casos, exemplificado pela forma como os retornados passaram a ser vistos e nomeados pelos africanos, sendo frequentemente associados aos brancos, o que no caso dos retornos da Libéria e de Serra Leoa, baseados em projetos civilizatórios e iniciativas coletivas de ocupação, aproximava os retornados dos grupos dos quais eles tentavam se diferenciar, os brancos europeus.²⁰⁷ Essas configurações identitárias propõem a necessidade de definições raciais que sejam contextuais, principalmente quando observadas nas sobreposições entre as experiências da escravidão e do colonialismo.

Neste sentido, torna-se evidente que o processo de construção das identidades retornadas é fruto da sobreposição de contextos e formas de inserção em um diálogo executado no Atlântico e suas margens. Essas comunidades, suas estratégias, identidades e formas de rememoração formam uma tradição atlântica engendrada na conjunção temporal, espacial e discursiva entre a escravidão e o colonialismo. A chaga da escravidão, o estigma que marca os indivíduos capturados e levados nos navios, é ressignificada no *retorno* sob a ótica da civilização, mobilizada e incorporada no discurso de ocupação e dominação dos impérios coloniais.

É interessante perceber como as formas de identificação e reinserção dessas populações nas realidades africanas são absorvidas e incorporadas nas correntes do Atlântico negro. Os estudos sobre esse tema demonstram que as experiências dos retornos tiveram papel preponderante na confecção das rotas transatlânticas dos séculos XIX e XX. Um papel verificado na construção dos nacionalismos negros nos Estados Unidos, nos diálogos que moldaram as religiões de matriz africana no século XX no Brasil e no Caribe, e como discutido,

²⁰⁷ HOFBAUER, Andreas. Dos retornos à África Ocidental: semelhanças e diferenças. *Afro-Ásia*, n. 67, p. 174-246, 2023. p. 244

mobilizados pelos discursos coloniais de civilização, voltados para a ocupação inicial do continente africano.²⁰⁸

A política externa do Brasil nas décadas de 1960 e 1970, embalada pelo discurso culturalista que ecoa as ideias de Gilberto Freyre, coloca os contatos históricos com o continente africano no centro de uma narrativa que extrapola as ações diplomáticas do Estado, alcançando as produções acadêmicas, as discussões do movimento negro e os debates sobre identidade nacional e configuração racial. Nesse processo, as vozes acopladas a esses discursos transitam pelas falas de seus enunciadores. O repositório dessas vozes, a tradição que as carrega pelas rotas do Atlântico se infiltra nas imagens românticas e nas defesas inflamadas de um Brasil africano, e de uma África Brasileira. Raymundo Souza Dantas, ao entrar em contato com a política externa das décadas de 1960 e 1970, é atravessado pelo *retorno*, materializado em sua experiência africana, e ecoado em suas proposições sobre as relações do Brasil com a África, os africanos e os retornados.

Esse processo, que conecta em diálogos multilaterais as margens do Atlântico, faz parte de uma leitura crítica sobre a formação das manifestações e identidades negras na diáspora. James Matory argumenta que os diálogos, criados no trânsito de famílias de ex-escravos brasileiros entre o Brasil e a costa ocidental africana, fizeram parte da formação cultural de ambas as margens do Atlântico, na qual a consolidação da identidade yoruba desponta como maior exemplo.²⁰⁹ Percebo como esses contatos foram mobilizados na década de 1960 para dar corpo aos argumentos culturalistas da política africana brasileira, um movimento encabeçado por intelectuais ligados aos centros de produção de conhecimento sobre o continente africano, principalmente o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO)²¹⁰ em Salvador, e o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA)²¹¹ no Rio. Nas proposições de Souza Dantas, os

²⁰⁸ LIMA, Mônica. Histórias entre margens: retornos de libertos para a África partindo do Rio de Janeiro no século XIX. *Revista de História Comparada*, v. 7, n. 1, p. 67-114, 2013. p. 74-76.

²⁰⁹ MATORY, James Lorand. O navio de volta para casa: tropos analíticos como mapas da e para a história cultural da diáspora africana. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, p. 969-993, 2020. p. 983-984.

²¹⁰ ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2017. p. 314-315; 326. O CEAO foi criado em 1959 como um órgão complementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, a entidade foi concebida como um canal de diálogo entre a universidade e a comunidade afro-brasileira, e entre o Brasil e os países africanos e asiáticos. A primeira geração de africanistas do CEAO, composta por Agostinho da Silva, Paulo F. de Moraes Farias, Vivaldo da Costa Lima, Ieda Pessoa de Castro e Waldir de Freitas Oliveira, foi preponderante na promoção da política externa de Quadros e Goulart. O centro se tornou um dos grandes exportadores da imagem africana do Brasil, enviando para a África seus renomados intelectuais, além de abrigar parte da iniciativa de conceder bolsas de estudos a estudantes africanos.

²¹¹ ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2017. p. 350-351. No IBEAA, destacavam-se a presença de Candido Mendes e Maria Yedda Linhares. O instituto foi fundado em 1961 em uma iniciativa de Jânio Quadros, mas só passou a funcionar efetivamente em 1962, tendo suas atividades interrompidas em 1964 com o golpe militar, visto que a instituição era percebida como um reduto de intelectuais de esquerda.

retornados são exemplos de relações seculares do Brasil com o continente africano, suas manifestações culturais são a sobrevivência clara da capacidade brasileira de engendrar sujeitos aptos a se desenvolverem em condições adversas, a relevância política de seus membros apresenta o gênio inventivo do brasileiro, sua natureza transformadora e sua incorporação nas dinâmicas das comunidades africanas atesta a possibilidade e a produtividade de uma comunidade afro-luso-brasileira. Ao mesmo tempo, essas similaridades marcam, por aquilo que negam, o estranhamento em relação aos africanos, tão presente sem suas formulações das décadas de 1960 e 1970.

As contradições nesse discurso não são marginais, as palavras enunciadas em suas propostas são tão significativas quanto aquelas que se mantiveram submersas. Raymundo Souza Dantas mediava de forma hábil suas contradições: tinha conhecimento vasto das mazelas da escravidão, criticava a atuação colonial portuguesa e sua relação com o lusotropicalismo, reconhecia os problemas do discurso civilizatório que contrapunha o moderno ao tradicional nas sociedades africanas colonizadas.²¹² Por outro lado, Souza Dantas soma suas posições às ideias do Estado, sua atuação política faz eco ao discurso culturalista de Freyre, suas intervenções sobre as relações Brasil-África recorrem a elementos lusotropicalistas em voga na política africana do Brasil e seu alinhamento histórico com Portugal.

No entanto, Raymundo Souza Dantas também ecoa as vozes retornadas. Ao construir seu estudo sobre os brasileiros repatriados na África, o embaixador também recupera seus interesses, reitera suas autorrepresentações, revive seus conflitos, e inevitavelmente, perpetua seus silêncios. A escravidão, como argumentado, é uma ferida aberta, mas é também uma chaga escondida, uma narrativa presa entre o lembrar e o esquecer. É descortinando esse segredo guardado que podemos adentrar na outra dimensão do *retorno*, a dimensão que subjaz às narrativas dos retornados e aos discursos que nelas se inseriram ao longo da itinerância das ideias pelas rotas do Atlântico negro. Me refiro à dimensão compulsória dessas viagens, às práticas estatais de deportação forçada dos negros após abolição, vista como uma solução para as questões raciais que se desenvolviam no cerne das sociedades fundadas na escravidão. Uma dimensão que nos fala de como a tentativa de expulsar os negros dos territórios onde eles foram

²¹² UBL, Yassen Fideles. *Do trabalho profícuo à missão condenada: uma análise da trajetória de Raymundo Souza Dantas como embaixador (1961-1963)*. 2021. 70 f. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021, p. 38-40. Souza Dantas discute em *África Difícil* as relações entre o binômio tradicional e moderno na Gana de Kwame Nkrumah. Para o embaixador, as cidades ganenses, destacando Acra e Kumasi, seriam exemplos da articulação “agressiva” que se estabelecia no encontro entre os elementos vistos como tradicionais dos povos da região, e as manifestações modernas do nacionalismo pós-independência. Para Souza Dantas compreender as relações estabelecidas entre esses dois fenômenos, que não deveriam ser vistos como opostos irremediáveis, seria o caminho para compreender não só Gana, mas também as múltiplas Áfricas que emergiam das independências.

utilizados como mão de obra escravizada reflete a incompatibilidade retórica das nações modernas com a sobrevida de seu passado escravista e a convivência com seu presente racista na virada do século XIX.

A dimensão compulsória dos retornos e os interesses racistas que nela subjazem geraram nos Estados Unidos os debates sobre as intenções da *American Colonization Society* e das iniciativas que percebiam na África o lugar da população negra livre surgida da abolição. As discussões que impulsionaram intelectuais como William E. B. Du Bois, Alexander Crummel e Marcus Garvey versaram sobre as geografias do futuro e do destino dos negros norte-americanos, gerando posições e projetos antagônicos de utopias negras em que nação e raça pudessem coexistir. No Brasil, pela natureza difusa dos retornos, pela ausência de iniciativas sistemáticas, e pelas heranças jurídicas da colonização portuguesa, o degredo é a chaga da história dos retornos.

O degredo consiste no desterro, banimento, castigo aplicado como consequência de um acto, atitude ou comportamento considerado negativo. O afastamento da pessoa do local onde habitava podia ser temporário ou definitivo. Como pena o degredo remete a pessoa punida a uma situação degradante, ou seja, de rebaixamento ou diminuição, relegando-o à condição de excluído social e marginalizado. O isolamento, a ruptura e a diminuição ou ausência de laços sociais com o meio onde o condenado vivia, fazem do degredo uma forma de exclusão, na sua dimensão social.²¹³

O degredo como um dispositivo penal ocupou posição central nas Ordenações Filipinas e no sistema jurídico português. A utilização da pena do degredo, e dos indivíduos degradados, foi por séculos uma das características da expansão portuguesa, estando ligada à ocupação inicial de territórios, à remoção de indivíduos nocivos à organização social e religiosa da metrópole, e também à intensificação da colonização dos territórios africanos,²¹⁴ com destaque a Angola entre a segunda metade do século XIX até o segundo quartel do século XX.²¹⁵ Neste sentido, o degredo foi amplamente utilizado no processo de colonização e estabelecimento da dominação portuguesa, mas sem perder sua função de extirpar grupos que ameaçavam a

²¹³ CUNHA, Anabela. Degredo para Angola: sentença de morte lenta. *Locus: Revista de História*, v. 18, n. 2, p. 87-104, 2012. p. 99.

²¹⁴ Esta prática é lida por João Medina como um ciclo vicioso que relega a colonização da África uma perspectiva que recorre no erro de estabelecer nas colônias movimentos encabeçados por grupos condenados na metrópole, um equívoco que responderia de maneira insatisfatória às duas questões que pretendia sanar: a colonização africana e a recuperação dos indivíduos condenados. Para o autor, essa prática, empreendida com tal intensidade ainda no início do século XX, de tal modo que o número de degradados superava em Angola o número de imigrantes livres, mina qualquer hipótese que percebe a colonização portuguesa como uma ação civilizadora. MEDINA, João. Degredo e colonização portuguesa: um círculo vicioso do colonialismo português em África. *Direito e Justiça*, n. Especial, p. 15-34, 2004. p. 23.

²¹⁵ O Brasil foi uma das origens de degradados enviados para Angola, notadamente o caso dos integrantes da Inconfidência Mineira em 1789, condenados ao degredo perpétuo em diferentes regiões de Angola.

integridade da sociedade portuguesa, uma demanda que cresceu no século XIX com o desenvolvimento de leituras sociais sobre a organização do Estado.²¹⁶

No Brasil, o degredo se manteve como uma forma de penalização mesmo após a independência, mantendo-se inicialmente como um recurso penalizando crimes ligados a fraudes no comércio de açúcar.²¹⁷ No entanto, a reformulação dos códigos penais brasileiros no pós-independência marcou a redução massiva da aplicação do degredo, passando do lugar central que ocupava nas Ordenações Filipinas, para um recurso marginal no Código Criminal de 1830. Os crimes cuja pena prevista era o degredo ou o desterro eram: pirataria, abuso de autoridade, conspiração, insurreição, perjúrio, homicídio, estupro e roubo.²¹⁸ Noronha identifica em sua análise a substituição do degredo pela pena de prisão com trabalho forçado, indicada pela autora como a alternativa moderna/liberal para a punição de crimes graves, associada à prática, já comum na jurisprudência portuguesa, de utilizar os degredados em serviços públicos.²¹⁹

Diante disso, a análise clássica de João José Reis da Revolta dos Malês em 1835 nos surpreende pela preeminência do degredo como penalização dos condenados da revolta. Ao analisar as penas aplicadas aos participantes, Reis discute temas importantes sobre a relação do Brasil enquanto Estado com as populações negras no século XIX. Tomando o Código Penal de 1831, principalmente os artigos 113, 114 e 115 do Capítulo IV, como texto base para as decisões judiciais acerca das rebeliões, onde se previa a punição para o crime de insurreição, o autor percebe como a lei foi alterada para servir ao mesmo tempo aos interesses dos senhores de escravos locais e à manutenção da ordem escravista. Enquanto os líderes da rebelião eram tratados pelo código da mesma forma, independente se livres ou escravos, os demais participantes dos movimentos tinham suas penas diferenciadas de acordo com seu status.²²⁰

O maior desvio nos castigos da Revolta dos Malês em relação ao Código Penal foram as deportações, ou o degredo, aplicado indiscriminadamente aos libertos, principalmente de origem africana, sob o pretexto de sua periculosidade para a ordem social. Centenas de africanos foram considerados suspeitos e deportados sem o levantamento de provas concretas de sua

²¹⁶ CUNHA, Anabela. Degredo para Angola: sentença de morte lenta. *Locus: Revista de História*, v. 18, n. 2, p. 87-104, 2012. p. 94.

²¹⁷ CUNHA, Anabela. Degredo para Angola: sentença de morte lenta. *Locus: Revista de História*, v. 18, n. 2, p. 87-104, 2012. p. 95.

²¹⁸ NORONHA, Fabrícia. O Império dos Indesejáveis: uma análise do degredo e da punição no Brasil império. *Em Tempo de Histórias*, n. 8, p. 1-16, 2004. p. 9-11.

²¹⁹ NORONHA, Fabrícia. O Império dos Indesejáveis: uma análise do degredo e da punição no Brasil império. *Em Tempo de Histórias*, n. 8, p. 1-16, 2004. p. 10.

²²⁰ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 254.

participação na Revolta. As autoridades, provincianas e locais, se valeram de decretos e leis (como a Lei nº 9 de 1835 em âmbito local) para deportar africanos a partir do pressuposto de que eles poderiam incitar novas revoltas.²²¹

Essas deportações foram uma preocupação e um problema para as autoridades da época em diversos aspectos. O primeiro deles foi a escassez de meios para transportar os degredados para o continente africano, em vista da diminuição do trânsito legal de navios na rota que interligava a Bahia e a costa da África com a proibição do tráfico de escravizados. A preparação dos libertos para a viagem constituiu outro problema, visto que eles precisavam ser liberados das prisões para organizarem seus pertences para a partida. O local de envio destas pessoas também foi uma preocupação, resultando até mesmo no estudo de uma possibilidade de contato com os EUA visando enviar os africanos deportados para a Libéria.²²² Este projeto também esbarrava na não aderência dos africanos em executar o retorno a África, visto que, apesar de sua insatisfação com o governo local, o sonho de liberdade que movia sua revolta fora pensado para ser desfrutado na Bahia.²²³

Hofbauer ressalta que no caso brasileiro, apesar da forte repressão após a Revolta dos Malês em 1835 e da adesão de importantes figuras da política nacional para pressionar a deportação dos africanos livres do país, não foi iniciado um empreendimento organizado de extradição, como foi o caso da Libéria e de Serra Leoa.²²⁴ O autor entende as deportações como reações momentâneas a conflitos e rebeliões locais que não se transformaram em políticas de longo prazo, apesar de o clima de repressão ter desempenhado papel central no incentivo dos africanos livres e libertos a realizar o retorno por conta própria ao continente africano.²²⁵

O autor propõe que, além do contexto de asfixia política que impelia a saída dos africanos do país, o êxito de vários ex-escravizados que participavam de uma rede de comércio atlântica crescente, advinda da ilegalidade do tráfico de escravos, encenava possibilidades de sucesso e prosperidade econômica na África. Esse fator se relaciona com o amplo contingente de libertos e livres nos principais portos de onde partiam as viagens de retorno: nas primeiras décadas do século XIX a porcentagem das pessoas de cor, livres e libertos, na Bahia chegava a

²²¹ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês* (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 257.

²²² REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês* (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 274.

²²³ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês* (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 275.

²²⁴ HOFBAUER, Andreas. Dos retornos à África Ocidental: semelhanças e diferenças. *Afro-Ásia*, n. 67, p. 174-246, 2023. p. 206.

²²⁵ HOFBAUER, Andreas. Dos retornos à África Ocidental: semelhanças e diferenças. *Afro-Ásia*, n. 67, p. 174-246, 2023. p. 207.

cerca de 30 a 40% da população total, já nos Estados Unidos, no mesmo período, somente 6% da população livre era composta por não brancos.²²⁶ Deste cenário, percebe-se como característica determinante das viagens de retorno partindo do Brasil sua organização particular, sem a construção de coletivos nem a elaboração de missões visando a transformação ampla da realidade africana, nem a oposição à escravidão e ao tráfico de escravos, como foi o caso dos projetos em Serra Leoa e na Libéria.²²⁷

Apesar das diferenças entre os retornos originados no Brasil e nos Estados Unidos, alguns pontos de confluência nos chamam atenção. O primeiro deles é o contexto de repressão vivido antes da viagem. Esses contextos, apesar de terem diferenças nítidas, desenham um quadro em que a cidadania é negada aos negros livres e libertos, criando um cenário propenso para o desenvolvimento das viagens de retorno e de debates sobre nação e raça no século XIX. Esse argumento, desenvolvido por Mônica Lima, propõe que:

A onda repressiva e a ampliação do controle sobre a população africana foram acompanhadas pelo crescimento de um discurso que não deixava margem a dúvidas. Uma resolução da Assembleia Provincial da Bahia da época assim registrava: “O espírito de rebelião e despeito que os libertos africanos acabam de manifestar neste país, requer imperiosamente que tratemos dos meios de restituí-los a sua pátria.”. Um dos “meios para restituí-los à sua Pátria” era a deportação, que acabou se tornando um bom negócio para os proprietários de navios, que os fretavam às autoridades para o transporte dos africanos libertos expulsos do país. A Lei nº9 de 13 de maio de 1835 regulamentou os processos de deportação, além de estabelecer uma intenção política de, em curto prazo, fazer retornar à África todos os africanos libertos que vivessem na Bahia – o que não fizeram, evidentemente, mas a intenção foi explícita. Esta mesma lei proibiu a entrada na província de africanos libertos vindos de fora do país, sob pena de prisão. Outro meio que se não diretamente apontava a saída do país, mas que passava a lhes dificultar a vida, foi a edição de medidas legais que restringiram a circulação e atividades de libertos africanos na cidade. E a mesma já citada lei nº9 ainda criara um imposto anual de 10 mil réis sobre os ganhos obtidos com o trabalho de africanos.²²⁸

Três momentos se destacam no fluxo de viagens. O primeiro deles foi entre 1835 e 1836 (com um contingente de 453 e 460 pessoas em cada ano) devido à forte repressão após a Revolta dos Malês na capital baiana. Também se destaca o período entre 1850 e 1851 (com fluxo

²²⁶ HOFBAUER, Andreas. Dos retornos à África Ocidental: semelhanças e diferenças. *Afro-Ásia*, n. 67, p. 174-246, 2023. p. 208-209; PARÊS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006. p. 133. O censo de 1872 revelou que 42% da população total era composta por negros livres ou libertos e que, a cada quatro negros, três já eram livres ou libertos. Ainda assim, é válido ressaltar que as realidades demográficas do Brasil e dos Estados Unidos eram, no geral, muito diferentes em relação a proporção de pessoas brancas e não-brancas no período analisado, contando o Brasil com um número consideravelmente maior de pessoas negras, tanto na condição de escravizados ou livres, do que os EUA.

²²⁷ HOFBAUER, Andreas. Dos retornos à África Ocidental: semelhanças e diferenças. *Afro-Ásia*, n. 67, p. 174-246, 2023. p. 211; 218.

²²⁸ LIMA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 106.

registrado de 132 e 203 respectivamente), anos que se sucederam à abolição definitiva do tráfico de escravos para o Brasil, criando um cenário propício para o estabelecimento de africanos livres na Costa da África diante do dismantelamento dos portos do tráfico e do estabelecimento da vigilância britânica. E por último de 1858 a 1859 (125 e 155, estes números se contrastam com a média de 82 retornos nos demais anos analisados), cuja justificativa se interliga com um fator local, uma epidemia de cólera que se afligiu sobre Salvador causando em torno de 30 mil mortes, cuja maioria se constituiu da população de origem africana.²²⁹

Observa-se que o contexto dos retornos do século XIX se interliga com ações estatais que promoviam o degredo forçado e dificultavam a vida das populações negras livres na Bahia, o que se relaciona com os números expressivos de retornados originados deste Estado, e principalmente da capital Salvador.²³⁰ Ainda assim, não é possível reduzir os processos de retorno a ações de governos ou instituições interessadas na deportação dos negros para a África, visto que esses movimentos ganharam a adesão de negros, africanos de nascimento ou descendentes nascidos nas Américas, que percebiam a África como um horizonte de recomeço diante de um presente marcado pela presença e a ameaça da escravidão.²³¹

Mônica Lima argumenta que, assim como as ideias de rebelião e revolta se espalharam pelas Américas reverberando em diversas localidades do mundo atlântico, os retornos podem ser lidos em uma perspectiva que reconhece não só uma dimensão atlântica na sua formulação, mas também sugere que a construção da ideia de pertencimento à África estaria vinculada aos movimentos de retornar e as identidades por eles criadas.²³² Neste sentido, a construção das memórias dos retornados brasileiros estabelecidos no continente africano reverbera as ideias de pertencimento e recomeço, enquanto nubla as ações das autoridades brasileiras que perceberam na deportação de negros livres formas de extirpar da formação nacional do país a presença africana, vista como nociva e indesejada em uma nação moderna em construção.

As contradições presentes na celebração do Brasil como uma pátria-mãe pelos descendentes dos retornados se formam na medida em que o continente africano não atende às expectativas utópicas de uma população marcada pela violência da escravidão. O Brasil é então

²²⁹ LIMA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 117-118.

²³⁰ SILVA, Angela Fileno da. *Vozes de Lagos: brasileiros em tempos do império britânico*. 2016. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016; LIMA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

²³¹ LIMA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 111.

LIMA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 111.

mobilizado como uma pátria-mãe, deixada para trás em um processo voluntário de retorno, um movimento que constrói um outro território utópico de pertencimento. As dificuldades dessas populações em serem incorporadas nas dinâmicas dos lugares em que se estabeleceram em África contribuiu para a construção de outras formas de identificação, e permitiu a construção de novas identidades, que, ao criar outros sentidos para a experiência da escravidão, elaboraram outras formas de rememoração que ocultaram o terror para firmar novas raízes atlânticas. A apropriação das trajetórias dos retornados executada pela retórica culturalista da política externa do Brasil nos anos 1960 e 1970 carrega os mesmos silêncios que um dia os retornados brasileiros e seus descendentes imprimiram na construção de uma identidade marcada pelos choques constantes entre raça, nação e pertencimento produzida no Atlântico negro.

Essa leitura é válida também para entender Souza Dantas como uma encruzilhada atlântica, clivada das vozes e dos silêncios que deram o tom das discussões sobre raça e nação no Brasil da democracia racial. Ao reproduzir os discursos dos retornados, mobilizar a trajetória de sujeitos negros que percebem o Brasil como uma utopia, uma casa, um lar, o embaixador dá vazão aos seus próprios desejos de realização enquanto um sujeito negro moderno. Ao afirmar o Brasil como seu “outro mundo”, Raymundo Souza Dantas ecoa elementos de uma tradição que atravessa as experiências negras constituídas sobre as correntes do Atlântico. Ocultar, ainda que parcialmente, a memória da escravidão e a presença do racismo em suas posições políticas e intelectuais é um recurso necessário dentro do projeto maior percorrido, tanto na dimensão pessoal da autorrealização enquanto cidadão brasileiro, quanto no âmbito coletivo, na construção de uma sociedade que tenha superado o racismo e as hierarquias raciais. O resultado é um movimento ambíguo que, por um lado, reconhece e critica o racismo do Brasil do “presente”, mas por outro lado deixa de reconhecer o racismo do Brasil do “passado”, quando os africanos libertos e seus descendentes *retornaram* ao continente africano. Neste sentido, as formulações de Souza Dantas afirmam a visão idílica freyreana sobre o passado escravista, mas negam sua aplicabilidade ao presente da Política Externa Independente e do Itamaraty das décadas de 1960 e 1970.

A chaga do degredo, que é, em resumo, a ocultação da atuação do Estado e da memória negativa da escravidão na narrativa dos retornos de ex-escravos brasileiros em meados do século XIX, é o segredo das representações culturalistas da África e dos retornados nos discursos brasileiros das décadas de 1960 e 1970. Ao suprimir a ativa participação das autoridades e dos governos nos retornos e tentar apagar as sobrevivências da escravidão nos cotidianos dos retornados e nas suas formas de estabelecimento no continente africano, construiu-se um discurso político paradoxal, que ao celebrar as conexões históricas do Brasil

com a África, celebrava também a expulsão dos descendentes de africanos do Brasil em prol da construção de uma nação civilizada (ou duas, considerando os “ganhos” da administração colonial ao incorporar em suas colônias os retornados “embranquecidos” pela escravidão). A bandeira da equidade racial, hasteada em todos os discursos do Itamaraty e de seus porta-vozes durante os anos 1960 e 1970, contrastava com as críticas que se avultavam, denunciando o racismo e reivindicando um lugar ativo do negro na sociedade. Os governos militares não mediram esforços em se aproveitar desse discurso, que celebrava internacionalmente a África cotidiana do Brasil, para suprimir e silenciar os afro-brasileiros e suas demandas, um movimento que garantiu que a ferida continuaria aberta.

Raymundo Souza Dantas não foi uma peça dessa política, não foi uma vítima desse discurso, não foi uma consequência desse processo. Raymundo Souza Dantas foi um agente, um intelectual e enunciador negro que transitou nas linhas tênues entre os silêncios e as vozes que marcaram o estabelecimento da África como um horizonte político e discursivo no Brasil da segunda metade do século XX. O processo de redescobrir o continente africano na política externa do Brasil aconteceu de maneiras sobrepostas, simultâneas e contraditórias a partir de atores diversos, entre coletivos e indivíduos, que transformaram seus interesses pelo continente africano em formas práticas de aproximação entre as duas margens do Atlântico.

O próprio Souza Dantas nos adverte sobre os resultados desse movimento. Sua leitura “realista” do processo nos indica os limites de políticas baseadas em discursos cujas bases estão alicerçadas em definições irrealistas e romantizadas. Essas bases, construídas sobre o desconhecimento sistematicamente produzido em âmbito institucional, verificado pelo hiato diplomático da virada do século XIX até o fim da Segunda Guerra, e pela ferida aberta do racismo e da escravidão e suas dimensões institucionalizadas pelo Estado, terminam por reproduzir os problemas e as limitações de leituras tensionadas pelo binômio raça e nação. Tanto a democracia racial, percebida na sua dimensão de “mito”, e o lusotropicalismo de Gilberto Freyre, narrativas que em muitos momentos foram utilizadas para silenciar vozes dissidentes e perpetuar regimes coloniais e condições desiguais de cidadania, quanto a tradição do *retorno*, moldada pelos segredos e silêncios que permitiram sua formação enquanto discurso de pertencimento e utopia, foram ecoados na retórica de uma política criada para aproximar o Brasil da África, uma política realizada e celebrada, mas incapaz de enfrentar as chagas que as relações históricas entre esses dois mundos deixaram.

Raça, nação, identidade e pertencimento navegaram juntas no Atlântico negro, as feridas deixadas nos sujeitos que atravessaram ainda estão longe de se fechar.

2. UMA POLÍTICA DE COMPLEXOS

Uma das características da escrita de Raymundo Souza Dantas, percebida ao longo da análise da documentação utilizada nesta pesquisa, é a constante alteração dos textos publicados, e frequentemente, republicados, ao longo da vida. Seus escritos não se sobressaem em extensão: sua obra de maior fôlego, *África Difícil*, não passa de 120 páginas, mas o texto que compõe o livro foi publicado no mínimo em três ocasiões diferentes: como uma série de reportagens no *Jornal do Brasil* em 1962,²³³ como um ensaio na revista *Cadernos Brasileiros* em 1964²³⁴ e finalmente como livro em 1965. *Sentimento africano*, que pode ser lido em muitos aspectos como uma continuação de *África Difícil*, foi publicado como ensaio em 1966²³⁵ e teve trechos publicados na revista *Brasil Açucareiro* em 1969.²³⁶ A versão original integral desse texto, não publicada na íntegra e à qual tive acesso por meio da pesquisa no arquivo pessoal do autor, conta ainda com uma segunda parte tratando de uma visita à Europa, a qual foi publicada separadamente em 1972 na revista *Leitura*, sob o título de “Um negro na Europa”.²³⁷ Esse processo de reescrita e reedição de seus textos se converte em um rico material de análise historiográfica, visto que nas diferentes versões foram adicionados ou retirados trechos conforme as necessidades do suporte textual utilizado e os interesses do autor em cada publicação.

A introdução de *África Difícil* abriga um desses registros de atividade intertextual. Na primeira versão do texto, publicada com o título de “Miragem Africana” em 1964, podemos ler:

Procurei nele registrar, na medida do possível o meu dia a dia em Gana, ou melhor dizendo, o meu cotidiano africano, com o propósito de fornecer amostra do que foi a minha experiência no mundo de meus antepassados. Nem tudo que vivi, que senti ou que testemunhei, porém, está nas notas que se seguem, mas por *elas pode-se aquilatar o penoso que foram, e por vezes dramáticos, estes meus dois anos e pouco na África*.²³⁸

Já no final da primeira parte de *África Difícil*, que compartilha o mesmo texto da versão publicada um ano antes, Souza Dantas escreve:

²³³ Aparecendo amplamente na série de artigos publicados no *Jornal do Brasil* em 1962.

²³⁴ SOUZA DANTAS, Raymundo. Miragem africana. *Cadernos Brasileiros*, a. VI, n. 1, p. 5-18, jan./fev. 1964.

²³⁵ SOUZA DANTAS, Raymundo. Sentimento Africano. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a.

²³⁶ Ver nota nº 95.

²³⁷ SOUZA DANTAS, Raymundo. Um negro na Europa. *Leitura*, n. 108, p.72-74, ago. 1967b.

²³⁸ SOUZA DANTAS, Raymundo. Miragem africana. *Cadernos Brasileiros*, a. VI, n. 1, p. 5-18, jan./fev. 1964. p. 7.

Estas as impressões, acompanhadas de algumas ideias gerais, que me acho capacitado a oferecer sobre os fenômenos africanos. Quanto a minha experiência propriamente dita, ela está nas notas que compõem o diário que se segue, *através do qual se poderá avaliar o penoso que foram, e por vezes dramáticos, estes meus dois anos e pouco de África, numa missão de antemão condenada*. Procurei nele registrar, na medida do possível o meu dia em Gana, ou melhor dizendo, o meu cotidiano africano, com o propósito de fornecer amostra do que foi a minha experiência no mundo de meus antepassados. Nem tudo que vivi, que senti ou que testemunhei, porém, está nessas notas, *pois antes de mais o que desejo não é comprometer, mas colaborar no sentido de que elabore uma política africana livre de preconceitos e complexos*.²³⁹

Os grifos nas duas citações nos chamam a atenção para as diferenças existentes nos textos analisados. A construção da ideia de “missão condenada” presente apenas em *África Difícil*, nos sugere as intenções por trás da republicação do texto de 1964,²⁴⁰ mas são as alterações na última frase que nos colocam de frente com a encruzilhada que pretendo analisar neste capítulo. Ao se eximir de uma postura abertamente crítica à política internacional brasileira para o continente africano, Souza Dantas nos convida a ler suas entrelinhas. Quais seriam os preconceitos e complexos que política africana do Brasil deveria extirpar?

Ao propor a relevância desta questão para entender a obra do autor, percebo que essa alteração no sentido e nas palavras empregadas tenha lugar central no pensamento de Souza Dantas em meados da década de 1960, tanto por ser algo retomado em outros de seus escritos posteriores,²⁴¹ quanto por ser o único trecho cuja redação original foi efetivamente alterada no texto de *África Difícil*, reservando-se o autor, no resto do livro, a acrescentar passagens que não apareceram nas versões anteriormente publicadas. Os preconceitos, complexos e as características gerais da política africana do Ministério das Relações Exteriores do início da década de 1960 são os traços que compõem uma das vias da encruzilhada na qual a figura de Souza Dantas desponta. Sua intervenção nessa política, desde o momento em que seu nome foi cogitado para ocupar o cargo de embaixador, até as reverberações de sua atuação em Gana, nos diz sobre processos que, por diferentes ângulos, atravessaram os discursos e as práticas do

²³⁹ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 21. Grifo meu.

²⁴⁰ Discuti o processo de construção da autopercepção negativa de Souza Dantas em outro trabalho, um processo construído na confecção de *África Difícil*. Cf.: UBL, Yassen Fideles. *Do trabalho profícuo à missão condenada: uma análise da trajetória de Raymundo Souza Dantas como embaixador (1961-1963)*. 2021. 70 f. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021.

²⁴¹ CARNEIRO, Edison *et al.* *80 anos de Abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiro, 1968. p. 56; SOUZA DANTAS, Raymundo. Notas sobre as relações Brasil-África no início dos anos 1960. (5ª Sessão do 2º Seminário Internacional Brasil-África no período de 4 a 7 de agosto de 1981- Rio de Janeiro. Sessão: Relações Brasil-África: análise e perspectivas). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, v. 6-7, p. 163-166, 1982c. p. 164; SOUZA DANTAS, Raymundo. Comunicação. (Encontro Nacional Afro-brasileiro no período de 29 de julho a 1º de agosto de 1982-Rio de Janeiro. Sessão: O negro nas relações Brasil-África). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos. v. 8-9, p. 179-181, 1983a.

Brasil enquanto Estado nacional e suas relações, diplomáticas, políticas e discursivas com o continente africano. A ênfase deste trabalho em destacar o lugar de “primeiro” ocupado por Souza Dantas não objetiva destacar um fato de pioneirismo, mas sim evidencia a particularidade do contexto e dos processos históricos que possibilitaram sua nomeação e sua atuação em um cargo que, historicamente, foi negado às pessoas negras.²⁴²

2.1 Contradição e identidade nas relações Brasil-África

Fábio Koifman discute de forma ampliada as questões que envolveram, na esfera pública, o nome de Souza Dantas durante sua atuação como embaixador de 1961 a 1963. O autor percebe como sua nomeação como oficial de gabinete de Jânio Quadros, em janeiro de 1961, e sua escolha para ocupar o cargo de embaixador de Gana em abril do mesmo ano, estiveram conectadas por uma reação negativa por parte da imprensa nacional, de nomes importantes ligados ao Ministério das Relações Exteriores e de intelectuais interessados no continente africano. Koifman realizou um extenso levantamento de fontes posteriores à sua nomeação em 14 de abril de 1961, destacando a matéria veiculada no jornal *O Globo* um dia após a nomeação pela importância no processo de sedimentação de memórias equivocadas sobre o recém nomeado embaixador.²⁴³ Nessa reportagem, o articulista, que não assinou a matéria, mas que, ao que tudo indica, foi o ex-ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura, comenta a decisão de Quadros associando a escolha com o fato de Souza Dantas ser um “homem de cor”, caracterizando o episódio como uma conduta estranha. Segundo o articulista, a decisão de enviar o novo embaixador a Gana, um país de população negra, seria um ato de confirmação do preconceito racial do presidente. O autor sugere que uma ação que

²⁴² Acusações de racismo dentro do Itamaraty e no Instituto Rio Branco povoam as páginas de jornais desde a década de 1950. Em seu trabalho Koifman apresenta a existência de muitos exemplos de reivindicações pela participação de negros na diplomacia. Um dos casos de mobilização mais proeminentes foi a queixa do então Ministro da Guerra, o marechal Henrique Duffles Teixeira Lott, levada ao presidente Juscelino Kubitschek em 1959 de que o Itamaraty impedia a entrada de negros aos seus quadros. A acusação gerou a reação negativa do ministro das relações exteriores Horácio Lafer, que negou todas as denúncias em nome do Instituto Rio Branco. No mesmo ano a revista *Mundo Ilustrado* apresentou uma matéria acusando o Itamaraty de racismo e citando como exemplo o caso do Professor Pompílio da Hora, importante intelectual negro que teve sua aplicação no Itamaraty negada sem motivo explícito. Abdias Nascimento foi um dos maiores críticos da segregação racial presente na carreira diplomática, nos capítulos “Etnia afro-brasileira e política internacional” e “Reflexões de um afro-brasileiro”, em *O quilombismo* de 1980 e “Imagem Racial Internacional” presente em *O genocídio do negro brasileiro* de 1978. Abdias critica diretamente a organização do órgão e tece acusações relativas ao racismo nos processos de ingresso e nos discursos da instituição. Cf.: KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Saggá, 2021. p. 144; NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares; OR Editor Produtor Independente, 2002. p. 210-227; 280-302; NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2016. p. 105-110.

²⁴³ CONVITE, ao racismo. *O Globo*. Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 10721, 15 abr. 1963. Primeiro caderno, p. 1.

de fato corresponderia ao estado da democracia racial brasileira seria nomear um negro para servir em “uma das monarquias nórdicas ou aos países da Cortina de Ferro”. O texto ainda segue afirmando o perigo que essa ação representa para o país no sentido de acender na população brasileira o pensamento orientado pela raça e cor.²⁴⁴

De acordo com a análise de Koifman, é desse artigo que se origina o boato de que Kwame Nkrumah não havia aprovado a nomeação de Souza Dantas para Gana, entendendo a escolha como um ato de racismo. Esse boato, assim como a ideia de que um embaixador negro haveria de ser nomeado a um país de população branca, compõem de forma expressiva a rasura histórica de Souza Dantas. Koifman não só investiga sua origem, como contesta sua factibilidade, encontrando a origem desta posição e os caminhos tomados para que se tornasse uma leitura tão reproduzida. O autor encontra em uma fala do historiador José Honório Rodrigues, acusando a decisão de Quadros como um ato de “racismo às avessas”, o início desse rumor.²⁴⁵

Segundo Koifman, o maior equívoco da historiografia quando tratou desta fala foi associá-la à nomeação de Souza Dantas como embaixador em Gana, fato que aconteceria mais de um mês depois da publicação do texto de José Honório em março de 1961. Koifman encontra a origem desse erro no próprio autor, que, na segunda edição de seu livro *Brasil e África*, publicado em 1964, referenciou equivocadamente a fala, originalmente feita na ocasião da nomeação de Souza Dantas como oficial de gabinete, como se ela tivesse sido feita quando saiu a notícia de que ele seria embaixador.²⁴⁶ Essa informação foi assimilada pela historiografia que utilizou da fala de Rodrigues para exemplificar a reação negativa que a nomeação de um negro como embaixador para a África teria causado, se tornando uma leitura reproduzida em trabalhos que trataram de forma tangencial da atuação de Souza Dantas, e em estudos sobre a política internacional de Quadros.

O próprio Souza Dantas rebateu essas críticas ao longo de sua vida, e parte da retórica utilizada para descrever e justificar sua atuação em Gana são respostas à resistência da imprensa e do Itamaraty em percebê-lo como um nome válido para ocupar o cargo para o qual havia sido

²⁴⁴ KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Sagga, 2021. p. 201.

²⁴⁵ A expressão “racismo às avessas” não era uma novidade no debate da época, ainda que o historiador tenha dado um significado diferente à mesma, pois, até então, “racismo às avessas” se referia a grupos de negros que de alguma forma discriminavam brancos ao restringir ou celebrar suas organizações restritas aos próprios negros. Na fala de Rodrigues a expressão se refere ao ato do presidente de escolher alguém para desempenhar determinado papel com base em sua cor, neste caso um homem negro. Cf.: ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2017. p. 275; KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Sagga, 2021. p. 178.

²⁴⁶ KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Sagga, 2021. p. 183.

designado. No debate comemorativo dos 80 anos da abolição da escravidão no Brasil, enquanto narrava sua trajetória pessoal, Souza Dantas é indagado sobre a decisão de Jânio Quadros de lhe confiar um posto tão alto na diplomacia do país. A conclusão da mesa redonda, que se envolveu ativamente na narrativa do ex-embaixador, foi diferente daquela difundida na imprensa da época. Para os intelectuais ali reunidos, a decisão de Quadros de delegar cargos importantes a pessoas negras viria de seu contato com o movimento negro em São Paulo durante seu período como prefeito e governador na década de 1950. Clarival do Prado Valladares, mediador do debate, se dirige aos debatedores que atuavam na capital paulista a fim de entender a relação de Quadros com o movimento negro do estado:

É de importância muito grande para dar um certo caráter ao depoimento [de Souza Dantas], porque ouvimos participantes que têm experiência de São Paulo que, de fato, a grande conscientização do movimento no Brasil vem de lá. E Jânio Quadros, representando um homem da mesma área, chegando ao poder e tomando essa atitude em relação à sua pessoa, quero ver se nisto existe uma consequência desse movimento paulista caso seja possível compreender-se assim, então aqueles movimentos não foram somente válidos, mas também validados.²⁴⁷

Respondendo ao mediador, José Correia Leite, um dos expoentes da imprensa negra paulista da primeira metade do século XX, exemplifica atitudes que interligam Quadros ao movimento negro:

Quando o Jânio foi governador de São Paulo, ele deu apoio àquelas comemorações que estão fazendo dez anos. Ao ano 70 da abolição, ele não deu em dinheiro mas abriu um crédito na tipografia do Estado para a Associação Cultural do Negro imprimir todos os impressos do movimento que durou o ano todo. Como presidente da República, ele escolheu uma pessoa do Rio de Janeiro para embaixador.²⁴⁸

O perceptível ressentimento ao final da resposta não anula o envolvimento daquele que viria a ser o presidente da república com as reivindicações negras em São Paulo. Souza Dantas, diante da fala de Correia Leite toma a palavra, reconhecendo o trabalho de Jânio Quadros pelos movimentos paulistas, sem no entanto responder a provocação sobre o fato de ter sido ele especificamente o nome escolhido.²⁴⁹ Abdias Nascimento e Edison Carneiro, em um raro momento no debate, se manifestaram em conjunto ao falar sobre o desejo de Quadros em aliar-se ao movimento, seu conhecimento sobre seus integrantes e suas demandas. Carneiro relata que:

²⁴⁷ CARNEIRO, Edison *et al.* *80 anos de Abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. p. 53.

²⁴⁸ CARNEIRO, Edison *et al.* *80 anos de Abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. p. 53.

²⁴⁹ CARNEIRO, Edison *et al.* *80 anos de Abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. p. 54.

Numa das duas vezes em que estive com Jânio Quadros, ele me perguntou por pessoas, participantes do movimento do negro, citando-lhes os nomes, ele sabia, sim. Era um homem alerta para os problemas brasileiros e o primeiro presidente que sabia ler no Brasil. É verdade! Era um homem inteligente, um homem do seu tempo, atualizado, conhecia as pessoas e sabia dos movimentos, sabia tudo.²⁵⁰

A conclusão dessa discussão, aglutinada por Valladres sem objeções dos demais presentes, é a de que a atitude de Jânio Quadros, em relação à escolha de Souza Dantas como embaixador “foi consequência e conscientização dos movimentos predecessores. Não foi uma escolha portanto de lastro biográfico, de simpatia, afeto e relação de coincidência de Câmara”.²⁵¹ Esse episódio nos permite observar como a nomeação foi lida pelos intelectuais negros da época, e principalmente como era importante afirmar os laços da militância e da intelectualidade negra com o Estado e seus representantes. Essa leitura, que retira a nomeação de Souza Dantas do rol de decisões personalistas de Quadros,²⁵² corrobora os argumentos desenvolvidos por Koifman, que percebe a inserção de Souza Dantas no funcionalismo público como um processo,²⁵³ e com a leitura de Guimarães, ao afirmar a existência de um diálogo entre Estado e movimento negro durante os governos democráticos pós-Segunda Guerra Mundial.²⁵⁴

Diante disso, percebo na relação de Souza Dantas com o Itamaraty e com os grupos ligados à diplomacia, na sua nomeação, nas críticas que enfrentou, e nas formas como lidou com elas, um quadro particular da política externa brasileira, formado por ligações históricas entre o Estado, o movimento negro e a intelectualidade da época. Um cenário em que as transformações empreendidas pela PEI de Jânio Quadros estremeceram as bases de uma política externa que em muito ainda seguia os moldes erigidos no começo do século com a diplomacia do Barão do Rio Branco. Os anos 1960 contrastam com o histórico de atuação internacional do Brasil que tinha no alinhamento com os interesses norte-americanos, nas ligações com Portugal

²⁵⁰ CARNEIRO, Edison *et al.* *80 anos de Abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. p. 54.

²⁵¹ CARNEIRO, Edison *et al.* *80 anos de Abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. p. 54.

²⁵² Saraiva é muito feliz ao reconhecer que o estabelecimento da política africana foi para Jânio Quadros mais que um delírio de poder, tratando-se de uma etapa do desenvolvimento da política externa brasileira desde a década anterior. SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 40.

²⁵³ De agosto até novembro de 1953 Souza Dantas firmou seu lugar dentro do funcionalismo público, sendo apresentado em novembro de 1953 como oficial de gabinete do MEC. Na época, escritor e jornalista, Souza Dantas participou, desta vez como organizador, da “Campanha de Alfabetização de Adultos” e em 1954, se tornou auxiliar do novo Ministro da Educação, Cândido Motta Filho. Fábio Koifman discute esse processo no capítulo “Os anos 1950: Raymundo jornalista, funcionário público e escritor”. Cf.: KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Saggá, 2021. p. 75-90.

²⁵⁴ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, n. 61, p. 147-162, nov. 2001. p. 150-151; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. *Tempo Social*, v. 18, p. 269-287, 2006. p. 270.

e, pensando no objeto deste trabalho, no afastamento em relação ao continente africano, suas principais características. Segundo Fernando Leite:

O paradigma americanista de atuação exterior do Brasil nessa centúria — inaugurado pelo regime republicano e consolidado quando da gestão de Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE) — orientará a diplomacia nacional até 1961. Nesse ínterim, os formuladores da política externa procuraram, por vezes, adaptar suas ações às mudanças que ocorriam no cenário internacional, com vistas a obter os recursos de poder necessários para a promoção do desenvolvimento nacional, em um contexto em que predominava, domesticamente, o nacional-desenvolvimentismo.²⁵⁵

No que diz respeito ao contato diplomático oficial do Brasil com o continente africano, encontramos um enorme abismo separando os dois lados do Atlântico na primeira metade do século XX. Esse abismo é parte dos “complexos” de uma política africana marcada pelo desconhecimento mútuo, e pelas dificuldades de estabelecer laços concretos com uma África que foge às representações idílicas, embasadas nas leituras culturalistas que definem uma proximidade muito mais racial que política entre os dois lados do Atlântico. Essa é uma das maiores preocupações presentes nas reflexões de *África Difícil*, para o embaixador:

Para muitos, não temos política africana. Afirmo existir apenas de parte do Brasil declarações de intenção. Mas essa política existe, é uma política em desenvolvimento. Por isso mesmo ainda sem agressividade, cautelosa, conduzida sem alardes. Somente agora começamos a ter a vivência de África e, consequentemente, a tomar contato com os seus grandes problemas e as suas necessidades sem conta. Esse conhecimento direto começa a fornecer os dados objetivos para a grande política africana do Brasil. Virá com o tempo a agressividade reclamada e as nossas Embaixadas africanas deixarão de ser simples repartições burocráticas, para se transformarem em verdadeiros veículos promocionais. Mas, quando?²⁵⁶

Se torna evidente que o afastamento da África durante toda a primeira metade do século XX se tornou um empecilho no desenvolvimento de laços aprofundados com as nações recém

²⁵⁵ LEITE, Fernando Sousa. A Política Externa Independente em revista: de como ocorre a impressão definitiva da dimensão africana na política externa brasileira. *Temporalidades*, v. 8, n. 1, p. 255-269, 2016. p. 257.

²⁵⁶ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 27-28. É interessante pontuar que os significados do que seria uma política africana “agressiva” para Souza Dantas são consideravelmente nublados em seus escritos. Em outro trabalho me utilizei das cartas trocadas pelo embaixador no começo da missão e tive contato com a “prática” de sua função diplomática. No início de 1962, período em que se concentram as missivas analisadas, foram documentadas as diversas iniciativas realizadas por Souza Dantas a fim de firmar laços diplomáticos significativos com Gana, dentre elas se destacam um programa de construção de casas pré-fabricadas, a concessão de bolsas de estudos a estudantes africanos em instituições brasileiras e longos relatórios que discutiam as potencialidades de conexões comerciais, mediadas pela iniciativa privada, entre as duas margens do Atlântico. Cf: UBL, Yassen Fideles. Do trabalho profícuo à missão condenada: uma análise da trajetória de Raymundo Souza Dantas como embaixador (1961-1963). 2021. 70 f. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021.

independentes. O oceano, que um dia fora o rio que ligava a costa escravista brasileira aos mercados de pessoas e produtos africanos, se tornou com o fim da escravidão uma barreira que a política de Jânio Quadros, e o esforço de seu porta-estandarte, o embaixador negro do Brasil, não conseguiriam transpor com facilidade. Em um artigo sobre os problemas enfrentados pelos países do continente africano publicado em 1965, no *Jornal do Brasil*, Souza Dantas reitera os problemas da política africana executada pelo Brasil no início da década:

É verdade que, por outro lado, somos também uma comunidade natural, participando de problemas idênticos, cujas soluções porém, face ao estágio de desenvolvimento que já alcançamos, não nos transformam, de maneira alguma, em mundos complementares. A nossa política africana, por conseguinte, não foi lançada em termos realistas, mas líricos, românticos, na base de slogans, que permitiram apenas tomadas de posições, mas não uma ação que se queira agressiva.²⁵⁷

A dificuldade em construir uma política realista para a África pode ser entendida como uma consequência de um histórico afastamento do continente africano e suas dinâmicas políticas. Dois processos concomitantes e complementares permitem entender essa distância abstrata que separa o Brasil do continente africano e que em muito supera a lonjura geográfica imposta pelo Atlântico:

1) por um lado, ocorreu, em fins do século XIX, a penetração europeia e o consequente “fechamento” do continente africano ao mundo, de acordo com a lógica inerente ao sistema colonial, fato que sucedeu o gradual abandono da exportação de mão-de-obra escrava que era, afinal, a principal atração econômica da África para o Brasil; 2) por outro lado, a orientação da política exterior brasileira, que de meados do século XIX em diante privilegiou a imigração europeia e tentou apagar da memória nacional as relações com a África, sobretudo o legado escravo-africano deixado no Brasil por séculos de trabalho forçado, também contribuiu para que o Brasil se afastasse da África.²⁵⁸

Esses dois movimentos, inseridos na virada do século XIX para o XX, ajudam a explicar os processos que marcaram o rompimento das relações brasileiras com a África, mas não lançam luz sobre a permanência deste afastamento durante as décadas seguintes. Neste sentido, a existência da dominação colonial naquele continente, marcada pela construção de áreas de influência e mercados dependentes, ligando as possessões colônias às metrópoles europeias,

²⁵⁷ DANTAS, Raymundo Souza. Variação em torno de problemas africanos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXIV, n. 78, 5 abr. 1965. Caderno Especial, p. 4.

²⁵⁸ PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 39, p. 57-81, 2007. p. 59.

forneem os contornos iniciais para entender o afastamento africano em relação ao Brasil.²⁵⁹ O contexto do pós-guerra, marcado pelo reconhecimento do direito de autodeterminação e, por conseguinte, pela amplificação da legitimidade internacional dos movimentos de contestação da dominação colonial, seria o palco de mudanças no status e nas relações internacionais cultivadas pelo continente africano para além dos limites políticos e culturais impostos pelo colonialismo.

Os movimentos de libertação nacional na África Subsaariana, iniciados em meados da década de 1940, mudariam essa equação em favor de uma abertura por parte das jovens nações africanas. A independência de Gana em 1957 iniciou um processo que transformaria a África ao sul do Saara em uma zona de interesse e de protagonismo em um mundo polarizado e dividido em áreas de influências em disputa. A política externa brasileira, sob a direção de Juscelino Kubitschek, manteve-se aliada ao ocidente e seus interesses, acompanhando os Estados Unidos e as nações colonialistas, e priorizando o contexto regional. Neste sentido, a Operação Pan-Americana, de JK, manteve o Brasil afastado da África, passando longe dos processos históricos que sacudiam o continente africano.²⁶⁰

Somente em 1961, com a iniciativa de Jânio Quadros e João Goulart (que assumiu após a renúncia de Quadros em setembro do mesmo ano), o Brasil se abriu novamente ao continente africano.²⁶¹ A PEI foi concebida para se contrapor às políticas anteriores alinhadas aos interesses estadunidenses e fechada a diálogos com os demais blocos que desenhavam a geopolítica mundial do pós-guerra. Dentre os pontos que regiam o funcionamento da PEI destacam-se o universalismo, o não alinhamento automático com o bloco ocidental, a divisão norte-sul substituindo uma leitura que dividia o mundo em leste socialista e oeste capitalista e

²⁵⁹ O período imediatamente pós-Segunda Guerra foi marcado pelo apoio brasileiro à hegemonia norte-americana e às nações europeias. Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, no que se referia ao continente africano o Brasil esteve sempre do lado das potências coloniais, usando dos votos nas Nações Unidas como instrumento de barganha, visando os apoios futuros. Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores de Dutra entre dezembro de 1946 e janeiro de 1951, consolidou a posição de apoio às potências coloniais defendendo um lugar de mediação entre a defesa pela autodeterminação dos povos e uma política que não ofendesse as potências coloniais. SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 26-27.

²⁶⁰ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 232.

²⁶¹ José Flávio Sombra Saraiva argumenta que o interesse no continente africano foi gestado dentro do Ministério das Relações Exteriores ainda dentro do governo de JK. Nomes como Oswaldo Aranha, Álvaro Lins, Gilberto Amado, José Honório Rodrigues, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Tristão de Athayde, Eduardo Portella, integraram um grupo, caracterizado pela historiografia como vozes dissidentes, que percebia outros lugares para o continente africano na política internacional brasileira, lugares de relevância política e cultural, para além da leitura econômica de Kubitschek, que percebia a África como uma concorrente. SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 43.

o anticolonialismo.²⁶² À frente dessa política, merecem destaque os chanceleres Afonso Arinos de Melo Franco,²⁶³ chefiando o Itamaraty entre 31 de janeiro e 25 de agosto de 1961 durante o breve governo de Quadros, e novamente entre julho e setembro de 1962, durante o governo de Goulart, e Francisco Clementino de San Tiago Dantas,²⁶⁴ que ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores entre as duas nomeações de Arinos.²⁶⁵ Ocupando os cargos de embaixadores nas nações africanas independentes, foram nomeados Raymundo Souza Dantas como embaixador em Gana, o escritor Rubem Braga no Marrocos e o pintor Cícero Dias para o Senegal,²⁶⁶ todos intelectuais e políticos sem formação diplomática de carreira.

Na lógica da PEI e de seus porta-vozes, a África apareceu como um mercado a ser conquistado na promoção de novas relações entre as nações do terceiro mundo. A partir de um discurso culturalista difundido pela intelectualidade da época e em muito filiado às ideias de Gilberto Freyre,²⁶⁷ o continente africano figurava também como um território de íntimas relações culturais.

O ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, concebia que ao Brasil — pelas suas características étnicas e culturais — estava reservado papel de destaque no mundo afro-asiático, integrado por nações subdesenvolvidas, muitas delas recém-saídas do estatuto colonial. Para Jânio, da mesma forma, o Brasil “deveria tornar-se o elo, a ponte entre África e Ocidente, visto quão íntimas são as ligações entre ambos os povos”. Afora isso, não se perdia de vista o aumento do mercado para a produção brasileira. Comparada às gestões anteriores, a de Jânio deu atenção especial às relações com a África Negra. A frase “Portugal pode perder Angola; mas o Brasil não!” a ele atribuída é ilustrativa.²⁶⁸

Percebe-se como a política externa brasileira, com seus preconceitos, complexos e tensões, esteve regida naquele momento por interesses desenvolvimentistas de associação terceiro-mundista, justificados por uma suposta proximidade cultural e étnica herdada dos

²⁶² CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 335; 337.

²⁶³ Afonso Arinos de Melo Franco foi o primeiro chanceler brasileiro a visitar a África, desembarcando no Senegal do então Presidente Léopold Sédar Senghor em 1961. Sua figura se destaca pela participação na Lei 1390/51 de 3 de julho de 1951, conhecida como Lei Afonso Arinos, que tipificava como contravenção a discriminação racial.

²⁶⁴ Santiago Dantas foi o chanceler brasileiro durante os dois primeiros anos da estadia de Souza Dantas em Gana, sendo seu principal interlocutor no Itamaraty no início da missão.

²⁶⁵ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 350.

²⁶⁶ Na mesma remessa de nomeações e criação e de embaixadas, do início do governo de Quadros, também foi indicado o jornalista Barreto Leite Filho para Israel. Um grande volume de críticas foi tecido ao fato de nenhum deles vir de carreira diplomática, apesar de que, como demonstra Koifman, apenas Souza Dantas tenha sido mobilizado a defender seus conhecimentos e aptidões publicamente. KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Saggá, 2021. p. 212.

²⁶⁷ SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 13; 93.

²⁶⁸ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 342.

contatos de um passado longínquo. É possível notar que a atenção à África se deu como resposta às independências africanas, visualizando a possibilidade de que as novas nações estabeleceriam novas relações internacionais que substituiriam a dominação e o exclusivismo dos impérios coloniais.

Uma das características mais proeminentes da Política Externa Independente de Jânio Quadros foi o universalismo, marcado pela recusa a uma filiação automática com os Estados Unidos e Portugal, dois países cujas relações com o Brasil definiram os posicionamentos internacionais na primeira metade do século XX,²⁶⁹ e de certa forma influenciaram também o relacionamento do país com o continente africano, no que diz respeito tanto à defesa das possessões coloniais portuguesas quanto ao foco pan-americano incentivado pelos EUA.

O anticolonialismo foi também celebrado como um dos pontos que distinguiam a PEI das políticas anteriores, mas apesar de figurar como um forte elemento retórico, aliado às principais decisões da ONU sobre as possessões coloniais e a descolonização, na prática, a política de Quadros e Goulart não conseguiu romper com a ligação com Portugal, e por conseguinte, com o apoio à preservação de suas possessões ultramarinas.²⁷⁰ A incapacidade de contrariar a histórica parceria com Portugal pode ser lida a partir de diferentes proposições, destacando-se o forte *lobby* português entre os políticos e membros do MRE, que influenciou tomadas de decisão em favor dos posicionamentos lusitanos, e a pressão da comunidade de descendentes portugueses no Brasil, que advogava em favor da preservação da amizade histórica entre a antiga colônia e sua antiga metrópole.²⁷¹ A falta de assertividade do Brasil em relação ao colonialismo português, condenado nas assembleias internacionais desde o início da década de 1960,²⁷² demonstra as contradições geradas dentro de uma política externa que valorizava o não-alinhamento, mas tinha na prerrogativa de uma análise caso a caso das questões diplomáticas, o espaço de manobra para condenar o colonialismo enquanto apoiava as ocupações portuguesas.

A associação entre o universalismo e o anticolonialismo na política externa de Quadros colocou o continente africano no centro de um discurso construído sobre uma retórica

²⁶⁹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 335. No caso de Portugal, sobre o tratado de Amizade e Consulta, ver: SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 55.

²⁷⁰ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 374.

²⁷¹ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 153-156.

²⁷² DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

culturalista que associava o Brasil ao continente africano por meio de raízes conectadas em um passado comum. As políticas que haviam estabelecido o afastamento verificado após o fim do tráfico de escravos e o fechamento das portas para imigrantes africanos, em vigor entre o final do século XIX e o início do século XX,²⁷³ foram engavetadas em prol de um discurso que celebrava um passado comum verificado na convivência harmônica entre as raças em uma nação miscigenada. Os trabalhos de Alberto e Dávila²⁷⁴ discutem as formas como o Brasil se tornou um exportador de imagens raciais confeccionadas para agradar as nações africanas independentes e se aproximar delas. Os dois autores argumentam que os discursos que alimentavam a política africana desenvolvida no início dos anos 1960 se pautaram na promoção da democracia racial como um cartão de visita nacional. Os candomblés “africanos puros” da Bahia, como o Axé Opô Afonjá de Mãe Aninha e Mãe Senhora,²⁷⁵ as manifestações musicais e artísticas negras, como os sambas retratados por Heitor dos Prazeres,²⁷⁶ os destacados esportistas negros, como o medalhista olímpico no atletismo Adhemar Ferrera da Silva,²⁷⁷ exemplos das heranças africanas brasileiras, observadas sob a ótica de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, se tornam as provas de um Brasil culturalmente africano.

Ao discutir a formação do discurso culturalista da PEI, Saraiva ressalta como as ilusões que habitavam a retórica dos intelectuais investidos no projeto de aproximação com o continente africano foram preponderantes no estabelecimento das posições diplomáticas do Brasil. Seus principais enunciadores, tanto nos círculos políticos, quanto nos circuitos intelectuais se valeram de discursos e percepções paradoxais, que ao mesmo tempo em que buscavam ressaltar as potencialidades das relações com a África, demonstravam o desconhecimento da história e da realidade africana. A ideia de uma África receptiva e ansiosa

²⁷³ A respeito desse afastamento podemos falar da promoção das políticas de “branqueamento” efetuadas pelo Estado brasileiro diante da iminência da abolição na segunda metade do século XIX e na virada do século XX. Um exemplo dessas políticas é o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890 um dos marcos legais utilizados durante abertura do Brasil para imigração europeia que restringia a entrada de africanos e asiáticos no país. COSTA, Luiz Rosado (et. al). Um histórico da política migratória brasileira a partir de seus marcos legais (1808-2019). *Revista GeoPantanal*. n. 27, p.167-184, jul./dez. 2019. p. 173.; Também é interessante perceber que o governo brasileiro proibiu a imigração de negros norte-americanos no início do século XX que procuravam o Brasil para fugir da segregação racial nos EUA. SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 57.

²⁷⁴ DÁVILA, Jerry. Pele branca, máscaras negras: diplomatas brasileiros na Nigéria e concepções identitárias (1962-1966). *Revista de Antropologia*, v. 51, n. 2, p. 473-518, 2008; ALBERTO, Paulina. Para africano ver: intercâmbios africano-baianos na reinvenção da democracia racial, 1961-63. *Afro-Ásia*, n. 44, p. 97-150, 2011.

²⁷⁵ Sobre a preponderância da pureza em uma nação miscigenada, ver: ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2017. p. 327.

²⁷⁶ Heitor dos Prazeres foi um dos artistas convidados para representar o Brasil na delegação do I FESMAN. O pintor acompanhou Souza Dantas em suas andanças pela capital senegalesa e é um dos personagens de *O Sentimento Africano*.

²⁷⁷ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 120-121.

para estabelecer relações atlânticas com o Brasil foi utilizada nos discursos de Quadros e Arinos no início do estabelecimento da PEI. Essa dimensão do discurso diplomático estatal foi complementada pela ideia de que o país possuía uma “natural vocação africana”, uma noção arquitetada para o consumo africano, mas revertida também em ações voltadas para o diálogo com a comunidade afro-brasileira, um dado que se verifica com Jânio Quadros sendo o primeiro presidente a nomear um negro embaixador, e também o primeiro a escolher um negro, o geógrafo e então professor na Universidade Federal da Bahia, Milton Santos, para chefiar a Casa Civil.²⁷⁸

O esforço de criar um discurso efetivo para aproximação com a África e romper o desconhecimento histórico sobre o continente foi revertido na criação e incentivo a instituições acadêmicas voltadas para o estudo do continente africano. A criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) em 1961, e os amplos contatos com Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), foram medidas utilizadas pelos governos de Quadros e Goulart para dar corpo ao discurso culturalista e produzir imagens de um Brasil apto a estabelecer contatos significativos com o continente africano.²⁷⁹ O papel desempenhado por José Honório Rodrigues, visto na época como um dos grandes nomes nos estudos das relações do Brasil com o continente africano, é importantíssimo para verificar a impressão de elementos da retórica freyriana no discurso culturalista da época. A equidade racial supostamente verificada na sociedade brasileira, uma herança direta das leituras de Gilberto Freyre, foi mobilizada por Rodrigues como um argumento para a construção de um Brasil “transatlântico” destinado a influenciar, e apto a “seduzir” as novas nações africanas.²⁸⁰ A presença da questão racial nos argumentos de aproximação com a África já habitava a retórica da diplomacia brasileira desde o final do governo de Kubitschek, o embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes se destaca entre as vozes dissidentes dentro do Itamaraty do final da década de 1950 ao advogar que a “quase perfeita” igualdade racial brasileira permitiria que o Brasil fosse o mediador por excelência entre as jovens nações africanas e os países ocidentais.²⁸¹

²⁷⁸ SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira*, de 1946 a nossos dias. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 92.

²⁷⁹ SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira*, de 1946 a nossos dias. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 94-95

²⁸⁰ SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira*, de 1946 a nossos dias. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 93.

²⁸¹ SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira*, de 1946 a nossos dias. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 50; 92.

Torna-se possível observar como a ideia de “democracia racial” extrapola a função de uma leitura da configuração racial de uma nação²⁸² e se torna a prova do triunfo racial do Brasil em um cenário internacional onde os conflitos raciais, em especial nos Estados Unidos e na África do Sul, preocupavam os governos democráticos do pós-guerra. A existência de um embaixador negro, atuando em Gana, o país africano que, pela visibilidade de seu presidente Kwame Nkrumah nas mobilizações pan-africanistas da época, aglutinava as discussões sobre a descolonização e a afirmação da independência da África, é mais um exemplo de uma política cujos discursos se desenvolveram sem necessariamente serem acompanhados pelas infraestruturas e as práticas necessárias para a transformação das intenções em resultados.

Neste sentido o discurso culturalista da PEI se torna o veículo de divulgação da democracia racial como a característica que destacaria o Brasil entre as nações do ocidente, advogando o lugar privilegiado de um país capaz de mediar relações entre colonizadores e colonizados em uma diplomacia contrária ao alinhamento automático e a favor do universalismo. A harmoniosa convivência racial se torna um fato, e seus enunciadores, os membros da diplomacia, brancos, seriam a prova de que a realidade brasileira era capaz de produzir brancos antirracistas, tão negros quanto os próprios negros do país,²⁸³ o que justificava a visível ausência de negros nos cargos de poder sem minar a retórica da miscigenação. A ideia da maior nação negra fora da África ganhou corpo, reproduzindo, até mesmo em discursos oficiais, que Brasil tinha uma população formada por “africanos de todas as cores”.²⁸⁴ A autenticidade da cultura negra no Brasil, amparada por influências africanas sólidas e identificáveis, foi apropriada pelos enunciadores brancos da política africana da época em discursos que associavam diretamente “nacional” a “africano”. Estes atores, artistas e intelectuais, dentre os quais Dávila destaca, em sua análise, Antonio Olinto e Zora Seljan, personalizam a retórica que impulsiona o reconhecimento de ligações culturais que desenhavam um “Brasil africano”.²⁸⁵

Maria Yedda Linhares, que na década de 1960 foi integrante do IBEAA e professora na Faculdade Nacional de Filosofia na Universidade de do Brasil (atual URJ), contou em uma entrevista concedida a Jerry Dávila como os intelectuais envolvidos nos projetos de

²⁸² GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. *Tempo Social*, v. 18, p. 269-287, 2006. p. 269.

²⁸³ ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2017. p. 324.

²⁸⁴ DÁVILA, Jerry. Pele branca, máscaras negras: diplomatas brasileiros na Nigéria e concepções identitárias (1962-1966). *Revista de Antropologia*, v. 51, n. 2, p. 473-518, 2008. p. 478.

²⁸⁵ DÁVILA, Jerry. Pele branca, máscaras negras: diplomatas brasileiros na Nigéria e concepções identitárias (1962-1966). *Revista de Antropologia*, v. 51, n. 2, p. 473-518, 2008. p. 478.

aproximação com a África pautavam seu interesse pelo continente a partir da afirmação das raízes africanas do Brasil, atuando de forma romântica e ingênua, impulsionados pelos discursos de grupos de esquerda, que em certo sentido acreditavam na capacidade do Brasil de alguma forma “salvar” a África.²⁸⁶ A visão de um idealismo romântico por parte dos intelectuais brasileiros para com a África revelou suas fraquezas quando foi confrontada com as realidades concretas, deparando-se com as contradições que revelaram o desconhecimento mútuo entre os dois lados do Atlântico. Um idealismo que teve seu auge antes do Golpe de 1964 e que não era capaz por si só de mudar as relações Brasil - África, frágeis e controversas.²⁸⁷

O sentimento de desespero vivido por Souza Dantas é parte dessa dificuldade generalizada de conectar o Brasil ao continente africano, uma dificuldade que afligia a atuação de outros tantos intelectuais que, mais otimistas que Souza Dantas, se voltaram no início dos anos 1960 para a África, com o intuito de desenterrar raízes esquecidas e firmar laços culturais que acreditavam serem definidores tanto do Brasil quanto das jovens nações africanas.²⁸⁸ A experiência do embaixador, constantemente atravessada pelo racismo cotidiano do Itamaraty, resistente à nomeação de alguém fora da carreira diplomática e negro, toca também no afastamento estrutural que a política externa do Brasil para a África padece desde o fim do tráfico de escravos.

A encruzilhada em que Souza Dantas se encontra desvela inúmeras contradições, presentes tanto nos discursos, quanto nas práticas da política africana da década de 1960. Em primeiro lugar, define-se pela existência de um discurso que apregoava a ligação histórica e cultural entre as duas margens do Atlântico, a despeito de décadas de uma política de afastamento e apagamento, suprimindo o continente africano, seus povos e as relações históricas com eles estabelecidas, dos horizontes políticos e diplomáticos. A segunda contradição se forma na incapacidade do Estado, por meio de sua política externa, de sustentar o discurso anticolonialista, incorrendo no apoio, controverso e malvisto interna e externamente, à dominação colonialista portuguesa em um contexto político em que o estabelecimento da democracia e a autodeterminação dos povos são as bases dos Estados modernos. E, por último,

²⁸⁶ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 70-71.

²⁸⁷ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 81-82

²⁸⁸ Eduardo Portella foi diretor do IBEEA durante o governo de Goulart, e um dos enunciadores do discurso culturalista da época. Suas falas capturaram o clima predominante na PEI ao declarar que o Brasil era “a maior nação africana fora da África”, ou quando afirmou que era papel da diplomacia brasileira levar aos africanos “uma cultura que eles ajudaram a levantar, que é deles também, que se confunde com eles. Uma cultura com a sua africanidade. Com a sua negritude até”. PORTELLA, Eduardo apud ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2017. p. 324.

Souza Dantas revela a permanência e a potência da discriminação racial em uma sociedade que se enxerga e se apresenta como livre das “linhas de cor” que acometem e mancham os regimes políticos dos Estados Unidos e da África do Sul.

Raymundo Souza Dantas está no centro das contradições que riscam as políticas externas e internas de um Estado que se patenteia como um “paraíso racial”, livre dos preconceitos, das linhas de cor e do atraso do racismo. Raymundo, embaixador, porta-voz do Brasil em Gana, intelectual afrodiaspórico, é uma encruzilhada. Sua trajetória é ímpar não por ser “primeira”, mas sim por aglutinar, na experiência de uma vida, dimensões estruturais de um Estado e sua tentativa histórica de fazer coexistirem raça e nação.

Souza Dantas é ao mesmo tempo a regra e a exceção do lugar dos negros nas representações internacionais do Brasil durante a Política Externa Independente. É a regra na medida em que sua experiência é atravessada pelas dificuldades históricas impostas aos negros pelo racismo, dificuldades que se manifestam na reação negativa de seu nome, no descaso do Itamaraty e na desconfiança constante de suas aptidões intelectuais e morais para ocupar o cargo para o qual foi designado. A trajetória de Raymundo pode ser vista como exceção tanto por ter contrariado o racismo institucional, e os diversos mecanismos criados para mascarar sua recorrente discriminação, quanto por ter sido uma das vozes capazes de tecer críticas ao funcionamento da política estatal a partir de dentro dela.

Esse posicionamento crítico é produtivamente ressaltado por Jerry Dávila, que contraria a historiografia que entende o embaixador como um exemplo unidimensional da falha política africana do Brasil da década de 1960, ressaltada por sua incapacidade de criar relações significativas e duradouras com os Estados africanos. Ao perceber como as falas de Souza Dantas, assim como o desconforto de Adhemar Ferreira da Silva ao se deparar com o profundo desconhecimento dos nigerianos sobre o Brasil,²⁸⁹ emergem de forma crítica em meio a um conjunto de discursos positivos de intelectuais ligados à política externa do Brasil da época, observamos, sem o artifício ingênuo da coincidência, a presença produtiva de intelectuais negros na construção das relações do Brasil com a África. Integrar ativamente a política africana do Brasil nos períodos iniciais de sua gestação desafiou estes sujeitos tanto pelos contrastes claros entre o discurso e a realidade racial do país, quanto pela existência de um debate interno que interligava os discursos culturalistas da política africana à configuração identitária dos próprios brasileiros. Construções discursivas que afiliavam os brasileiros aos africanos povoavam um léxico que mobilizava a África como um lugar de identificação cultural e um

²⁸⁹ DÁVILA, Jerry. Pele branca, máscaras negras: diplomatas brasileiros na Nigéria e concepções identitárias (1962-1966). *Revista de Antropologia*, v. 51, n. 2, p. 473-518, 2008. p. 498.

horizonte político. Neste léxico, os brasileiros negros tinham a função de verdadeiros símbolos da configuração antirracista do Brasil, além de servirem como provas vivas das raízes africanas preservadas. Dávila observa esse fenômeno e reconhece as intervenções de Souza Dantas e Ferreira da Silva neste discurso. Nas palavras do autor, estar na África fez com que eles se sentissem brasileiros.²⁹⁰ É percebendo-se distante da África imaginada dos enunciadores da política externa brasileira que o embaixador negro do Brasil se entende como um “negro de outro mundo”.

Afirmar-se como um corpo estranho em meio aos africanos, é negar as pretensões do discurso culturalista da política externa de que o Brasil era um país que havia produzido africanos de todas as cores. O negro de outro mundo é uma resposta clara ao lugar de “negro símbolo” que foi colocado sobre sua figura. Souza Dantas nega a máscara africana que os rostos brancos tentaram lhe impor. Sua aptidão, suas capacidades, sua função no projeto diplomático do Brasil deveriam ser reconhecidas pelo seu trabalho, não pela cor da sua pele. Neste sentido, os preconceitos e os complexos da política africana de Quadros e Goulart, a política que Souza Dantas critica em *África Difícil*, são as heranças de um passado que não só afastou o continente africano, promovendo franco desconhecimento e morosa indiferença, mas também transformou sujeitos negros em figuras retóricas de um discurso cego para a realidade de um Estado formado por espaços institucionais delimitados pela segregação racial.

2.2 O legado de uma missão condenada

Voltando à introdução de *África Difícil* e “Miragem Africana”, que se diferem pela recusa inicial do embaixador em deixar explícitas suas críticas à política externa da qual fez parte por dois anos, percebemos que os complexos que assombravam sua trajetória enquanto embaixador estiveram ligados à dificuldade do Brasil em estabelecer posições ativas e realistas em relação ao continente africano durante as políticas executadas no governo Jânio Quadros e João Goulart. Essas críticas podem também ser estendidas aos governos de Costa e Silva a Emílio Garrastazu Médici, pelo menos até a independência das colônias portuguesas. Se, no início de *África Difícil*, Souza Dantas é reticente nas palavras que usa para questionar a atuação diplomática do país, nas páginas finais do livro o embaixador não economiza nas críticas:

Decisão de deixar o posto. Espero poder fazê-lo em agosto. Impossível continuar. As divergências são grandes. Seria inútil permanecer. Não concordo que sejamos apenas informantes. Nossa presença deveria ser marcada pela agressividade, através de uma

²⁹⁰ DÁVILA, Jerry. Pele branca, máscaras negras: diplomatas brasileiros na Nigéria e concepções identitárias (1962-1966). *Revista de Antropologia*, v. 51, n. 2, p. 473-518, 2008. p. 478.

ação positiva. Da maneira que vamos, transformando-nos numa repartição puramente burocrática. Para que serve a presença do Embaixador?²⁹¹

A decisão de deixar o posto de embaixador foi tomada no dia 24 de abril de 1963. As passagens da obra que se seguem à decisão da renúncia versam sobre assuntos caros para a compreensão de seu posicionamento face ao fracasso da política africana da qual foi porta voz. Souza Dantas destaca, no mês de maio de 1963, suas preocupações com os movimentos de libertação das possessões portuguesas, o agravamento da questão racial nos Estados Unidos e a atuação regional de Kwame Nkrumah, marcada pela desaceleração de suas propostas frente aos novos interesses das nações da África Ocidental.²⁹² Tais reflexões, sugestivamente alocadas após uma crítica aberta ao Itamaraty e à forma como as embaixadas em África eram administradas,²⁹³ nos aproximam da narrativa de um autor que escreve nas entrelinhas.²⁹⁴ As reflexões que separam sua decisão de deixar o posto da conclusão que encerra sua “missão condenada” nos contam sobre as preocupações que deveriam habitar o cotidiano de um embaixador que estivesse desempenhando ativamente suas funções.

Nos últimos parágrafos da seção do livro que narra no formato de diário sua “missão condenada”, Souza Dantas escreve:

Penso regressar em definitivo, ao Brasil, dentro de mais um mês. [...] Pretendo acentuar que não foi feito muito, tendo como o objetivo o incremento de nossas relações comerciais [...]. É meu dever registrar que a nossa Embaixada jamais esteve devidamente aparelhada para funcionar eficazmente. Nada foi, realmente, feito para o incremento de nossas relações comerciais, tarefa que requereria atuação agressiva, na base de esquema inspirado no esforço coordenado e conjunto das diversas representações brasileiras nos países africano, com o auxílio dos vários órgãos oficiais e privados que, direta ou indiretamente, influem no processo da produção exportável e sua comercialização. Não penso em escusar-me pelas coisas que deixaram de ser feitas, mesmo sem contar com a devida aparelhagem, mas não poderei deixar de referir-me ao que poderia ter sido nossa ação em Gana, caso realmente tivesse tido condições de realizar tudo quanto foi planejado. [...] A verdade é que tudo não passou de um drama, que infelizmente não sei se poderei dar aqui como encerrado para sempre.

Mas esse é o meu desejo, mais do que isso, é o meu propósito.²⁹⁵

²⁹¹ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil*: missão condenada, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 90-91.

²⁹² SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil*: missão condenada, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 92-93.

²⁹³ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil*: missão condenada, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 91.

²⁹⁴ CAMPOS, Geraldo Adriano Godoy de; DOMINGUES, Petrônio. A crisálida africana de Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro. In: DOMINGUES, Petrônio; BARBOSA, Francisco José (org.). *África e Brasil*: fluxos e refluxos. Aracaju: Criação, 2021. p. 282.

²⁹⁵ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil*: missão condenada, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 96.

A conclusão dramática de sua narrativa apresenta não apenas o drama de um embaixador, mas principalmente nos mostra as dificuldades de um Estado de posicionar-se de forma assertiva em uma política internacional em que discurso e prática andassem alinhados. Fábio Koifman argumenta como o fator de ordem racial não foi o mais relevante no insucesso e nas dificuldades vividas por Souza Dantas em Acra. A mudança de presidente, e com ela a mudança de preocupações do governo, a falta de apoio do executivo federal e as dificuldades diretas no relacionamento com o Itamaraty, adicionadas da necessidade de construção de todo o aparato de uma embaixada sem o devido pessoal que o auxiliasse, são elencados pelo autor como motivos muito mais concretos para o insucesso da missão.²⁹⁶ Essa leitura nos chama atenção para a gênese e a consolidação da política externa brasileira para a África, uma política pragmática, que se deu muito mais como um processo do que o resultado de um projeto concebido em detalhes.²⁹⁷ Para Souza Dantas uma política insuficiente cujos fracassos e erros de cálculo foram expostos em cuidadosas palavras e conscientes silêncios.

Apesar da conclusão precoce de sua missão, o título de “embaixador” o acompanhou ao longo de sua vida. O próprio autor, ao relembrar sua trajetória em 1988, escreveu para o *Jornal do Brasil* que:

Muitos afirmaram que para ser mais consequente, deveria o Embaixador negro ser nomeado para um país branco. Mas o sentido da nomeação era outro. Senti-me, enfim, à vontade, servindo num país negro, na época o mais importante da África, pela posição de liderança contra o colonialismo. Foi, assim, o primeiro Embaixador negro mais importante, servindo na África, mais importante e útil, do que em qualquer outra parte, pelo que representou aos povos seus ancestrais, com a mensagem que levou de um Brasil que proclamava, através desse Embaixador, suas raízes e valores.²⁹⁸

O texto intitulado “O Sr. Embaixador...”, relembra os boatos que envolveram sua nomeação e inverte o tom que *África Difícil* imprimiu para sua missão africana. A ideia de uma tarefa importante, útil e representativa do Brasil, movimento também observado em outras partes do texto em que o autor caracteriza sua nomeação e as políticas de Jânio Quadros como capítulos importantes na luta contra discriminação racial,²⁹⁹ nos aproxima dos processos de construção da memória de Souza Dantas. Essa reportagem é um dos recortes cuidadosamente

²⁹⁶ KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Sagga, 2021. p. 395-396.

²⁹⁷ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p.331.

²⁹⁸ SOUZA DANTAS, Raymundo. *O Sr. Embaixador*. Recorte de jornal. (13 mai. 1988, [s.p.]). Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP.

²⁹⁹ SOUZA DANTAS, Raymundo. *O Sr. Embaixador*. Recorte de jornal. (13 mai. 1988, [s.p.]). Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP.

preservados em seu arquivo pessoal, um exemplo de sua escrita autobiográfica, e neste trabalho, um dos vestígios do processo de sua rasura. A proeminência de sua figura na cena pública coincide temporalmente com a sua atuação institucional, contudo, assim como o título vitalício de embaixador, os boatos e as críticas não abandonaram sua figura com o passar dos anos, persistindo até mesmo em sua própria narrativa dos fatos. Neste sentido, a relevância de seu nome nos debates nas décadas de 1960 e 1970 se interliga com sua proximidade com as políticas externas que se valeram das “raízes e valores” que ligaram o Brasil à África no discurso oficial de meados do século XX. A alteração da política externa brasileira em 1974, com o fim do colonialismo português, direcionou sua atenção para dar ênfase a outros aspectos que ligavam o Brasil ao continente africano. Buscou-se a construção de uma comunidade econômica terceiro-mundista sob uma agenda desenvolvimentista, preocupada com a industrialização e a consolidação do Brasil como uma “potência” fora do eixo Estados Unidos-União Soviética.³⁰⁰ Em paralelo a esse movimento, processou-se o afastamento de Souza Dantas dos altos cargos da política brasileira e da preponderância de sua figura como um elo que ligou o Brasil à África.

É inegável o peso que o despreparo e a falta de estrutura do MRE tiveram nas dificuldades de estabelecer uma política africana efetiva. Contudo, para compreender a “missão condenada” de Raymundo Souza Dantas, não podemos perder de vista o quão relevantes são os problemas e as evidentes contradições de uma política cujas bases são herdeiras de uma história clivada pela prevalência de visões racistas e coloniais. O preconceito e o racismo se encontram de forma clara e recorrente no trato da imprensa brasileira com Raymundo, desde a sua nomeação para oficial de gabinete, até sua exoneração do cargo de embaixador plenipotenciário em Gana, Togo e Daomé. A imprensa, alimentada por setores insatisfeitos do Itamaraty, não deu trégua ao jornalista e escancarou os limites da tão aclamada democracia racial brasileira, principal chave de leitura da sociedade brasileira e sua forma supostamente moderna e eficiente de lidar com o binômio raça e nação.

É observando as confluências entre as políticas externas e internas do Brasil nas décadas de 1960 e 1970, uma associação que marcou os discursos institucionais em meados do século XX,³⁰¹ que podemos entender a recusa inicial de Souza Dantas em pontuar os complexos e preconceitos existentes na atuação brasileira no continente africano. É entendendo que a forma como o Brasil se apresenta internacionalmente se relaciona com a forma como a coerência

³⁰⁰ PECEQUILO, Cristina Soreanu. O Brasil e os eixos periféricos: agenda e identidade nas relações internacionais. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 4, n. 8, p. 1-16, 2012. p. 6.

³⁰¹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 352.

interna do Estado foi construída nos regimes democráticos desenvolvimentistas do pós-Segunda Guerra, uma fórmula reaproveitada pelos governos ditatoriais da primeira década do regime militar, que nos aproximamos de uma compreensão do pensamento de um intelectual negro inserido institucionalmente no aparato estatal. Expor a existência de um problema de ordem racial no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, uma das instituições de maior prestígio social, e, ao mesmo tempo, um dos maiores redutos da segregação racial na sociedade brasileira, é correr o risco de quebrar o pacto que rege as estratégias de realização³⁰² mobilizadas por Souza Dantas. As formas como o ex-embaixador buscou efetivar sua cidadania, formas por ele mesmo caracterizadas como “individualistas”,³⁰³ estiveram intimamente relacionadas com sua inserção no aparato estatal nas décadas de 1960 e 1970 por meio de sua atuação profissional. Seu período na carreira pública, como embaixador e funcionário público federal, o colocou diante dos discursos que elaboraram a retórica do projeto de integração racial brasileira por meio da democracia racial, constructo que ao mesmo tempo foi cartão de visita na comunidade internacional e discurso interno de coesão social, instrumentalizado, principalmente durante a ditadura militar, para alicerçar uma atmosfera política de suposta harmonia e seguridade social.

Neste sentido, a trajetória-encruzilhada de Raymundo Souza Dantas interliga os projetos de construção de identidade e cidadania em um cenário em que a democracia racial é um caminho para a elaboração da identidade de uma nação e um discurso mobilizado para a confecção da memória de um Estado, e de suas formas de mobilizar e instrumentalizar seu passado. O “negro de outro mundo” foi a resposta crítica de Souza Dantas às pretensões do discurso culturalista. Os preconceitos e complexos que marcaram a emergência da nova política africana do Brasil estiveram evidentes aos olhos do embaixador negro, cuja imagem foi mobilizada como um símbolo. Apesar das críticas às contradições dessa política, construída no limite entre a consolidação de uma identidade nacional baseada na democracia racial e a promoção de um panorama atrativo aos novos rumos da política internacional, Souza Dantas incorporou parte desse discurso em seus próprios posicionamentos intelectuais e políticos. A utilização de elementos lusotropicalista para recontar a história dos retornados, a conceituação da cultura brasileira como uma síntese produzida no encontro das três raças, e, mais profundamente, a adesão à promessa da democracia racial como horizonte de realização

³⁰² GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2012. p. 95.

³⁰³ COSTA, Haroldo. Raymundo Souza Dantas: ex-embaixador brasileiro em Gana. In: COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro: Record. 1982a. p. 225-233.

política, demonstram que o pensamento do primeiro embaixador foi constantemente atravessado pelos constructos teóricos e discursivos que compunham o contexto da época.

Dessas encruzilhadas nasce a outra face do pensamento de Raymundo Souza Dantas. Enquanto o “negro de outro mundo” é uma construção identitária baseada na diferença, construída para se afastar daquilo que lhe era imposto, surge no léxico do autor um outro termo chave para compreender seu pensamento. A ideia de ser um “brasileiro negro”, a qual nos debruçaremos no capítulo seguinte, emerge como um discurso de identificação, engendrado pelo desejo de incorporação e pertencimento. Ao viajar para a África e reconhecer-se como estranho, Souza Dantas nega a possibilidade emancipatória do *retorno* como uma resposta para o dilema que divide sua consciência entre ser um homem negro e um brasileiro. Suas críticas aos discursos da política africana demonstram seu desconforto com a narrativa segundo a qual as relações culturais do Brasil com a África, capazes de criar caminhos para identificação e conquista da cidadania, seriam respostas válidas para as questões que o afligiam. No entanto, é sua viagem para a África que o desperta para a necessidade de realização possível dentro do Estado Nacional. Seu contato com a política africana do Brasil e com as Áfricas, reais e imaginadas, que sua viagem lhe proporcionou, foi o catalizador de sua reflexão sobre o problema da verdadeira emancipação do negro dentro da sociedade brasileira. O “brasileiro negro” é sua resposta ao dilema que o divide. Realizar-se enquanto brasileiro tornou-se para Souza Dantas sua forma de realizar-se enquanto negro. Neste horizonte, a democracia racial seria o caminho e a resposta para os problemas raciais e sociais do país, um processo lento e conturbado, concebido e mediado pelo Estado.

3. O BRASILEIRO NEGRO

A partir de seu contato com a África e seus personagens, Souza Dantas passa a se entender como um “negro de outro mundo”, uma identidade que afasta sua experiência de uma identificação racial com o continente africano, mas que se liga intimamente a um projeto brasileiro de nacionalidade alicerçado, naquele momento, na ideia de democracia racial como mediadora de uma cidadania plena a partir da miscigenação. O “negro de outro mundo” tem seu lar no Brasil e é antes de tudo, antes mesmo de ser negro, brasileiro. Ao reproduzir trechos de uma das entrevistas que realizou para a escrita de *Hotel Trópico*, Jerry Dávila nos apresenta um episódio elucidativo da retórica identitária mobilizada por Souza Dantas.

O comitê organizador brasileiro [do 1.º Festival Pan-Africano de Artes e Cultura (FESTAC)] incluía [Waldir] Freitas, Souza Dantas, [Edison] Carneiro, [Clarival do Prado] Valladares e o embaixador [Henri] Senghor, que criticou sua composição, exigindo que fosse formado apenas por negros. [...] Freitas lembra que ele e os outros brasileiros — inclusive Souza Dantas — se opuseram a isso, o que provocou uma disputa em que, Henri Senghor disse a Raymundo Souza Dantas: “Você é um negro degenerado”. Segundo Freitas, “Souza Dantas se levantou e foi com o dedo na cara dele: ‘me respeite, não sou um negro brasileiro. Sou um brasileiro negro’”, indicando que sua identidade brasileira era mais significativa que sua cor e defendendo a ideia de que o comitê deveria ser formado por brasileiros de qualquer cor.³⁰⁴

O “brasileiro negro” e o “negro de outro mundo” são faces de uma mesma moeda. Afastar-se do africano e se aproximar do brasileiro é uma maneira de afirmar seu lugar na política e na sociedade brasileira, marcada por um contexto em que a identidade nacional estava intimamente relacionada ao modo como as relações raciais eram entendidas e representadas. Ao rejeitar o continente africano como pátria, Souza Dantas nos expõe um dos desconfortos que o impelem a escrever *África Difícil*: a tendência dos críticos em associar sua nomeação a um fato racial, a ideia de que ele poderia exercer um cargo em África porque tinha uma relação imanente com o africano alicerçada no pertencimento racial.³⁰⁵

Em 1982, no encerramento da entrevista concedida a Haroldo Costa, Raymundo Souza Dantas dizia que:

É preciso também fazer do nosso país uma democracia racial e não a balela que está aí, institucionalizada. Até certo ponto ela existe para algumas minorias, mas não existe para o negro que não recebe os dividendos daquilo que lhe deve a sociedade brasileira. A democracia racial não se torna efetiva sem que sejam efetivas a democracia política,

³⁰⁴ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 162.

³⁰⁵ A vontade de responder a essas críticas, pode ser percebida no excerto “muitos afirmam que devo ao fato de ser negro os poucos sucessos alcançados, como Embaixador do Brasil num país cuja tônica é a afirmação do negro em todas as frentes e oportunidades”. SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 37.

econômica, social, etc. Por isso o sentido da luta hoje em dia é para que se crie condições para uma verdadeira e insofismável democracia completa, global, total.³⁰⁶

Logo após lembrar seus aprendizados na África, e afirmar a necessidade de lançar luz sobre a presença brasileira no continente, a fala acima reproduzida esclarece quais preocupações rondavam o embaixador no início da década de 1980. Mais de vinte anos após sua nomeação ao cargo que mudaria sua vida, as duas questões que marcaram sua trajetória à frente da missão brasileira em Gana continuam presentes em suas reflexões: o estabelecimento de relações significativas do Brasil com o continente africano, e a construção de uma verdadeira democracia racial. O objetivo deste capítulo é demonstrar como essas duas questões andaram juntas no horizonte político das décadas de 1960 e 1970, e principalmente, como Souza Dantas foi atravessado por essa articulação.

3.1 Depois de *África Difícil*

Apesar da importância que a experiência como embaixador teve na construção de sua trajetória intelectual, a participação de Souza Dantas na esfera pública não se inicia, nem se encerra, durante a vigência da Política Externa Independente. Raymundo Souza Dantas já estabelecia contatos com o Governo Federal desde o lançamento de *Um começo de vida*, obra encomendada pelo MEC para a “Campanha de Alfabetização de Adultos” com tiragem de 40 mil cópias distribuídas gratuitamente no ano de 1949. O livro suscitou inúmeras resenhas críticas ao longo do ano da publicação, a maioria delas de teor positivo, e popularizou tanto a figura de Souza Dantas como exemplo de superação, indo de analfabeto a escritor, como estabeleceu uma expectativa em relação a sua proeminência no cenário da nova geração de escritores, figurando muitas vezes em listas de autores contendo nomes como Clarice Lispector, Fernando Sabino e Otto Lara Resende.³⁰⁷ Além dos propósitos pedagógicos da publicação de *Um Começo de Vida*, o livro também serviu como veículo de promoção do Brasil diante da comunidade internacional, sendo distribuído no Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos, sediado no Brasil entre julho e setembro de 1949.³⁰⁸

³⁰⁶ COSTA, Haroldo. Raymundo Souza Dantas: ex-embaixador brasileiro em Gana. In: COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro: Record, 1982a. p. 232.

³⁰⁷ KOIFMAN, Fábio. Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro. Salvador: Sagga, 2021. p. 73.

³⁰⁸ KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Sagga, 2021. p. 60.

De agosto até novembro de 1953 Souza Dantas firmou seu lugar dentro do funcionalismo público, sendo apresentado em novembro de 1953 como oficial de gabinete do MEC. O então escritor e jornalista participou, na função de organizador, da “Campanha de Alfabetização de Adultos” e em 1954, após o suicídio de Vargas, tornou-se auxiliar do novo Ministro da Educação, Cândido Motta Filho. A respeito desse cargo, Souza Dantas foi acusado por mais de uma vez em uma coluna do jornal *Gazeta de Notícias*, de sinecura, que seria um cargo político que não tem quase nenhuma função real concedido a privilegiados por governantes para angariar apoio político, acusações que não foram adiante.³⁰⁹ Em fevereiro de 1958 saiu a notícia da possibilidade de Souza Dantas se tornar suplente de Afonso Arinos em sua candidatura para o Senado pela UDN carioca. A candidatura não se concretizou, fato que o filho Roberto Dantas afirma ter se dado por questões éticas, visto que na época Raymundo era repórter político.³¹⁰ Este breve panorama de uma trajetória de quase uma década no funcionalismo público nos ajuda a entender como a ligação de Souza Dantas com o Estado, sua ascensão, do anonimato do analfabetismo ao prestígio de um embaixador, foi pavimentada durante anos de trabalho na carreira pública. Ter se tornado embaixador, um fato que o próprio autor se negou a utilizar como exemplo meritocrático, nos informa sobre os percalços de uma carreira que em muitos âmbitos transcorreu afastada dos holofotes e da preocupação da mídia, o que não impediu o surgimento das críticas, muitas vezes motivadas pelo racismo.

A nomeação como oficial de gabinete de Jânio Quadros foi um marco importante na elaboração de suas críticas ao funcionalismo público e ajuda a entender sua posterior relação com o governo militar.³¹¹ Relembrando seu tempo na assessoria pessoal de Quadros durante a entrevista concedida a Haroldo Costa, Souza Dantas narra que:

Todos no Palácio tinham a minha presença apenas como uma atitude demagógica de Jânio, não me davam muita importância [...] creio até que achavam graça ver um negro nos corredores do gabinete presidencial. A bem verdade devo dizer que com os militares era diferente, dentro da sua disciplina eles me atendiam e entendiam que eu era um funcionário Oficial de Gabinete e que era pra valer mesmo.³¹²

³⁰⁹ KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Sagga, 2021. p. 83.

³¹⁰ KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Sagga, 2021. p. 87.

³¹¹ Em janeiro de 1973 foi publicada em uma seção de notícias curtas que Souza Dantas estaria produzindo um livro de pesquisas intitulado “Médici”. Infelizmente não consegui coletar nenhuma outra informação sobre a publicação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXXII, n. 24471, 17 jan. 1973. Primeiro caderno, p. 4.

³¹² COSTA, Haroldo. Raymundo Souza Dantas: ex-embaixador brasileiro em Gana. In: COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro: Record. 1982a. p. 230.

Até o momento da escrita deste trabalho, todos os estudos que pude consultar discutem sua trajetória tendo como marco final a publicação de *África Difícil* em 1965. Esse recorte é, sem dúvidas, importantíssimo para compreender a trajetória de Souza Dantas, mas nos impede de acompanhar o desenvolvimento de suas ideias, reconhecendo as nuances e as transformações que marcaram seu pensamento a partir de sua inserção nos debates em que, graças ao reconhecimento recebido como embaixador, ele pode se inserir. Neste sentido, é necessário compreender as relações de Souza Dantas com o contexto intelectual e político posterior ao golpe de 1964, a fim de entender seu lugar em um debate que encontrou na descolonização novos desafios e contradições, mas que se desenvolveu durante o período da ditadura, considerado por Flávio Sombra Saraiva, uma das principais referências do assunto, como os “anos dourados” da política africana.³¹³

Logo após o golpe de 31 de março de 1964, o governo militar sob o comando do General Humberto Castello Branco, iniciou um discurso ferrenho para o desmantelamento da política externa de Quadros e Goulart:

A “correção de rumos” que o novo regime buscou imprimir à política externa compreendia, por um lado, a catarse da conduta anterior e, por outro, novos padrões substitutivos. Julgou-se necessário retificar o “curso sinuoso” que, sob “rótulos variados”, havia desviado a política externa de suas origens. A Chancelaria e a Presidência abriram fogo contra a Política Externa Independente, deturpada e sem “utilidade descritiva” em face da realidade bipolar; contra a política neutralista, que não servia a um país externamente ativo como o Brasil; contra o nacionalismo prejudicial, que afugentava o capital estrangeiro; contra a estatização, que obstruía sua penetração e o desenvolvimento da livre empresa; e contra a ruptura de laços afetivos e políticos com Portugal e o Ocidente, em nome do anticolonialismo.³¹⁴

A “correção de rumos” de Castello Branco significou uma quebra brusca dos projetos que estavam sendo desenvolvidos pelo Ministério das Relações Exteriores, marcando um afastamento das pautas que definiram o discurso internacional de aproximação terceiro-

³¹³ Saraiva cunha a ideia de “anos dourados” para se referir à política externa desenvolvida entre 1967 e 1979, um momento visto pelo autor como palco de grandes avanços nos discursos da política africana brasileira, marcada pelo estabelecimento de ações assertivas, principalmente a partir do início dos anos 1970 com a atuação do ministro das relações internacionais Mário Gibson Barbosa. SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 125.

³¹⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 395.

mundista,³¹⁵ e no que diz respeito ao continente africano, da promoção das heranças culturais³¹⁶ que garantiriam para o Brasil frente à comunidade africana os lugares de amigo, mediador e liderança. A correção de rumos de Castello Branco afetou Souza Dantas de forma direta. Em uma reportagem veiculada no jornal *Tribuna da Imprensa* em 1977 sobre o lançamento do livro de *Itinerários da violência* do deputado federal Paes de Andrade, o nome de Raymundo Souza Dantas figura entre os funcionários públicos exonerados após o golpe de 1964. A relação de nomes de funcionários demitidos na ocasião do golpe incluía ainda os nomes de Heitor dos Prazeres, e do ator e poeta Mário Lago, que além da demissão teve seus direitos políticos cassados.³¹⁷ Mesmo fora da diplomacia durante o primeiro governo militar, Souza Dantas não se eximiu de criticar os rumos que o enfoque geopolítico excessivo da política africana havia tomado, ressaltando também a presença do racismo e seus impactos em sua própria experiência como embaixador.³¹⁸

Apesar da firmeza na condenação da PEI visando afastar-se das propostas dos governos anteriores, o projeto castelista não durou muito. A perspectiva vigente no primeiro governo militar foi substituída em março de 1967 por uma nova correção de rumos no mandato do General, e ex-Ministro da Guerra, Artur da Costa e Silva, que implantou medidas contrárias ao seu antecessor, questionando seus métodos e concepções:

Foram, primeiramente, eliminados, a partir de um diagnóstico do sistema internacional, os conceitos agora inadequados para orientar a política externa: a) a bipolaridade, porque o conflito Leste-Oeste esmoreceu, o entendimento entre as duas superpotências avançou, a coesão dos sistemas de alianças enfraqueceu, ao tempo em que a divisão Norte-Sul acentuou-se; b) a segurança coletiva, porque não serve à superação da desigualdade, “em um mundo em que cada vez mais se acentua o contraste entre a riqueza de poucos e a pobreza de muitos”; c) a interdependência militar, política e econômica, porque as políticas externas se guiam pelos interesses nacionais e não por motivações ideológicas; d) o ocidentalismo, porque vem eivado de prevenções e preconceitos que tolhem à ação externa as vantagens do universalismo.³¹⁹

³¹⁵ Uma das ideias defendidas na correção de rumos de Castello Branco foi a de que as nações africanas estavam contaminadas pelo comunismo, nessa mesma lógica foi construída uma perspectiva que advogava a aproximação do Brasil com a África do Sul com o objetivo de militarização do Atlântico Sul, pensada como uma alternativa à OTAN. SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 101; 123.

³¹⁶ Meira Penna, o embaixador Da Nigéria nomeado por Castelo Branco, chegou a afirmar que se o Brasil estava ligado historicamente a África essas ligações eram portuguesas. SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 117.

³¹⁷ MOREL, Edmar. As cassações e os assaltos aos órgãos de comunicação. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 9028, 11 abr. 1979. Primeiro Caderno, p. 10.

³¹⁸ SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 120; SOUZA DANTAS, Raymundo, Preconceito pode aumentar. *Realidade*, Ed. Abril, p. 52, out. 1967c.

³¹⁹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 409.

As transformações de Costa e Silva e sua “diplomacia da prosperidade”, alcunha dada por seu enfoque nas pautas econômicas e no incentivo ao desenvolvimento industrial promovido pelo Estado,³²⁰ reaproximaram a política externa brasileira das propostas da PEI de Quadros e Goulart, demonstrando os acertos das perspectivas desenvolvidas no início da década de 1960 em relação à geopolítica mundial, enquanto consolidou a visão de uma política externa que rompeu com os moldes que vinham sendo empregados por todo o século XX. A aproximação com a PEI não significou só a retomada de suas perspectivas e formas de ação, herdando também seus complexos e contradições.

A posição em favor do colonialismo português continuou presente no horizonte da política externa, consolidando o apoio ao Estado Novo português e suas medidas colonialistas nas assembleias internacionais. Essa vinculação perduraria até 1973 com a disputa entre duas tendências que marcaram a política externa brasileira durante a primeira década do regime militar. A primeira, base da política de Costa e Silva, foi ilustrada pela atuação de Delfim Neto, embaixador brasileiro em Portugal, e foi caracterizada pela defesa de confluências entre Portugal e o Brasil e pela condenação do apartheid na África do Sul, mas ainda mantendo intensos trânsitos comerciais com o país africano. A ideia de que as nações africanas, inseridas no bloco do *terceiro-mundo*, marchavam com o Brasil não comprometia a aliança com Portugal e a comunidade luso-brasileira, ou mesmo *afro-luso-brasileira*,³²¹ engendrada pela presença portuguesa nos territórios em que se estabeleceu. Do outro lado, a segunda tendência, encabeçada por Gibson Barbosa, chanceler de Emílio Garrastazu Médici e um dos principais atores da política internacional da ditadura, foi orientada pela repulsa ao colonialismo e ao racismo, a defesa da independência da Namíbia, e a condenação do apartheid na África do Sul,

³²⁰ SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira*, de 1946 a nossos dias. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 126.

³²¹ As visitas de Léopold Senghor ao Brasil em 1964 e 1976, mas principalmente sua vinda em 1964, nos revelam os caminhos surpreendentes que as teorias e seus interlocutores produzem nos anos da descolonização. As ideias defendidas pelo presidente senegalês no Brasil de Castello Branco, mobilizadas com o intuito de afastar o Brasil das posições pró-Portugal nas Nações Unidas, advogavam pela preponderância de uma comunidade afro-luso-brasileira ligada pela afinidade linguística e pela latinidade herdada da colonização. Esse episódio demonstra a plasticidade dos discursos raciais e nacionais nas décadas de 1960 e 1970 e sugere as potencialidades de considerar o Brasil como um cenário profícuo de gestação e transformação das ideias pan-africanistas. Cf.: O capítulo “Latinidade ou Fraternidade? Senegal, Portugal e o regime militar brasileiro” em DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 145-173; JOHAN SCHOLL, Camille. “Léopold Sédar Senghor no Brasil por uma ‘Comunidade Luso-Afro-Brasileira’ (1964–1977): Uma Investigação Acerca de Seu Discurso Político e as Relações com Os Movimentos de Descolonização Em África.” *Democracia, Liberdade, Utopias. Anais Do XIV Encontro Estadual de História, Anpuh-RS*, 2018,

e também posicionando-se economicamente a favor do incentivo a cooperação mútua em um eixo sul-sul.³²²

A segunda tendência saiu vencedora, iniciando em 1973 a construção de posicionamentos contrários ao pacto histórico com Portugal,³²³ cuja dominação colonial ruía com a queda de Marcello Caetano diante da eclosão da Revolução dos Cravos em abril de 1974, encerrando a “guerra colonial” e consolidando o processo das independências de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. As ações rápidas e assertivas de reconhecimento das independências³²⁴ marcaram o início de uma nova atitude brasileira em relação a África e o rompimento com décadas de apoio tácito ao colonialismo.

A partir desse quadro, é possível perceber continuidades entre a política externa de Jânio Quadros e a aquela desenvolvida na primeira década do regime militar, apesar das mudanças empreendidas no governo de Castello Branco. Ambas foram marcadas pela contradição e pela impressão culturalista da África como um repositório retórico de conexões culturais, históricas, e diante da mudança de perspectivas sobre a Guerra Fria, econômicas.³²⁵ Essas continuidades permitiram o retorno de Souza Dantas ao funcionalismo público e sua reaproximação com as questões da política externa do país em 1967.³²⁶

Entre 1966 e 1967, anos em que esteve afastado de cargo públicos, Souza Dantas realizou duas viagens para o continente africano financiadas pelo governo federal, em abril 1966 para o Senegal, na ocasião do I Festival de Mundial Artes Negras, e em junho de 1967

³²² CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 450-452.

³²³ As críticas à aproximação com Portugal já existiam desde a década de 1950 e se expandiram ao longo dos anos em diversos setores envolvidos: desde conservadores portugueses que advogavam contra a civilidade de africanos, passando por intelectuais das províncias ultramarinas profundamente críticos em relação ao discurso civilizatório português, e chegando em diplomatas brasileiros, como Álvaro Lins, embaixador do Brasil em Lisboa no final da década de 1950, e o já mencionado Bezerra de Menezes, que percebiam que o Brasil não tirava qualquer proveito significativo da relação com Portugal e da construção de uma comunidade luso-brasileira. SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 53-55.

³²⁴ Sob a direção da política internacional de Gibson Barbosa, o Brasil não hesitou em reconhecer o governo independente de Guiné-Bissau (18 de julho de 1974) antes mesmo que Portugal o fizesse. Também foi o primeiro país do mundo a reconhecer a independência de Angola (1975), um gesto que junto dos outros reconhecimentos, (Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe), simbolizava a nova política para a África. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 452.

³²⁵ Saraiva argumenta que o discurso culturalista atingiu seu clímax na década de 1960, expandindo-se da diplomacia para os empresários interessados nas possibilidades econômicas do continente africano. SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 137.

³²⁶ A retomada foi consideravelmente rápida, sendo o ex-embaixador convidado pelo governador de Sergipe, Lourival Batista, em 1966 para a executar o cargo de Secretário Extraordinário da Casa Civil do estado, e convocado no mesmo ano em uma iniciativa conjunta do governo federal e do embaixador do Senegal no Brasil, Henri Senghor, para participar da Sociedade Brasil-Senegal, para qual foi nomeado vice-presidente em fevereiro de 1967. LOURIVAL, Batista aciona dispositivo para dar a Sergipe governo dinâmico. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano XLVII, n. 13766, 14 ago. 1966. Primeiro caderno, p. 3.

para Moçambique, no II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa.³²⁷ Após uma breve passagem pela Europa, parte do itinerário de sua viagem ao Senegal em 1966, uma matéria no jornal *Tribuna da Imprensa*, especulava a respeito da existência de um relatório sobre os problemas africanos redigido por Souza Dantas para o então Ministro da Guerra, Artur da Costa e Silva.³²⁸ Em fevereiro de 1968, Souza Dantas já integrava uma comissão especial do Ministério da Educação para a comemoração do 500º aniversário de Pedro Álvares Cabral, e em fevereiro de 1969 foi promovido a chefe da Coordenação de Relações Públicas do MEC pelo ministro Tarso Dutra, atuando como representante da pasta em eventos nos governos de Costa e Silva e da Junta Militar.³²⁹ Durante o governo de Médici, Souza Dantas continuou na chefia do setor de relações públicas do MEC de Jarbas Passarinho, permanecendo no cargo até 1974.³³⁰

Como dito anteriormente, o recorte desta pesquisa se constrói tanto pelo foco dos interesses de Souza Dantas em temas sobre o continente africano, quanto por sua trajetória dentro do funcionalismo público. Sua primeira viagem à África em 1961 inicia um percurso institucional e intelectual que o aproximou do cenário político brasileiro entre o início da década de 1960 e meados da década de 1970. É perceptível como sua atuação institucional esteve intimamente ligada à sua inserção nas discussões sobre as conexões políticas e culturais que interligavam Brasil e África nos anos da descolonização. Desta forma, podemos perceber sua reinserção nas fileiras do Estado a partir de 1967 como parte da retomada do governo Costa e Silva dos discursos desenvolvidos durante a PEI. As mudanças da política internacional brasileira para o continente africano verificadas em 1974 coincidem com o afastamento de Souza Dantas do governo e seu retorno aos jornais. Sua preocupação com a África não sumiria com as independências das colônias portuguesas, ou com sua saída do governo; o que muda neste período é o quão próximo Souza Dantas esteve das políticas estatais de contato com o continente africano.

3.2 Democracia racial e realização

³²⁷ SILVA, João da. Fatos e rumores em primeira mão. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 5283, 5 jun. 1967. Primeiro Caderno, p. 3.

³²⁸ FERNANDES, Hélio. Fatos e rumores em primeira mão. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 4948, 30 abr. 1966. Primeiro Caderno, p. 3.

³²⁹ Ver nota nº 175.

³³⁰ PALMÉRIO, Mário. Colunão. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 6821, 9 out. 1972. Primeiro Caderno, p. 9; LEVANTAMENTO, artístico será realizado no MEC. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano L, n. 14836, 07 fev. 1970. Segundo caderno, p. 5.

Em abril de 1966, três anos após o fim de sua missão como embaixador e quase um ano depois da publicação de *África Difícil*, Souza Dantas retornou ao continente africano. O ex-embaixador foi membro da comissão que organizou a participação brasileira no I Festival das Artes Negras e fez parte da delegação enviada para o Senegal. A viagem foi documentada como diário em “O Sentimento Africano”,³³¹ ensaio publicado na *Cadernos Brasileiros* na edição de março-abril de 1967. O ensaio publicado não passa de dez páginas, no entanto, na sua versão original não publicada na íntegra, disponível em seu arquivo pessoal em Santo André, SP, o texto alcança vinte páginas, divididas em 24 pequenos capítulos. Neles a narrativa se estabelece de forma cronológica mas cada uma das seções tem como título as temáticas pelas quais o autor transita na narrativa.³³²

Nas duas versões do ensaio, o ex-embaixador apresenta suas impressões sobre Dakar e o Senegal, destacando os elementos que considera característicos de sua política e da forma como o país se posiciona no cenário regional.³³³ Na versão não publicada, o autor reserva um lugar especial para pensar as produções intelectuais senegalesas, principalmente o movimento da *Négritude*, encabeçado por Leopold Sédar Senghor, no contexto mais amplo das discussões sobre descolonização no continente africano.³³⁴ O interesse pelas comunidades de retornados reaparece na escrita e toma lugar substancial na narrativa, que também versa sobre seu contato com a comunidade cabo-verdiana residente na capital senegalesa.³³⁵

Neste momento, o que nos interessa é compreender a forma como o autor aborda mais uma vez um dos temas centrais de sua produção intelectual: a situação do negro no Brasil. A questão racial brasileira, que como pudemos perceber é um dos elementos centrais em *África Difícil*, reaparece em *Sentimento Africano* mais uma vez marcada pela forma elusiva da escrita crítica de Souza Dantas. A leitura comparada das duas versões ilumina o processo de construção de seus posicionamentos, permitindo que adentremos em sua forma de organizar e transmitir suas perspectivas e opiniões. O seguinte trecho aparece nas duas versões do texto, narrando

³³¹ Um fato curioso no contexto deste trabalho é o de que o primeiro título cogitado para o ensaio foi “Retorno À África”. FERNANDES, Hélio. Fatos e rumores em primeira mão. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 4946, 28 abr. 1966. Primeiro Caderno, p. 3.

³³² A última parte do texto possui quatro capítulos ausentes na versão publicada, sobre sua visita posterior a Europa, quando passou por Roma, Paris e Lisboa.

³³³ SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. (1966). Versão não publicada. Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP; SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a.

³³⁴ SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. (1966). Versão não publicada. Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP.

³³⁵ SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. (1966). Versão não publicada. Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP; SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a.

uma passagem que trata de um de seus encontros com um descendente de retornados brasileiros, Ange Sacramento:

Noutra oportunidade, falei-lhe sobre a situação do negro brasileiro. Disse-lhe não ser igual à do negro americano, mas também esclareci que não pode ser considerada ideal. Existe o preconceito, afirmei, que se manifesta em alguns setores em termos de discriminação, conseguindo o negro, pouco a pouco, desfazer algumas barreiras tradicionais à sua ascensão social e econômica.³³⁶

Na versão não publicada, utilizando um travessão para indicar agência e autoria da fala, o autor complementa:

— O preconceito existe, muitas vezes abertamente, desnaturando, para não dizer desmentindo, a nossa proclamada democracia racial.³³⁷

O parágrafo imediatamente posterior, presente nas duas versões diz:

Ouviu-me calado, nada comentando, deixando apenas entrever um sorriso, quando afirmei que nós, os brasileiros negros, quando denunciávamos os preconceitos e a discriminação, o fazemos em benefício de valores que realmente possibilitam a mais completa integração, fundamentando-a e caracterizando-a.³³⁸

E mais uma vez omitindo da versão publicada, seguindo o mesmo padrão do excerto retirado anteriormente, Raymundo Souza Dantas acrescenta:

— É isso o que visamos, — afirmei — sem procurarmos alimentar tensões.³³⁹

É evidente o esforço de modificação do texto. O drible percebido por Domingues e Godoy executado nas entrelinhas,³⁴⁰ é flagrado a partir de uma leitura que trabalha as diferentes versões do mesmo texto como o mosaico de um enunciado fragmentado. A partir da percepção

³³⁶ SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. (1966). Versão não publicada. Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP; SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a.

³³⁷ SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. (1966). Versão não publicada. Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP. p. 13.

³³⁸ SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. (1966). Versão não publicada. Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP. p. 13; SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a.

³³⁹ SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. (1966). Versão não publicada. Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP. p. 13.

³⁴⁰ CAMPOS, Geraldo Adriano Godoy de; DOMINGUES, Petrônio. A crisálida africana de Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro. In: DOMINGUES, Petrônio; BARBOSA, Francisco José (org.). *África e Brasil: fluxos e refluxos*. Aracaju: Criação, 2021. p. 279-322.

de um movimento de esquivas ao tratar de temas sensíveis no contexto nacional, se torna possível aproximar dos dilemas vivenciados no momento da confecção e publicação do texto. Como questionar abertamente a situação racial brasileira ocupando o lugar de porta-voz do Estado que a promove? A dificuldade de enunciar de forma explícita suas opiniões, característica que marca sua forma críptica de enunciação, pode ser lida como uma consequência da posição ambígua que Souza Dantas ocupa dentro da burocracia estatal. As funções que executou em 1966, como membro da delegação brasileira no FESMAN, entre 1961 e 1963, como embaixador do Brasil em Gana, e de 1967 a 1974, como relações públicas do MEC, estiveram ligadas não só aos discursos do Estado, mas principalmente à autoimagem que ele almejava difundir. Apesar de um crítico, Souza Dantas foi na maior parte de sua vida um rosto para os discursos do Estado, seja como o exemplo do projeto de alfabetização do Brasil no final da década de 1940, ou ocupando os cargos de secretário, oficial de gabinete, assessor e relações públicas de figuras do alto escalão da política brasileira, da década de 1950, até meados da década de 1970. É observando seu percurso como servidor público, pouco abordado pela historiografia interessada em sua trajetória, que nos deparamos com as continuidades que marcaram uma trajetória traçada em paralelo com as políticas do Estado.

Desta percepção podemos compreender a esquivas de Souza Dantas, afastando-se de críticas mais incisivas ao discurso estatal, a partir de três hipóteses: a primeira nos fala de sua aproximação institucional com o Estado, ocupando cargos de comunicação e representação dos interesses dos órgãos públicos que trabalhou. Como embaixador, relações públicas, auxiliar de gabinete, ou, no caso de sua viagem a Dakar, membro de uma comissão construída para levar e discutir as produções artísticas brasileiras em cenário internacional, Souza Dantas foi porta-voz dos interesses estatais. Sua imagem, como o próprio autor afirma em *África Difícil* ao se recusar expor os problemas da democracia racial em um evento na Universidade de Gana, não era a de um brasileiro comum, mas de um representante dos interesses de uma nação.³⁴¹ A segunda hipótese se alia à leitura do próprio autor e sua autopercepção como um “individualista”, contribuindo para as causas que defendia a partir de sua atuação pessoal. Característica que justifica seu estranhamento com a militância política, presente em falas no debate de 1968 e reiterada décadas depois em suas memórias.³⁴² Por último, penso a moderação e o cuidado na elaboração de suas críticas como advindos da forma como o autor se integra no

³⁴¹ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a.

³⁴² CARNEIRO, Edison *et al.* *80 anos de Abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. p. 56; COSTA, Haroldo. Raymundo Souza Dantas: ex-embaixador brasileiro em Gana. In: COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro: Record. 1982a. p. 229.

que Paul Gilroy chama de políticas negras modernas.³⁴³ A forma como Souza Dantas se insere na modernidade se pauta pela sua crença na capacidade do Estado de cumprir com sua promessa de fornecer cidadania. Sua crença na possibilidade da efetivação da democracia racial, que atua em sua argumentação como uma forma de realização política dos negros brasileiros, embarga a construção de uma reação radical às visíveis contradições e limites da atuação do Estado.

Essas três chaves de leitura nos permitem construir o perfil e perceber as nuances de um personagem complexo, entrelaçado com as dinâmicas de um contexto social e político de transformações nas formas como o mundo, e em específico o Brasil, articulava identidade nacional e relações raciais em suas práticas e discursos na esfera pública. Neste sentido, o Golpe de 1964, e o quadro de repressão e desmobilização criado a partir do estabelecimento da ditadura, não pode ser deixado de lado para entender as escolhas discursivas e editoriais tomadas pelo autor. Considerar que as obras aqui analisadas foram todas publicadas durante o regime militar é essencial para entender essas escolhas, e compreender as direções tomadas neste cenário. A relação da ditadura com a democracia racial é neste sentido uma variável importante para compreender as propostas intelectuais de Souza Dantas e suas formas de atuação político institucional.

O discurso da democracia racial adentra na política internacional brasileira recorrendo aos argumentos de Gilberto Freyre, mobilizados em meados da década de 1950, para justificar a importância do Brasil em uma comunidade atlântica. O sociólogo advogava que a “equidade racial, dava à sociedade brasileira responsabilidade muito grande nas relações internacionais” e que “as novas gerações da África portuguesa estavam interessadas em ‘seguir aspirações e sugestões do Brasil’”³⁴⁴. A leitura culturalista de Freyre merece reconhecimento por identificar papel positivo ao elemento africano na formação da sociedade brasileira, se contrapondo às leituras racialistas e eugenistas do século XIX e início do século XX. No entanto, a chave de leitura desenvolvida em *Casa Grande & Senzala*, reiterada e adaptada para o contexto atlântico em *O mundo que o português criou*, engessou as relações com o continente africano no âmbito cultural,³⁴⁵ suprimindo as relações políticas, e as questões sociais que marcam os contatos do Brasil com a África e os africanos. Contudo, antes de se tornar a leitura hegemônica da diplomacia brasileira, a retórica freyriana floresceu em Portugal sob os interesses coloniais do regime Salazarista, justificando a manutenção das chamadas províncias ultramarinas até 1974

³⁴³ GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2012. p. 95.

³⁴⁴ FREYRE, Gilberto apud SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 52.

³⁴⁵ FREYRE, Gilberto apud SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 53.

a despeito da pressão pelo fim do colonialismo europeu na África. A ideia de uma suposta comunidade luso-brasileira, defendida na época por apoiadores lusos nos dois lados do Atlântico, foi preponderante na construção das relações do Brasil com Portugal na década de 1950, manifestada no estabelecimento do Tratado de Amizade e Consulta em 1953 e na pressão brasileira para o Ingresso de Portugal nas Nações Unidas em 1955.³⁴⁶

Neste sentido a ideia de uma comunidade luso brasileira que abarcava Portugal ultramarino e o Brasil, foi erguida sobre argumentos que afirmavam o sucesso civilizatório da presença portuguesa, verificado pela prosperidade do Brasil e pelo regime de franca equidade racial desenvolvido dentro de suas fronteiras. Ainda que as críticas a essa leitura existissem nos três continentes,³⁴⁷ a defesa de uma comunidade lusa conectada pelo Atlântico integrou a política internacional salazarista, fez parte da diplomacia brasileira na década de 1950 e foi resgatada na correção de rumos de Castello Branco entre 1964 e 1967.

A associação da organização racial da sociedade brasileira com a ideia de democracia ganha corpo no contexto do pós-guerra a partir de demandas da comunidade internacional para diferenciar as novas realidades, e identidades, nacionais das experiências racistas associadas ao nazismo e ao fascismo, e aos casos de segregação que ganhavam destaque na cena pública da época.

A democracia “étnica” de que falava Freyre em 1950, sem esconder um certo cientificismo culturalista, transforma-se rapidamente em democracia racial tout court, em referência direta aos conflitos raciais que começam a rasgar o racismo legal dos Estados Unidos. Ao contrário de lá, pensavam scholars e militantes, já tínhamos um legado de democracia racial desde a Abolição. Para os movimentos negros, entretanto, a abolição não fora completa, pois não representara a integração econômica e social do negro à nova ordem capitalista: tanto para a geração dos 30 (a Frente Negra Brasileira), quanto para a geração dos 50 (o TEN), seria necessária uma segunda Abolição.³⁴⁸

O afastamento em relação aos Estados Unidos e à África do Sul, casos cuja repercussão internacional se tornava cada vez mais negativa conforme a segregação e a violência racial eram denunciadas nos fóruns internacionais e ganhavam espaço na mídia, se torna um trunfo de uma nação em que experiência da escravidão foi lida historicamente a partir de uma ótica de brandura e amasiamento. Em 6 de abril de 1968, diante do assassinato de Martin Luther King,

³⁴⁶ FREYRE, Gilberto apud SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira*, de 1946 a nossos dias. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 54.

³⁴⁷ Ver nota nº 323.

³⁴⁸ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, n. 61, p. 147-162, nov. 2001. p. 151.

Souza Dantas concedeu uma breve entrevista ao *Correio da Manhã*, em que podemos ler a opinião do autor sobre o ocorrido:

Este crime constitui um terrível golpe para os que lutam, nos Estados Unidos, por uma solução pacífica do problema racial, não tornando impossível, mas certamente dificultando o diálogo tão desejado e necessário entre brancos e negros pregado pelo líder Luther King. [...] Os negros americanos e brasileiros continuarão a causa do líder desaparecido, buscando soluções justas e pacíficas no sentido de uma democracia racial efetiva.³⁴⁹

Ao relacionar as estratégias da luta negra a serem executadas após o assassinato de Luther King com a questão racial brasileira, Souza Dantas delimita a necessidade da democracia racial como uma solução política para o futuro, quase uma “Segunda abolição”, um termo muito presente no léxico da militância negra brasileira no século XX que designava a necessidade de novos passos rumo a emancipação efetiva do negro na sociedade.³⁵⁰ Fica evidente a posição do ex-embaixador, naquele momento servidor público no Ministério da Educação, em favor da democracia racial como um ideal a ser alcançado na sociedade brasileira,³⁵¹ uma busca que marcou a atuação de intelectuais negros na década de 1960, mas que foi lentamente sendo suplantada por uma leitura mais crítica, e radical, da democracia racial e de sua utilidade na luta política. Observar essas nuances, criadas e transformadas ao longo do século XX, nos permite perceber a incerteza dos rumos e das possibilidades de futuro existentes no contexto da década de 1960. Pensar os papéis ocupados pelo discurso da democracia racial no léxico político e intelectual da época abre os horizontes não realizados de ações políticas múltiplas e não homogêneas. A crença de Souza Dantas no processo de emancipação do negro e sua efetiva cidadania através da aplicação efetiva do ideal da democracia racial em solo brasileiro é produzida no mesmo contexto-arquivo em que as críticas ferrenhas de Florestan Fernandes e Abdias Nascimento ao mito da democracia racial florescem. Essa justaposição de perspectivas, lexicalmente relacionadas e politicamente antagônicas, permite observar as nuances de um presente em debate e um futuro em disputa. O arquivo como um contexto linguístico de referenciais, posicionamentos, chaves de leitura, críticas, ecos e opiniões, demonstra a pluralidade de um contexto móvel e inacabado.³⁵²

³⁴⁹ O EMBAIXADOR, Raimundo Souza Dantas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVII, n. 23006, 06 abr. 1968. Primeiro Caderno, p. 13.

³⁵⁰ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, n. 61, p. 147-162, nov. 2001. p. 151.

³⁵¹ ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2017. p. 297-298; 350.

³⁵² BARING, Edward. Ideas on the move: Context in Transnational Intellectual History. *Journal of the History of Ideas*, v. 77, n. 4, p. 567-587, oct. 2016.

Antonio Sérgio Guimarães, ao analisar o lugar ocupado pelos setores do movimento negro brasileiro no contexto do pós-guerra, destacou o papel que a inserção das reivindicações negras nas propostas e ações estatais tiveram na construção de discursos nacionais de unidade racial. A democracia racial, defendida pelo Estado e pelo movimento negro como a visão idealizada da configuração social do país, se torna o termo pelo qual as divergências sobre os problemas raciais brasileiros são aplainadas em uma leitura valorativa das contribuições fornecidas pela mistura étnica da colonização, criando a possibilidade de construção de uma identidade nacional coerente através da valoração dos elementos afro na cultura e da exaltação da miscigenação como característica definidora do povo brasileiro. Essa leitura se configura, ao longo da primeira metade do século XX como um compromisso estabelecido entre Estado e o movimento negro, pelo qual as reivindicações negras poderiam ser efetivadas em âmbito nacional:

No caso da população negra, a democracia racial condensou um compromisso, [...], que tinha duas vertentes, uma material e outra simbólica. Materialmente, a ampliação do mercado de trabalho urbano absorveu grandes contingentes de trabalhadores pretos e pardos, incorporando-os definitivamente às classes operárias e populares urbanas. Incorporação que foi institucionalizada por leis como a de Amparo ao Trabalhador Brasileiro Nato, assinada por Vargas em 1931, que garantia que dois terços dos empregados em estabelecimentos industriais fossem brasileiros natos; ou a lei Afonso Arinos, de 1951, que transformava o preconceito racial em contravenção penal. Simbolicamente, o ideal modernista de uma nação mestiça foi absorvido pelo Estado e as manifestações artísticas, folclóricas e simbólicas dos negros brasileiros foram reconhecidas como cultura afro-brasileira. O “afro”, entretanto, designava apenas a origem de uma cultura que, antes de tudo, era definida como regional, mestiça e, como o próprio negro, crioula.³⁵³

Ainda que hoje sejam evidentes os limites da democracia racial como pacto e como ideal, limites destacados pela atual prevalência do discurso multiculturalista desenvolvido na década de 1980, a proposta de uma forma de agência política que oferecesse o vislumbre de uma cidadania acessível e reivindicável não pode ser descartada em um contexto político e social marcado por uma agenda internacional que percebia a afirmação da raça como um veículo de segregação e violência racial explícitas e estatais.³⁵⁴ Apesar das possibilidades que esse discurso criava dentro das agendas políticas da época, as ambiguidades da democracia

³⁵³ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. *Tempo Social*, v. 18, p. 269-287, 2006. p. 276.

³⁵⁴ Ainda que essa discussão tenha tomado vulto na década de 1960, o afastamento das soluções raciais norte-americanas pode ser observado alguns anos antes no Brasil. Ao falar da imprensa negra paulista no final da década 1947, Paulina Alberto sinaliza o quanto foi importante para os enunciadores negros da época se afastarem das ideias norte-americanas, tanto pelo medo da acusação de importar problemas e soluções estrangeiras para a realidade brasileira, quanto plantar sementes segregacionistas no país. ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2017. p. 286.

racial como um horizonte e uma característica tangível da sociedade brasileira já se manifestavam, visto que:

falar em democracia racial significava o direito pleno a algo não materializado. Por um lado, o valor declarado significava um direito que se poderia reivindicar a todo momento, e nisso residia seu lado progressista; por outro lado, o não estar materializado poderia ser interpretado como opinião subjetiva e não como fato, e nisso esteve sempre o seu aspecto conservador.³⁵⁵

Lidar com essa ambiguidade é uma das grandes questões dos intelectuais negros brasileiros do século XX, envoltos na névoa de uma promessa distante, ainda que agraciados com a brisa de um discurso cotidiano. A democracia racial, estabelecida enquanto compromisso e ideal de uma nação moderna, se transforma para os grupos negros que a reivindicam em um direito a ser conquistado e uma garantia de acesso à igualdade e cidadania. Mais do que uma leitura da sociedade brasileira, a ideia de uma democracia, nos moldes que esta ideia toma no pós-guerra, se torna um caminho para a realização dos negros brasileiros enquanto cidadãos plenos e sujeito modernos, cuja experiência nacional se daria extirpada do logro da escravidão. A segunda abolição seria o estopim do movimento de reinvidicação iniciado junto ao Estado, e não à parte dele. Essa ideia encontraria barreiras na medida em que a outra faceta deste termo, caracterizada como conservadora por Guimarães, estabeleceria o precedente para a imobilidade de uma sociedade que supostamente já seria o exemplo a ser seguido.³⁵⁶

É utilizando-se da democracia racial como uma “política de realização”, nos termos de Gilroy, que Souza Dantas constrói seus argumentos acerca da questão racial brasileira. Suas apropriações da democracia racial e das definições raciais nela presentes imprimem certa ambiguidade em seu pensamento. Essa ambiguidade não é exclusividade de Souza Dantas, os termos e os projetos de cunho racial desenvolvidos por intelectuais negros nos principais centros de produção daquele período estavam clivados pelas marcas de uma retórica que flutuava entre a positivação do elemento africano como um fator relevante para se compreender uma sociedade miscigenada e a condenação da raça como um resquício retrógrado de sociedades primitivas. Ao observar as características do Teatro Experimental do Negro, Guimarães observa:

a ambiguidade do discurso tecido pelas principais lideranças do TEN nos anos 40 e 50, que oscila entre a busca da superação das práticas culturais ditas “africanas” e

³⁵⁵ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, n. 61, p. 147-162, nov. 2001. p. 151-152.

³⁵⁶ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, n. 61, p. 147-162, nov. 2001. p. 151.

“retrógradas” da população negra brasileira, por um lado, e, por outro lado, a afirmação de um certo *ethos* negro, também “africano”, de emotividade e expressividade, que se manifestaria espontaneamente nas artes.³⁵⁷

A leitura negativa da raça seria transformada com a apropriação por parte do TEN das teorias da *Négritude* francófona, base da ideia de negritude utilizada pelos intelectuais ligados à iniciativa do Teatro Experimental, como Abdias Nascimento e Guerreiros Ramos. A positivação da raça e do elemento africano na sociedade e no *ethos* cultural do povo brasileiro se tornaria a chave do discurso destes intelectuais, o que não livrou suas propostas da ambivalência que a utilização deste conceito em uma sociedade miscigenada poderia engendrar. A paixão pela negritude, e a afirmação da contribuição e da particularidade negra foi lida como um meio para a inserção do Brasil no mundo moderno, a celebração e a apropriação do elemento negro como parte do “ser brasileiro” eram características essenciais para os brasileiros negros e brancos, como parte de um processo de construção da identidade nacional. Desta forma a afirmação da negritude para o TEN se ligava a um processo de “enegrecimento e “africanização” da cultura brasileira, em que os negros tomariam a vanguarda para a construção de um povo e uma nação brasileira miscigenada.³⁵⁸

As leituras que imprimiram lugar ambivalente à raça, ao continente africano e aos caracteres negros na identidade nacional brasileira contribuíram para a consolidação dos argumentos culturalistas, mobilizados pela diplomacia da década de 1960.³⁵⁹ Esses argumentos se valiam da democracia racial como promotora de uma identidade nacional essencialmente mestiça para justificar a atuação predominante de intelectuais brancos na política externa.³⁶⁰ A presença brasileira na África, caracterizada de forma perspicaz por Dávila como uma política

³⁵⁷ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, n. 61, p. 147-162, nov. 2001. p. 150.

³⁵⁸ ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2017. p. 305.

³⁵⁹ Robert Young percebe como a ambivalência integra de forma perene as definições raciais e suas reverberações no discurso imperial. Para o autor, a raça, enquanto determinante de diferenciação e hierarquização dentro do discurso colonial, é elaborada em constantes interpolações com definições de gênero e classe, criando impulsos de repulsa, medo e desejo, que imprimem o tom desejante na máquina colonial e por conseguinte nas relações erigidas dentro de suas fronteiras. Reconhecer a ambivalência da raça, e do racismo, observando os sinais, à primeira vista ambíguos e contraditórios, que esses constructos produzem na construção das relações que mediam é parte dos esforços da teoria pós-colonial de compreender a fundo suas formas de produzir e perpetuar sentidos nas experiências sociais e políticas durante e após o colonialismo. Cf: YOUNG, Robert J. C. *Desejo colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

³⁶⁰ Eduardo Portella advogava que, devido ao caráter antirracista da democracia racial vivenciada no Brasil, os brancos brasileiros eram “protagonistas da negritude”. Paulina Alberto argumenta que essa noção foi baseada na definição de negritude defendida por Alberto Guerreiro Ramos no jornal *Quilombo* na década de 1950, uma apropriação que deixou de fora a crítica do sociólogo do senso de propriedade de intelectuais brancos sobre a arte e cultura negra. ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2017. p. 324.

de “pele branca e máscaras negras”,³⁶¹ foi construída por nomes como Eduardo Portella, José Honório Rodrigues, Maria Yedda Linhares, Cândido Mendes, Clarival do Prado Valladares, Zora Seljan, Antonio Olinto, Vivaldo da Costa Lima, Agostinho da Silva, que, além de idealizar a política africana da PEI durante os Governos de Jânio Quadros e João Goulart, também foram mobilizados pelos governos militares pós Castello Branco para dar corpo ao discurso diplomático do Brasil, afirmando a retórica construída desde meados da década de 1950 que associava o Brasil ao continente africano por via de raízes culturais preservadas pela convivência harmoniosa das raças.

A atuação de intelectuais brancos na construção de um Brasil negro é um dos fios que conecta os discursos internos do Estado brasileiro com suas formas de autorrepresentação na comunidade internacional. A capacidade da democracia racial de criar brancos antirracistas, brancos de alma negra, brancos de ascendência africana, é o triunfo ambíguo de uma nação supostamente sem racismo. Este processo é resultado das transformações do discurso racial na década de 1960, que, além de redescobrir a África e resgatar o africano de seu ostracismo histórico na memória oficial do Brasil, mobiliza a democracia racial como um axioma de um país miscigenado, sem linha de cor, sem racismo e, em uma manobra perversa da política da ditadura militar, sem a necessidade de uma discussão racial.

Apesar das continuidades verificadas no campo diplomático, o golpe militar de 1964 estremeceu os alicerces da relação historicamente pautada no diálogo entre movimento negro e Estado, alterando as formas como a democracia racial seria mobilizada pela sociedade civil. Guimarães argumenta que:

o regime militar, a partir de 1964, ainda que mantivesse a democracia racial em sua vertente material e simbólica, procurou retirar dela qualquer substrato político, ao reprimir pela força a vida sindical e associativa, e seus elos informais e formais com os partidos políticos. O pacto desfez-se, portanto, junto com a democracia representativa e o Estado nacional-desenvolvimentista.³⁶²

Guimarães é certo ao apontar como as mudanças políticas realizadas em âmbito nacional modificam o status e o peso que a democracia racial tinha, alterando sua capacidade de integrar e dar sentido ao léxico político de intelectuais, sejam eles ligados ao movimento negro ou ao pensamento sociológico da segunda metade do século XX. A denúncia da democracia racial como um mito floresce neste contexto, enunciada por Florestan Fernandes e

³⁶¹ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

³⁶² GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. *Tempo Social*, v. 18, p. 269-287, 2006. p. 277.

Abdias Nascimento em meados da década de 1960.³⁶³ Desta forma perceber o papel que esse constructo teve como parte do léxico do Estado e da intelectualidade brasileira entre as décadas de 1960 e 1970 implica literalmente “desmistificar” a leitura que compreende a democracia racial apenas como um mito sem lastro na realidade política e social do Brasil. Esse termo, como demonstram outros autores,³⁶⁴ foi mobilizado de forma ativa, criativa e em muitos sentidos engajada durante boa parte do século XX, servindo como um modo de acesso à cidadania e ao diálogo institucional.

Ainda que as críticas já existissem na década de 1960 no âmbito das ciências sociais, a consolidação do aspecto “mítico”, fantasioso e negativo da democracia racial, acontece na opinião pública e nos movimentos negros de forma mais ampla somente no início da década de 1980³⁶⁵ diante dos eventos da redemocratização, do estabelecimento de um Estado neoliberal e da percepção do multiculturalismo como a melhor alternativa para se olhar para a raça e para as questões a partir dela engendradas.

Foi a mudança das aspirações contidas nas democracias de hoje, baseadas principalmente na promessa de direitos civis, sociais e políticos plenos, para todos, que acabou por retirar o apelo inicial das “democracias raciais” latino-americanas. Estas tinham seu nódulo central na ausência de barreiras legais ou violentas à mobilidade social dos “homens de cor”, por contraste à segmentação hierárquica herdada da escravidão e do período colonial. As novas democracias que se reinstituem a partir dos anos de 1980, ao contrário, terão que oferecer direitos multiculturais e reconhecer diferenças raciais de modo a acomodar expectativas de integração, de mobilidade e de igualdade que, alternativamente, só poderiam ser tratadas no paradigma dos conflitos de classe, à moda francesa ou inglesa.³⁶⁶

Esta reflexão nos conduz à percepção da primazia desse conceito no entendimento das políticas externas e internas do Brasil nas décadas de 1960 e 1970, ressaltando a preponderância que a política internacional, e neste sentido a política internacional voltada para o continente africano, teve na gestação das transformações que dariam o tom da experiência política e social das décadas de 1960 e 1970. Raymundo Souza Dantas está no centro desta política que se move de contradição em contradição na criação de imagens do continente africano e da raça como instrumentos para a construção de um Estado capaz de promover uma identidade nacional

³⁶³ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, n. 61, p. 147-162, nov. 2001. p. 154; NASCIMENTO, Abdias. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

³⁶⁴ ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2017.

³⁶⁵ As obras célebres de Abdias no exílio *O genocídio do negro brasileiro* e *O Quilombismo* são exemplos da consolidação dessa discussão entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980.

³⁶⁶ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. *Tempo Social*, v. 18, p. 269-287, 2006. p. 283.

coerente dentro e fora de suas fronteiras. No centro deste movimento se destacam as aspirações democráticas e desenvolvimentistas do pós-guerra, as mudanças da Guerra Fria e as novas formas de organização internacional gestadas pelo fim dos impérios coloniais. A trajetória de Souza Dantas, entre as formulações do movimento negro nas décadas de 1960 e 1970 e as apropriações do discurso institucional e intelectual de Gilberto Freyre, se dá por meio do projeto brasileiro de desenvolvimento nacional e afirmação internacional. Raymundo Souza Dantas é um dos pontos em que a política externa e interna de um Estado moderno se cruza com as formas de ação política desenvolvidas pelos movimentos negros em busca da sua realização enquanto cidadãos.

A democracia racial, mobilizada pelo discurso culturalista da década de 1960, altera os termos de uma política que nos últimos cem anos via o continente africano não como um terreno de raízes compartilhadas, mas sim como o repositório das máculas de um passado escravista. O Brasil “amante da raça africana”³⁶⁷ da década de 1960, expõe, em seus enunciadores e discursos, a ausência da África nos horizontes do Brasil da primeira metade do século XX e das últimas décadas do XIX.

Souza Dantas é um dos enunciadores que percebe que os discursos românticos e ingênuos dessa política, construídos sobre a retórica freyriana e as aspirações nacionais-desenvolvimentistas, forneciam vislumbres de outros futuros, mas eram incapazes de lidar com as questões vividas no presente. O primeiro embaixador negro brasileiro exhibe a mácula da política externa brasileira ao observar que o abismo que separou o Brasil do continente africano por um século ainda se faz presente na política africana de sua época. Uma política ingênua, pouco propositiva, e marcada pelo racismo que afeta não só o negro brasileiro, mas também o africano e suas formas de organização políticas e culturais.

Observando os limites dos discursos da política africana de sua época, Souza Dantas cria suas próprias respostas para as questões que o cenário no qual esteve inserido não conseguiu enfrentar. O “negro de outro mundo” demonstra o limite do discurso culturalista e de sua base de teor racial. Por meio dessa ideia Souza Dantas demonstra as contradições presentes em um discurso que enxerga conduítes claros entre a experiência africana e a dos negros brasileiros, engessadas em manifestações culturais folclóricas e românticas, rejeitando o pressuposto cultural-nacionalista que busca criar uma identidade nacional baseada nos contornos de uma cultura negra-africana imaginada. Sua contraparte, o “brasileiro negro”, materializa sua crença na conquista da cidadania por meio da incorporação de suas demandas e

³⁶⁷ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 85.

reivindicações pelo Estado, ainda que também critique a utilização da raça, instrumentalizada pelos discursos de sua época como catalizador da luta política, como a fonte primária de identidade e legitimidade.

Souza Dantas enquanto “brasileiro negro” e “negro de outro mundo” contesta os discursos raciais evocados pelo Estado, marcados pelos contornos da leitura freyriana sobre miscigenação e equidade racial, mas também se posiciona contra as perspectivas desenvolvidas tanto pelos agentes da política externa, quanto pelos militantes antirracistas de sua época, que reconheciam a primazia da questão racial no enfrentamento das questões sociais e políticas. Esses dois conceitos, que atuam simultaneamente em duas frentes, se comportam de forma ambivalente em seu pensamento e atuação institucional na medida em que se constituem como soluções criadas a fim de reiterar a crença no Estado e nas suas ferramentas de promoção de cidadania, ao mesmo tempo em que carregam críticas diretas à base dos discursos que almejam construir uma identidade nacional a partir da raça, que além de ter sido a estratégia utilizada pelos governos dos quais Souza Dantas fez parte, é também central para as reivindicações do movimento negro em sintonia com a emergência da questão “multicultural” no pós-guerra.³⁶⁸

É interessante perceber como a articulação entre essas duas dimensões no discurso de Souza Dantas, presentes em suas falas já em meados da década de 1960, foi transformada ao longo dos anos para acomodar seus argumentos. Recorro mais uma vez ao estudo comparado de narrativas para demonstrar os processos de construção da identidade e da memória de Raymundo. Utilizando-se da própria trajetória para ilustrar seu posicionamento no debate nos 80 anos da abolição, em 1968, e na narrativa de sua trajetória concedida a Haroldo Costa, quatorze anos depois, em 1982, podemos ver como a narrativa pessoal no discurso de Souza Dantas se interliga intimamente com seus posicionamentos políticos e sua forma de entender a questão racial.

Souza Dantas inicia a narrativa sobre o começo de sua vida no debate de 1968 da seguinte forma:

Não sei até que ponto o meu depoimento pessoal, a história dos meus começos, de algumas vitórias e das minhas decepções, servirá para exemplificar a existência do preconceito ou a inexistência dele. No entanto é um depoimento que marca uma trajetória de um homem que começou sua vida profissional sem ter absolutamente nenhuma consciência do problema do negro e, através de etapas sofridas, chegou a uma tomada de posição que considero válida e que os senhores julgarão. [...] Sem conhecimento — continuo dizendo — do problema, pois se ele existia realmente eu

³⁶⁸ HALL, Stuart. A questão multicultural. In: SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 56-59.

sofria as suas consequências; mas não tinha consciência desse sofrimento, nem que aquilo era racismo ou o que era discriminação.³⁶⁹

Ele então desenvolve a ideia de que lhe escapava o conhecimento da questão racial argumentando que:

Não tomava conhecimento do problema do negro no país, porque vinha sofrendo, tinha sofrido, desde que comecei a vida profissional no Rio de Janeiro, a influência daquela ideologia chamada "branqueamento". Acomodava-me às condições que eram oferecidas, e que eu achava as melhores. Achava, realmente com aquelas condições a mim oferecidas, viver num paraíso, o paraíso da democracia racial, da única civilização válida criada nos trópicos, onde negro vivia acotovelando-se (no bom sentido) com o branco, vivendo enfim os benefícios de todas as conquistas que a civilização brasileira possibilitava. [...] O que desejo é enfatizar essa parte e volto quase que rebatendo no assunto: é destacar o problema do branqueamento; o problema da acomodação do negro às ideologias da massa branca, por conseguinte daquela integração que eles consideram o desaparecimento do negro, através da sua anulação completa de vontade de reivindicações.

E por fim o autor encerra sua intervenção dizendo:

Faço, agora, uma autocrítica. Ainda hoje não sei usar, não tenho forças maiores para usar aquele instrumento através do qual eu poderia desenvolver todas as minhas virtualidades em favor do negro. Mas isso são sobrevivências também daquele chamado "acomodamento" às condições que lhe oferece o branco.³⁷⁰

A ideia de “branqueamento” e “acomodamento” aparecem na narrativa como formas de justificar sua forma de atuação política, ou melhor, para justificar seu *afastamento* da militância política. A argumentação do autor se desenvolve de maneira a pensar a democracia racial como uma ideologia das massas brancas, uma ideologia que, por ter penetrado em sua forma de ver o mundo, havia lhe afastado dos instrumentos necessários para a luta ativa em favor do negro. É interessante notar como a associação entre democracia racial e branqueamento é particular desta fala de Souza Dantas. Esse paralelo não aparece em nenhum outro escrito analisado, e não volta a integrar suas narrativas sobre a própria vida. Penso que essa forma de contar sua própria história se relaciona com a necessidade da ocasião de denunciar o problema da discriminação e responder ao microclima no qual esteve inserido, exacerbado no debate de 1968 no qual Souza Dantas foi constantemente contestado pelos intelectuais presentes por suas posições insuficientemente assertivas.

³⁶⁹ CARNEIRO, Edison *et al.* *80 anos de Abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. p. 46-47.

³⁷⁰ SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (I). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVI, v. 72, n. 3, p. 61-64, set. 1968.

Observo a argumentação do autor no debate de 1968 como estando inserida em um contexto que altera suas ênfases a fim de construir, a partir de sua trajetória, um posicionamento crítico à democracia racial, direcionando suas conclusões de acordo com as posições apresentadas na mesa. Ainda assim, apesar de fazer eco aos posicionamentos dos debatedores anteriores, os argumentos do ex-embaixador são rebatidos pelos intelectuais presentes. Abdias Nascimento e Sebastião Rodrigues Alves relembram que, ainda na década de 1940, Souza Dantas havia sido apresentado às pautas do movimento negro paulista em um congresso realizado pelo Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro em 1944, e que também havia participado de um congresso em São Paulo em 1945. A menção a uma autocrítica, feita por Raymundo na última citação apresentada, advém da intervenção de Abdias que, em meio ao (documentado) burburinho da plateia, o parabenizou pelo “*streap tease* racial” e a “*mea-culpa*” feita em sua fala.³⁷¹ Em tom sarcástico, Abdias relembra o episódio de sua expulsão, junto de Rodrigues Alves e Agnaldo Camargo do Partido Comunista, acusados de racismo por evocarem a pauta negra dentro das discussões do partido, e aponta Souza Dantas como um dos agentes da expulsão.³⁷² O debate de 1968 é uma fonte documental interessantíssima para se pensar as nuances do cenário intelectual negro na década de 1960, tanto por apresentar os principais pontos em discussão na época, quanto por fornecer um vislumbre das relações pessoais cultivadas entre os participantes.

Apesar dessa conformação em “eco” observada em algumas passagens, as definições particulares de Souza Dantas não deixaram de aparecer ao longo do debate. Ao falar sobre sua dificuldade em se inserir nas frentes políticas de sua época, o ex-embaixador caracteriza a luta do negro brasileiro como uma reivindicação “democrática”,³⁷³ e mais adiante advoga por uma cultura brasileira que se formou na “síntese de influências”,³⁷⁴ uma ideia que em 1973 voltaria a defender de forma breve, como “sincretismo cultural”.³⁷⁵ Essas definições, que carregam elementos do léxico que discutia em conjunto política e cultura sob a égide da democracia racial e cultural, exprimem a distinção que o autor realiza entre cultura/identidade e política/cidadania, criando uma argumentação que reconhece os elementos sincréticos e miscigenados da configuração cultural da nação, mas simultaneamente percebe a necessidade democrática de emancipação política do negro. O debate de 1968, em comparação com outras entrevistas e

³⁷¹ CARNEIRO, Edison *et al.* 80 anos de Abolição. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. p. 48.

³⁷² CARNEIRO, Edison *et al.* 80 anos de Abolição. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. p. 49-50.

³⁷³ CARNEIRO, Edison *et al.* 80 anos de Abolição. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. p. 56.

³⁷⁴ CARNEIRO, Edison *et al.* 80 anos de Abolição. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. p. 66.

³⁷⁵ CALAGE, Eloí. Arte Negra (?) no Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano LIII, n. 15806, 12 abr. 1973. Caderno Especial, p. 2.

escritos, destaca a segunda dimensão de seu argumento, ressaltando a necessidade da reivindicação política do negro em um cenário onde se percebe a existência e a força do racismo. De outro ângulo, seus escritos sobre os retornados trabalham a primeira dimensão, elaborando sua visão sobre uma cultura compartilhada e verificável, mas de forma alguma, imóvel e acabada a ponto de ser instrumentalizada como discurso nacional de identificação.

O caráter ambivalente da argumentação de Raymundo Souza Dantas se constrói nas tensões e fricções que o autor estabelece entre essas duas dimensões. Ao longo de suas intervenções no cenário intelectual e político de sua época, Souza Dantas responde, contesta, se afasta e se aproxima de diferentes posicionamentos em um constante e errático movimento. Como um leitor exaustivo de suas obras, acredito que a definição “individualista” que o ex-embaixador se concede em 1982 serve também para entender suas formas de se relacionar com o debate que o cercava. Souza Dantas formula respostas para o contexto de intensas transformações políticas e sociais no qual esteve inserido, observando de perto os limites do discurso nacional-culturalista da democracia racial e olhando com desconfiança a gestação dos principais argumentos que embasariam as vozes e as perspectivas de minorias, tomadas anteriormente como problemas internos que fugiam do escopo da alta política, em sua incursão rumo à emergência da questão multicultural.³⁷⁶ A distinção que o autor faz entre identidade e cidadania, marcada nos dois lados da moeda do “negro de outro mundo”, demonstra seu esforço de aventar suas próprias respostas para as questões que ebuliam à sua volta. Destas respostas, em alguns momentos, nos escapam as perguntas, o que termina por conceder um tom críptico e elusivo aos seus argumentos, um marcador de sua inscrição como intelectual, que, confesso, não consigo, nem pretendo, desmembrar, visto que, acredito ser esse um dos elementos que embasam a leitura hermenêutica que reconhece na sua alteridade uma das maneiras de confrontar nossos pré-conceitos com suas formas de reconhecer e interagir com o mundo.

Em 1982, ao narrar novamente sua trajetória, Souza Dantas apresenta de outra forma seu contato com a questão racial e o racismo. Segundo o autor, desde a tenra infância:

Eu tinha vergonha de ser negro, daí não haver nenhum exagero quando eu digo que não gosto da infância que tive. Ela foi cruel, carente, carregada de todos os problemas não só de um menino do Nordeste, como também de um menino negro do Nordeste,

³⁷⁶ HALL, Stuart. A questão multicultural. In: SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 56-109.

para quem perspectivas melhores praticamente não existiam. É aí que nasce e se desenvolve uma segunda natureza, moldada pelas circunstâncias exteriores, pela marca dos estereótipos que vão se somando à sua personalidade porque o meio ambiente os inculca, determina, estigmatiza. [...] Tinha um medo terrível, permanente, porque era voz corrente que tudo de ruim era coisa de negro.³⁷⁷

O racismo aparece como uma lembrança vívida na experiência do autor. Sua autopercepção, marcada pelo trauma racial é apresentada de forma pungente, em contraste com a constante esquiva, e as inúmeras construções metafóricas que marcam seu processo de autoarquivamento, e seu olhar sobre a própria identidade racial. Quanto à sua forma de inserção política, o autor argumenta que:

Eu percebi que minha trincheira era outra, embora homem de esquerda sempre fui individualista, e a prova disto é todo meu processo de formação, todo meu aprendizado, eles se desenrolaram no território da afirmação pessoal. Mas nunca fui infiel àquilo que eu considerei sempre mais saudável do ponto de vista ideológico. Continuo um homem de esquerda, apesar da incompreensão de alguns. Tem muita gente aí que está radicalizando o problema do negro, fazendo disso seu viver cotidiano, até mesmo sua profissão. Consideram-me um indivíduo de posição mais à direita, mas isso não me impressiona, acho que estou sendo sensível, permeável às condições brasileiras.³⁷⁸

A maneira como enxerga seu posicionamento foi construída de forma muito mais arrojada que a definição dada em 1968, quando percebeu-se uma vítima da acomodação, desprovido de ferramentas para se inserir na luta política. O posicionamento de 1982, que enxerga os limites de sua atuação institucional individualista, mas também se posiciona de forma crítica ao que considera “radicalizar o problema do negro” pode ser percebido desde 1973, quando em uma entrevista concedida um jornal carioca, Souza Dantas se caracteriza na mediana de uma escala entre o radicalismo de Abdias Nascimento e a posição reacionária de Gilberto Freyre.³⁷⁹ Acredito que as sementes do posicionamento da década de 1980 já estão plantadas no Souza Dantas de 1973. Nessa reportagem podemos ler:

Raymundo de Souza Dantas foi o primeiro negro a ser nomeado Embaixador no Brasil (naturalmente foi nomeado para a África, mas já era um começo). É o próprio Embaixador Souza Dantas quem me deu cópia da carta de Abdias, assim como de um artigo de Gilberto Freyre afirmando que negritude, no Brasil, é postura. Souza Dantas não concorda sempre com o radicalismo de Abdias mas considera a posição de Gilberto Freyre francamente reacionária. Raymundo não acredita que uma literatura de expressão puramente negra, se é que ela tem condições de existir entre nós, teria

³⁷⁷ COSTA, Haroldo. Raymundo Souza Dantas: ex-embaixador brasileiro em Gana. In: COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro: Record. 1982a. p. 225-233.

³⁷⁸ COSTA, Haroldo. Raymundo Souza Dantas: ex-embaixador brasileiro em Gana. In: COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro: Record. 1982a. p. 229-230.

³⁷⁹ CALAGE, Eloí. Arte Negra (?) no Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano LIII, n. 15806, 12 abr. 1973. Caderno Especial, p. 2.

maior expressão na cultura brasileira pois “o importante é a soma de todas essas tendências manifestadas nas artes desde que o Brasil existe como País”.³⁸⁰

Esse excerto é ilustrativo de diversas questões caras a este trabalho. A carta de Abdias mencionada pela autora do texto, a jornalista Eloí Calage, é o documento intitulado “Carta a Dacar”,³⁸¹ uma crítica de Abdias Nascimento à realização do I FESMAN em Dakar, no qual, como já mencionado, Souza Dantas fez parte da delegação brasileira. Percebe-se também a posição irônica da autora ao ressaltar o fato de Raymundo ter sido nomeado para o continente africano, um tema também já discutido nestas páginas. A defesa de uma arte nacional, soma das tendências observadas na sociedade brasileira, se coaduna com as posições defendidas em 1968, e ecoa elementos do discurso culturalista também analisado. Por fim, a escala política construída a partir das figuras de Nascimento e Freyre antecipa o posicionamento que o autor reclamaria em 1982, consciente das críticas, mas segundo o próprio Souza Dantas, permeável às condições brasileiras.

O encerramento da sua entrevista em 1982 consolida essa percepção e nos permite observar os posicionamentos de Raymundo, que, à luz do apresentado, foram engendrados nas encruzilhadas de uma trajetória intelectual e institucional complexa e não-linear.

Mas é preciso também fazer do nosso país uma democracia racial e não a balela que está aí, institucionalizada. Até certo ponto ela existe para algumas minorias, mas não existe para o negro que não recebe os dividendos daquilo que lhe deve a sociedade brasileira. A democracia racial não se torna efetiva sem que sejam efetivas a democracia política, econômica, social, etc. Por isso o sentido da luta hoje em dia é para que se crie condições para uma verdadeira e insofismável democracia completa, global, total.³⁸²

A crítica à democracia racial volta, mas ela divide espaço com a utopia que esse conceito desenhou nas mentes dos sujeitos que viveram suas transformações ao longo do século XX. As duas dimensões de seu argumento dividem espaço mais uma vez ao reconhecer a existência de uma dimensão cultural mais ou menos concretizada enquanto espera por uma realização política ainda a ser alcançada. Em seu diário pessoal, em uma anotação datando 10 de maio de 1982, Raymundo reiterou essa posição afirmando que:

³⁸⁰ CALAGE, Eloí. Arte Negra (?) no Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano LIII, n. 15806, 12 abr. 1973. Caderno Especial, p. 2.

³⁸¹ NASCIMENTO, Abdias. Carta a Dacar. *Tempo Brasileiro*, a. IV, n. 9-10, p. 97-107, 1966.

³⁸² COSTA, Haroldo. Raymundo Souza Dantas: ex-embaixador brasileiro em Gana. In: COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro: Record. 1982a. p. 232. O interesse de Souza Dantas pela política brasileira cresce no início da década de 1980, com sua aposentadoria em 1981, o ex-embaixador passa a se dedicar cada vez mais aos debates sobre a organização partidária e a redemocratização. SOUZA DANTAS, Raymundo. Anotações no diário. Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP.

Sou dos que acreditam na democracia racial. Cada vez menos, porém. Os fatos, na verdade demonstram que a razão está com aqueles que a negam. O preconceito cresce, sucedendo-se as práticas discriminatórias. Diante desse quadro, face à realidade, não se pode mesmo acreditar em democracia racial. Ao invés de negá-la, porém, continuo entre os que lutam no sentido de sua efetivação. Utopia para a maior parte.³⁸³

E na anotação seguinte em 24 de maio do mesmo ano, ele afirma que:

Reiterei, ao longo dos debates e conferências, realizadas a propósito do preconceito, nas últimas semanas, que embora não seja de quebrar vidraças, não estou entre os acomodados. Reajo e protesto denuncio e combato, à minha maneira, ao identificar o preconceito e ao localizar a discriminação.³⁸⁴

Diante disso, acredito que Raymundo Souza Dantas não possa ser caracterizado por posicionamentos acríticos ou visões simplistas da realidade. Pelo contrário, seu pensamento é cravado de complexas articulações, construídas de maneira ambivalente, pessoal e amplamente conectada com o cenário político e o arquivo intertextual que o cercava. Conceitos como democracia e utopia fazem parte de seu léxico político e intelectual, um arcabouço conceitual construído em sua trajetória individual e institucional, percorrida por dentro e à margem das redes de sociabilidade e dos espaços de atuação profissional pelos quais transitou.

Compreender as maneiras como ele se entendia exige confrontar seu horizonte histórico com nossos juízos em um exercício hermenêutico. Entender as ambiguidades presentes no pensamento de um sujeito negro é contestar os impulsos de nosso tempo político em pintar como um quadro chapado, seja no lugar de herói ou no de vítima, de personagens pertencentes a grupos minoritários do passado. O olhar crítico, máxima da historiografia contemporânea, precisa se voltar também para os nossos interesses, políticos, sociais e em alguma medida pessoais, sobre os passados nos quais nos debruçamos. Se nossos objetos são afetados pelo fluxo contingente dos processos históricos, nós também somos atravessados por suas correntes, somos efeitos de uma mesma história cuja compreensão nos permite observar as distâncias e os contatos que mediam nossa experiência do tempo.³⁸⁵ O pensamento de Souza Dantas articula passado, presente e futuro a fim de construir sentido para sua própria experiência como um brasileiro, como um homem negro, e como um intelectual.

³⁸³ SOUZA DANTAS, Raymundo. Anotações no diário. (10 mai. 1982). Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP. p. 4.

³⁸⁴ SOUZA DANTAS, Raymundo. Anotações no diário. (24 mai. 1982). Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP. p. 4.

³⁸⁵ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 455.

A crença no futuro em que a democracia racial pudesse ser estabelecida de fato, esbarrava no presente em que as feridas de um Estado marcado pela discriminação e pelo racismo, e cujo passado havia sido construído sobre os alicerces da escravidão e de uma abolição insuficiente, estavam visíveis e abertas. A inserção de Souza Dantas na nova política africana do Brasil é concomitante com sua inserção nas tradições do Atlântico Negro. Suas reivindicações por cidadania e realização enquanto sujeito negro na modernidade encontram, em seus itinerários, referências e contatos atlânticos, os caminhos para uma atuação, institucional como embaixador, e intelectual como enunciador negro. Trajetórias interconectadas que engendraram o “negro de outro mundo” e o “brasileiro negro”, noções elaboradas para descrever sua forma de se posicionar e pensar o mundo, e principalmente o Brasil, à sua volta.

A tradição do *retorno* é uma das bases sobre a qual Souza Dantas constrói os argumentos que reacendem a presença do Brasil na África e, ao mesmo tempo, é o veículo pelo qual ele realiza a crítica aos posicionamentos históricos do Estado brasileiro em relação ao continente africano. Souza Dantas afirma a potência política do *retorno* quando reconhece as possibilidades de contatos e diálogos entre os dois lados do Atlântico, seja através dos retornados, de uma política externa agressiva ou da valorização de um passado compartilhado. Mas, ao mesmo tempo, reconhece os limites desse *retornar* quando apropriado como único discurso de um Estado que rejeita um presente que exhibe as contradições de uma questão racial em aberto e um passado manchado pela mácula da escravidão, a fim de construir um cartão postal e uma pintura mítica de relações raciais harmônicas e substantivamente inverificáveis. Souza Dantas rejeita um sentido cultural fixo do *retornar*, que pressuponha a existência de uma identidade compartilhada pronta e disponível, e advoga por um sentido político desse movimento que permita criar novas agendas a partir da identificação de interesses em comum,

Essa ambivalência marca a atuação institucional de um sujeito entrecruzado pelas políticas de um Estado racista e pela reação de seus alvos cotidianos. Souza Dantas exhibe, oculta, retrai e expande seus argumentos conforme desenha sua trajetória e assina sua contribuição em um debate que mobilizou intelectuais, brancos e negros, desde que o Brasil almejou sua entrada na modernidade. As contradições desses movimentos transformam Souza Dantas em um personagem ambíguo na história tanto da intelectualidade negra, quanto da política externa, reconhecendo em sua figura as possibilidades não realizadas, e as máculas escondidas de um período em que se tentou reformular a imagem da relação histórica entre o Brasil e a África.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao intervir no cenário político e intelectual do Brasil das décadas de 1960 e 1970, Raymundo Souza Dantas cria suas próprias leituras sobre raça, nação, política, cultura, cidadania e identidade. Suas formas de afirmação e posicionamento, em um primeiro momento enquanto embaixador, e mais profundamente como cidadão brasileiro, conversam com as demandas de um contexto histórico marcado por transformações geopolíticas que redefiniram as formas de se pensar os Estados modernos e sua relação com a cultura.

A partir de sua experiência, marcada pelo encontro com um dos pontos nodais dessas transformações, a descolonização africana,³⁸⁶ Raymundo Souza Dantas entra em contato com discussões que povoam as contracorrentes do Atlântico negro desde meados do século XIX, criando sentidos para experiências vivenciadas entre as Américas e a África, percebida de forma utópica como um lugar para retornar. O embaixador negro do Brasil, alinha que além de o acompanhar até o fim da vida se relaciona intimamente com os percalços de sua trajetória, inscreve sua experiência no campo do *retorno* quando rejeita a pretensão deste trânsito de fornecer uma identidade válida por meio de uma mística racial imanente. Raymundo mobiliza o léxico da tradição do *retorno* quando nega que sua identidade, bem como sua cidadania, precise da África para ser completa. Apesar de usar a África, os africanos e os retornados para construir suas posições, Souza Dantas não está respondendo prioritariamente à longa tradição literária pan-africanista da qual essa tópica emerge, seu olhar aponta, direta e criticamente, para o Brasil. Seus argumentos se constroem, simultaneamente, em resposta às leituras engendradas no âmbito do Estado do qual fez parte e dos movimentos sociais que se aliou, que, naquele momento, tomavam o binômio cultura e política como aliados inseparáveis.

Souza Dantas é de fato um negro de outro mundo. Suas formulações escorregadias contestaram o cerne de dois discursos hoje vistos como antagônicos. A *ingenuidade* da democracia racial como um constructo acabado capaz de fornecer cidadania política aos

³⁸⁶ É inegável o papel das independências africanas na geopolítica da segunda metade do século XX. O momento da descolonização é apontado como um ponto de inflexão importante, seja na elaboração de novos discursos políticos, na configuração de uma outra geografia no Atlântico Sul, ou na retomada do continente africano como um horizonte político nos ideários do movimento negro nas Américas. Além é claro, de embasar muitas das incursões do pensamento pós-colonial a fim de compreender as dinâmicas que marcaram as experiências nos centros e nas margens do Ocidente. Essa discussão esteve diluída ao longo deste trabalho e se encontra nas obras de muitos dos interlocutores aqui mobilizados. Cf: ALBERTO, Paulina. Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas: Ed. Unicamp, 2017; ALENCASTRO, Luís Felipe de. As três eras do Atlântico Sul. Revista USP, n. 123, p. 13-28, 2019; HALL, Stuart. A questão multicultural. In: SOVIK, Liv (org.). Da diáspora: identidades e mediações culturais. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013; HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? pensando no limite. In: SOVIK, Liv (org.). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. p. 110-140.

cidadãos negros e a *radicalidade* do discurso multiculturalista que percebia a necessidade da incorporação de demandas identitárias na política do Estado nacional, foram tomadas pelo autor como respostas insuficientes. Daí nasce sua percepção como um típico brasileiro negro, um sujeito que reconhece sua identidade racial, mas encontra no discurso nacional seu caminho para a efetiva cidadania. Esse “brasileiro negro”, no entanto, ainda não estaria completamente desenvolvido devido à presença inegável do racismo na sociedade brasileira. Para o autor, a superação deste problema, ao contrário do que dizia a militância antirracista de sua época, personificada em Abdias Nascimento, não teria a democracia racial como um problema a ser superado, mas sim o caminho e o estágio final da completa emancipação do negro brasileiro.

Para entender Raymundo Souza Dantas neste trabalho, foi necessário compreender como *ele* se entendia. A forma como Raymundo constrói sua autopercepção se interliga com a forma como ele se representa e representa outros personagens em suas obras.

As passagens de seus textos que discorrem sobre os africanos são construídas de modo a ressaltar as distâncias que separam os dois mundos. Ao descrever Acra pela primeira vez nas páginas do *África Difícil*, o embaixador escreve:

Estou, até certo ponto, familiarizado com a vida nesta cidade que considero secreta e à qual, repito, como já o fiz noutra parte, tenho afeto. Sua gente, os naturais do lugar, é comunicativa, ruidosamente alegre, como também a de nível mais elevado em toda a área atlântica [...]. Gosto do ganense, acho-o natural e espontâneo, gosto do ganense, repito, apesar de todas as diferenças que nos caracteriza, negros que somos de civilizações diferentes.³⁸⁷

Essa caracterização do ganês se mistura e se confunde com a ideia que o embaixador tem sobre todos os africanos, construindo sua argumentação reconhecendo na Gana de Kwame Nkrumah, lida como o carro-chefe da descolonização, uma população de natureza propositiva e efervescente.³⁸⁸ A “África difícil” de Souza Dantas carrega essa alcunha porque ela é permanentemente desconhecida. Sua principal característica é a inconstância que impede o

³⁸⁷ SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 34.

³⁸⁸ UBL, Yassen Fideles. *Do trabalho profícuo à missão condenada: uma análise da trajetória de Raymundo Souza Dantas como embaixador (1961-1963)*. 2021. 70 f. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021. p. 40.

observador externo de compreendê-la.³⁸⁹ Neste sentido, os elementos que caracterizam o mundo africano não são fonte de identificação. A raça e seus estereótipos não aproximam o negro brasileiro do negro africano, condenados a viver em mundos separados e mutuamente desconhecidos.

Em contraposição ao africano, surge o interesse de Souza Dantas pelos repatriados brasileiros, cujas experiências são mobilizadas de forma a perceber possibilidades de afirmação de uma identidade nacional brasileira que não se estabeleça pela raça. No entanto, a apropriação dos discursos e das retóricas desenvolvidas pelos retornados brasileiros foi realizada pelo embaixador de forma ambivalente, na medida em que, para construir uma posição nacionalista e, ao mesmo tempo, antirracista, o embaixador se valeu da gramática que, naquele momento, regia a política internacional do Brasil em relação a África, um discurso culturalista cujas bases estavam na democracia racial e no lusotropicalismo.

Ao buscar nos retornados os caminhos para sua própria afirmação enquanto cidadão brasileiro, apto a realizar a missão que sua nomeação como embaixador pelo presidente Jânio Quadros o havia incumbido, ou condenado, Souza Dantas mergulha nas contracorrentes do arquivo da diáspora africana. Seus contatos com as famílias de retornados, entre os Souzas, Sacramentos, Fortunatos, Nelsons e Azumahs, conectam sua experiência a uma longa tradição construída nos diálogos transatlânticos entre o Brasil e a África. As representações que o embaixador faz dos retornados em muito ecoam suas próprias narrativas, retomando as vozes e os silêncios que atuaram na construção de suas identidades. As formas como essas comunidades se formaram, no encontro entre escravidão e colonialismo, abolição e tráfico atlântico, entre a anomia de *retornar* como eterno escravo e a possibilidade do prestígio como colonizador, nos falam de um Atlântico negro entrelaçado e ambivalente.

Percebemos no entanto, que Souza Dantas não ecoa apenas as vozes dos retornados, sua incursão no arquivo de um Atlântico compartilhado, recorre também a elementos que integram formas particularmente brasileiras de intervir na retórica racial. Democracia racial e lusotropicalismo colorem os retornados com seus ofícios, seus oratórios e sua saudosa saudade de um Brasil pátria-mãe. Esses discursos, tão contemporâneos de sua missão africana, são intervenções relativamente novas quando pensadas em contraste com o afastamento deliberado do Brasil do continente africano verificado desde o fim do tráfico atlântico de escravos.

³⁸⁹ Aqui faço referência à citação que nomeia o livro: “África difícil, difícil África, cujo destino é uma incógnita, cujo futuro ninguém pode prever. África das violências, cujo processo de descolonização põe à mostra suas grandezas e misérias, suas possibilidades e dificuldades”. SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil: missão condenada*, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a. p. 52.

É nessa distância que encontramos outro elemento que conecta o embaixador Raymundo Souza Dantas, o Estado brasileiro visto a partir de seu discurso culturalista, e os repatriados estabelecidos na costa africana. Os três compartilham de uma chaga que marca o passado que os une. A ocultação da escravidão e do tráfico atlântico das narrativas destes atores nos apresenta as formas complexas de rememoração criadas ao longo de suas histórias, trazidas à superfície pela descolonização. É no contexto das independências que o Estado brasileiro precisa rever suas relações com a África e criar formas de estabelecer contatos com os novos Estados nascentes. É no contexto das independências que as famílias de retornados precisam se distanciar do estigma do tráfico atlântico e do colonialismo a fim de se inserirem nas novas narrativas nacionais. E é no contexto das independências que nosso interlocutor, investido com o poder de embaixador plenipotenciário do Brasil na África ocidental, precisa afirmar seu compromisso com os discursos de um Estado que se desenha como sendo capaz de fornecer cidadania para uma população historicamente marcada pelo racismo.

Nessa conjunção podemos vislumbrar a complexidade das tradições do Atlântico negro: formas de lembrar, de contar, de esquecer e de ocultar memórias de um passado compartilhado são transportadas por correntes que desafiam fronteiras espaciais e temporais, emergindo em discursos carregados de significados sobrepostos. O “negro de outro mundo” de Raymundo Souza Dantas carrega essas sobreposições, é um verbete do arquivo atlântico, um relato de viagem escrito por uma tradição, é uma forma ambivalente de autopercepção e autoinscrição no código que almeja documentar a história intelectual da diáspora.

Ao longo deste trabalho percebemos como os diálogos de Souza Dantas com a tradição do *retorno* não se encerram em sua construção identitária, entendida a partir de um ponto de vista exclusivamente cultural ou pessoal. O *retorno* é instrumental em seu argumento, é um recurso utilizado para intervir no contexto político e intelectual brasileiro. A segunda metade deste trabalho, documentada nos capítulos 2 e 3, discute essa intervenção. As dificuldades, os empecilhos e, conseqüentemente as críticas formuladas contra o Itamaraty, compõem uma leitura negativa de uma política nascente. Aquilo que Souza Dantas percebia como os trunfos dessa política, a condenação do colonialismo e o estabelecimento de relações significativas com as nações recém independentes, são suplantados por uma política externa clivada de preconceitos herdados de uma sociedade racialmente hierarquizada e, em muitos aspectos, alinhada com interesses coloniais e racistas das nações que definiram o Ocidente e suas

periferias. O posicionamento defendido por Souza Dantas é construído pela recusa em fazer parte de um projeto cujos objetivos refletiam apenas o desconhecimento e a leitura romantizada e enviesada de uma cúpula intelectual e política que tornou o continente africano a base de uma retórica culturalista ingênua, em vez de entender as potencialidades políticas de alianças sinceras, feitas em pé de igualdade.

O “negro de outro mundo” é também uma forma de olhar para o continente africano para além das miragens que o discurso culturalista projetou no início da década de 1960. A construção de uma política africana firme e compromissada esteve no centro das preocupações de Souza Dantas até o fim da vida, um fato documentado pelo modo como organizou seu arquivo pessoal, guardando recortes de jornais que falavam das relações diplomáticas do Brasil com a África, publicados muito tempo depois do fim de sua missão.

Contudo, para além de uma crítica à política externa brasileira, as formulações de Souza Dantas foram elaboradas para responder uma questão mais abrangente, que residiu nas preocupações de gerações de intelectuais africanos e afrodiaspóricos: de que formas seria possível articular raça e nação nos Estados modernos?³⁹⁰ As respostas de sua época pareciam insuficientes para o embaixador. As formas como elaborou suas críticas aos modelos que operacionalizavam raça e nação em uma leitura que interligava identidade e cidadania podem ser lidas como vestígios de um debate dos quais somos herdeiros diretos. A adoção do modelo multiculturalista na política brasileira concretizada na década de 1980, mas cujas sementes podem ser observadas nas reivindicações dos movimentos sociais desde o fim da Segunda Guerra Mundial, figura como uma das principais características da luta política contemporânea. Buscar formas de aprimorar esse modelo, entendido por Stuart Hall como um constructo permanentemente inacabado,³⁹¹ é parte preponderante da tarefa de construir realidades em que seja possível visualizar soluções dos problemas que atravessam nossas experiências há tempo demais. Para sermos capazes de imaginar outros futuros, e aqui me refiro a futuros que rompam com o prospecto negativo que se debruça sobre nós, temos que recorrer a outras perspectivas, vislumbrar outros horizontes. Noções como a política de realização de Gilroy nos permitem observar formas utópicas de construção de futuro elaboradas ao longo das histórias do Atlântico negro. Reconhecer o caráter contingente e não linear dessas políticas, que, apesar de recorrerem

³⁹⁰ Autores ligados à corrente de estudos pós-coloniais se debruçaram sobre as trajetórias destes intelectuais, seus projetos de políticos e suas intervenções no debate sobre raça e nação na modernidade. Cf.: APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016; GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2012.

³⁹¹ HALL, Stuart. A questão multicultural. In: SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 60.

às ferramentas da modernidade, são capazes de construir outras acepções possíveis do que este termo pode representar, é um dos caminhos para encontrar saídas para questões nodais de nosso tempo.

Construir uma prática antirracista dentro da lógica do multiculturalismo constantemente nos coloca diante da conjunção entre cultura e política. Os discursos do movimento negro brasileiro, principalmente a partir do final da década de 1970, entenderam com razão a potência dessa conjunção. O que a crítica de Souza Dantas, que constantemente separa em suas formulações as dimensões cultural e política, deixa como contribuição é exatamente a capacidade de vislumbrar os termos de um debate que nos trouxe até o momento atual. Reconhecer nos argumentos que se perderam na conformação do modelo de luta política do qual fazemos parte outras saídas para os problemas que para nós parecem irremediáveis, ou mesmo insustentáveis. Diante disso, é compreensível observar uma terceira *rasura* sobre a imagem de Souza Dantas, uma *rasura* criada no âmbito do movimento negro que se distanciou de sua figura à medida que suas formulações não soavam tão palatáveis à gramática da militância antirracista contemporânea, formulações que de fato geram desconforto aos nossos ouvidos tão acostumados com os termos contemporâneos de nossa agência política. Assim como este trabalho pretende estabelecer um diálogo direto e hermenêuticamente engajado com a figura de um intelectual e de um momento importante da história da política africana do Brasil, espero que as reflexões aqui desenvolvidas possam também iluminar caminhos para mobilizá-lo como uma referência para vislumbrar mundos possíveis. Mundos onde as inquietudes de pessoas como Raymundo possam florescer em formas transformadoras de pensar.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Arquivo pessoal:

SOUZA DANTAS, Raymundo. *Sentimento Africano*. (1966). Versão não publicada. Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP.

SOUZA DANTAS, Raymundo. Anotações no diário. (10 mai. 1982). Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP.

SOUZA DANTAS, Raymundo. Anotações no diário. (24 mai. 1982). Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP.

SOUZA DANTAS, Raymundo. *O Sr. Embaixador*. Recorte de jornal. (13 mai. 1988, [s.p.]). Arquivo pessoal de Roberto Dantas: Santo André, SP.

Endereços eletrônicos:

BENEDICTO DA FONSECA vai deixar consulado do Brasil em Boston para chefiar embaixada na África do Sul. In: *Brazilian Times*, 7 dez. 2022. Disponível em: <https://www.braziliantimes.com/comunidade-brasileira/2022/12/07/benedicto-da-fonseca-vai-deixar-consulado-do-brasil-em-boston-para-chefiar-embaixada-na-africa-do-sul.html>. Acesso em: 5 abr. 2023.

BENEDICTO FONSECA FILHO: Enfim um embaixador negro brasileiro! In: *Portal Geledés*, 6 jan. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/benedicto-fonseca-filho-enfim-um-embaixador-negro-brasileiro/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

BENEDICTO FONSECA FILHO SERÁ o novo embaixador do Brasil na África do Sul. In: *Diplomacia Business*, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://www.diplomaciabusines.com/benedicto-fonseca-filho-sera-o-novo-embaixador-do-brasil-na-africa-do-sul/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

BOLSONARO desiste de Crivella e indica outro nome para embaixada na África do Sul. In: *O Antagonista*, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://oantagonista.uol.com.br/brasil/bolsonaro-desiste-de-crivella-e-indica-outro-nome-para-embaixada-na-africa-do-sul/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

DIPLOMATA Benedicto Fonseca Filho vai chefiar embaixada na África do Sul. In: *Senado Notícias; Agência Senado*, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/23/diplomata-benedicto-fonseca-filho-vai-chefiar-embaixada-na-africa-do-sul>. Acesso em: 5 abr. 2023.

FABRICIUS, Peter. Brazil to send its first black ambassador, Benedicto Fonseca Filho, to Pretoria. In: *Daily Maverick*, 1 ago. 2022. Disponível em: <https://www.dailymaverick.co.za/article/2022-08-01-brazil-to-send-its-first-black-ambassador-benedicto-fonseca-filho-to-pretoria/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

HUMBERTO, Cláudio. Diplomacia: já são 34 mulheres representando o Brasil no exterior. In: *Diário do Poder*, 10 dez. 2022. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/coluna->

claudio-humberto/diplomacia-ja-sao-34-mulheres-representando-o-brasil-no-exterior. Acesso em: 5 abr. 2023.

NARBOR JR. Em nome do pai: arquivos desconhecidos de uma história não revelada. In: *O Menelick 2º Ato*, jun. 2014. Disponível em: <http://www.omenelick2ato.com/historia-e-memoria/em-nome-do-pai>. Acesso em: 5 abr. 2023.

PINTO, Taina Regina. Benedicto Fonseca Filho, primeiro embaixador negro. In: *Primeiros Negros*, 2011. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/benedicto-fonseca-filho-primeiro-embaixador-negro/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

ROCHA, Juliana. Minha história Benedicto Fonseca Filho, 47. In: *Folha de S. Paulo*, 6 jan. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0601201107.htm>. Acesso em: 5 abr. 2023.

Jornais:

Correio da Manhã (RJ)

Jornal do Brasil (RJ)

O Jornal (RJ)

Tribuna da Imprensa (RJ)

O Globo (RJ)

Textos e entrevistas publicados:

CARNEIRO, Edison *et al.* *80 anos de Abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968.

SOUZA DANTAS, Raymundo. Miragem africana. *Cadernos Brasileiros*, a. VI, n. 1, p. 5-18, jan./fev. 1964.

SOUZA DANTAS, Raymundo. *África difícil*: missão condenada, diário. Rio de Janeiro: Leitura, 1965a.

SOUZA DANTAS, Raymundo. Dinastia dos Xaxás. *Leitura*, n. 94-95, p. 46-47, mai./jun. 1965b.

SOUZA DANTAS, Raymundo. Sentimento Africano. *Cadernos Brasileiros*, n. 40, p. 25-34, mar./abr. 1967a.

SOUZA DANTAS, Raymundo. Um negro na Europa. *Leitura*, n. 108, p.72-74, ago. 1967b.

SOUZA DANTAS, Raymundo, Preconceito pode aumentar. *Realidade*, Ed. Abril, p. 52, out. 1967c.

SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (I). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVI, v. 72, n. 3, p. 61-64, set. 1968.

SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (II). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVII, v. 73, n. 1, p. 44-45, jan. 1969a.

SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (III). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVII, v. 73, n. 1, p. 49-50, fev. 1969b.

SOUZA DANTAS, Raymundo. A África e nós (IV). *Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar* (RJ), a. XXXVII, v. 73, n. 4, p. 12-13, abr. 1969c.

SOUZA DANTAS, Raymundo Souza. A “Burrinha” Africana. *Revista Brasileira de Folclore*, a. X, n. 28, p. 259-263, set./dez. 1970.

COSTA, Haroldo. Raymundo Souza Dantas: ex-embaixador brasileiro em Gana. In: COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro: Record. 1982a. p. 225-233.

SOUZA DANTAS, Raymundo. Alocução. (3ª Sessão do 1º Seminário Internacional Brasil-África no período de 4 a 7 de agosto de 1981- Rio de Janeiro. Sessão: A Cooperação Cultural América Latina - África). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, v. 6-7, p. 85, 1982b.

SOUZA DANTAS, Raymundo. Notas sobre as relações Brasil-África no início dos anos 1960. (5ª Sessão do 2º Seminário Internacional Brasil-África no período de 4 a 7 de agosto de 1981- Rio de Janeiro. Sessão: Relações Brasil-África: análise e perspectivas). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, v. 6-7, p. 163-166, 1982c.

SOUZA DANTAS, Raymundo. Comunicação. (Encontro Nacional Afro-brasileiro no período de 29 de julho a 1º de agosto de 1982-Rio de Janeiro. Sessão: O negro nas relações Brasil-África). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos. v. 8-9, p. 179-181, 1983a.

DANTAS SOUZA, Raymundo. Dimensão política do romance africano, *África*, n. 6, p. 59-69, 1983b.

Bibliografia:

ABREU, Mariana. Dimensões metodológicas do Atlântico Negro: revisitando a obra de Paul Gilroy. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, n. 109, p. 1-15, 2022.

AGULHON, Maurice. *Política, imágenes, sociabilidades: 1789 a 1989*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2016.

ALBERTO, Paulina. Para africano ver: intercâmbios africano-baianos na reinvenção da democracia racial, 1961-63. *Afro-Ásia*, n. 44, p. 97-150, 2011.

ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2017.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. As três eras do Atlântico Sul. *Revista USP*, n. 123, p. 13-28, 2019.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

AMOS, Alcione Meira; AYESU, Ebenezer. Sou brasileiro: história dos tabom, afro-brasileiros em Acra, Gana. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 35-65, 2005.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

BARING, Edward. Ideas on the move: Context in Transnational Intellectual History. *Journal of the History of Ideas*, v. 77, n. 4, p. 567-587, oct. 2016.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Phillipe; STREIFF-FENART, Jocelyne (org.). *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. p. 187-227.

BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia*. São Paulo: Editora Nacional, 1961.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 183-193.

CAMPOS, Geraldo Adriano Godoy de; DOMINGUES, Petrônio. A crisálida africana de Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro. In: DOMINGUES, Petrônio; BARBOSA, Francisco José (org.). *África e Brasil: fluxos e refluxos*. Aracaju: Criação, 2021. p. 279-322.

CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

CASTELO, Cláudia. “*O modo português de estar no mundo*”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2011.

COSTA, Luiz Rosado (et. al). Um histórico da política migratória brasileira a partir de seus marcos legais (1808-2019). *Revista GeoPantanal*, n. 27, p.167-184, jul./dez. 2019.

CUNHA, Anabela. Degredo para Angola: sentença de morte lenta. *Locus: Revista de História*, v. 18, n. 2, p. 87-104, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. *Revista de Cultura e Política*, v. 1, n. 1, p. 35-39, 1979.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DÁVILA, Jerry. Pele branca, máscaras negras: diplomatas brasileiros na Nigéria e concepções identitárias (1962-1966). *Revista de Antropologia*, v. 51, n. 2, p. 473-518, 2008.

DE SOUZA, Adriana Barreto; LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. *História da Historiografia*, v. 5, n. 9, p. 26-37, 2012.

DU BOIS, William Edward Burghardt. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

ESSEIN, Kwame. *Brazilian-African Diaspora in Ghana: The Tabom, Slavery, Dissonance of Memory, Identity, and Locating Home*. Michigan: MSU Press, 2016.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 2, p. 223-233, 2009.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2012.

GOBO, Karla. Da exclusão à inclusão consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 38, p. 440-464, 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, n. 61, p. 147-162, nov. 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. *Tempo Social*, v. 18, p. 269-287, 2006.

GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. A questão multicultural. In: SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? pensando no limite. In: SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. p. 110-140.

HOFBAUER, Andreas. Dos retornos à África Ocidental: semelhanças e diferenças. *Afro-Ásia*, n. 67, p. 174-246, 2023.

HORTA, Marina Luiza. *A imagem improvável do escritor: Raymundo de Souza Dantas - apontamentos sobre a vida e obra*. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

JOHAN SCHOLL, Camille. “Léopold Sédar Senghor No Brasil Por Uma ‘Comunidade Luso-Afro-Brasileira’ (1964–1977): Uma investigação acerca de seu discurso político e as relações com os Movimentos de descolonização em África.” *Democracia, Liberdade, Utopias. anais Do XIV Encontro Estadual de História, Anpuh-RS*, 2018,

KALY, Alain Pascal. O ensino da história da África no Brasil: o início do processo de um processo reconciliação psicológica de uma nação? In: PEREIRA, Amílcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (ed.). *Ensino de história e culturas Afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Lepeh, 2013. p. 155-215.

KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro brasileiro*. Salvador: Sagga, 2021.

LEITE, Fernando Sousa. A Política Externa Independente em revista: de como ocorre a impressão definitiva da dimensão africana na política externa brasileira. *Temporalidades*, v. 8, n. 1, p. 255-269, 2016.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 167-182.

LIMA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

LIMA, Mônica. Histórias entre margens: retornos de libertos para a África partindo do Rio de Janeiro no século XIX. *Revista de História Comparada*, v. 7, n. 1, p. 67-114, 2013.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MATORY, James Lorand. O navio de volta para casa: tropos analíticos como mapas da e para a história cultural da diáspora africana. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 3, p. 969-993, 2020.

MATORY, James Lorand. Yorubá: as rotas e as raízes da nação transatlântica, 1830-1950. *Horizontes antropológicos*, v. 4, p. 263-292, 1998.

MBEMBE, Achile. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MEDINA, João. Degredo e colonização portuguesa: um círculo vicioso do colonialismo português em África. *Direito e Justiça*, n. Especial, p. 15-34, 2004.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. São Paulo: Vozes, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. Carta a Dacar. *Tempo Brasileiro*, a. IV, n. 9-10, p. 97-107, 1966.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares; OR Editor Produtor Independente, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NKRUMAH, Kwame. *A luta de classes em África*. [s.l.]: Edições Nova Cultura, 2018.

NORONHA, Fabrícia. O Império dos Indesejáveis: uma análise do degredo e da punição no Brasil império. *Em Tempo de Histórias*, n. 8, p. 1-16, 2004.

OLINTO, Antonio. *Brasileiros na África*. Rio de Janeiro: GRD, 1964.

OLIVEIRA, Eduardo *et al.* Raimundo de Souza Dantas. In: GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 500.

ÔRÍ. Direção: Raquel Gerber. Roteiro: Maria Beatriz Nascimento. Brasil, 1989. 93 min.

PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

PAULA, Eurípedes Simões de. II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa (Moçambique, 14-21 de julho de 1967). *Revista de História*, n. 35, v. 71, p. 203-214, set. 1967.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. O brasil e os eixos periféricos: agenda e identidade nas relações internacionais. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 4, n. 8, p. 1-16, 2012.

PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 39, p. 57-81, 2007.

PEREIRA, Edimilson de Almeida; PEREIRA, Édimo de Almeida. A narrativa de percursos de agudás na prosa de Antonio Olinto. *Verbo de Minas: letras*, v. 12, n. 20, p. 37-53, ago./dez. 2011.

RATTS, Alex; GOMES, Bethania (org.). *Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento*. Salvador: Ogum Toques Negros, 2015.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês* (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986.

SAID, Edward. Reconsiderando a teoria itinerante. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Deslocalizar a “Europa”*: antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade. Lisboa: Cotovia, 2005. p. 25-47.

SANTOS, Gilfrancisco. Raimundo Souza Dantas. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares; DE GODOY, Maria Carolina (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil*: antologia crítica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 515-531.

SARAIVA, José Flavio Sombra. *O lugar da África*: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias. Brasília: Ed. UnB, 1996.

SCHLICKMANN, Mariana. África difícil: a primeira missão diplomática brasileira ao sul do continente africano através do diário de Raymundo de Souza Dantas. *Revista África e Africanidades*, a. XII, n. 32, p. 1-16, nov. 2019.

SCHLICKMANN, Mariana. Divisão África: as diretrizes da política externa brasileira para o continente africano durante a ditadura militar no Brasil (1964–1985). *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 23, p. 203-216, 2017.

SCHLICKMANN, Mariana. *Os argonautas do Atlântico Sul*: Raymundo de Souza Dantas e o nascimento da Política Externa Independente nas décadas de 1950 e 1960. 2020. 176 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SELJAN, Zora. *No Brasil ainda tem gente da minha cor?* Salvador: Prefeitura da Cidade de Salvador, 1978.

SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; EdUERJ, 2004.

SILVA, Angela Fileno da. *Vozes de Lagos*: brasileiros em tempos do império britânico. 2016. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 231-269.

UBL, Yassen Fideles. África Transatlântica: o continente africano no pensamento negro brasileiro (1960-1980). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-MG, “Brasil, 200 anos depois: entre a Independência e os desafios da contemporaneidade”, XXIII, 2022, Diamantina. *Anais...* Diamantina, 2022. Disponível em: https://www.encontro2022.mg.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-mg-eeh2022/1660241067_ARQUIVO_5be8956bf12d77d8d193629ca51ac8b6.pdf. Acesso em: 5 abr. 2023.

UBL, Yassen Fideles. *Do trabalho profícuo à missão condenada*: uma análise da trajetória de Raymundo Souza Dantas como embaixador (1961-1963). 2021. 70 f. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

YOUNG, Robert J. C. *Desejo colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça*. São Paulo: Perspectiva, 2005.